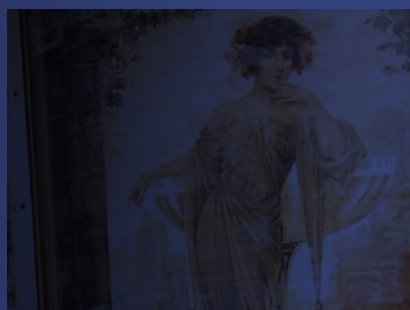


número 158
especial

Dossiê
Sandra Jatahy
Pesavento

re vis ta



Instituto
Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

dezembro • 2020

número 158
especial

Dossiê
Sandra Jatahy
Pesavento

ISSN 1678-3484

re vis ta

Instituto
Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, ano 100, n.158 especial, 2020.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1,
(jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1921-.

Descrição baseada em: número 158 especial (2020)

Inclui bibliografia

ISSN 1678-3484

Periodicidade semestral

254p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65

CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/08/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Fabricio Souza.

Ilustrações: 1. Foto do acervo Sandra Jatahy Pesavento (biblioteca) do IHGRGS. Foto do acervo pessoal da curadora Nádia Maria Weber Santos; 2. Sandra Pesavento no Café Sarah Bernhardt em Paris. Foto do acervo digital pessoal da família Pesavento.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h

Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

e-mail: ihgrgs@gmail.com / ihgrgs.biblioteca@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2018-2020

Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo

Diretor Administrativo: Hilda Agnes Hubner Flores

Diretor Financeiro: Hilda Agnes Hubner Flores

Diretor Operacional: Euclides Pinto Torres

Conselho Fiscal

José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos e Moacyr Flores

Membros Efetivos

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Antonio Carlos Hohlfeldt, Ápio Cláudio Beltrão, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Carla Renata A. de Souza Gomes, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Eduardo Cunha Müller, Euripedes Falcão Vieira, Éverton Quevedo, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, Jefferson Teles Martins, José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos, Loiva Otero Felix, Luiz Ernani Caminha Giorgis, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Miguel Frederico do Espírito Santo, Moacyr Flores, Paulo Estivallet Flores Pinto, Paulo Gilberto Fagundes Visentini, René Ernaini Gertz, Tassiana Maria Parcianello Saccol, Vera Lucia Maciel Barroso.

Membros Correspondentes

Adilson Cezar, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio de Leão Lemieszek, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Djiovan Vinicius Carvalho, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Gustavo Castagna Machado, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Jorge Forjaz, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Neivo Ângelo Fabris, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Wagner Silveira Feloniuk.

Membros Pesquisadores

Alexandre Pena Matos, Alexandre Veiga, Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina Silva, Ana Inês Arce, Anelda Pereira de Oliveira, Arnoldo Walter Doberstein, Beatriz Correa Pires Dornelles, Bruno José Queiroz Ceretta, Caio Lustosa, Carlos André Bulhões Mendes, Carlos Roberto Winckler, César Andre Luiz Beras, César Bastos de Mattos Vieira, Clarissa Maroneze Garcia, Daniela Marzola Fialho, Doris Bittencourt Almeida, Eduardo Cristiano Hass da Silva, Fábio Caetano Tovo,

Fabício Antônio Antunes Soares, Fernando Borgmann Severo de Miranda, Gabriel Santos Berute, Henrique Montagner Fernandes, Hilda Jaqueline Fraga, Homero Dornelles, Jaqueline Custódio, João Batista Santafé Aguiar, Jorge Stocker Junior, José Daniel Craidy Simões, José Newton Cardoso Marchiori, Letícia Pimenta, Letizia Nicoli, Luciana Gransotto, Marcos Pascotto Palermo, Marcus Vinicius Martins Antunes, Maren Guimarães Taborda, Maria Helena Câmara Bastos, Maria Stephanou, Mário Bernardo Sesta, Marlise Maria Giovanaz, Nádia Maria Weber Santos, Pedro Cândia da Silva, Renata Soares Costa, Roberto Monte da Rocha, Ronaldo Marcos Bastos, Sergio Augusto Pereira de Borja, Simone Steigleder Botelho, Valdevi de Lima Maciel, Vanessa Gomes de Campos, Virgílio Ribeiro Muxfeldt.

Membros Colaboradores

Ayres Cerutti, Carlos Roberto Winckler, Jorge Alberto Benitz, Lourdes Maria Agnes, Rafael José dos Santos, Vania Beatriz Merlotti Herédia.

Membros Honorários

Altino Berthier Brasil, Francisco Pereira Rodrigues, Earle Diniz Macarthy Moreira, Raphael Copstein, Sérgio da Costa Franco.

Membros Licenciados

Cláudio Francisco Accurso, Coralio Bragança Pardo Cabeda.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Editor-Chefe

Miguel Frederico do Espírito Santo (IHGRGS)

Organziadoras do Número Especial Dossiê Sandra Jatahy Pesavento

Hilda Jaqueline de Fraga (UFRGS), Nádia Maria Weber Santos (UFG)

Conselho Editorial

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS),
Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA),
Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu),
Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS),
Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Comissão da Revista

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Fábio Kuhn (UFRGS),
Heinrich Hasenack (UFRGS)

Editores-Executivos

Gustavo Castagna Machado (UFPEL), Márcia Piva Radtke (UFRGS),
Priscila Pereira Pinto (FEEVALE), Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS),
Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Secretária

Priscila Pereira Pinto (FEEVALE)

Avaliadores

Alexandre Veiga (SEDAC), Cláudio de Sá Machado Júnior (UFPR),
Claudira Cardoso (UFCG), Doris Almeida (UFRGS),
Gisafran Mota Jucá (UECE/UFCE), Luciana Gransotto (UFSC),
Moisés Waismann (UNILASALLE), Paulo Moreira (UNISINOS),
Vanderlei Machado (UFRGS), Zilda Menezes (UECE)

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL**



NOTA

Os Editores da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul apresentam este dossiê e, com ele, festejam a memória da professora Sandra Jatahy Pesavento. O profundo respeito profissional, compartilhado pela comunidade acadêmica, assim como o pessoal daqueles que a conheceram, faz desta homenagem um momento de lembrança e justa comemoração. Participar de uma iniciativa com a finalidade de retomar a trajetória da professora é um momento importante, desejamos aos leitores e pesquisadores um bom proveito, assim como agradecemos às organizadoras do dossiê que, a seguir, trazem palavras sobre este trabalho.

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2020

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo
**Presidente do Instituto Histórico e
Geográfico do Rio Grande do Sul**

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt

Dr. Fábio Kühn

Me. Heinrich Hasenack

Comissão da Revista

Dr. Gustavo Castagna Machado

Bel^a. Márcia Piva Radtke

Bel^a. Priscila Pereira Pinto

Ma. Thais Nunes Feijó

Dr. Wagner Silveira Feloniuk

Comissão Executiva

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ SANDRA JATAHY PESAVENTO: ACERVO, MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE PESQUISA¹

Em março de 2019 completaram-se os 10 anos do falecimento da Profa. Dra. Sandra Jatahy Pesavento (1946-2009), docente titular do Departamento de História da UFRGS e professora dos Programas de Pós-Graduação de História e do PROPUR da mesma instituição. Algumas homenagens foram feitas pela equipe que coordena o acervo da professora, abrigado no IHGRGS em Porto Alegre. Uma destas homenagens foi a IV Jornada Sandra Jatahy Pesavento que aconteceu em 8 de junho do ano passado, no Centro Histórico Cultural da Santa Casa de Misericórdia. Para ela, foram convidados alguns pesquisadores que tiveram forte interlocução com a historiadora Pesavento, seja pelo GT de História Cultural, seja pela orientação de pós-graduação. Naquele momento, surgiu a ideia de publicarmos os textos apresentados e, para isso, todos os participantes foram convidados a comporem este dossiê. Nem todos puderam aceitar, mas a maior parte, sim, enviou seu texto para nós.

A trajetória da professora/pesquisadora/historiadora, dedicada ao ensino de História e à pesquisa, resultou na projeção e no reconhecimento do inegável legado intelectual dos seus estudos nos campos da História Econômica e da História Cultural, atestando a importância da influência do seu pensamento na formação de gerações de historiadores/as e na produção historiográfica contemporânea. Sandra Pesavento fez doutorado em História Econômica na USP, seguindo formação na França na vertente da História Cultural, onde construiu uma trajetória acadêmica internacional relevante, contribuindo, sobretudo, para a formalização de acordos entre universidades francesas e a UFRGS, notadamente o acordo CAPES/COFE-CUB. Foi pesquisadora 1 A do CNPq desde o ano de 1996. Autora de uma vasta obra historiográfica, com aproximadamente 261 publicações (entre artigos publicados no Brasil e no exterior livros, entre individuais e coletivos e capítulos de livros), Pesavento foi uma das mais importantes historiadoras do século XX, no Brasil, cuja obra versa sobre variadas vertentes da historiografia.

Da História Econômica, com viés marxista, à História Cultural, sua

¹ Esse dossiê é um dos produtos do projeto de pesquisa “O pensamento de Sandra Jatahy Pesavento e sua importância na historiografia brasileira: da história econômica à História Cultural – um estudo a partir do arquivo pessoal da historiadora”, em parceria do PPG em Performances Culturais da UFG (Universidade Federal de Goiás) com o IHGRGS, onde está depositado sob custódia o arquivo da historiadora. O projeto foi contemplado no edital ‘Chamada Universal MCTIC/CNPq n.º 28/2018’, portanto tem financiamento do CNPq.

extensa obra versa sobre as charqueadas gaúchas, sobre a Revolução Farroupilha, sobre a burguesia gaúcha e, também, sobre as questões do urbano, das imagens, das sensibilidades e da relação História-Literatura, estas últimas já sob o enfoque da História Cultural.

Por iniciativa da família Pesavento (esposo e filhos da historiadora), os escritos da historiadora gaúcha foram digitalizados integralmente e disponibilizados gratuitamente para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral. Atualmente estão alocados no site oficial do Instituto Histórico Geográfico, o qual guarda, também, seu acervo intelectual (biblioteca e material de 40 anos de pesquisa, incluindo também seus objetos, álbuns e diários de viagens). Existe, desde início de 2015, uma equipe de curadoria para o acervo, sob responsabilidade de uma historiadora (uma das organizadoras deste dossiê), que atua em diversas ações de preservação e divulgação deste arquivo pessoal tão importante para história da disciplina História de nosso estado.

Justificou-se, por este conjunto de fatores, a proposição de um Dossiê Temático na Revista do IHGRGS, focando os percursos da pesquisadora e o processo de construção dos seus objetos e metodologias de pesquisa singulares, através de seu acervo, de memórias de seus interlocutores/as e de trajetórias de pesquisas que se entrecruzam em diálogo com os seus estudos durante o período em que esteve ativamente produzindo no campo da História. A proposta emergiu desta reflexão frente à importância de sua produção, mas também frente ao momento que atravessamos no Brasil, onde se faz necessária a discussão sobre os espaços patrimoniais de guarda de documentos e o desenvolvimento de políticas públicas que auxiliem em sua salvaguarda e manutenção. Também devido à situação de pandemia que atravessamos, outras reflexões se fazem necessárias e são incorporadas em alguns textos.

O referido dossiê reúne, assim, trabalhos de pesquisadores/as, professores/as que tiveram uma significativa interlocução com a historiadora e ou com sua obra e acervo, buscando gerar e socializar novas abordagens através do seu legado, seu acervo e memórias desta pesquisadora. Compõem o dossiê: nove artigos (oito de convidados, incluindo os convidados da Jornada de 2019 e membros da equipe de curadoria do Acervo SJP, e um que veio pela chamada pública); uma entrevista com Jacques Leenhardt (professor francês de forte interlocução com a historiadora); duas resenhas de livros de Pesavento; um artigo da própria historiadora, sobre memória e patrimônio e publicado nos Cadernos LEPAARQ da UFPEL em 2008; um artigo intitulado “Conversando com Sandra”, de um colega historiador que teve uma influência da obra de Pesavento em sua trajetória acadêmica.

Também a publicação do conjunto de artigos, entrevistas e resenhas neste dossiê surge no período de comemoração do centenário do IHGRGS (agosto/setembro de 2020), o que é de grande relevância para a comunidade acadêmica e para a história do Instituto.

Desejamos uma ótima leitura a todos!

Porto Alegre, 21 de julho de 2020

Dra. Hilda Jaqueline de Fraga

Dra. Nádia Maria Weber Santos

Organizadoras do Número Especial
Dossiê Sandra Jatahy Pesavento

SUMÁRIO

- 17 **A historiadora Sandra Jatahy Pesavento: Usos, tensões e solidariedades de gênero**
The historian Sandra Jatahy Pesavento: Uses, tensions and gender solidarities
Joana Maria Pedro
- 41 **Acervo Sandra J. Pesavento: Trajetórias e perspectivas investigativas para a história do tempo presente**
Collection Sandra J. Pesavento: Trajectoires et perspectives d'investigation pour l'histoire du temps present
Nádia Maria Weber Santos
Hilda Jaqueline de Fraga
- 67 **O IHGRGS e os acervos pessoais: Documentos e objetos de Sandra Pesavento**
IHGRGS and personal collections: Documents and objects by Sandra Pesavento
Alexandre Veiga
Simone Steigleder Botelho
- 85 **Falando sobre arquivos pessoais: Guardados sobre Sandra Jatahy Pesavento em tempos salteados (décadas de 1980-2000)**
Talking about personal archives: Saved about Sandra Jatahy Pesavento in sauted times (Decades of 1980-2000)
Maria Teresa Santos Cunha
Ana Luiza Santiago De Andrade
- 101 **Sandra Jatahy Pesavento: Entre redes de colaboração científica, espaços e viagens intelectuais**
Sandra Jatahy Pesavento: between scientific collaboration networks, spaces and intellectual travel
Luciana Rodrigues Gransotto
Cristina Scheibe Wolff
- 129 **As contribuições de Sandra Pesavento sobre a relação entre história e literatura**
Sandra Jatahy Pesavento's contributions to history and literature
Alexsandro Menez
- 143 **Imagens audiovisuais como documento e testemunho: Discussões a partir do cinema e da televisão no Brasil**
Audiovisual image as evidence and document: Discussions from cinema and television in Brazil
Miriam de Souza Rossini

- 163 **Sandra Pesavento, orientadora, e a mulher fim-de-século sob o olhar dos cronistas: Reações ao movimento feminista internacional no final do século XIX, numa dissertação do século XX**

Sandra Pesavento, guidelines, and the end-of-century woman under the view of chronicles: Reactions to the international feminist movement at the end of the 19th century, in a distress of the 20th century

Anelda Pereira de Oliveira

- 177 **O que nossa relação com os arquivos científicos pode aprender com os arquivos literários?**

What can our relationship with scientific collections learn from literary collections?

Antonio Herculano Lopes

RESENHAS

- 189 **Caminhos e diálogos do imaginário: Resenha do livro “O imaginário da cidade: visões literárias do urbano”, de Sandra Jatahy Pesavento**

Eduardo Roberto Jordão Knack

- 199 **Resenha: Pesavento, Sandra Jatahy. Uma outra cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001**

Francielle Maciel Garcia

DOCUMENTAÇÃO

- 207 **Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano**

City, space and time: reflections on memory and urban heritage

Sandra Jatahy Pesavento

- 217 **Conversando com Sandra. Sobre cidade e patrimônio**

Talking with Sandra. On city and cultural heritage

Fábio Vergara Cerqueira

- 243 **Entrevista com Dr. Jacques Leenhardt**

Nádia Maria Weber Santos

Hilda Jaqueline de Fraga

Luciana Rodrigues Gransotto

ARTIGOS

A HISTORIADORA SANDRA JATAHY PESAVENTO: USOS, TENSÕES E SOLIDARIEDADES DE GÊNERO¹

THE HISTORIAN SANDRA JATAHY PESAVENTO: USES, TENSIONS AND GENDER SOLIDARITIES

Joana Maria Pedro²

RESUMO

A História das Mulheres tem focalizado historiadoras que enfrentaram desafios maiores e diferentes dos vividos por historiadores. Dentro da perspectiva desta abordagem, pretendo mostrar a trajetória da historiadora Sandra Jatahy Pesavento, que, possivelmente, enfrentou preconceitos de gênero e de etnia, sem, entretanto, se identificar como feminista ou como especialista em História das Mulheres. Utilizo textos que discutem a História das Mulheres e as relações de gênero, além de jornais, sites e entrevistas para compor a trajetória da historiadora. Constatei que, mesmo sem identificações com o feminismo, a historiadora publicou trabalhos que davam visibilidade às mulheres e foi solidária com muitas pessoas.

Palavras-chave: História das Mulheres. Sandra Jatahy Pesavento. Relações de gênero. Feminismo.

ABSTRACT

The history of women has focused on women historians who have faced greater and different challenges than male historians. From this perspective, I present the trajectory of historian Sandra Jatahy Pesavento who may have faced gender and ethnic prejudice even though she did not identify as a feminist or a specialist in women's history. I use texts that discuss the history of women and gender relations, as well as newspapers, sites and interviews to compose Pesavento's trajectory as a historian. I found that, even without identifying with feminism, her publications gave visibility to women and expressed solidarity with many people.

Keywords: Women's History. Sandra Jatahy Pesavento. Gender relations. Feminism.

1 Este texto foi apresentado como conferência de encerramento no evento: IV Jornadas Sandra Jatahy Pesavento, no dia 8 de junho de 2019, às 17:30, no Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Agradeço a Aimberê Araken Machado pela revisão da redação deste texto, e a Jair Zandoná pela revisão final e adequação às normas da ABNT. Agradeço a Luciana Gransotto pelo fornecimento de inúmeras informações, textos, artigos de jornal e material de pesquisa.

2 Doutora em História Social pela USP 1992, Professora da UFSC do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – joanamaria.pedro@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Sandra Jatahy Pesavento nunca foi identificada como especialista em História das Mulheres, mas redigiu textos dentro desta temática. Teve que enfrentar jogos de poder e, muitas vezes, utilizou-os para alcançar seus objetivos. Sandra nunca se identificou como feminista, mas, em vários momentos, portou-se como tal, colaborando com a ascensão de outras mulheres. Neste artigo, vou focalizar historiadoras, relações de gênero, trajetória profissional e solidariedades através de oito subtítulos: 1. As historiadoras e a História das Mulheres; 2. Como as historiadoras são lembradas?; 3. Mulheres como historiadoras profissionais; 4. A vida familiar das historiadoras e as relações de gênero; 5. Problemas de gênero; 6. Usos do gênero; 7. Atuação na ANPUH; 8. Solidariedades de gênero.

1 As historiadoras e a História das Mulheres

A trajetória profissional e de vida de Sandra Jatahy Pesavento merece um lugar na História das Mulheres, e, em especial, na História das Historiadoras. A História das Mulheres, em sua longa trajetória, focalizou, inicialmente, as consideradas “grandes mulheres”, em geral as rainhas, princesas ou mulheres santificadas. Foi a emergência do feminismo chamado de “Segunda Onda” (HEMMINGS, 2009; PEDRO, 2011), que passou a dar um novo percurso para esta abordagem, ampliando seus objetos, perspectivas e fontes. Em 1981, no livro *Une histoire des femmes est-elle possible?*, Michelle Perrot, coordenadora da obra, lembrava que, ao descobrir que a História teria há tanto tempo sido escrita no masculino, os estudos feministas estavam se propondo a explorar a história do ponto de vista das mulheres. Mas ela alertava que, para ser possível uma História das Mulheres, seria necessário levar em conta as relações “de sexo” (PERROT, 1984). Ou seja, perceber como se dava a divisão de trabalhos, funções, qualidades, poderes entre homens e mulheres. Além disso, é preciso acrescentar que uma História das Mulheres só passou a ser considerada quando a própria crítica historiográfica questionou a existência da “História Geral”, ou da “História da Civilização”, como uma unidade. Todas passaram a ser entendidas como sendo “uma” história.

O crescimento da História das Mulheres rendeu inúmeras pesquisas, abordando os mais variados assuntos, e se tornou um grande sucesso editorial, como foi o caso da História das Mulheres no Ocidente, coordenado por Duby e Perrot (1993), traduzido para inúmeros idiomas, servindo como inspiração para muitas outras obras semelhantes. Como exemplo é possível encontrar História das Mulheres da Argentina, do Brasil, das Mulheres na Europa etc. (AGUIRRE, 2008; BARRANCOS, 2007; LOZANO; PITA; INI, 2000; PINSKY; PEDRO, 2012; PRIORE; BASSANEZI, 1997; SIMONTON, 2006; MORANT, 2006). Foi também comum a busca da história de mulhe-

res artistas, cientistas, enfim, uma tentativa de dar visibilidade à existência dessas mulheres. Buscava-se mostrar que não eram somente os homens que criavam arte, faziam pesquisa e escreviam história. Foi dentro desta questão que, em novembro de 2011, as Professoras Janine Gomes da Silva, Cristina Scheibe Wolff e eu recebemos um convite da historiadora francesa Françoise Thébaud e da Maison D'Édition Des Femmes para escrever verbetes sobre historiadoras brasileiras. Estes verbetes iriam compor *Le dictionnaire universel des femmes créatrices*. Os nomes que nos solicitaram eram de historiadoras cujo nascimento tivesse ocorrido até o final dos anos trinta, podendo se estender até os anos quarenta do século XX. Estes nomes iriam se juntar aos 12.000 verbetes, somando 5.000 páginas do dicionário, contando 1.600 autoras de diferentes países. Além das historiadoras, o dicionário iria ter verbetes de “arte, geografia, exploração, história, política, economia, literatura, edição, ciências, tecnologia, ciências humanas e esportes.” (DIDIER; FOUQUE; CALLE-GRUBER, 2013, s./p., tradução nossa).³ Sabemos que outras pesquisadoras brasileiras receberam propostas idênticas para indicar antropólogas, artistas, economistas etc.

O objetivo do dicionário era dar visibilidade às mulheres “actrices de la création” (DIDIER; FOUQUE; CALLE-GRUBER, 2013, p. 17), algo como mulheres inovadoras. A obra recebeu apoio da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Na sua justificativa informam que:

Cada página deste livro é um convite a celebrar o melhor do espírito humano: a capacidade de inventar, de se renovar, de imaginar soluções inovadoras para a paz e o desenvolvimento. A engenhosidade humana não conhece limites. É necessário uma obra como esta, para fazer homenagem à diversidade das inovadoras, e saudar sua contribuição à civilização e à cultura mundial. (DIDIER; FOUQUE; CALLE-GRUBER, 2013, p. 17, tradução nossa)⁴.

Diz, ainda, que a publicação é um antídoto contra a visão da mulher como eterna vítima. O projeto editorial pretende, então, mostrar as conquistas destas mulheres que, tiveram que provar, muitas vezes, o seu valor, para marcar seu tempo e abrir novos caminhos.

3 No original em francês: “arts, géographies, exploration, histoire, politique, économie, littérature, édition, sciences & techniques, sciences humaines, sports”.

4 No original em francês: “Chaque Page de ce livre est une invitation à célébrer le meilleur de l'esprit humain: La capacité d'inventer, de se renouveler, d'imaginer des solutions innovantes pour la paix et le développement. L'ingéniosité humaine ne connaît pas de limites. Il fallait un ouvrage comme celui-ci pour rendre hommage à la diversité des créatrices, e saluer leur contribution à la civilisation et à la culture mondiale.”

Sabemos que a questão do dicionário é dar visibilidade. Esta foi uma reivindicação que data dos anos sessenta e setenta do século passado, na chamada “Segunda Onda do Feminismo”, quando a preocupação residia em trazer para o público a presença das mulheres, mostrar a diferença, não aceitar que a palavra “homem” fosse sinônimo de “seres humanos” ou de “humanidade”. Reivindicavam a categoria “mulher”. Queriam “resgatar a mulher”, falavam que era preciso investigar a “condição feminina”. O que as pessoas dos movimentos feministas dos anos 1970 estavam questionando era justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Assim, o que o movimento reivindicava, fazia-o em nome da “mulher”, e não do “homem”, mostrando que o “homem universal” não incluía as questões que eram específicas da “mulher” (PEDRO, 2005).

A História das Mulheres não buscou apenas mulheres famosas. Narrou, também, a vida e, especialmente, o cotidiano de mulheres comuns: lavadeiras, operárias, camponesas, trabalhadoras em geral. A historiadora Michelle Perrot, no livro *Os excluídos da história*, já falou desta busca por visibilidade na historiografia dos anos 1970 (PERROT, 1988).

Esta historiografia que focalizou as mulheres, a partir dos anos 1970, foi escrita, em grande parte, por mulheres. Estas fizeram-na dentro dos marcos do que se convencionou chamar de “história profissional”. É preciso lembrar disso, pois a historiadora Bonnie Smith, no livro *Gênero e História* (2003), alerta que as mulheres não começaram a escrever história nos anos 1970. Afirma que, até o início do século XIX, muitas mulheres e homens escreveram “romances históricos” e que a profissionalização da profissão de historiador, durante o século XIX, passou a desqualificá-las e chamá-las de “historiadoras amadoras”. Voltarei a esta questão, mais tarde.

Com estas ressalvas, quero retornar à questão da pesquisa com as historiadoras brasileiras, para a elaboração dos verbetes para o dicionário, do qual falei no início deste texto. Tínhamos que entregar em janeiro de 2012, e não foi fácil. As historiadoras nascidas antes dos anos 1930, reconhecidas nacionalmente, são poucas. Lembro que somente em 1934 foi criado, na USP – Universidade de São Paulo, o primeiro curso superior de História – ligado, inicialmente, à Geografia e desmembrado desta em 1950, que até então formava professores em História e Geografia para os ensinos primário e secundário (ROIZ, 2012).

Acionamos nossos contatos pelo Brasil afora e obtivemos vários nomes. Entretanto, ninguém tinha muitas informações sobre estas historiadoras. Fizemos, inicialmente, um projeto bem ambicioso; depois, constatamos que, até o final de janeiro de 2012, não seria possível obter informações razoavelmente confiáveis sobre cada uma delas. Por isso, acabamos por enviar, também, nomes de historiadoras que haviam nascido na década de 1940,

dentre elas Sandra Jatahy Pesavento. Os nomes que enviamos para o dicionário foram os seguintes:

BITTENCOURT, Adalzira de Albuquerque (Bragança Paulista, São Paulo, Brasil, 1904; Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 1976), professora, escritora, poeta, romancista, contista e ensaísta.

CANABRAVA, Alice Piffer (Araras, S.P., 1911 – São Paulo, S.P., 2003), historiadora.

COSTA, Emília Viotti da (São Paulo, 1928), historiadora.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva (São Paulo 21/04/1940) historiadora.

GOMES, Ângela de Castro (Itaperuna, RJ, Brésil, 1947) Historiadora.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira (Santos-São Paulo, 1926 – São Paulo, 2013) historiadora.

LINHARES, Maria Yedda Leite (Fortaleza, 1921 – Rio de Janeiro, 2011, Brasil) Historiadora.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (Rio de Janeiro, Brasil, 1924-2011) Historiadora.

MARTINS, Ismênia de Lima (Niterói, RJ, Brasil, 1942). Historiadora.

MATTOSO, Katia Mytilineou de Queirós (Vòlos, Grécia, 1932; Paris, França, 2011). Historiadora.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1946 – 2009). Historiadora.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. (Porto Alegre-RS, 1932). Historiadora.

SABINO, Inês (Salvador, Bahia, Brasil, 1853 – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 1911). Poeta, romancista, contista, memorialista e biógrafa.

SOIHET, Rachel (Salvador, Bahia, Brasil, 1938). Historiadora.

WESTPHALEN, Cecília Maria (Lapa, 1927 – Curitiba, 2004). Historiadora.

A pesquisa sobre mulheres historiadoras no Brasil tem merecido melhor atenção, ultimamente. Nestes verbetes enviados, muitos nomes de historiadoras ficaram de fora. Sabemos que há pesquisas focalizando historiadoras brasileiras. Liblik (2017) fez uma tese de doutorado em História, na qual trabalhou com dezenove historiadoras divididas em duas gerações: a primeira, de 1940 a 1970, e a segunda, de 1971 a 1990, levando em conta a época de entrada destas no curso de graduação em História.⁵ É bom lembrar que, no Brasil, somente em 1879 foi aprovada a autorização para mulheres

5 Sandra Jatahy Pesavento **não consta entre as historiadoras focalizadas nesta tese.**

cursarem o ensino superior.⁶ Outras autoras e autores têm focalizado a trajetória de vida de historiadoras, seja para fazer um balanço do percurso historiográfico de quem pesquisa história, seja para focalizar, especificamente, as historiadoras. É isso o que faz Tania Regina Zimmermann, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.⁷ De qualquer maneira, este é um campo de estudos ainda em formação, merecendo muita pesquisa.

Voltando ao verbete que fizemos para *Le dictionnaire universel des créatrices*, enviamos, como mostrei acima, o verbete de Sandra Jatahy Pesavento, pois ela nascera na década de quarenta e conhecíamos sua importância na historiografia e na formação de novas/os pesquisadoras/es. Para dar conta dividimos o trabalho e líamos textos contribuindo uma com a outra. Janine Gomes da Silva, nossa colega, foi a responsável pelo verbete de Sandra. A versão em português do verbete é a seguinte:

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1946; Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2009), historiadora.

Sandra Jatahy Pesavento faleceu em 2009 deixando uma vasta obra e é lembrada como uma referência especialmente no campo da História Cultural no Brasil. Graduiu-se em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1969), fez mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1978) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1987). Realizou pós-doutorados em Paris: na École des Hautes Études en Sciences Sociales (1990 e 1997), na Université Paris VII (1993) e na Université Paris IV (1996). Foi professora convidada de várias instituições estrangeiras e professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR). Atuava na área de História, com ênfase em História do Brasil, trabalhando com os seguintes temas: história cultural, história cultural urbana, imaginário e representações, história e literatura, patrimônio e memória. Foi pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenadora do Grupo de Trabalho em História Cultural da Associação Nacional de História (ANPUH).

Com intensa produção historiográfica, contribuiu com a

6 Tratava-se da lei Saraiva (BLAY; CONCEIÇÃO, 1991).

7 Tania Regina Zimmermann está entrevistando inúmeras historiadoras, buscando a delimitação de campos de pesquisa, na institucionalização de cursos de graduação e programas de pós-graduação na área e na renovação dos estudos históricos brasileiros, especialmente os do período republicano. Ver no Lattes ID Lattes: 2227609326004038.

formação de toda uma geração de pesquisadores; orientou muitas pesquisas, participou de inúmeros congressos, publicou artigos em diferentes periódicos, nacionais e internacionais, bem como, publicou capítulos em muitos livros. E, das suas 51 obras, individuais ou que organizou, destacou-se: *Os Sete Pecados da Capital* (Hucitec, 2008), *História e História Cultural* (Autêntica, 2003), *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX* (Editora Nacional, 2001), *Imaginário da cidade: representações do urbano* (Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre) (Editora da UFRGS, 1999), *Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX*. (HUCITEC, 1997), *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho* (RS 1889-1930) (Mercado Aberto, 1988) e *Visões do Cárcere* (Zouk, 2009), sua última publicação (póstuma). Janine Gomes da Silva. (SILVA, 2013, p. 3419, tradução nossa).

2 Como as historiadoras são lembradas?

A trajetória de várias historiadoras tem sido objeto de pesquisa e de publicação na forma de artigos, teses, dissertações, livros e capítulos. Algumas dessas trajetórias são narradas num momento de autorreflexão da História, quando historiadoras/es repensam os objetos de pesquisa, as abordagens e os percursos das pessoas envolvidas. Há, também, narrativas que são construídas quando historiadoras são homenageadas como professoras eméritas; algumas têm suas entrevistas publicadas em revistas acadêmicas, e suas trajetórias são publicadas quando morrem. O Instituto Histórico e Geográfico tem por tradição, homenagear historiadores/as em geral, pesquisadores/as do passado e já falecidos/as. Uma forma de deixar registrada a trajetória de antigos/as sócios/as do Instituto.

O crescimento do feminismo, especialmente no século XXI, tem ampliado a presença de publicações sobre historiadoras. Talvez porque uma geração de mulheres envolvidas com o ensino e a pesquisa histórica esteja ocupando espaços de poder na academia, nas associações e ganhando destaque no campo historiográfico. Já existem vários trabalhos publicados: os livros *O historiador e seu tempo* (FERREIRA; BEZERRA; LUCA, 2008) e *Conversa com Historiadores Brasileiros* (MORAES; REGO, 2002), são exemplos.

É costumeiro ler relatos de “boas professoras” de história, especialmente nos obituários de jornais ou nos sites das universidades onde trabalharam. Sobre Sandra Pesavento, muitas pessoas já falaram sobre isso, especialmente suas ex-alunas e orientandas. Eu ainda acrescentaria, pois pude constatar, a desenvoltura como Sandra fazia uma conferência, como dava uma aula, como participava de uma banca. Ela sabia falar, sabia se expressar. Seu discurso era organizado, simples e de grande profundidade teórica, que transparecia nos textos escritos. Sempre foi considerada uma “boa professora”.

Esta **é**, certamente, a principal referência que se faz **às** historiadoras. Muitas foram professoras de séries iniciais, antes de darem aulas nas universidades. Aprenderam a falar para crianças e adolescentes e a lidar com a disciplina em sala de aula. Enfim, são muitas delas, consideradas “boas professoras”, mas, seriam memoráveis historiadoras? Ou apenas boas professoras de história? Eu acrescento: muitas têm sido consideradas como professoras maravilhosas – lembradas por muitas/os de suas/seus ex-alunas/os. Mas **é** só isso?! Uma das historiadoras que estava em nossa lista para os verbetes do dicionário francês, acima citado, morreu recentemente. Trata-se de Consuelo Pondé de Sena, nascida em 1934, em Salvador, que teve uma trajetória como professora universitária, historiadora e ter sido presidenta do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Foi considerada, também, uma “boa professora”.

É preciso frisar que as historiadoras que citamos até agora, enfim, que receberam homenagens, são consideradas brancas⁸, de classes médias urbanas e abastadas; muitas delas, originárias de famílias com posses que puderam dar-lhes formação de elite e erudição. Elas tiveram “capital cultural” (BOURDIEU, 1997). Em grande parte, são diferentes das novas historiadoras, formadas a partir dos anos setenta, quando os cursos de graduação em História se tornaram mais numerosos. A maioria das novas historiadoras era oriunda de camadas médias, e não mais da elite (LIBLIK, 2017).

E as historiadoras, além de “boas professoras”, trouxeram alguma contribuição específica para a historiografia? Margareth Rago, no capítulo “As mulheres na historiografia brasileira” (RAGO, 1995), descreve a trajetória de mulheres que se tornaram referência no campo da História das Mulheres. Muitas iniciaram as pesquisas com abordagens da História Social e passaram, depois, para a História Cultural. Neste texto, sem ser exaustiva, Margareth levanta vários nomes de historiadoras que se dedicaram à História das Mulheres, ou que tiveram personagens mulheres como alvo de estudos. Afirmo que

[...] estes estudos estiveram voltados para fazer emergir um universo feminino próprio, diferente, mas não inferior, do mundo masculino e regido por outra lógica e racionalidade. Todas estas historiadoras revelam uma aguda percepção do feminino e trazem enorme contribuição para a desconstrução das imagens tradicionais das mulheres como passivas e incapazes de vida racional e de decisões de peso. (RAGO, 1995, p. 83).

8 Refiro-me à noção de branquitude e de colorismo, comum no Brasil, um país de forte miscigenação. Ver Schucman (2014).

3 Mulheres como historiadoras profissionais

A historiadora Smith (2003), no livro *Gênero e História*, lembra-nos, que várias mulheres, assim como vários homens, escreveram romances históricos. Utilizavam, com frequência, depoimentos orais, mesmo porque o acesso delas aos arquivos era proibido e, quando possível, eram constantemente vigiadas. Foram, como já disse, a partir do início do século XIX, classificadas como amadoras. O que isso queria dizer? “Amadoras” eram, então, historiadoras que, há muito tempo, escreviam usando diferentes tipos de fontes, muitas vezes conseguidas através de suas redes de relação. A noção de “amadorismo” em História foi associado à escrita destas mulheres e à superficialidade. Esta classificação como amadora foi construída com o desenvolvimento do “profissionalismo”, este associado aos ideais de masculinidade, constituído nos Liceus, arquivos e seminários. Nestes lugares, as mulheres não podiam entrar (SMITH, 2003, p. 147-153).

Convém lembrar que o conhecimento era privilégio de mulheres e homens de elite. Para as mulheres, por muito tempo, este era ministrado em casa, por professoras e professores contratadas/os especialmente para tal. Maria Yedda Leite Linhares, historiadora brasileira nascida em 1921 e falecida em 2011, por exemplo, não frequentou escola primária, teve professores em casa. A maioria das mulheres, entretanto, ficou fora deste conhecimento, e, mesmo sendo de elite, algumas foram proibidas de aprender a ler e escrever (MORAES; REGO, 2002, p. 74-75).

Para os meninos, o ambiente escolar tornou-se o lugar de formação da masculinidade. O historiador profissional nascia, assim, longe de casa, quando frequentavam internatos, no conflito entre meninos e com o professor, contra a feminilidade, uma vez que as meninas não frequentavam a escola. Era desta maneira que definiam o que era superior: eles e seus heróis, e o que era inferior: tudo mais, categoria na qual se incluíam as mulheres (SMITH, 2003, p. 73-78).

A constituição da História profissional e, portanto, do historiador, e não da amadora, no século XIX, foi constituída como masculinidade, dentro de arquivos e seminários. Lembro que mesmo quando mulheres passaram a entrar nas escolas de ensino superior – as universidades – muitas vezes acompanhadas de seus irmãos ou pais – eram proibidas de assistir a seminários. Estes, dizia-se, exigiam um conhecimento lógico que estava distante da capacidade das mulheres. Smith (2003) alerta-nos, ainda, que a palavra seminário tem origem no Latim – *sêmen* – portanto masculino.

Com isso, pretendo lembrar que escrever história não era considerado uma profissão para mulheres; daí, certamente, a dificuldade de encontrarmos mulheres como historiadoras profissionais no início do século XX. As mulheres, entretanto, continuaram a pesquisar fontes e a escrever história – principalmente como esposas de grandes historiadores.

Françoise Thébaud afirma que a historiografia francesa foi, por muito tempo, um ofício de homens. Estes escreveram uma história para homens, apresentada como universal. Era uma “história assexuada, que esquecia a diferença dos sexos e o masculino no homem” (THÉBAUD, 2009, p. 41). A Escola dos Annales, por exemplo, ela lembra, era uma “confraria masculina”, utilizando, muitas vezes, o trabalho gratuito de mulheres, em geral suas esposas, as quais eram encontradas como estudantes, nos bancos das faculdades (THÉBAUD, 2009, p. 34-35). Poucos historiadores fazem referência a esse trabalho gratuito, nos prólogos de seus livros⁹. Bernice Carroll, historiadora norte-americana, nos anos setenta, caracterizou a American Historical Association como “‘Sociedade de proteção de cavalheiros’, apoiando abertamente práticas de sexismo, racismo, classismo, heterossexismo, e anti-semitismo.” (CARROLL, 1994, p. 79).

Smith (2003) conta-nos que Jules Michelet casou-se com Athénais, mulher extremamente erudita. Este historiador afirmou, em muitos momentos, que sua esposa teria não só colaborado com a pesquisa, mas, também, escrito capítulos de seus livros. Claro que isto não ocorre apenas entre profissionais da História, sabemos, hoje, que Zélia Gatai datilografava e organizava a escrita de Jorge Amado, e mais, que era Simone de Beauvoir quem fazia os projetos de Sartre.

Esta discussão sobre a “ajuda” das esposas aos “grandes intelectuais” já foi alvo de discussão nos anos 1970, no feminismo de Segunda Onda. No periódico *Nós Mulheres*, de junho de 1976, na página 9, foi publicado um artigo intitulado “Procura-se uma Esposa”. Este texto mostrava a importância de ter uma esposa que criasse seus filhos e se encarregasse dos afazeres doméstico, fazendo com que sobrasse muito mais tempo para ela. O artigo conclui dizendo “Meu Deus, quem não gostaria de ter uma esposa?” (MELLO, 2010, p. 53-54). Afinal, é muito conveniente ter à disposição uma pessoa que faz o trabalho e não exige pagamento, nem autoria.

Apesar de todas as dificuldades e impedimentos, as mulheres foram se formando nos cursos de História e se tornando “historiadoras profissionais”. E, como lidavam com as questões de gênero? E os historiadores?

4 A vida familiar das historiadoras e as relações de gênero

O livro *Conversa com Historiadores Brasileiros* (MORAES; REGO, 2002), apresenta quinze entrevistas com pessoas que são reconhecidas como historiadoras; treze delas trabalharam no Sudeste do Brasil. Destas, apenas cinco são mulheres. Por que tão poucas? Lembro que, só recentemente, o campo

⁹ Uma exceção é o historiador Edward Palmer Thompson, que agradece à esposa pelo trabalho que realizou, e que lhe permitiu fazer o livro.

historiográfico tornou-se menos masculino. Não se criam “grandes historiadoras” em pouco tempo; é preciso ter muita paciência, dar muitas aulas, fazer muita pesquisa, desenvolver muito trabalho e não ser tão jovem. Por outro lado, os autores deste livro tiveram o cuidado de perguntar para homens e mulheres sobre sua vida privada, atitude rara e merecedora de elogios, mesmo atualmente. Embora as discussões do livro e as perguntas não focalizem a questão de gênero, as entrevistas publicadas permitem fazer esta análise. Mesmo que Sandra Jatahy Pesavento não seja uma das entrevistadas, pretendo relacionar esta análise com sua vida.

As historiadoras cujas entrevistas foram publicadas no livro são: Maria Yedda Linhares, Emilia Viotti da Costa, Maria Odila da Silva Dias, Angela de Castro Gomes e Laura de Mello e Souza. Todas atuaram no Sudeste do Brasil, embora nem todas tenham nascido aí, como Maria Yedda Linhares, que nasceu em Fortaleza, mas atuou como historiadora no Rio de Janeiro. Sempre é bom destacar a dificuldade que a historiografia fora do eixo Rio-São Paulo teve para se afirmar. Tudo que era produzido aí era considerado “História Regional”, de forma desqualificada, em relação ao que ocorria no Sudeste, este sim considerado “História do Brasil”. Sandra Pesavento teve seu trabalho, por muito tempo, considerado como “História Local”, como se a História do Rio Grande do Sul não fosse História do Brasil.

Observando sob o ponto de vista do gênero, podemos destacar algumas diferenças nas trajetórias de historiadores e de historiadoras: a) a vida familiar; b) os preconceitos de gênero; c) o casamento.

As cinco mulheres entrevistadas, espontaneamente falaram da família, das decisões que tomaram em função do casamento ou do nascimento das filhas. Esses acontecimentos, muitas vezes, interromperam suas carreiras, fizeram com que adiassem decisões de viagem ou de fazer pós-graduação. Emília Viotti da Costa, diz “Nos primeiros anos, lecionei, também, na Faculdade de Sorocaba. Nessa época, tinha uma filha pequena, e só pude me dedicar a tantas atividades porque morava com meus pais.” (MORAES; REGO, 2002, p. 72). Da mesma maneira, Ângela Maria de Castro Gomes, ao falar de seu doutorado no IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, afirma: “Fui da primeira turma, a de 1981. Mas durante o período do curso, tive minhas duas filhas, fato importantíssimo na vida de uma mulher. Portanto, tive que interromper duas vezes meus trabalhos.” (MORAES; REGO, 2002, p. 295). É isso, também, o que nos conta Laura de Mello e Souza:

Eu me casei muito cedo – com 19 anos – e tive minha primeira filha quando terminei o curso de graduação. Só entrei no mestrado quando ela já tinha mais de um ano. Daí, fiz a pós-graduação inteira, do mestrado ao doutorado, quase direto,

parando um pouco entre 1980 e 1982 porque tive minha segunda filha. (MORAES; REGO, 2002, p. 369).

Ou então ainda:

Fazer o doutorado não foi fácil para mim: naquele momento me separei, fiquei com duas filhas pequenas, casei de novo e ingressei na universidade como professora. Minha vida ficou muito atrapalhada, meus prazos começaram a ficar apertados e eu não conseguia montar o trabalho. (MORAES; REGO, 2002, p. 373).

Sandra Jatahy Pesavento teve dois filhos. E podemos notar o impacto que representaram na sua formação. Graduou-se com 23 anos, em 1969, teve o primeiro filho em 1972 e a filha em 1976. Ela, então, iniciou o mestrado em 1973, um ano após o nascimento do filho e levou cinco anos para terminar¹⁰. Durante o mestrado, sua filha nasceu, de maneira que somente dois anos depois, em 1978, aos 32 anos, ela concluiu o mestrado. Mesmo que a condição de classe tenha reduzido, para ela, através da presença de babás e empregadas, o peso que o nascimento dos filhos tem na carreira das mulheres em geral, assim mesmo, o tempo que levou para fazer o mestrado mostra o impacto dos filhos na sua carreira. Para realizar o doutorado, ela levou apenas quatro anos: iniciou em 1983 e concluiu quando tinha 41 anos, em 1987¹¹. Os filhos já mais crescidos e a condição de classe, certamente, facilitaram seu desempenho. Fez vários pós-doutorados: em 1990 na EHESS – École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris; entre outubro de 1992 a janeiro de 1993, na Paris VII – Jussieu; entre 01 de novembro de 1995 até 28 de fevereiro de 1996, na Paris IV/Sorbonne; de março de 1996 a fevereiro de 1997, no Centre de Cultures et Sociétés Urbaines/CNRS e EHESS.

No livro, já citado, *Conversa com Historiadores Brasileiros*, os homens entrevistados também falam de família e filhos, mas, para muitos, o casamento e, principalmente, o nascimento de filhos, significou ter que se estabilizar e manter-se num emprego, como é o caso de Boris Fausto. Ele explica porque não entrou no CEBRAP:

10 Os mestrados da época costumavam durar em média quatro anos. Sandra fez uma dissertação, na PUC – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com 500 páginas, intitulada *Charqueadas, frigoríficos e criadores: um estudo sobre a República Velha Gaúcha*. Essa dissertação se transformou em livro publicado pela Editora Movimento, em 1980, com 304 páginas (FREITAS, 2006, p. 15).

11 Fez doutorado na USP – Universidade de São Paulo, entre 1983 e 1987 defendendo a tese: *Empresariado industrial, trabalho e Estado: contribuição a uma análise da burguesia industrial gaúcha (1889-1930)*. Este trabalho se transformou em dois livros: *Burguesia gaúcha – a dominação do capital e disciplina do trabalho* (1988) e *Os industriais da República* (1991).

Vou dizer com toda franqueza: eu já tinha passado por dois processos, o pessoal lá também tinha, mas eles estavam muito mais desvinculados das instituições, pois tinham sido aposentados compulsoriamente. Eu tinha conseguido sobreviver, tinha os filhos para criar junto com minha mulher, e tinha um emprego que conseguia manter a duras penas. (MORAES; REGO, 2002, p. 112).

Ele acrescenta que, ao ver as inúmeras aposentadorias compulsórias que ocorriam na USP, preferiu não se envolver e correr o risco de perder o emprego.¹²

José João Reis diz que teve, inicialmente, uma carreira totalmente voltada para a pesquisa, ele fazia vários “bicos” com trabalho de pesquisa – “naqueles anos, ao contrário de hoje, era possível fazer bico em pesquisa e pagar as contas. Meus principais bicos foram com pesquisa” (MORAES; REGO, 2002, p. 314). Foi, por muito tempo, assistente de pesquisa de Kátia Mattoso. Entretanto, quando nasceu seu filho Demian, teve que se estabilizar e ele mesmo diz: “virei historiador porque tinha de comprar o leite do filho.” (MORAES; REGO, 2002, p. 315). É interessante que os historiadores não se dão conta dos constrangimentos de gênero que viveram. Foram essas relações de gênero que exigiram que eles definissem uma estabilidade econômica, pois precisam prover recursos para sustentar a família.

A relação com o cônjuge também é relatada por ambos, historiadoras e historiadores: Maria Yedda Leite Linhares nasceu em Fortaleza e conta como a família de seu marido resistiu ao casamento dela, pois “não era comum a mulher casada trabalhar fora de casa. Ainda vigorava na sociedade, sobretudo nordestina, o papel da mulher para fins exclusivamente domésticos.” (MORAES; REGO, 2002, p. 28). Mas, de acordo com ela, o marido a ajudou:

José tornou-se o maior incentivador e principal apoio à minha vida profissional nesses anos todos. Nos casamos em 1947 e vivemos 38 anos juntos, até ele falecer em 1985. Foi meu amigo e colaborador, orgulhoso de tudo o que eu fazia, solidário em todos os sentidos (MORAES; REGO, 2002, p. 28).

Sandra Pesavento, também, em vários momentos fazia referências elogiosas ao marido Roberto Pesavento. Em entrevista, Freitas (2006), contou como o conheceu na Faculdade de Economia, quando foi participar de um seminário. Ela sempre falava do quanto ele se orgulhava da carreira dela

12 Com a ditadura de 1964, especialmente depois do AI-5, vários intelectuais foram perseguidos e professores da USP foram aposentados compulsoriamente.

e como a apoiava. Este tipo de depoimento não é muito comum entre as historiadoras. Estas, em geral, falam de separações e das dificuldades que encontraram e, até, de competições em relação à carreira. Alguns maridos sentem-se incomodados com a fama que a esposa vai adquirindo. A forma como o gênero é constituído na nossa sociedade exige que o destaque da família seja o marido e, quando isso não ocorre, costuma levar a conflitos.

Por sua vez, alguns dos historiadores entrevistados no livro já citado (MORAES; REGO, 2002), fazem menções elogiosas às suas esposas como apoiadoras de seus projetos: Edgar Carone, por exemplo, ao falar do período que morou numa fazenda em Bofete, São Paulo, em 1933, doada pelo seu pai, disse que achou que não conseguiria aí permanecer por sua vida ter sido sempre urbana. Entretanto, conseguiu ficar na fazenda por doze anos ininterruptos e atribui esta permanência no local à esposa. Ele então diz:

Minha mulher teve muita coragem de ir para lá. Eu me casei em 1949, minha mulher morreu há uns quatro anos. Minha mulher tinha uma capacidade de compreensão muito grande. O fato de ela ter morado na fazenda dez anos foi uma atitude nesse sentido (MORAES; REGO, 2002, p. 52).

Boris Fausto atribuiu a escolha de cursar a Faculdade de História ao fato de ter sido apoiado pela esposa:

Ah, depois de casado. Isso é curioso, devo o incentivo à minha mulher, porque eu sempre dizia: “Algum dia vou tomar uma atitude nessa direção”, mas eu não me movia. Foi ela quem disse: “Vai tentar fazer o que você quer, a gente se segura por aqui, se ajeita financeiramente” (MORAES; REGO, 2002, p. 96)

É importante destacar o quanto é comum que mulheres se disponham a economizar muito nas despesas familiares e a trabalhar, garantindo o sustento da família, para que seus maridos estudem, ou trabalhem em atividades mal remuneradas, como escrever, pintar, tocar um instrumento musical, cantar etc... Estas narrativas são comuns e bem aceitas. A expectativa é que, quando concluídos os estudos, ou quando seus maridos se tornem famosos e suas atividades se tornam rentáveis, elas possam deixar de trabalhar e possam voltar ao posto de esposas, mães e donas de casa. O inverso é bem incomum. Nas relações de gênero que temos vivido no ocidente, o trabalho das mulheres no sustento do lar é considerado como passageiro, devendo o retorno ao lar acontecer, num futuro próximo, mesmo que este futuro nunca chegue.

Não foi este o percurso de Sandra Pesavento. Seu marido, Roberto

Pesavento, era professor de Ciências Contábeis da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul e auditor fiscal do Estado do Rio Grande do Sul. Isso significa que o apoio foi, como ela sempre dizia, muito mais dele para ela do que o inverso.

5 Problemas de gênero

Nota-se, em vários depoimentos das historiadoras, a denúncia da discriminação de gênero. Claro que estas narrativas – embora se refiram ao passado – foram instruídas por conhecimentos do presente, quando o feminismo já havia denunciado as várias maneiras de práticas do preconceito. Maria Yedda Leite Linhares, por exemplo, conta que, ao fazer concurso para a Cátedra, em 1957, passou a enfrentar o ciúme dos colegas: “Foi um concurso muito importante, pois não era comum a mulher chegar ao posto de catedrática. Creio que fui, cronologicamente, a primeira na área científica.” (MORAES; REGO, 2002, p. 32). Emília Viotti da Costa ao falar das dificuldades vividas nas universidades norte-americanas, relata as dificuldades de enfrentar a “discriminação contra a mulher, que precisava ser melhor do que o homem para ser aceita como igual, e a discriminação contra latinos.” (MORAES; REGO, 2002, p. 77). Maria Odila Leite da Silva Dias, ao falar da nomeação como assistente de Sérgio Buarque de Holanda, aos 21 anos, diz: “A princípio, foi um prazer enorme e, logo, uma luta na Faculdade, pois os professores Eurípedes e França relutavam em aceitar as pessoas indicadas por ele¹³. Havia, também, certo machismo. Preferiam professores homens.” (MORAES; REGO, 2002, p. 188).

Entre os historiadores, nenhum relatou problemas de gênero. Poderiam, por exemplo, lembrar que o fato de serem homens garantiu-lhes privilégios costumeiramente negados às mulheres. Como se pode ver, a trajetória de historiadores e historiadoras não possui as mesmas barreiras nem as mesmas vantagens.

Teria Sandra Pesavento sofrido alguma discriminação de gênero em sua carreira? Muito difícil responder. Em nenhum texto ou entrevista, Sandra fez qualquer denúncia nesta direção. Ao falar de tensões vividas em sua carreira, atribuiu-as a outros problemas. Dizia serem disputas historiográficas. Terá feito uma boa leitura destas disputas?

Em relação à sua carreira, Sandra, em mais de uma ocasião, falou das tensões vividas dentro do Departamento de História da UFRGS. A mudança de abordagem historiográfica, realizada por Sandra Pesavento, caminhando da História Social, com abordagem marxista, para a História Cultural, trouxe-lhe inúmeros conflitos. Muitos colegas passaram a considerá-la como

13 Refere-se à indicação de Sérgio Buarque de Holanda.

traidora da causa. A disputa de abordagem, pelo que ela contava, dividiu o Departamento e, na época, colocou-a num lugar com poucos apoios. Mas havia outras questões: os contatos internacionais que conquistou, a forma como conseguiu autorização da sua universidade para fazer três pós-doutorados, sendo um deles com duração de dois anos – previsto nas instituições financiadoras, mas de difícil acesso para a maioria das/os professoras/es, trouxeram-lhe mais tensões. Lembro-me que, em vários momentos, Sandra fez referência aos problemas que tinha com colegas por fazer pós-doutorado de dois em dois anos: em 1990, 1992 e, ainda, entre 1995 e 1997. Estes pós-doutorados colocaram o Programa de Pós-graduação em História da UFRGS no circuito internacional. As publicações internacionais que estas atividades proporcionaram, no entanto, não pareciam suficientes. Em vários momentos, Sandra mostrou como era difícil ser uma intelectual no seu Departamento¹⁴. Suas queixas concentravam-se na forma como desqualificavam suas obras, definiam sua vida acadêmica sem consultá-la e desqualificavam, inclusive, as pessoas que ela havia orientado no mestrado e doutorado. O fato de supostamente viajar demais trouxe-lhe várias críticas. Ela falou disso em entrevistas; dizia que muitas vezes lhe perguntavam-lhe: afinal, onde morava? No Brasil ou na França? (RIBEIRO, 2002). As tensões que viveu no Departamento seriam, realmente, apenas uma disputa de abordagem historiográfica?

Gostaria de destacar outra questão: a forte aparência de origem indígena¹⁵ que Sandra tinha. Em uma entrevista publicada no ano 2000 ela reconheceu esta origem: “Eu, por exemplo, com essa cara que Deus me deu, sem dúvida não poderei ser identificada com nenhuma europeia, só falta uma pena e arco e flecha, porque tá na cara.” (PECHANSKY; TIMM, 2000, p. 99) e, em outro momento da entrevista, afirmou que o nome Jatahy era tupi-guarani e que seu avô teria vindo da “terra de Iracema”, ou seja, do Ceará e que ela era Tupinambá, da grande nação Tabajara (PECHANSKY; TIMM, 2000). Nesta entrevista, ela dizia que, apesar das características indígenas era, muitas vezes, considerada uma parisiense, pois as pessoas pediam-lhe informações na rua, como pediriam para alguém moradora do local. Em 2001, entretanto, quando eu estava fazendo pós-doutorado na França, ela narrou, indignada, que uma professora francesa (da qual ela não deu o nome) teria lhe perguntado: “Estes brincos que você usa, fazem parte de sua cultura?”¹⁶

14 Quero aqui fazer uma referência ao texto de Luciana Gransotto apresentado na disciplina: História Global e Estudos de Gênero: Feminismo e democracia, ministrada por mim no primeiro semestre de 2018. Texto intitulado: “Mulheres intelectuais”.

15 A mãe tinha sangue italiano, alemão e português; o pai, sangue português e indígena (FREITAS, 2006, p. 15).

16 Quero destacar que Sandra sempre usou brincos grandes. Em inúmeras fotos ela aparece com este acessório.

Ou seja, embora ela achasse que as pessoas a consideravam como parisiense, a pessoa que lhe falou a identificava como estrangeira e de origem indígena. Ainda, em entrevista de 2006, já citada, Sandra narrou um caso de discriminação sofrida num avião de uma companhia da África do Sul. Conta que somente seu marido – que tem pele clara e olhos azuis – recebeu refeições. Foi somente quando seu marido protestou, indicando que ela era sua esposa, que lhe serviram a comida (FREITAS, 2006, p. 15). Esta identificação indígena deve ter dificultado seus passos, que ela, mesmo assim, superou, pois construiu uma bela carreira internacional.

6 Usos do gênero

Como já disse, Sandra Pesavento não costumava relatar dificuldades em sua carreira motivada por questões de gênero. Entretanto, é possível identificar, em sua trajetória, o “uso do gênero”, ou seja, ela participou intensamente dos “jogos de gênero”. Esta categoria “jogos de gênero” ou de “usar o gênero” (CAPDEVILA, 2001; DUARTE, 2011) tem sido utilizada na historiografia para indicar o uso, pelas mulheres, das relações de gênero que desqualificam as mulheres, atribuindo a elas fragilidade, incapacidade intelectual, emoção exacerbada etc. e cobra, também, beleza e juventude. Ou seja, algumas mulheres, conscientemente ou não, utilizam-se destas relações para obter algum apoio nas disputas. Elas, então, performatizam uma feminilidade exigida pela cultura (BUTLER, 2003). Neste sentido, Sandra Pesavento soube usar o gênero: usou e abusou das noções de feminilidade. Além de ser casada, com dois filhos, o que a colocava confortavelmente no campo das mulheres respeitadas, era muito elegante, com roupas sempre bem cortadas, da melhor qualidade, dificilmente repetidas. Aparecia em público com maquiagem irrepreensível, cabelos sempre muito bem arrumados. Era uma mulher exuberante. Esta expressão de feminilidade, se não a ajudou, certamente em nada atrapalhou. Quando chegava aos espaços, era sempre muito olhada e fotografada. Podemos afirmar que, em vários momentos, Sandra usou as relações de gênero em seu benefício, performatizando uma feminilidade respeitável e elegante.

7 Atuação de Sandra na ANPUH – Associação Nacional de História

Sandra Pesavento teve importante atuação dentro da ANPUH – Associação Nacional de História¹⁷. Foi a primeira diretora da ANPUH-RS na gestão (1979-1983). Na gestão seguinte (1983-1985), permaneceu na diretoria da

17 Até 1993 a ANPUH intitulava-se – Associação Nacional de Professores Universitários de História.

ANPUH, fazendo parte da Comissão de Divulgação. Na ANPUH-Brasil, Sandra participou, duas vezes, do Conselho Consultivo: nas gestões de 1981-1983 e 1983-1985.¹⁸ Sua atuação principal foi na criação e direção do GT História Cultural.

Com o crescimento das universidades, dos programas de pós-graduação e, conseqüentemente, do público no SNH – Simpósio Nacional de História, vinha sendo solicitada à direção da Associação a possibilidade de criação de GTs – Grupos de Trabalho. A ANPUH, em assembleia durante o SNH de 1999, realizado em Florianópolis (tendo à frente da organização do evento a profa. Eunice Nodari e eu), resolveu normatizar a criação de GTs). Para tanto, esta organização exigia – e ainda exige – que: “Os GTs deverão, necessariamente, se organizar no interior de pelo menos 2 (duas) Sessões Estaduais e incluir pesquisadores de, no mínimo, 3 (três) instituições diferentes de ensino e pesquisa na área de História.”¹⁹

A partir de um grupo de colegas e de estudantes, simpatizantes da História Cultural, coordenados por Sandra Pesavento foi criado, durante a III Jornada de História Cultural, ocorrida na UFRGS, o GT de História Cultural da ANPUH/RS. Por ter abrangência nacional e por cumprir as exigências da Associação, teve aprovada a criação do GT História Cultural em 2001 na Assembleia do SNH daquele ano, evento ocorrido em Niterói. Na presidência do GT, ficou Sandra Jatahy Pesavento, que permaneceu no cargo até sua morte, em 2009.²⁰

O GT de História Cultural, além de participar das várias edições do SNH, apresentando propostas de Simpósios Temáticos, minicursos, mesas-redondas e conferências, também criou eventos próprios a partir de 2002. Neste ano, entre 2 e 5 de setembro, foi organizado o I Simpósio Nacional de História Cultural, sediado pela PUC-RS, e de dois em dois anos, estes Simpósios aconteceram. Note-se que, em 2006, aconteceu em Florianópolis, na UFSC, o III Simpósio Nacional de História Cultural, que teve como tema central “Imagens na História”. Na frente da organização, além da Profa. Sandra Pesavento, estava a Profa. Maria Bernardete Ramos Flores. Eu estava no apoio deste evento.

18 Sobre esta informação consultar os sites da Associação. Disponível em: https://www.anpuh-rs.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=431. Acesso em 08 jul. 2020.

19 Verificar no Regimento Interno da ANPUH o capítulo III que trata da formação de grupos de trabalho. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/regimento-interno>. Acesso em 08 jul. 2020.

20 Ver ANPUH – Associação Nacional de História. GT História Cultural, s./d. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/grupos-de-trabalho/atividades/item/2717-gt-de-historia-cultural>. Acesso em: 08 jul. 2020.

8 Solidariedades de gênero

Dentro do feminismo existe a noção, um tanto romantizada, de “solidariedade de gênero”. O feminismo de segunda onda trouxe esta discussão ao público. A “sororidade” era um dos grandes princípios. Esta noção pretendia substituir a ideia de que as mulheres não podiam ser amigas umas das outras, porque disputavam, todo o tempo, a atenção dos homens. Amizades verdadeiras somente seriam possíveis entre os homens. Foi por isso que a “sororidade” foi questão central na constituição das redes de grupos de consciência (PINTO, 2003; MITCHELL, 1977; PEDRO, 2008). Acreditava-se que era através destas redes que se faria uma revolução cultural – uma revolução feminista. Esta expectativa de criação de uma rede de grupos de consciência, que se espalharia pelo mundo, infelizmente não se concretizou, mas a possibilidade de amizade entre mulheres, não é mais questionada. Mesmo na atualidade, em plena Quarta Onda (HOLLANDA, 2018, p. 11; MATOS, 2010, p. 68) do feminismo, a ideia de “sororidade” ainda persiste, em palavras de ordem como: “Uma sobe e puxa a outra” ou “Empodere duas mulheres”. Ou seja, quando uma mulher consegue vencer as barreiras de gênero que a impedem de subir na carreira, na vida, no amor, enfim, nas várias atividades, deve ser solidária e ajudar outras mulheres. Devo destacar que Sandra não costumava se identificar como feminista, nem como especialista em História das Mulheres. Entretanto, publicou livros cuja temática principal eram mulheres, como é o caso do livro *Os sete pecados da capital* (2008), no qual narra a trajetória de mulheres comuns, envolvidas em pequenos e grandes crimes, registrados pelo aparato jurídico e policial de Porto Alegre no século XIX.

Mesmo não se identificando como feminista, Sandra foi muito importante na trajetória profissional de muitas mulheres e de alguns homens. Eu fui uma destas pessoas. Passo, agora, para encerrar este texto, a relatar as ocasiões em que obtive ajuda de Sandra Pesavento.

Meu contato com Sandra começou quando recriei, em 1986, a seção Estadual da ANPUH, coordenando o I Encontro Estadual de História de Santa Catarina. Fui a primeira diretora desta seção, nesta fase de recriação. Por sugestão de colegas, Sandra foi convidada a fazer uma das conferências. Nesta época, ela fazia parte da comissão de divulgação da ANPUH-RS e do conselho Consultivo da ANPUH-Brasil.

Lembro-me da conferência na qual tratou da “invenção da tradição gaúcha”, com base nas discussões de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997). As pessoas que participaram ficaram muito impressionadas com ela, eu também. Como já informei neste texto, ela tinha um ótimo desempenho em palestras. Sabia se comunicar com a plateia. Trazia simplicidade, profundidade e até alguns toques de humor.

Neste mesmo ano, Sandra telefonou-me perguntando se eu não que-

ria publicar um livro sobre escravidão em Santa Catarina. Ela estava colaborando com a Editora Mercado Aberto, de Porto Alegre e, diante da proximidade do centenário da abolição da escravidão, pretendia publicar livros sobre esta questão. Lembro que, na época, chamei o nosso grupo de estudos²¹ e várias pessoas aceitaram participar. Enviamos um projeto ao CNPq, ganhamos recursos para a pesquisa e três bolsas de iniciação científica. Publicamos, em 1988, o livro *Negro em Terra de Branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*, pela Editora Mercado Aberto, de Porto Alegre. A autoria do livro ficou assim: Joana Maria Pedro, Ligia de Oliveira Czesnat, Luiz Felipe Falcão, Orivalda de Lima e Silva, Paulino Francisco de Jesus Cardoso, Rosângela Miranda Cherem. Esta era a equipe do projeto. Lembro que, em 1988, eu estava começando meu doutorado na USP – Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Maria Odila Leite da Silva Dias.

Encontrei-me, também, com Sandra Jatahy Pesavento em diferentes eventos: Simpósio Nacional da ANPUH, encontros da LASA – Latin American Studies Association, da BRASA – Brazilian Studies Association em Washington, quando ela foi nossa cicerone, pois conhecia a cidade melhor que nós, e, principalmente, na década de 90, após a minha defesa de doutorado. Ela se tornou nossa amiga e nos enviava divulgação de eventos. Eu a convidei para bancas de mestrado e doutorado, e ela também me convidou. Ela esteve na banca de meu concurso para titular, em 1993.

Creio, entretanto, que a principal ajuda que ela me ofereceu foi quando indicou meu nome para participar do XIX^o Colloque de l'Institut de Recherches sur les Civilisations de l'Occident Moderne, entre 16 e 17 de fevereiro de 1996, na Sorbonne. Imaginem a minha surpresa quando recebi uma carta da Profa. Kátia de Queirós Mattoso²², convidando-me a participar do evento. Carta essa escrita em francês. Kátia não me conhecia, meu nome fora indicado por Sandra, pois o evento tinha como subtítulo: *Les Femmes dans la ville: un dialogue franco-Brésilien*.

Nesta época, minha compreensão da língua francesa era rudimentar. A participação no evento exigiu, de mim, uma grande dedicação. Apresentei os resultados de uma pesquisa que eu estava realizando sobre infanticídio. Conteí com a ajuda de Sandra na tradução. Este texto foi, posteriormente, publicado em livro (PEDRO, 1997, p. 91-108). Realmente, este evento me abriu portas, redes e contatos.

21 Na UFSC, tínhamos um grupo de estudos que se reunia uma vez por semana para estudar autores clássicos como Karl Marx, Antônio Gramsci, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Edward Palmer Thompson, Michel Foucault e Friedrich Nietzsche. Participavam deste grupo vários/as professores e professoras da UFSC e estudantes de graduação em História e em Economia.

22 Kátia de Queirós Mattoso era, desde 1988, a titular da cadeira de História do Brasil na Universidade Paris IV – Paris-Sorbonne.

O que Sandra fez, nestas duas ocasiões, foi aquilo que a sororidade feminista defende. Quando uma mulher sobe, puxa as outras. Ela me puxou!! Depois de 1996 continuamos trocando ideias, bancas, e, como disse anteriormente, fiz parte da equipe que organizou, em Florianópolis, o III Simpósio Nacional de História Cultural. Não fiz parte do GT de História Cultural, porque eu estava mais interessada na criação do GT de Estudos de Gênero. Estas oportunidades que Sandra abriu-me, eu as aproveitei. E sou muito grata. Hoje, posso dizer uma das frases do feminismo de quarta onda: “SOU, porque somos”. Sandra, como muitas outras pessoas, ajudaram-me a ser o que SOU. SOU, porque somos.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, Sonia Montecino (comp.). **Mujeres chilenas**. Fragmentos de una historia. Santiago de Chile: Catalonia, 2008.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). **Diretoria e Conselho (RS)**. [19--] Disponível em: https://www.anpuh-rs.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=431. Acesso em: 08 jul. 2020.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). **GT História Cultural**. [19--]. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/grupos-de-trabalho/atividades/item/2717-gt-de-historia-cultural>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). Regimento Interno. [19--]. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/regimento-interno>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- BARRANCOS, Dora. **Mujeres en la sociedad argentina: una historia de cinco siglos**. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.
- BLAY, Eva; CONCEIÇÃO, Rosana R. A mulher como tema nas disciplinas da USP. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 76, p. 50-56, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. **Capital Cultural, Escuela y Espacio Social**. México: Siglo Veintiuno, 1997.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre (France, Allemagne, Bolivie, Argentine, Deuxième Guerre mondiale/années 1970-1980). **Annales de Bretagne et des Pays de L'Ouest**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, n. 2, p. 103-128, 2001.
- CARROLL, Bernice. Scholarship and Action: CCWHP and the Movement(s). **Journal of Women's History**, v. 6, n. 3, p. 79-96, 1994 *apud* Coordinating Council for Women in History. History. Disponível em: <https://theccwh.org/about-the-ccwh/history> Acesso em: 09 jul. 2020.

- DIDIER, Béatrice; FOUQUE, Antoinette; CALLE-GRUBER, Mireille (org.). **Le dictionnaire universel des créatrices**. Paris: Maison d'Édition Des femmes, 2013.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. Mulheres em guarda contra a repressão. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011, p. 233-254.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Ed. Afrontamento & Ebradil, 1993. 5 volumes.
- FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina. **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- FREITAS, Ademar Vargas de. Sandra Pesavento e a Nova História Cultural. **Jornal da Universidade**, n. 85, mar. 2006, p. 15. Disponível em: https://is-suu.com/jornaldauniversidade/docs/ju_85_-_mar__o_2006. Acesso em: 08 jul. 2020.
- GRANSOTTO, Luciana. **Mulheres intelectuais**. Texto apresentado na disciplina: História Global e Estudos de Gênero: Feminismo e democracia. Programa de Pós-Graduação em História, 2018. p. 01-06. Trabalho não publicado.
- HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100012/10991>. Acesso em: 08 jul 2020.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- LIBLIK, Carmem Silvia da Fonseca Kummer. **Uma História toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)**. 2017. 330f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, 2017.
- LOZANO, Fernanda Gil; PITA, Valeria Silvina; INI, María Gabriela (dir.). **Historia de las mujeres en la Argentina**. Buenos Aires: Taurus, 2000. Tomo II (Siglo XX).
- MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

- MELLO, Soraia Carolina de. *Feminismos de Segunda Onda no Cone Sul problematizando o trabalho doméstico (1970-1989)*. 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- MITCHELL, Juliet. **La condición de la mujer**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1977.
- MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. **Conversa com Historiadores Brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- MORANT, Isabel (dir.). **Historia de las mujeres en España y América Latina: Del siglo XX a los umbrales del XXI**. v. 4. Madrid: Cátedra, 2006.
- PECHANESKY, Clara; TIMM, Liana. A criação da viagem: bagagem para um bom roteiro. In: PECHANESKY, Clara; TIMM, Liana (org.). **Artistas da vida ano 1**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2000, p. 90-110.
- PEDRO, Joana Maria. Avortements, infanticide, abandon d'infants - Contrôle public du corps des femmes à Florianópolis (XIXe – XXe Siècles). In: MATOSO, Katia de Queiros; SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis (org.). **Les Femmes dans la ville – un dialogue franco-brésilien**. Paris: Press de L'Université de Paris-Sorbonne, 1997, v. 21, p. 91-108.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011.
- PEDRO, Joana Maria. Uma nova imagem de si: identidades em construção. In: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Imagens na história**. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 415-429.
- PEDRO, Joana Maria; CZESNAT, Ligia de Oliveira; FALCÃO, Luís Felipe; SILVA, Orivalda Lima e; CARDOSO, Paulino Jesus Francisco; CHEREM, Rosângela de Miranda. **Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História [online]**, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So101-90742005000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 jul. 2020.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.
- PERROT, Michelle. **Une histoires de femmes est-elle possible?**. Marseille: Rivages. 1984.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha: dominação, do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os industriais da República**. Porto Alegre: IEL - Instituto Estadual do Livro, 1991. v. 1.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. Porto Alegre: HUCITEC, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República Velha Gaúcha**: charqueadas, frigoríficos e criadores. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PRIORE, Mary del (org.); BASSANEZI, Carla (coord.). **História das mulheres no Brasil**. Contexto, 1997.
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-91.
- RIBEIRO, Célia. Maneiras Modernas. **Jornal Zero Hora**, 2002.
- ROIZ, Diogo da Silva. **Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino**: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Curitiba: Appris, 2012.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o Encardido o Branco e o Branquíssimo**: Branquitude Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo. São Paulo: Anablume, 2014.
- SILVA, Janine Gomes. PESAVENTO, Sandra Jatahy. In: DIDIER, Béatrice; FOUQUE, Antoinette; CALLE-GRUBER, Mireille (org.). **Le dictionnaire universel des créatrices**. Paris: Des femmes, 2013, v. 3, p. 3419.
- SIMONTON, Deborah (ed.). **The Routledge History of women in Europe since 1700**. United Kingdom: Routledge, 2006.
- SMITH, Bonnie G. **Gênero e História**: homens, mulheres e a prática histórica. São Paulo: EDUSC, 2003.
- THÉBAUD, Françoise. Políticas de gênero nas Ciências Humanas. O exemplo da disciplina histórica na França. **Revista Espaço Plural**, ano X, n. 21, p. 33-42, 2º sem. 2009.

Recebido em 20/01/2020

Aprovado em 12/11/2020

ACERVO SANDRA J. PESAVENTO: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS INVESTIGATIVAS PARA A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

COLLECTION SANDRA J. PESAVENTO TRAJECTOIRES ET PERPECTIVES D'INVESTIGATION POUR L'HISTOIRE DU TEMPS PRESENT

Nádia Maria Weber Santos¹

Hilda Jaqueline de Fraga²

1 Bolsista de Produtividade em pesquisa do CNPq. Pós-doutorado (Estágio Sênior, bolsista CAPES) na Université Laval (Québec/Canadá). Possui doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005). Possui graduação em Medicina pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1985), graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1980). Fez doutorado sanduíche na EHESS de Paris em 2003. Possui Título de Especialista em Psiquiatria pela ABP desde 1997. Contemplada com Bolsa de Estudo e Pesquisa (Faculty Enrichment Program) pelo Conselho Internacional de Estudos Canadenses, com viagem de estudo à cidade de Québec, Universidade de Laval, em 2012. Atualmente: Professora visitante no PPG Interdisciplinar em Performances Culturais da UFG (Goiânia); Membro pesquisadora do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sendo curadora do acervo Sandra Jatahy Pesavento nesta instituição (atividade não remunerada). Coordenadora do GT de História Cultural da ANPUHS (Gestão 2018-2020). Pesquisadora associada do EFISAL (Équipe des fonctions imaginaires et sociales des arts et des littératures) ligada École des hautes études en sciences sociales (EHESS) de Paris (atividade não remunerada). Sociedades, Associações, Comitês e Conselhos: Membro do Comitê Científico do GT Nacional de História Cultural da ANPUH de 2010 a 2016. Coordenadora do GT de História Cultural da ANPUHS, Gestão 2006-2008 e Gestão 2010-2012; vice-coordenadora na Gestão 2004-2006 e Gestão 2012-2014. Membro do GT História e Saúde - ANPUHS. Membro da Sociedade Brasileira da História da Ciência e da Tecnologia. Desde setembro de 2010 é membro da International Society for Cultural History (ISCH). Membro da Associação de Historiadores Latinoamericanistas Europeus (AHILA), com sede na University of Liverpool, integrando o GT de "Historia de la ciencia, la Tecnologia y la Medicina en America Latina". Associada ao Association francophone pour le savoir (ACFAS), desde fevereiro 2013. Membro associada ao Association internationale des études québécoises (AIEQ), Quebec, Canadá. Membro do Conselho editorial da editora Edições Verona (SP), coordenando a coleção "Patrimônio e sensibilidades". Faz parte do conselho editorial da revista *ArteLogie*, vinculada ao CNRS e EHESS. Experiência em pesquisa e ensino: na área de História, com ênfase em História Cultural e História das Sensibilidades, História da Psiquiatria e a relação Arte-Loucura; na área de Medicina/Psiquiatria e Psicologia Analítica; na área de Memória Social e Bens Culturais, Patrimônio e Acervos (arquivos pessoais); na área Interdisciplinar, onde pesquisa e relaciona produtos de Comunicação pública (acervos, performances culturais, imagens), de Paisagens urbanas (turismo cultural, performances urbanas, memórias urbanas, produtos artísticos) e da História da Psiquiatria (cartas, literatura de emergência, produtos artísticos dos loucos, sensibilidades e memória) com a História Cultural e das Sensibilidades.

2 Historiadora e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Como pesquisadora desenvolve estudos e pesquisas relacionadas ao patrimônio

RESUMO

O presente artigo reflete sobre a trajetória intelectual da historiadora gaúcha Sandra Jatahy Pesavento na relação com seu arquivo pessoal, depositado no IHGRGS, em Porto Alegre. O Acervo Sandra Jatahy Pesavento (ASJP) possui potencialidades investigativas para a História do Tempo Presente, uma vez que a historiadora investiu em produzir documentação e mantê-la organizada, como transcrição de fontes históricas, manuscritos variados, estudos, iconografia, objetos, projetos de pesquisa, planos de aulas, diários de viagem, entre tantos outros documentos. A organização do ASJP, a partir de sua própria disposição e arranjo, mescla-se com a trajetória da pesquisadora formando um todo orgânico que potencializa as perspectivas de seu uso e de sua finalidade entre a materialidade e o sensível de sua escritura e de sua produção, dando a ver temáticas importantes na historiografia da História Cultural.

Palavras-chave: Arquivo Pessoal. Acervo Sandra Jatahy Pesavento. História do Tempo Presente. Pesquisa Histórica. Trajetória Intelectual.

RÉSUMÉ

Cet article revient sur la trajectoire intellectuelle de l'historienne du Rio Grande do Sul Sandra Jatahy Pesavento par rapport à sa Collection personnel, déposé à l'IHGRGS, à Porto Alegre. La Collection Sandra Jatahy Pesavento (ASJP) possède des potentialités d'investigation pour l'Histoire du Temps Présent, puisque l'historien a investi dans la production et la conservation de la documentation, telles que la transcription de sources historiques, des manuscrits variés, des études, l'iconographie, des objets, des projets de recherche, plans de cours, carnets de voyage, entre autres documents. L'organisation de l'ASJP, basée sur sa propre disposition et son agencement, se confond avec la trajectoire du chercheur, formant un tout organique qui valorise les perspectives de son utilisation et de sa finalité entre la matérialité et la sensibilité de son écriture et de sa production, montrant des thèmes importants dans l'historiographie de l'histoire culturelle.

Mots clefs : Archives personnelles. Collection Sandra Jatahy Pesavento. Histoire du temps présent. Recherche historique. Trajectoire intellectuelle.

INTRODUÇÃO

Em março de 2019 completaram-se os 10 anos do falecimento da Profa. Dra. Sandra Jatahy Pesavento (1946-2009), docente titular do Departamento de História da UFRGS e professora dos Programas de Pós-Graduação de História e do PROPUR da Faculdade de Arquitetura da mesma instituição. Sua trajetória dedicada ao ensino de História e à pesquisa resultou na projeção e no reconhecimento do inegável legado intelectual dos seus estudos nos campos da História Econômica e da História Cultural, atestando a importância da influência do seu pensamento na formação de gerações de historiadores/as e na produção historiográfica contemporânea.

cultural, gênero, educação para o patrimônio e políticas culturais.

A historiadora fez doutorado em História Econômica na USP, seguindo formação na França na vertente da História Cultural, onde construiu uma trajetória acadêmica internacional relevante, contribuindo, sobretudo, para a formalização de acordos entre universidades francesas e a UFRGS, notadamente o acordo CAPES/COFECUB. Foi pesquisadora 1 A do CNPq desde o ano de 1996. Autora de uma vasta obra historiográfica, com aproximadamente 261 publicações (entre artigos publicados no Brasil e no exterior livros, entre individuais e coletivos e capítulos de livros), Pesavento foi uma das mais importantes historiadoras do século XX, no Brasil, cuja obra versa sobre variadas vertentes da historiografia. Da História Econômica, com viés marxista, à História Cultural, sua extensa obra versa sobre as charqueadas gaúchas, sobre a Revolução Farroupilha, sobre a burguesia gaúcha e, também, sobre as questões do urbano, das imagens, das sensibilidades e da relação História-Literatura, estas últimas já sob o enfoque da História Cultural.

Por iniciativa da família Pesavento (esposo e filhos da historiadora), os escritos da historiadora gaúcha foram digitalizados integralmente e disponibilizados gratuitamente para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral, no site oficial do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Também partiu de sua família a doação, no final de 2014, da biblioteca pessoal e dos materiais de pesquisa da historiadora que ela acumulou durante seus 40 anos como docente da UFRGS e pesquisadora na área da História. O depositário desta confiança foi o IHGRGS, o qual, desde então, é o guardião deste acervo. Em início de 2015, a historiadora, dra. Nádia Maria Weber Santos foi instituída curadora, quando então montou uma equipe curatorial com outros profissionais, entre historiadores, conservadores de bens culturais e arquivista. A partir deste momento, desenvolveu-se um trabalho inovador de curadoria em arquivo pessoal, passando pela organização do mesmo em suas diversas etapas, e, também, pela realização de eventos, de projetos de pesquisa e financiamentos em órgãos de fomento científicos (CNPq), pela busca de estagiários e pesquisadores acadêmicos, pela interação com outros arquivos, pela produção de textos e publicações acadêmicas e não acadêmicas.

Nesta confluência de interesses, potencialidades e conteúdos ímpares é que foi, assim, constituído e organizado o Acervo Sandra Jatahy Pesavento (ASJP), que será sucintamente descrito no próximo item. Ele espelha, de certa forma, a trajetória intelectual da historiadora gaúcha e pesquisadora Pesavento, não de uma forma linear, mas com organicidade, como será explicado adiante.

E nosso interesse por compartilhar estas noções e descobertas no presente artigo se dá por entender quão inovadora é a forma como o ASJP foi criado e a maneira como ele está sendo pensado na relação com sua produtora. E, principalmente, o quanto a produtora do arquivo foi hábil em or-

ganizar seus materiais e sua produção científica e historiográfica, mantendo vestígios e pistas de sensibilidade em cada uma de suas facetas e em cada um de seus produtos, sejam os manuscritos dos textos, as imagens de Porto Alegre e das caricaturas colecionadas, as transcrições de fontes de seu profícuo projeto ‘cidadania e exclusão’ – que originou vários artigos e livros –, os planejamentos de aulas e seminários ministrados, as anotações sobre as bancas de trabalhos de conclusão, os e-mails trocados entre colegas de projetos de pesquisa, os objetos de viagens colecionados e os diários de viagens, os manuscritos de seus estudos temáticos e por autores (imaginário, sensibilidades, representações, paisagem, Chartier, Bourdieu, entre tantos outros). Enfim, uma gama de possibilidades interpretativas se entrelaça entre a vida intelectual, a obra e os conteúdos deste acervo ... obra de uma vida, vida para uma obra...

1 Breve trajetória de Sandra Jatahy Pesavento como pesquisadora e a construção de seu acervo

Alguns textos³ já foram produzidos falando sobre a trajetória intelectual da historiadora Sandra Jatahy Pesavento (SJP), assim como sobre o acervo que leva seu nome (Acervo Sandra Jatahy Pesavento, doravante ASJP) e está depositado no IHGRGS, em Porto Alegre.⁴ No presente texto, entretanto, optamos por fazer um entrelaçamento da trajetória da pesquisadora com a trajetória do ASJP a partir das perspectivas investigativas que ele oferece, resultante de sua biografia para o campo de pesquisa histórica.

O ASJP compreende material variado de 40 anos de trabalho, que se destaca pela diversificação de fontes e métodos de pesquisa utilizadas em seus estudos bem como os diferentes suportes que se reúnem no seu acervo (bibliográfico, iconográfico, documentais, tridimensional, etc.)⁵ e cuja biografia explicita a sua versatilidade enquanto historiadora da História Cultural, principalmente, constituindo-se enquanto lócus para pesquisas para o historiador do tempo presente.

3 Ver referências completas ao final deste artigo.

4 O acervo está apresentado e descrito no site do IHGRGS <http://www.ihgrgs.org.br/>, no seguinte caminho, havendo online o inventário provisório das caixas, pastas suspensas e gavetas: <http://www.ihgrgs.org.br/> - IHG digital – Arquivo online – Acervo Sandra Jatahy Pesavento 2017. As obras digitalizadas da autora encontram-se no seguinte link <http://ihgrgs.org.br/#SandraPesavento>.

Atualmente a equipe curatorial compreende os seguintes membros: Curadora – Dra. Nádia Maria Weber Santos (historiadora); Me. Anelda Oliveira (historiadora); Me Luciana Gransotto (Mestre em Bens Culturais); Dra. Hilda Jaqueline Fraga (historiadora); Lic. Simone Steigleder (conservadora e restauradora de bens culturais); Dr. Alexandre Veiga (historiador e arquivista).

5 Mais adiante no texto, citaremos sucintamente os conteúdos do acervo SJP.

Como historiadora, ela demonstrou uma preocupação em reunir, registrar e preservar os seus percursos intelectuais e investigativos (manuscritos, livros, ensaios, objetos, etc.) que compõem sua trajetória intelectual, pela qual perpassa o processo de construção do seu arquivo pessoal.

A necessidade de SJP escrever, deixando, nos armários de sua vasta biblioteca residencial, manuscritos, como seus estudos temáticos, por exemplo, demonstra uma genuína forma de registrar seus pensamentos que formataram sua obra ao longo dos quarenta anos de produção acadêmica e científica, na História. Nas palavras de Cunha (2019): “A escrita é, igualmente, uma das maneiras de se estar no mundo, uma forma de registro e refúgio do ‘eu’ no mundo. Escreve-se pelos mais variados motivos: conversar, seduzir, informar, registrar, agradecer, pedir, segredar, contar, falar da vida pelas e com as letras.” (CUNHA, 2019, p. 31). Para esta autora, pensadora dos arquivos pessoais, escrever também é “um ato de coragem, uma forma de exposição pública de ideias, uma ação imprevisível, já que muitas vezes é iniciada sem final previsto.” (CUNHA, 2019, p. 31).

Mas como Pesavento é mulher do campo da História, ela viveu a escrita como uma necessidade de expressar suas reflexões para a construção de uma historiografia, em que ela foi pioneira no Rio Grande do Sul e no Brasil. Seu acervo demonstra a quantidade e a qualidade de seus estudos, bem como nos faz observar uma certa metodologia de trabalho, no cuidado com as fontes históricas, nas suas leituras, nas análises realizadas e projetadas em seus textos, primeiramente esboçados em rascunhos e posteriormente retrabalhados e publicados.

A trajetória acadêmica como professora da UFRGS, do departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do PROPUR da Arquitetura, alia-se à constituição deste acervo. Não necessariamente feito de maneira consciente a modo de pensar que um dia todo seu material se tornaria um grande arquivo pessoal em uma instituição arquivística, mas organizado, sim, pela produtora, em conteúdos temáticos em seus armários, prateleiras e gavetas de sua biblioteca pessoal, o ASJP possui uma organicidade, tanto na qualidade de ter se desenvolvido organizadamente, desde sua casa, como pela propriedade de se desenvolver naturalmente. Ou seja, a vida intelectual de Pesavento tornou-se tão produtiva em termos de ensino e pesquisa na História, que tudo o que produziu se tornou um grande conjunto de documentos, históricos, obra de sua vida produtiva.

Nos primórdios de sua constituição, final de 2014 e primeiro semestre de 2015, a equipe de curadoria, sob coordenação da referida historiadora, examinou acuradamente todo o material vindo da biblioteca pessoal da pesquisadora que iria, daí para a frente, constituir este rico acervo. Foram cumpridas as várias etapas de arquivamento (seleção, organização, conservação e restauro, catalogação inicial), respeitando a própria ordem que a produto-

ra dispunha seu material. De forma sucinta, o ASJP compõe-se, atualmente, de: I – Coleção Bibliográfica: a biblioteca da historiadora, estimada em 4 mil obras, que está em vias de catalogação, II – Fundo Documental (estimado em 60 mil itens): o material de estudo e de pesquisa dos 40 anos de trabalho da professora da UFRGS e pesquisadora, compreendendo: II/1 – Pastas suspensas e caixas com material de estudo de 40 anos; II/2 – Arquivo digital: obras completas de SJP digitalizadas e II/3 – Arquivo especial de fichas manuscritas: fichário completo, com móvel, pertencente à historiadora, incluindo fichamento de jornais do século XIX e início do século XX do Rio Grande do Sul; II/4 - Documentos de viagens (Álbuns com fotografias de viagens; Diários de viagens [cadernetas e pequenos cadernos, desde 1975]); III – Documentos tridimensionais/acervo museológico: III/1 – Objetos de viagens (Caixas, pedras, vasos, imagens, etc.); III/2 – Colares de Sandra Pesavento.^{6, 7}

6 O último item do acervo, os objetos tridimensionais, foram recentemente incorporados ao arquivo pessoal, pois foram doados pela família no início de 2019, e está em fase de inventário, através da elaboração de fichas individuais para dimensionar o acervo museológico e poder executar a gestão desta documentação, que inclui higienização, guarda, conservação, expografia, produção de documentação, etc.

7 Para exemplificar o material do Acervo SJP do IHGRGS, resumimos, aqui, brevemente os tópicos temáticos/títulos que se encontram nas 56 caixas: Relatório de Pós DOC; Cidades – Becos; Trabalhos Alunos; Texto de Estudo em História Cultural; Material pesquisa Indústria Gaúcha + História Econômica; Textos internacionais de estudo; Exposições Universais A e B e mais gavetas (Muitas); Revistas e Periódicos (mais recortes de jornais); Textos digitados autoria SJP; Projeto pesquisa vários; Grupos pesquisa Brasil; Manuscritos sobre POA; Projeto cidadania e exclusão (4 caixas); Grupo Clíope – Varsóvia, Gilberto Freire, Erico Veríssimo, Unicamp; Textos de estudo SJP; Acordos internacionais; Textos aula SJP (Ela professora); Textos digitados autoria SJP; Material/Aula Graduação/História do Brasil I – II – III; Crônicas da cidade de POA (século XIX e XX); Material aula ensino médio/ Colégio Rui Barbosa; Material pesquisa ano 2000 – CNPQ Polícia civil HPSP (material que originou o livro visões do cárcere – ver também caixa 29 mesmo assunto); Texto estudo história econômica A-B; Texto de estudos miscelânea; Planos de aula texto História RG – Sandra prof (semelhante caixa 31); Caricaturas e imagens; Fontes de pesquisa 7 pecados da capital + projeto [tem caixa específica sobre Crioula Fausta e pasta suspensa sobre Joana Eiras]; Seminário imaginário urbano; Transcrição pesquisa Santa Casa/HPSP/Processos crime; Assuntos jurídicos; Textos estudos para aula (Sandra prof) semelhante 25; Trabalhos SJP como aluna; Estudos de SJP (Manuscritos) por temas e autores A – B (Envelopes/pastas de plástico organizadas por ela); Nova História Cultural, Nova História Cultural (origens), Micro história, Imaginário, Representação, Narrativa, Sensibilidades, História e Literatura, Ítalo Calvino, Paul Ricoeur, Carlo Ginzburg, Robert Darnton, Pierre Bourdieu, Antropologia, Grupo Sensibilidades, Walter Benjamin, Michel Foucault, Mulheres (Sinara), Estudos autores e obras; Estado da arte sobre História Cultural no Brasil, Cidade e literatura, Memória, Identidade, Literatura e História, Edward Thompson, The Lady of Shalott, Eduardo Colombo, Banca tese Nádia, Material variado, Pasta Fronteiras Culturais Cone Sul (miscelânea); Filmes e disquetes antigos de conteúdos diversos; Prestação de contas (eventos CNPQ – CAPES) A-B; Certificados; Cursos no Propur (FAC. Arquitetura); Manuscritos variados (textos autorais) de SJP; Textos (matrizes) para aulas PG (História capitalismo América Latina); Manuscritos SJP – Arguições Bancas, Apresentações em eventos, Palestras; Material de pesquisa trabalhadores (com fotos

Pesavento tornou-se uma historiadora pioneira da História Cultural no Brasil, porém, isto foi após passar longos anos pesquisando e estudando História Econômica, sob um viés neo-marxista e social e centrada na economia gaúcha (SANTOS, 2015). Seus trabalhos paradigmáticos deste período de viés marxista⁸, que datam desde seu mestrado, concluído em 1978 na PUC do Rio Grande do Sul (“Charqueadas, frigoríficos e criadores: um estudo sobre a República Velha Gaúcha”) até seu doutorado em História Econômica na USP (“Charqueadas, frigoríficos e criadores: um estudo sobre a República Velha Gaúcha”),

antigas mais história oral) greves/força e luz/operários/viação férrea (Pasta relíquia); Caderno de História do colégio de SJP (Sandra aluna); Eventos participados; Textos de professores e pesquisadores UNICAMP; Relatórios técnicos de pesquisa (CNPQ – FAPERGS – CAPES); Fichamento de artigos Felicíssimo de Azevedo (cousas municipais); Projeto “PAMPA E cultura” / Martim Fierro ilustrações; “Ouro Puro A” (denominação dada pela curadora) = Material de Gaveta escritaninha SJP (ABERTA EM 27.04.17 NOVA DOAÇÃO). Seus últimos estudos – História urbana, paisagens, imagens, mais cartões de restabelecimento para amigos na época de hospital; “Ouro Puro B” = Idem - Textos a escrever, Evento Puebla, Programas Goiânia, Sensibilidades/Imagens – Viajantes, Ruínas, Memória e Patrimônio, Cidade e Ruínas; Gilberto Freire e paisagens – material organizado por Sandra. Pasta lilás, últimos estudos; Imagens – pasta organizada por Sandra. Mapas de Porto Alegre, lugares onde passaram os 7 pecados, lâminas de lugares na cidade (Paris, Rio), pinturas – descrição dela; Crioula Fausta – pasta organizada por Sandra. (Jornais, textos); Trabalhos apresentados 1998-9. GT de História Cultural. Anpuh. Turma de colegas Nádja/Anelda + GT gênero, com disquetes dos trabalhos enviados a ela. Material organizado por Sandra; Iconografia/Brésil Taunay e Denis. Pesquisa Museu Castro maia. Projeto HAARP; História do RGS – Porto Alegre (Carris, vários documentos); Projeto Mestiçagem – do Rio da Prata à Amazônia (séc. XVI – XX) – UFRGS, EHESS e processo e negativa do CNPq; Material Pós-doc Paris 1995/1996/1997 – Textos de Chartier (com dedicatória) e Textos Jacques Leenhardt.

Já as 25 pastas suspensas contêm documentos que a equipe de curadoria considerou especiais na trajetória da historiadora. São elas: Material de pesquisa com alunos graduação APRS; Paisagens; Origens históricas de POA (Texto SJP) + Mapas sesmarias; Correspondências e e-mails A-B; Família; Material de aula Pós-graduação; Assuntos Adm. UFRGS; Textos SJP (Abusos e crianças); Desenhos de SJP; Documentos diversos – originais História RS; Textos Jacques Leenhardt; Pasta org. por Sandra XXIV – ANPU Unisinos - manuscritos Sandra 2007; Crônicas POA – Textos Lit. Cidade – org. de Sandra; Cartazes de cinemas – Memória Vera Cruz; Imagens de POA – Personagens 7 pecados; Material mestrado PUC – doutorado USP; Exposição Paris Galerie de l’Arsenal – La ville et ses monuments; Memória, manuscritos variados, textos esperando publicação – listagem feita por ela. Pasta feita por Sandra (mantida no original); Manuscritos SJP – Resultado da Pesquisa “A industrialização no Sul do Brasil”. Texto em francês apresentado em Grenoble – França; Linha do Tempo Intelectual de Sandra Jatahy Pesavento, feita por ela mesma. 1973-1991; Material Joana Eiras; Manuscritos Palestra no Museu Quai Branly; Manuscritos Palestra EHESS, Sorbonne – Maison Amérique Latine; Questões administrativas – Pedidos de afastamento; Dados brutos e imagens (Lâminas) da obra “Visões do Cárcere” + ZH do lançamento do livro em 2009.

8 Para esta discussão ver o texto “Quando as sensibilidades tomam posição... a obra de Sandra Jatahy Pesavento e sua importância para a historiografia brasileira.” (SANTOS, 2015).

findo em 1987, encontram-se rascunhados e em manuscritos no acervo, acrescidos de coleção de fontes (transcritas ou fotocopiadas) referentes aos temas estudados. Por exemplo, há transcrição de fontes e manuscritos de livros nas Caixas número 5, “Material pesquisa Indústria Gaúcha + História Econômica”, número 23, “Texto estudo história econômica A-B”, número 41, “Material de pesquisa trabalhadores (com fotos antigas mais história oral) greves/força e luz/operários/viação férrea” e outra quantidade de transcrição de fontes sobre as indústrias gaúchas em material separado em gavetas (ainda não catalogado).

Embora tenha sido importante sua contribuição para a história do Rio Grande do Sul e economia gaúcha, foi na virada para a História Cultural, a partir de seu primeiro pós-doutorado em Paris, em 1990, na EHESS, que ela se destaca na historiografia brasileira, nos últimos vinte anos de sua carreira, com uma vasta produção que atingiu cenário mais amplo na investigação em História, com parceiras intelectuais nacionais e internacionais, tanto em projetos de pesquisa como em publicações (SANTOS, 2015).

Este percurso é visível no acervo, quando se examinam os documentos das diversas fases. Segundo alguns pesquisadores já debruçados em sua trajetória⁹ e segundo a própria professora declarou em entrevista concedida à jornalista Tânia Carvalho, no programa Comportamento, em 25/05/2007, na extinta TV COM¹⁰, ela enveredou suas pesquisas na História Cultural para quatro eixos temáticos, que constituem os itinerários da biografia intelectual desta fase: Cidade (imaginário urbano), Relação História e Literatura, Imagem e Sensibilidades. Nestes eixos está concentrada a maior parte dos documentos de acervo até onde examinamos, tanto no que se refere a documentos manuscritos, como rascunhos de artigos, livros e estudos, planejamentos de aulas e seminários, projetos de pesquisas e tentos outros, quanto à iconografia (caricaturas, mapas e imagens de Porto Alegre antiga) e os próprios livros de sua biblioteca que também estão no acervo.

Como em todo arquivo pessoal, este também tem suas peculiaridades, no que concerne à produção da documentação.¹¹ Um arquivo pessoal, como aponta Cunha (2019), comporta “documentos de textualidades plurais”, que podem bem ser estudados em suas “interações discursivas” e na “sua materialidade”. Para a autora, “são redutos de sensibilidades que no campo historiográfico do Tempo Presente criam possibilidades de buscar

9 Textos elencados ao final, nas referências.

10 O excerto desta entrevista que aparece este conteúdo está reproduzido no DVD em homenagem à Pesavento: SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. **Percursos Historiográficos:** Sandra Jatahy Pesavento. 2010. Vídeo.

11 Salientamos que não adentraremos neste artigo em questões teóricas sobre arquivos pessoais, pois outros textos do dossiê irão fazê-lo.

traços descontínuos e vestígios sobre passados que imprimem inteligibilidade àqueles tempos.” (CUNHA, 2019, p. 12).

A seguir, daremos um único exemplo de um documento de arquivo pessoal que se torna profícuo para pensar a trajetória intelectual de sua produtora e a sensibilidade que ela possuía refletindo sobre seu processo de construção intelectual.

É muito notório que a professora e pesquisadora Pesavento refletia sobre sua trajetória profissional e intelectual, deixando marcas bem concretas nos documentos que produzia. Há um documento de arquivo, que denominamos “Linha do Tempo Intelectual de Sandra Jatahy Pesavento, feita por ela mesma. 1973-1991”¹², de 17 páginas, que exemplifica a autorreflexão da pesquisadora concernente à sua trajetória intelectual e de sua produção. As imagens 1 e 2 mostram a primeira e a décima terceira página do documento, o qual comentaremos a seguir.

Figura 1 – Linha do Tempo Intelectual de Sandra Jatahy Pesavento (p. 1)

PERÍODO	TEORIA	TEMA	PRODUÇÃO INTELECTUAL
1973-1978 estados sociais	Back ground in-intelectualizado dos clássicos da economia + orientações técnicas recebidas durante Univ. Br. e Univ. elected, no field. Marx, Engels, Lenin → História → processo dialético (tese, antítese, síntese) contradição e movimento social Contradições entre Marx e Hegel: a concepção do universo e do social (dialética do social) Hegel: real é resultado do pensamento Modos de produção: 3 níveis → sistema com * (unificação) → infra-estrutura → super-estrutura Classe operária → classe → sistema de classe (em si, p/n) → movimento social Estado → classe; instrumento de dominação Identidade → visão de mundo de 1. classe q. se unifica s/ as demais Relação de produção como elemento de transformação * MP: totalidade social dialética estrutura global; confronto estruturado de instâncias est. e con. é determinante s/ bases deter- minantes (reflexa) dinâmicas, negativas, condições de exist.	desenvolvimento de métodos de análise da realidade estrutural e da dialética análise de caso a partir da exp. dialética (Portugal → Brasil)	Sólas s/ com. portuguesa - 1974 Exemplos s/ a realidade política 1978

Fonte: Acervo SJP - IHGRGS - Pasta suspensa, n. 20

12 Pasta suspensa número 20. ASJP, IHGRGS. O documento encontra-se digitalizado na íntegra e consta no link do ASJP no site do IHGRGS. Disponível em: http://ihgrgs.org.br/arquivo/inventario_sjp/linha_tempo_sjp.pdf. Acesso em: 15 maio 2020.

Figura 2 – Linha do Tempo Intelectual de Sandra Jatahy Pesavento (p. 13)

DATA	TEORIA	TEMA	PROD. INTELECTUAL (13)
1967-88 Jornalismo pós-tese	Revisão bibliográfica s/ linguagem e questões da linguagem: destaque: <u>Vernis, A. Deleuze, Barthes, Derrida</u> ref. m. ling. conclui: diferença linguage (emp. indist) m. comunicista e endossam a postura a) do Estado linguage → autoritário b) do pensamento do m. 50 → Estado/Nação condiz o presente c) Nôvo depend. → ling. além m. comunic. m. 70 história Nôvo: hist. feita de "situações" de classes sociais; emergência do Estado	Continuidade das preocupações de tese / proj. FINEP → análise da linguagem industrial (análise) antropológico-analítico: questões sociais período 30-37 3) questão da diferença linguage no Brasil	a linguagem ganha: de somas p/a ling. 88
1988-91 SJP	Manuscritos ingleses: Thompson, Holbrook Hill históricidade / linguagem do empirismo constrói de classe → fazer-se de classe hist. parte hist. de classe e deslocar de abstração equivocam especificidade dos movimentos hist. relação dom/sul (resistência) deslocam do trabalho cultura operária cochilando	3º Projeto: CNPq / FAPESP as anotações: "a formação do movimento de trabalho língua no RS. 1889-1930" 1º step Procurar de formação da F.O. m. p/ F.O. lim. Dessecação históricidade p/ conformação de um movimento de trabalho	Exposições, catálogos e texto didat. 88 "De escarva a liberto" um difícil caminho Emergência do subalterno 89

Fonte: Acervo SJP - IHGRGS - Pasta suspensa, n. 20

As 17 páginas deste documento são manuscritas em tinta azul e são divididas em quatro colunas verticais (Data, teoria da História, Tema, Produção Intelectual) e linhas horizontais (que comportam o período temporal da pesquisadora, desde o início de seu mestrado – 1973, até o período do primeiro pós-doutorado, em andamento em 1991).

Ela dividiu o documento em 5 fases temporais: de 1973 a 1978, período do mestrado na PUCRS; 1979 a 1982, intervalo mestrado/doutorado; 1982 a 1987, doutorado; 1987 a 1988, imediato pós tese; 1988 a 1991, 5ª fase (sem nome).

Em termos de colunas, além da datação, temos a primeira coluna com as teorias da história, as quais ela estudava no momento, o tema correspondente em suas pesquisas e a produção intelectual realizada por ela.

Por exemplo, na página 1 do documento, que aparece aqui na Imagem 1, temos o período de 1973-1978, Mestrado PUC RS, onde se vê como teoria os clássicos do marxismo, resumindo a história, os modos de produção e as relações de produção, cujo tema aponta para a descoberta da análise da infraestrutura e da dialética e como produção intelectual temos "Consideração sobre a violência política, 1978".¹³

13 O CV Lattes de Sandra Pesavento ainda se encontra na plataforma do CNPq, podendo

Infelizmente, é impossível aqui analisar todo o documento, mas mostramos a página 13 (Imagem 2), que tem dois marcos temporais. No período de 1987-1988, imediato pós tese, ela está revendo as teorias sobre burguesia e a questão da hegemonia, cujo tema alia-se à continuidade de suas preocupações da tese, qual seja, a ação da burguesia industrial gaúcha, centralizando a análise na questão social do período 30-37 e na questão da hegemonia burguesa no Brasil. A produção intelectual correspondente é seu texto “A burguesia gaúcha: da sombra para a luz”, de 1988, publicado nos Cadernos de Estudo do PPG em História da UFRGS. Esta temática foi importante na trajetória da pesquisadora em sua fase anterior à História Cultural, rendendo muitos frutos em sua produção intelectual.

Na segunda linha da página, temos o período de 1988 a 1991, que ela denominou de 5ª fase, onde está estudando a teoria dos marxistas ingleses (Thompson, Hobsbawn e Hill), aplicando no 3º projeto (CNPq/FAPERGS) cujo tema é sobre assalariamento, a formação do mercado de trabalho livre no RS - 1889 a 1930. Uma das produções intelectuais deste momento, e que consta na quarta coluna do documento, é seu importante texto “A emergência dos subalternos”.

Nas páginas seguintes ela refere o andamento do pós-doutorado e suas preocupações começam a virar para a História Cultural, com temas sobre o cotidiano, mentalidade e imaginário. Há uma lista grande de produção na última página do documento, como os textos sobre a Revolução Farroupilha, Borges de Medeiros, Burguesia Gaúcha, História do Rio Grande do Sul, Revolução Federalista e muitos outros textos importantes da autora, todos ainda relativos à sua ‘primeira fase’ de estudos e pesquisas sob viés da história marxista. Não há produção referenciada em História Cultural. Estes iniciam nos anos subsequentes e não constam neste documento.

Tal documento do arquivo pessoal de Sandra Pesavento vem a corroborar nossa ideia, ao conhecer sua vida intelectual ativa, de que ela tinha uma intenção positiva de construir uma carreira como pesquisadora e tinha noção de sua trajetória e da importância que poderiam ter suas pesquisas na historiografia brasileira. Arquivar a própria vida intelectual tornou-se para ela uma tarefa cotidiana de reflexão sobre si e sobre sua produtividade intelectual.

2 Um acervo que “se dá a ver”: entre a materialidade e o sensível¹⁴

“Tudo o que era guardado à chave permanecia novo por mais tempo...Mas meu propósito não era conservar o novo e sim renovar o velho.”

Walter Benjamin

A frase do célebre filósofo alemão é um bom fio condutor para a reflexão acerca dos itinerários investigativos que os acervos de arquivos pessoais, associados às biografias e às trajetórias de intelectuais relevantes, oferecem aos historiadores. No caso específico do acervo produzido pela historiadora, torná-los inteligíveis através de sua trajetória no campo da Historiografia implica estabelecer aproximações, nos moldes benjaminianos, com rastros e pistas inscritos pela estudiosa ao longo de sua vida, até seu falecimento prematuro em 2009. Ao tentar compô-la, evidencia-se a constante relação presente na construção dos acervos pessoais, entre a lembrança e o esquecimento, como dinâmicas inerentes ao trabalho seletivo e de ressignificação das memórias daqueles que os constituíram.

Na esteira de Halbwachs (1990), memória e esquecimento são fatores indispensáveis para a unidade, a continuidade e a coerência com as experiências e a identidade de uma pessoa ou de um grupo que se pretende conservar. O intento de Sandra Jatahy Pesavento, nesse sentido, se dá a ver na organização e seletividade dos diferentes suportes que configuram suas experiências pessoais e de pesquisa e a forma particular, original e densa dos escritos, diálogos teórico-metodológicos e questionamentos por ela desenvolvidos no tocante aos desafios e às novas demandas colocadas aos ofícios do historiador, principalmente pela História Cultural. Ao trabalhar com os fragmentos da memória registrada e preservada pela historiadora, cabe uma especial atenção às dimensões de “materialidade” e de “sensibilidade” mobilizadas e perceptíveis ao historiador de seu acervo.

Sob o ponto de vista do concreto, do palpável, os múltiplos itinerários deixados por ela se dão a conhecer primeiramente por meio de uma variedade de fontes preciosas selecionadas, originárias de seus objetos, temas de estudo e (re)orientações metodológicas reveladores do estado da arte das pesquisas levadas a cabo por uma historiadora que soube exercer seu ofi-

14 Os aportes apresentados a partir da obra da historiadora Sandra Jatahy Pesavento resultam das pesquisas desenvolvidas pela pesquisadora - membro da equipe de curadoria, Profa. Dra. Hilda Jaqueline de Fraga, com ênfase nos temas gênero na cidade e cidade no ensino de História ligados ao Projeto: “O pensamento de Sandra Jatahy Pesavento e sua importância na historiografia brasileira: da história econômica à História Cultural – um estudo a partir do arquivo pessoal da historiadora” - Edital Chamada Universal MCTIC/CNPq nº 28/2018.

cio com competência, rigor e originalidade, e cuja potência reflexiva é fruto acumulativo das influências das principais correntes historiográficas contemporâneas e das interlocuções com historiadores internacionais, demonstrando uma intelectual atenta às demandas de seu tempo.

Ainda a respeito da materialidade, vale retomar Marx dentre os tantos pensadores que lhe serviram de base e formação e, para quem, a palavra materialidade expressa, entre outras leituras feitas em torno deste conceito, como os homens se organizam na sociedade para a produção da vida e de suas experiências históricas que, pela tomada da crítica, dão espaço para a emergência do novo e, assim sendo, para a renovação do velho, como bem reporta a frase inicial. Esse foi um desafio constante e bem-sucedido pela pesquisadora, como bem reflete, após sua morte, a organização destas materialidades e do espaço criado para sua conservação, adquirindo o “status” do que se pode considerar “lugar de memória” tomado aqui, na acepção de Nora (1993), quanto aos lugares que, mesmo fechados sobre si e sobre sua identidade, podem se abrir à diversidade de significações através do “*métier*” dos historiadores. De acordo com pesquisas, é esta abertura que torna apaixonantes os arquivos pessoais, apesar dos riscos das seduções exercidas, em geral, aos pesquisadores.¹⁵

Todavia, como enfatiza a provocação feita por Benjamim articulada à definição desses lugares elaborada por Nora (1993), as leituras dos sinais das materialidades do arquivo pessoal de Sandra J. Pesavento permitem visibilizar, mediante seu labor de historiadora, um duplo propósito: num primeiro plano, o exercício involuntário da memória, na tentativa de permanência de um legado intelectual frente às investidas de Lete¹⁶; e no segundo plano, uma reflexividade mais atenta à versatilidade de seu pensamento instiga a ir além.

Novamente é o filósofo quem possibilita miradas sobre seus processos de se fazer historiadora ao se atentar, mediante o estudo do acervo, para a atemporalidade dos horizontes historiográficos por ela delineados e, assim, abertos, no tempo presente, às novas indagações e abordagens de pesquisas no âmbito da História, da História Cultural e das Sensibilidades, sendo os últimos campos historiográficos que correspondem ao momento mais fértil de suas produções devido a sua capacidade de extrair o sensível da materialidade das fontes, situando-a como uma historiadora da cultura interessada em focar suas lentes nas sensibilidades.

15 Sobre esse aspecto são importantes os estudos de: FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989, p. 18-19; GOMES, Ângela Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 31-43.

16 Na mitologia grega é a Deusa do esquecimento.

A partir deste marco teórico, o sensível posiciona-se ao historiador disposto a enxergar o invisível da materialidade de seu acervo, através das lentes conceituais utilizadas por Sandra J. Pesavento, a partir das quais encontrou o escopo para as investidas abarcando o universo das representações (CHARTIER, 1991), do imaginário (LE GOFF, 1986), da subjetividade nas reflexões do historiador. E, mais tarde, do expresse, segundo ela, pela história das sensibilidades em ritos, palavras, imagens, objetos da vida material e das emoções coletivas partilhadas num dado momento histórico que, por sua vez, falam do real e do não real, do intuído ou pressentido ou do inventado. Enveredar pelos meandros de temas culturais e sensíveis no campo da História significa, conforme seus escritos, compreender que medir o imensurável não se restringe apenas a um problema de fonte, mas às implicações de uma concepção epistemológica de compreensão da História (PESAVENTO, 2003).

Tais ponderações têm corroborado para o delineamento de perspectivas investigativas mobilizadas pelo estudo da materialidade/sensibilidade dos rastros e memórias em movimento no acervo, abarcando outras formas de apreensão e análises, oriundas das ações de pesquisa em andamento, iniciadas no segundo semestre de 2018, junto às fontes documentais¹⁷ e bibliográficas (FRAGA *in* PROJETO..., 2018, p. 4-5). As pesquisas concentram-se nos percursos e reflexões desenvolvidos pela historiadora quanto à emergência da cidade, como objeto da história¹⁸. As ações de pesquisa nesses dois anos com ênfase num dos eixos temáticos, dentre os quais está organizada a obra de Sandra J. Pesavento, tem se valido dos pressupostos metodológicos e dos referenciais construídos pela historiadora, que correspondem a uma operação historiográfica de exame qualitativo das fontes, atenta não só ao cognoscível, ao que mostram as fontes no plano do visível, mas também aos aspectos invisíveis, isto é, do que reside no nível das subjetividades, da cultura, das práticas e representações sociais e, conseqüentemente, das sensibilidades (FRAGA, 2019) por ela levantadas sobre o tema.

Para além desses aspectos relevantes da obra de Sandra J. Pesavento, tais percursos se adensam ao retomarmos o debate acerca do sentido e das atribuições da História e do trabalho do historiador cultural da cidade, conectando-os ao significado político da pesquisa nos acervos/arquivos pessoais em tempos tão difíceis, tanto no que corresponde à nossa tarefa quanto

17 As fontes mencionadas constam de manuscritos da pesquisadora, arquivos: caixas 20 e 33 A do ASJP, IHGRGS.

18 A pesquisa sobre os trabalhos de Sandra Jatahy Pesavento relativos à cidade, mais precisamente Porto Alegre, abrangem o período que compreende sua fase no âmbito da História Social até sua aproximação definitiva com a História Cultural e, tempos mais tarde, com as Sensibilidades. Além disso, entre as produções destacadas nesse momento preciso – 1990-2008 –, é possível analisar aspectos teórico-metodológicos que marcaram o trânsito da historiadora pelos dois campos historiográficos.

no que diz respeito aos desafios da cotidianidade urbana. Essas inferências intensificam a pertinência da produção da historiadora acerca do entendimento das questões colocadas às sociedades nos diferentes tempos da cidade, tanto as pregressas quanto as atuais e os seus desdobramentos. Do contrário, qual seria o sentido da História e de nosso ofício se não a de fornecer, através de registros, pretéritos argumentos e esquemas explicativos a fim de conferir reflexividade às experiências e dilemas do presente?

A cidade, conforme mencionando em inúmeros trabalhos, não só foi tema, mas também foi o cenário por excelência para essas formulações. Sobre ela Sandra J. Pesavento dedicou grande parte de sua atenção trazendo enfoques renovados e relevantes, pois, como afirmava, “a urbe é onde as coisas acontecem”. Esta apreensão da materialidade/sensibilidade cidadina em seus trabalhos a colocou no patamar de pesquisadores/pesquisadoras de representatividade nacional e internacional, como uma historiadora cultural da(s) cidade(s), palavra aqui aludida no plural dada a abrangência de seus escritos em estudos posteriores, que abarcam outras capitais brasileiras e também de outros países¹⁹, embora suas imersões neste campo tenham inicialmente por referência a cidade de Porto Alegre dos séculos XIX e XX. Uma cartografia do percurso de Sandra J. Pesavento nesta fase estabelece a década de 90 do século retrasado e a primeira metade século passado como marco temporal do conjunto de suas produções e pesquisas sobre o urbano. Através desse recorte discorreremos sobre alguns referenciais e análises formulados pela investigação junto ao seu acervo/arquivo pessoal, com o objetivo de contribuir para outras apropriações de seu legado intelectual em estudos sobre o eixo cidade, abarcando temas e demandas que interpelam os historiadores hodiernamente relacionados às discussões sobre gênero e ensino de História, ambas potencializadas nos últimos anos.

Para o recorte proposto, tomou-se como referência duas obras pontuais cotejadas por escritos e anotações produzidas pela historiadora que não só incluem, como retomam determinados enfoques deixados em suspensão em sua vasta obra em decorrência dos interesses e redimensionamentos de sua biografia intelectual.

19 Nesse sentido, são significativas as produções destacadas por Nádia Maria Weber Santos no artigo. Quando as sensibilidades tomam posição... a obra de Sandra Jatahy Pesavento e sua importância para a historiografia brasileira. In: LEENHARDT, Jacques; FIALHO, Daniela Marzola; SANTOS, Nádia Maria Weber; MONTEIRO, Charles; DIMAS, Antonio (orgs.). **História Cultural da cidade: uma homenagem a S.J.P.**, 2015, p. 284-286. Dentre elas, estão: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Da cidade maravilhosa ao país das maravilhas*: Lima Barreto e o caráter nacional. **Revista anos 90**, Porto Alegre, v. 8, p. 30-44, 1997; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Imaginário da cidade**: visões literárias do urbano (Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre). Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2002. V. 1. 400 p.; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Imagens do Brasil no século XIX: paisagens e panoramas*. In: LEENHARDT, Jacques (org.). **A construção francesa do Brasil**, São Paulo: HUCITEC, 2008. p. 79-158.

As perspectivas dos estudos em curso têm constituído níveis de análise em torno do gênero como uma importante categoria para a reflexão histórica das cidades, e dos recentes debates acerca do ensino de História com e a partir do urbano, que se dão a ver e a ler nos livros *Memória Porto Alegre: espaços e vivências* (1991), publicado pela Editora da Universidade Federal em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre: Administração Popular - Cadernos de Memória I, e *Os sete pecados da capital* (2008), lançado pela Editora HUCITEC, seu último livro, reconhecido como o trabalho que melhor a evidencia como pesquisadora da cultura e das sensibilidades. Importante referendar que o entrecruzamento destes trabalhos demarca sua passagem da História Social para a História Cultural.

Na publicação de 1991, como ela mesma descreve, foca seus interesses e ferramentas analíticas na evolução urbana imbricada ao cotidiano e ao imaginário com o propósito de realizar uma espécie de “inventário” da cidade em suas diferentes formas urbanas, sociabilidades e territórios através dos quais os cidadãos enraízam as experiências do que, segundo ela, corresponde ao “viver em cidade” (PESAVENTO, 1991, p. 8). Dezesete anos depois, na publicação de 2008, as lentes de seu ofício de historiadora refinam-se ao levantar (arquivar) e perscrutar fontes sob o olhar crível da História, delas retirando uma riqueza de dados e realizando cruzamentos de uma gama de fontes, investindo no terreno das representações e das sensibilidades urbanas e na característica interdisciplinar de suas pesquisas.

Segundo o historiador Leenhardt (2015), um de seus interlocutores, a cidade objeto de reflexividade impõe, como demonstrado por Sandra J. Pesavento, uma leitura mediante vários saberes e temas²⁰. Complementando, acerca do quanto eles podem ser lidos nos discursos sobre ela apreendidos, tornando-a um domínio estimulante para os historiadores porque construída como desafio e, como tal, é objeto sempre inacabado, lançando novos questionamentos. Logo, é na leitura da cidade como um constante devir que **cidade-ensino de História** e **cidade-gênero** se inserem como linhas de estudos do acervo²¹, ascendendo espaço para a continuidade no tempo presen-

20 As leituras do autor sobre o tema foram apresentadas no livro publicado em homenagem à historiadora, organizado por ele e Daniela Marzola Fialho, Nádia Maria Weber Santos, Charles Monteiro e Antônio Dimas, lançado em 2015 pelo PROPUR – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no qual Sandra Jatahy Pesavento atuou como docente-pesquisadora.

21 Ver FRAGA, Hilda Jaqueline de Fraga. A cidade como documento no ensino de História. In: POSSAMAI, Zita (org.). **Leituras da cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010, p. 221-233; SILVA, Adriana Fraga et al. **Ensino de História no Cone Sul; patrimônio cultural, territórios e fronteiras**. Porto Alegre: Evangraf, 2013. Vol. 1.0000. 288 p.; Cartografando o feminino nos lugares de memória de Jaguarão/RS. In: FRAGA, Hilda Jaqueline de; CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino; QUEVEDO, Éverton Reis; BARROSO, Véra Lucia Maciel; SOUZA, Renata Cássia Andreoni de (orgs.). **Experimentações em lugares de memória: ações educativas e**

te, de seu caráter desafiador e de relevância adquirida a partir de perguntas emergentes do nosso tempo. Principalmente em se tratando das sucessivas tentativas de acirramento das desigualdades históricas e sociais que durante séculos, no Brasil, alijaram determinados grupos do exercício ao direito às cidades.

Delineados os pontos de partida em que propomos analisar os trabalhos elencados, seguimos os fios de Ariadne fornecidos pela historiadora, a começar pelo ensino de História, para o qual a cidade tem sido tema recorrente em um número significativo de trabalhos produzidos por historiadores da área e/ou que com ela dialogam, originando um leque de ênfases e miradas sobre a urbe²² ao situarem aspectos significativos vivenciados pelas cidades passadas e contemporâneas, incluindo temáticas relacionadas à cultura urbana – memória, patrimônio, identidades, sociabilidades, cidadania e, mais recentemente, os direitos humanos – na formação dos profissionais da História e nos debates curriculares a partir de novas tendências, métodos e fontes²³. Nesses aspectos, Sandra J. Pesavento se mostra inovadora se atentarmos para o fato de que grande parte do que se conhece, estuda e aprende sobre Porto Alegre em termos urbanísticos, históricos e de imagens do cotidiano se deve a esta, entre outras produções, e a seu importante trabalho de levantamento e arquivamento de fontes importantes sobre a cidade, dispostas como referências de pesquisa e também pedagógicas.

A Porto Alegre “inventariada” por Sandra J. Pesavento sob os mais diversos matizes e registros na época pouco utilizados pelos historiadores apresenta-se, portanto, como espaço de revelação para debates atinentes ao sentido educativo e político do ensino na e com a cidade, buscando compreendê-la e interpretá-la em seus elementos históricos, culturais, sociais e urbanísticos ao colocar dentre as centralidades de seus estudos a “experiência” elaborada e praticada pelos vários grupos sociais visibilizados/invisibiliza-

patrimônios. Porto Alegre: Selbach & Autores Associados, 2015. v. 1, p. 281-307; O patrimônio sob o enfoque de gênero: perspectivas para a Educação em cidades históricas. In: FÓRUM DE ESTUDOS: LEITURAS DE PAULO FREIRE, 18, 2016, Jaguarão, RS. Anais... Fronteiras Freireanas: Diálogos e Trajetórias. Jaguarão, RS: UNIPAMPA, 2016. p. 1-13.

22 Dentre muitos trabalhos significativos destacam-se: ORIÁ, Ricardo. A história em praça pública: a leitura da cidade através dos seus monumentos históricos. Ciências & Letras, Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação/FAPA, Porto Alegre, n. 27, p. 219-227, jan./jun. 2000; BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.; GUIMARÃES, Maria de Fátima. Patrimônio cultural e ensino de História: problematizando a colonização do passado pelo presente In: ZAMBONI, Ernesta; GALZENARI, Maria Carolina B.; PACIEVITCH, Caroline (orgs.). **Memória, sensibilidades e saberes**. Campinas: Alínea, 2015. p. 90-102.

23 As mudanças se devem à Lei de Diretrizes e Bases (1996) e às Reformas Curriculares da déc. de 90.

dos na cidade, no sentido benjaminiano²⁴. Uma noção bastante explorada na obra em questão, cujas evidências demonstram as ressonâncias e dissonâncias existentes em sua tessitura, no cruzamento com o postulado do ideário moderno de universalização do novo e de homogeneização urbanista.

Os percursos esboçados por Sandra J. Pesavento convidam para estudos e práticas marcados pelas experiências urbanas do passado em diálogo com as colocadas ao presente levando em conta os textos e os territórios urbanos dispostos nos lugares de memória e nas vozes de seus agentes, uma vez que ela, a experiência, igualmente possibilita leituras acerca de seus contornos e confrontos histórico-culturais. Os movimentos de ensinar e aprender História nessas bases teriam como intencionalidade formular vivências dispostas, entre outras coisas, a problematizar as estruturas de uma colonização do passado pelo presente nas conformações urbanas e humanas da urbe (GUIMARÃES, 2015), bastante recorrentes, nas maneiras de narrar, interpretar a história e habitar as cidades.

Tais finalidades subentendem aprender a pesquisar a cidade em suas dimensões de carne e pedra (SENNETT, 2003), isto é, não somente em sua morfologia e topologia urbana, mas também associada às experiências produzidas por aqueles considerados pela história oficial como “os sem importância” ou, ainda, como “presenças incômodas”. Cria-se, assim, um campo aberto para outras significações e sentidos sociais para o ensino e, do mesmo modo, para uma aprendizagem histórica disposta a desinstalar, dentre as tantas operações desta colonização, a produção de parcialidades históricas segregadoras e as origens históricas de ódios coletivos relativos a determinadas participações sociais na urbe, resultando numa consciência histórica preocupada em qualificar as relações de seus diferentes agentes com e na cidade no tempo presente.

Nesse sentido, a obra de Sandra J. Pesavento é fértil para tais experimentações, haja vista que revela uma cidade ou várias cidades que, longe de se apresentarem como narrativa e conformação unívoca, são espaços de textualidades polissêmicas (muitos significados) e polifônicas (multiplicidade de vozes), dando-se a conhecer a seus tributários sob formas muitas vezes contrastantes. Estas, a todo tempo, como se tem mostrado, negociam os limites do instituído pela cidade de pedra para dar lugar a um pensamento histórico e estudos na área voltados à noção de “cidades plurais” criando um terreno para a expansão das experiências, conformando, assim, espaços democráticos.

24 Para o filósofo, o conceito de experiência objetiva não apenas situa historicamente o problema do conhecimento, mas igualmente busca a verdade da experiência imediata com a realidade dando forma e conteúdo aos acontecimentos que retratam uma época, considerando-o igualmente sob o ponto de vista da ética.

Na esteira dos contornos desenhados, o cenário urbano é fonte inesgotável de informações e paisagens culturais, tão caras à historiadora, pelas quais se pode antever os vários tempos de uma cidade em sua evolução urbana, cultural e humana e entender os vários sintomas de uma época, delas retirando ensinamentos acerca de seus avanços, limites, derrotas e rupturas.

Pensar a cidade nesses termos significa refletir e teorizar sobre ela em termos éticos, políticos, urbanos e culturais. Nessa direção, os fios de Sandra J. Pesavento deslocam miradas que contemplam a outra linha de estudos desenvolvida no acervo atinente ao enfoque cidade-gênero, perspectiva esboçada com base no livro *Os sete pecados da capital*²⁵, embora não seja esta a abordagem específica, como esclarece no texto de apresentação, situando ao leitor o mote de seu itinerário, nas representações. Essa última, como eixo central das mudanças formuladas pelo novo campo e olhar da História Cultural, na obra, tem como ponto de partida uma análise de vidas privadas no âmbito do espaço público da cidade resultante de uma extensa trajetória de pesquisa que originou um profundo conhecimento sobre a história da cidade de Porto Alegre. Sob o prisma da História Cultural, valeram-se não só das informações coletadas pelo grupo de pesquisa²⁶, mas também de dados desde sua prática historiográfica no âmbito da linha marxista.

Em termos gerais, o livro trata das representações construídas em torno das experiências de sete personagens mulheres, na Porto Alegre do fim do século XIX e início do XX, em sua complementariedade com as demais noções atreladas a esse campo historiográfico: as práticas culturais e as sensibilidades coletivas, levantadas por meio das mais variadas fontes²⁷, dentre as quais se sobressaiu o jornal. Com maestria, a historiadora mostra quanto elas foram mobilizadoras da opinião pública e de medos urbanos. Numa analogia aos célebres “sete pecados capitais”, os percursos investigativos concentram-se nos “pecados” por elas cometidos, alguns associados a delitos graves e deveras tenebrosos, que chocaram os moradores de uma cidade ainda em vias de modernização em termos urbanístico-culturais, como o famoso crime da Rua do Arvoredo que envolveu o fabricante de linguiça e sua esposa, descrita pelo imaginário coletivo como a cruel “Catarina comegente”²⁸, e outros um tanto mais leves, julgados como atividades duvidosas

25 Pesquisa no projeto denominado “Os sete pecados da capital – personagens, espaços e práticas na contramão da ordem da cidade de Porto Alegre”. Todo o material desta pesquisa encontra-se no ASJP, em diversas caixas e pastas suspensas (ver listagem na nota 5 deste artigo).

26 Grupo formado pelos bolsistas BIC Kátia Marciniak, Sinuê Necker Miguel, Ialê Menezes Leite Costa e Nifertiti Krzeminsk.

27 Além das manchetes dos noticiários, foram incorporadas as fotos, charges, caricaturas e imagens.

28 O episódio envolvendo Catarina Pilse refere-se ao conhecido “Crime da Rua do Arvoredo”,

e transgressoras por se contraporem ao sistema de valores morais e aos padrões de conduta concernentes no período.

Trata-se, portanto, “de uma abordagem que diz respeito ao imaginário social, ou seja, ao sistema de ideias e imagens de representação coletiva que uma comunidade constrói para si ao longo do tempo.” (PESAVENTO, 2008, p. 11). A partir desta abordagem, “materialidade (fontes) e sensibilidade” (olhar meticuloso e ao mesmo tempo sensível do historiador cultural para decifrá-las), retomam seus lugares na pesquisa, servindo de suportes para incursionarmos pelas brechas deixadas por Sandra J. Pesavento. Pois os rastros das experiências do passado circunscritos pelas personagens, do real ao ficto, do ficto ao real, senda abertas pela História Cultural, apontam caminhos e possibilidades a serem exploradas e/ou aprofundadas pelos estudos que abarcam a categoria gênero vinculada à cidade e suas tramas históricas e lógicas culturais urbanas.

Entretanto, em que consistiria uma abordagem enveredando por essas sendas e indagações contemporâneas desde a História Cultural a que nos convoca essa obra específica de Sandra J. Pesavento? Por ora, pretende-se constituir alguns cruzamentos analíticos e conceituais entre ambos os campos, buscando mapear, traçar determinadas correspondências, embora suas especificidades, discorrendo sobre outras miradas, abarcando as representações de gênero a fim de constituir itinerários acerca de suas imbricações na tessitura histórica e urbana da cidade.

Como se sabe, os contributos trazidos pela História Cultural e os estudos de gênero aos domínios da História a partir das últimas décadas do século passado acarretaram uma reorientação em suas mais diversas especialidades e campos ao colocarem em cena olhares que redimensionaram as formas de compreender e produzir conhecimento histórico sobre as experiências de sociedades pregressas, incluindo abordagens e temas atravessados pelas dimensões da cultura e pela noção de poder, ambos como aspectos relevantes a serem exploradas pelos historiadores. Embora os olhares desde lugares distintos, tais noções foram fundamentais para o entendimento das dinâmicas histórico-culturais que constituem as realidades concretas e subjetivas de determinados grupos sociais.

No tocante à noção de cultura, ambas as perspectivas a apreendem

que deu origem às investigações em que acabaram no julgamento como culpados o fazedor de linguça José Ramos e sua esposa, por assassinatos de vizinhos, todos homens. De acordo com os cronistas de jornais da época, o casal macabro ainda se utilizava da carne para fabricar suas linguças, encontrando assim uma forma de desaparecer com os corpos das vítimas, que eram seduzidos para a morte pela diabólica e sedutora Catarina. Daí seu apelido “Catarina Comegente”, pois, para a opinião pública e a Justiça, a principal culpada pelos horrendos crimes era a esposa, considerando-se o marido como um homem atormentado pela voracidade de suas condutas sexuais.

como associada às visões de mundo, como um conjunto de sistemas de valores e também normativos que constroem os indivíduos (CHARTIER, 1991), destacando os efeitos do simbólico na constituição de conceitos, representações e padrões normativos, assim como as dinâmicas de suas operações nos espaços institucionais, de organização social, e na produção das identidades de homens e mulheres no tempo. (SCOTT, 1990).

Por meio do exame analítico das notícias de juízes-cronistas e imagens veiculadas pela imprensa sobre os delitos cometidos pelas mulheres aludidas²⁹, as contribuições articuladas à obra *Os sete pecados da capital* agregam interpretações da e na cidade voltadas aos processos que envolvem a construção histórico-cultural das diferenças sexuais na história e na conformação da urbe, atentando para aspectos tanto discursivos como materiais. Esses, em suas tensões e segregações espaciais, produzem e reproduzem estereótipos, desigualdades e interditos na realidade citadina amplamente mostrada pela historiadora. Nesse sentido, as diferentes textualidades da cidade dadas a ver pelas práticas das personagens centrais e pelas representações formuladas a partir delas demonstram a urbe como espaço sexuado (FRAGA, 2016), ou seja, implicado às fronteiras “concretas” e “sensíveis” (simbólico) estabelecidas entre os sexos e amalgamadas às lógicas de ordenação, higienização e disciplinarização dos espaços praticados da Porto Alegre do período, como reporta o caso emblemático da “crioula Fausta”.

A famosa prostituta, dona do famigerado lupanário do Beco do Poço, era constantemente representada nas páginas policiais como a personificação da cidade maldita porque deflagadora de imaginários e medos coletivos da população, temerária da desordem e da exposição de suas mazelas. Por conta disso, passou a ser alvo frequente das campanhas moralistas disseminadas nos jornais e da vigilância da lei. Entretanto, o cruzamento com fontes complementares demonstra as estratégias utilizadas com sucesso por Fausta para burlar e borrar os limites morais e espaciais impostos, mostrando como eram cambiantes e relacionais.

A riqueza de dados e as mostragens desses e outros elementos disponibilizados pelos rastros mapeados e analisados de Fausta inserem reflexões para estudos de gênero no contexto da cidade. A primeira delas investe em perspectivas investigativas dadas a intensificar a pluralidade de intensidades e variações das operações de controle tangenciadas pela diferença entre os sexos na cidades, trazendo como tônica a alteridade. Com isto, objetiva produ-

29 Catharina Palse (Catarina Come-Gente), Chiquinha, Anna Fausta (Na Contramão da vida: O Caso da crioula Fausta, o pássaro negro do Beco do Poço), Clementina Simionarto (O Diabo na Sacristia: O padre, a menina e as versões do fato), Joanna Eiras (Entre o fato e a lenda: Joanna Eiras, poder & o crime que compensa), Maria Francelina: um dos tantos nomes dados a “Maria Degolada” e Rosa Paria do Santos (Um caso de feitiçaria: Rosa Praia dos Santos).

zir um conhecimento histórico no tempo presente, permeada por leituras das experiências de homens e mulheres no tempo, não apenas em seus contrastes, mas atentas também às suas complementariedades e elaborando escopos teóricos voltados a desinstalar concepções, evidências, fronteiras da moralidade e realidades organizadas e pré-fixadas (RAGO, 2010) que têm permeado as questões de gênero nas dinâmicas culturais e espaciais da cidade.

Isso nos remete à segunda noção cara tanto à História Cultural quanto aos estudos de gênero na História, qual seja, a de poder, incorporada a partir das contribuições de Foucault³⁰, que muito auxiliou para o entendimento de que tais construções, nexos e representações não são naturais, nem fixas, porque fruto e base de relações complexas de poder. Assim, o poder tomado como micropulverização de práticas cuja rede genética e não-causal nos cabe desvendar (PESAVENTO, 2003) – e, como salienta Chartier (1991), sempre enraizadas em posições e interesses e, pode-se dizer, em permanente disputa por legitimidade.

No terreno das dinâmicas de poder, os diferentes tempos e dilemas vividos pelas sete mulheres retiradas do anonimato por Sandra J. Pesavento, na velha Porto Alegre da passagem do Império para a República, ampliam as miradas do historiador cultural ao configurar espaço para análises sobre como determinadas operações de poder atuantes na capilaridade das práticas culturais masculinas e femininas produzem assimetrias e visões essencialistas que transcendem os espaços instituídos (família, escola etc.). Na esteira dessas considerações, a obra, mostra como as mesmas são objetivadas na constante tentativa de ordenamento e higienização urbanística e nas formas de narrar as experiências do habitar de seus agentes, pautadas na divisão entre os sexos. Correspondendo, de acordo com Bourdieu (2003), ao funcionamento de sistemas de percepção, de pensamento e também de ação.

Com base no exposto, o livro *Os sete pecados da capital* e as pesquisas da historiadora que o originaram abrem sendas investigativas para estudos sobre o alcance do enfoque de gênero para leituras que tematizem as configurações que reproduzem as desigualdades de participação na vida da urbe e os seus mapas de exclusão.

30 Foram importantes as influências de Foucault para o enfoque pós-estruturalista (1980) no que tange à percepção da natureza histórica das subjetividades, no sentido de compreender a dimensão das relações sociais entre os sexos. De acordo com Rago (1998, p. 92), isso permitiu a elaboração de uma teoria feminista considerando o deslocamento do sujeito, a dissolução e historicização e, ainda, a desnaturalização de inúmeras dimensões da vida social, cultural e sexual; ou seja, Foucault preparara o terreno radicalmente ao questionar a naturalização do sujeito e as objetivações operadas pelas práticas discursivas dominantes. Para a História Cultural foram relevantes as contribuições, ao deslocar os olhares dos historiadores para o campo dos discursos abrindo espaço para revelar como uma dada realidade cultural é construída, pensada e dada a ler.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorrer sobre os percursos do acervo pessoal e intelectual da historiadora Sandra J. Pesavento e das pesquisas desenvolvidas através dos seus suportes materiais e sensíveis não só é apaixonante quanto desafiador, na medida em que nos fazem pensar sobre a importância da conservação desses lugares de memória, também considerados pelos pesquisadores que nele trabalham, como fonte de produção de conhecimento histórico sempre aberta para estudos focando entre outras demandas, as relativas à história do tempo presente, e aludidas nesse artigo.

Numa demonstração do quanto são profícuas as contribuições de sua trajetória intelectual para a história cultural da cidade em suas diferentes interfaces e camadas de memória, reveladoras da riqueza de suas reflexões e produção acadêmica, é que afirmamos ser os documentos do ASJP fontes históricas privilegiadas.

Na mesma medida, atentam para a necessidade de sua visibilidade junto aos pesquisadores voltados para temáticas envolvendo os arquivos pessoais e a sua gestão, assim como o público em geral, de maneira a dar a conhecer e a ler as múltiplas possibilidades do vasto legado deixado por ela, visto não apenas como algo a ser preservado, mas como trajetórias e inquietações de pesquisa que se pretendeu socializar buscando corroborar de alguma forma, para a renovação do velho, uma das tantas características marcantes de sua biografia e extensa obra. Portanto, o convite de Sandra J. Pesavento e os fios disponibilizados aos historiadores do tempo presente são muitos e instigantes.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004. 408 p.
- BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 149 p.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. **(Des)arquivar: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente**. São Paulo/Florianópolis: Rafael Copetti Editor, 2019.
- FRAGA, Hilda Jaqueline de. Cartografando o feminino nos lugares de memória de Jaguarão/RS. In: FRAGA, Hilda Jaqueline de; CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino; QUEVEDO, Éverton Reis; BARROSO, Véra Lucia Maciel; SOUZA, Renata Cássia Andreoni de (orgs.). **Experimentações em lu-**

- gares de memória:** ações educativas e patrimônios. Porto Alegre: Selbach & Autores Associados, 2015. v. 1, p. 281-307.
- FRAGA, Hilda Jaqueline. O patrimônio sob o enfoque de gênero: perspectivas para a Educação em cidades históricas. In: Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, 18, 2016, Jaguarão, RS. **Anais... Fronteiras Freireanas:** Diálogos e Trajetórias. Jaguarão, RS: UNIPAMPA, 2016. p. 1-13.
- FRAGA, Hilda Jaqueline de. **Diálogos com Sandra Pesavento:** Os sete pecados da capital. Texto proferido no evento alusivo aos 10 anos do falecimento da historiadora Sandra Jatahy Pesavento como parte da Programação da Semana da Mulher/março de 2019, promovida pelo Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de POA, Porto Alegre, 2019. p. 1-8.
- FRAGA, Hilda Jaqueline de. A cidade como documento no ensino de História. In: POSSAMAI, Zita (org.). **Leituras da cidade.** Porto Alegre: Evangel, 2010. p. 221-233.
- GOMES, Ângela Castro (org.). **Escrita de si, escrita da História.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- GRANSOTTO, L. R.; WOLFF, C. S. Le voyage académique comme un dispositif théorique: les expériences de déplacements intellectuelles de Sandra Jatahy Pesavento. **Archée**, v. 1, p. 1-6, 2019.
- GRANSOTTO, L. R. Re-visitando Sandra Jatahy Pesavento: contribuições para a história das mulheres a partir da crítica literária feminista (e-book). In: Naylane Araújo Matos; Elena Manzato e Andréia Guerini (org.). **Escrituras de Mulheres:** Literatura e Tradução. Florianópolis: LLE/CCE/UFSC, 2019, v. 1, p. 60-72.
- GUIMARÃES, Maria de Fátima. Patrimônio cultural e ensino de História: problematizando a colonização presente. In: ZAMBONI, Ernesta; GALZENARI, Maria Carolina B.; PACIEVITCH, Caroline (orgs.). **Memória, sensibilidades e saberes.** Campinas: Alínea, 2015. p. 90-102.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990. p. 9-17.
- LEENHARDT, Jacques. A teoria do “beco”: história geral e a história cultural da cidade na obra de Sandra Jatahy Pesavento. In: LEENHARDT, Jacques; FIALHO, Daniela Marzola; SANTOS, Nádia Maria Weber; MONTEIRO, Charles; DIMAS, Antonio (orgs.). **História cultural da cidade:** homenagem à Sandra Jatahy Pesavento. Porto Alegre: Marcavizual/ PROPUR, 2015. p. 17-36.
- LE GOF, Jacques. **Histoire et imaginaire.** Paris: Poiesis, 1986.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

- ORÍÁ, Ricardo. A história em praça pública: a leitura da cidade através dos seus monumentos históricos. Educação e patrimônio histórico-cultural. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 219-227, jan./jun. 2000.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidade e memória: espaços e vivências**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991. 133 p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 132 p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os Sete pecados da Capital**. São Paulo: HUCITEC, 2008. 460 p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUAGE, Frédérique (org.). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 89-98, 1998.
- RAGO, Margareth. Cartografias de si no feminismo da diferença: Amelinha, Gabriela. **Norma**. Rio de Janeiro, Niterói, v. 10, n. 2, p. 151-175, 2010.
- SANTOS, Nádia Maria Weber. Constituição e organização do Acervo Sandra Jatahy Pesavento do IHGRGS. In: *III Seminário Internacional de História do Tempo Presente*, 2017, Florianópolis. **Anais do III Seminário de História do Tempo Presente**. Florianópolis: UDESC, 2017. v. 11. p. 1-12.
- SANTOS, Nádia Maria Weber; MEIRELES, Maximiano Martins de. O arquivo pessoal da historiadora Sandra Jatahy Pesavento e as Sensibilidades enquanto campo teórico e método de análise histórica. **Artelogie**, n. 14, p. 1-19, 2019.
- SANTOS, Nádia Maria Weber. Quando as sensibilidades tomam posição... a obra de Sandra Jatahy Pesavento e sua importância para a historiografia brasileira. In: LEENHARDT, Jacques; FIALHO, Daniela Marzola; SANTOS, Nádia Maria Weber; MONTEIRO, Charles; DIMAS, Antonio (orgs.). **História cultural da cidade: uma homenagem a S.J.P.** Porto Alegre: Marcavíslua/PROPUR, 2015. p. 284-286.
- SANTOS, Nádia Maria Weber (coord). Projeto: **"O pensamento de Sandra Jatahy Pesavento e sua importância na historiografia brasileira: da história econômica à História Cultural – um estudo a partir do arquivo pessoal da historiadora"** - Edital Chamada Universal MCTIC/CNPq nº 28/2018. 25 p.
- SANTOS, Nádia Maria Weber; MEIRELES, Maximiano Martins de. Nos rastros da História Cultural e das Sensibilidades: o acervo Sandra Jatahy Pesavento e sua produção historiográfica. **Revista de História Bilros**, v. 5, p. 11-32, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 363 p.

Recebido em 24/05/2020

Aprovado em 12/11/2020

O IHGRGS E OS ACERVOS PESSOAIS: DOCUMENTOS E OBJETOS DE SANDRA PESAVENTO

IHGRGS AND PERSONAL COLLECTIONS: DOCUMENTS AND OBJECTS BY SANDRA PESAVENTO

Alexandre Veiga¹
Simone Steigleder Botelho²

RESUMO

O artigo relata as circunstâncias e condições que se encontra o acervo da intelectual, escritora e historiadora Sandra Jatahy Pesavento, cuja trajetória está registrada nos itens recolhidos em seu acervo, cuja guarda encontra-se sob responsabilidade do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, instituição que vem prestando relevantes serviços aos processos de história e memória no Rio Grande do Sul. Discorre sobre os procedimentos iniciais que estão sendo adotados para dar condições de acesso ao acervo, considerando as possibilidades e perspectivas de trabalho desses documentos, de modo específico, e na sua relação com os demais acervos do Instituto. Destaca aspectos singulares desse acervo e discute questões relacionadas aos acervos pessoais e sua dimensão na arquivologia.

Palavras-chave: Acervos pessoais. Acervo Sandra Pesavento. História individual.

ABSTRACT

The article reports the circumstances and conditions found in the collection of the intellectual, writer and historian Sandra Jatahy Pesavento, whose trajectory is recorded in the items collected in her collection, whose custody is under the responsibility of the Historical Institute of Rio Grande do Sul, an institution which has been providing relevant services to the processes of history and memory in Rio Grande do Sul. It discusses the initial procedures that are being adopted to give conditions of access to the collection, considering the possibilities and perspectives of work of these documents, in a specific way, and in its relationship with the other collections of the Institute. It highlights singular aspects of this collection and discusses issues related to personal collections and their dimension in archivology.

Keywords: Personal collections. Sandra Pesavento collection. Individual history.

1 Historiador, arquivista, Mestre em Comunicação e Informação e Doutor em História pela UFRGS, é servidor público do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

2 Conservadora e Restauradora de Bens Culturais, especialização em Arqueologia Brasileira e Membro Pesquisador do IHGRGS.

INTRODUÇÃO

Acervos pessoais são acervos! Essa declaração, digamos, peremptória, faz-se necessária para reafirmar, uma vez mais e sempre, a categoria funcional e específica dos conjuntos de documentos e objetos que guardam a trajetória de seu produtor – seja por terem sido efetivamente criados por ele, seja por se originarem de outros produtores e terem sido reunidos por alguém ao longo de sua existência. As concepções daí derivadas expressam as características de cada acervo, no que refletem não apenas sua condição específica, mas a singularidade do seu, digamos assim, criador.

O acervo da professora Sandra Jatahy Pesavento possui todas essas evidências e condições. Foi produzido ao longo de seus produtivos anos como uma das mais destacadas intelectuais brasileiras, cujas pesquisas elaboradas sobre diversos temas contribuíram de modo robusto ao conhecimento da história dos temas por ela abordados. Em paralelo, sua incessante curiosidade como viajante e questionadora de seu tempo foi responsável por constituir um rico arsenal de registros dos mais variados tipos, que ficaram como legado de sua trajetória.

Esse acervo significativo está hoje sendo organizado, acondicionado e será, muito em breve, disponibilizado ao público por uma equipe técnica que combina, além das qualidades profissionais, sua proximidade com o trabalho da professora Sandra. Liderada pela historiadora Nádia Maria Santos Weber, essa equipe busca sistematizar os livros, documentos e objetos que a professora Sandra reuniu ao longo da vida, buscando potencializar tais elementos como forma de retribuição ao trabalho que Sandra deixou para sua comunidade. Dessa forma, além de permitir conhecermos melhor o processo criativo que protagonizou a criação de obras importantes da historiografia, teremos a oportunidade de, ao menos de forma singela, aproximarmo-nos da figura humana da professora Sandra Pesavento.

O acervo em questão está acondicionado no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, também este um espaço de produção intensa do conhecimento. Não havia melhor instituição para receber o acervo da professora do que o IHGRS, dado que também ali se respira história e sabedoria. O conteúdo do acervo está sendo devidamente catalogado, descrito e organizado de acordo com as metodologias necessárias para permitir que cada conjunto – bibliográfico, arquivístico e tridimensional – possa revelar todas as suas potencialidades, permitindo assim que se conheça melhor não apenas a trajetória profissional de Sandra, mas também a grandeza de sua personalidade.

O presente artigo vai discorrer sobre as características dos acervos documentais e dos objetos que formam o acervo. Pretende-se, brevemente, descrever os tratamentos realizados até o momento, bem como algumas de

suas principais características. O objetivo é dar uma idéia inicial do processo de organização desses itens, propondo que sejam conhecidos pelos interessados no tema e que se tornem objeto de debate para alavancar o conhecimento dos processos adequados ao que se trata na área. Com isso, há a expectativa de promover o conteúdo do acervo, bem como de retomar as atividades que o IHGRS vem propondo ao longo de seus cem anos de existência.

1 A trajetória do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) é uma instituição privada sem fins lucrativos, cuja trajetória foi retomada em 5 de agosto de 1920 por iniciativa de intelectuais e homens públicos do estado do Rio Grande do Sul, como Octavio Augusto de Faria, capitão Manoel Joaquim de Faria Corrêa, tenente Emílio Fernandes de Souza Docca, Afonso Aurélio Porto e o Pe. João Batista Hafkemeyer, juntamente com o Desembargador Florêncio de Abreu. Teve, para isso, o apoio decisivo do Governador Borges de Medeiros.

O IHGRGS integra um conjunto de instituições com a mesma proposta, criados em diversas unidades da federação brasileira, a partir da idéia matriz desenvolvida pelo Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, com sede no Rio de Janeiro. O representante gaúcho teve uma trajetória distintiva, tendo três episódios de criação em períodos históricos diferentes. A primeira vez em que foi criado, em 1853, foi por iniciativa do então Presidente da Província, João Lins Cansansão de Sinimbu, denominando-se Instituto Histórico da Província de São Pedro.

A partida de Cansansão de Sinimbu para a Capital do Império, em 1855, determinou o encerramento da instituição, que teve suas atividades retomadas cinco anos depois, conduzido pelo Barão de Porto Alegre, Manuel Marques de Souza, o “Centauro de Luvas”³. Também desta feita, porém, a iniciativa durou pouco tempo, seguindo apenas até 1863. As atividades desse curto período, porém, foram importantes em seu contexto, pois os membros do IHGRGS publicaram seis fascículos de sua Revista Trimestral.

Em 1920, quando o país preparava-se para comemorar o centenário de sua Independência, o IHGRGS foi recriado, mantendo-se até o presente como espaço de estudo e investigação nas áreas da Geografia, Arqueologia, Filologia e Antropologia e, principalmente, no campo historiográfico, perpassando outros campos correlatos, focando principalmente – mas não apenas – em questões relacionadas ao Rio Grande do Sul. Além disso, presta

3 O Barão foi chamado por historiadores de “o Centauro de Luvas” porque era um soldado de cavalaria muito bem-educado e sempre impecavelmente fardado.

papel relevante na preservação da memória rio-grandense, através da manutenção de fundos documentais e acervos bibliográficos que servem, sobretudo, para embasar as investigações e a elaboração de conteúdos relacionados ao Rio Grande do Sul, além de atuar sistematicamente na defesa do patrimônio histórico.

Com essa proposta, passou a receber, ao longo dos anos, acervos doados por intelectuais riograndenses, além de coleções de itens documentais e bibliográficos, cuja importância tem sido destacada ao longo dos anos através de artigos publicados em diversos espaços de divulgação e, principalmente, em sua Revista, que vem sendo editada continuamente desde 1920. Atua ainda na elaboração de eventos que permitem discutir aspectos singulares da história e da sociedade gaúcha, colaborando para a sistemática reflexão sobre a trajetória do estado.

Um dos primeiros e, até hoje, principais acervos pessoais recolhidos ao IHGRS pertenceu a uma personalidade de significativa presença no estado, tendo sido seu principal governante por vários anos: Borges de Medeiros. Importante apoiador da recriação do IHGRS, cedeu seu acervo à instituição, ainda em vida, em 1960. Esse acervo é formado por cerca de 80 mil documentos, entre cartas e telegramas, remetidos e recebidos por ele no período de 1898 até 1960. É um conjunto documental expressivo, que registra as tratativas, polêmicas e análises realizadas por Borges e seus interlocutores, revelando os meandros da política gaúcha e nacional.

A existência desse acervo, bem como de todos os demais que estão atualmente acondicionados no IHGRS, é importante por vários aspectos, permitindo o acesso àquilo que Ribeiro (1998) chama de “arquivo de si”, e cuja capacidade informacional combina o conteúdo estritamente privado com elementos relevantes da sociedade em que viveu esse indivíduo. Esses registros demonstram não apenas a dimensão do trabalho da instituição, no sentido de preservar documentos que podem revelar contingências singulares das relações humanas, mas também o potencial informativo dos acervos pessoais, dos quais o conjunto de documentos da professora Sandra Pesavento é exemplar dos mais significativos.

2 O IHGRS e os acervos pessoais

Todo o material reunido no acervo provém de doações realizadas ao longo da sua existência institucional. São documentos de membros do IHGRS ou de seus familiares, assim como da comunidade em geral, que veem a instituição com a credibilidade necessária como guardiã das memórias contidas nesses registros. Alguns deles foram, ainda, coletados por membros do IHGRS nos primórdios de sua existência, quando se dirigiam ao interior do Estado ou a outras instituições para buscar ou reproduzir itens conso-

nantes com a história sul-rio-grandense. Na atualidade, o IHGRGS continua recebendo doações de acervos pessoais que reúnem, principalmente, documentos arquivísticos.

Entre esses acervos, há outros que podem ser destacados como forma de demonstrar a multiplicidade de perspectivas informacionais, sendo relevante destacar, por exemplo, o acervo de Apolinário Porto Alegre, de Athos Damasceno Ferreira, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Ramiro Fortes Barcelos⁴. Os dois primeiros foram expressivos expoentes das artes e da cultura do estado, enquanto os dois últimos, expressivas lideranças políticas, ambos adversários ferrenhos de Borges de Medeiros, o que não impediu que tivessem documentos seus recolhidos ao acervo do IHGRGS, revelando que além da necessidade de se manter um tratamento civilizado entre adversários, havia a dimensão institucional a ser resguardada.

3 Acervos pessoais e arquivologia

Os arquivos pessoais e seu tratamento arquivístico tem pautado robustas discussões no campo da arquivologia. Houve, por vários anos, um debate teórico, seguido de premissas práticas, pressupondo que os acervos pessoais não deveriam ser objeto de atuação dos profissionais de arquivo. Isso resultou numa indefinição procedimental, dado que os registros arquivísticos, via de regra, originavam-se em conformidade com conjuntos documentais estruturados, cuja organização era proposta, quase sempre, num conjunto apriorístico, sendo sua trajetória definida por regras específicas, reguladas por instrumentos como o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade.

Essa característica – a de se originar em conjuntos documentais com regras de produção específicas, que seguem metodologias rígidas, estava distante da realidade de um acervo pessoal. Ainda que em alguns casos houvesse um nível de organização e elementos documentais que guardassem algum tipo de essência organizacional, seja porque seu produtor preocupava-se com essa prática, seja porque em alguns casos, a estrutura documental permitia maior organicidade, acervos pessoais são, na maioria, oriundos de uma rotina de acumulação relacionada às vivências individuais, sem regras

4 Apolinário Porto Alegre criou, em 1876, na chácara onde vivia, nos arredores de Porto Alegre, o Instituto Brasileiro, que pretendia ser um contraponto ao modelo tradicional de educação pública. Athos Damasceno foi um prolixo escritor, jornalista e historiador, sendo severo crítico do regionalismo riograndense. Assis Brasil, líder da oposição a Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, foi deputado, Ministro de Estado, constituinte em 1891 e embaixador do Brasil na República Argentina. Ramiro Barcelos, médico, jornalista e senador, escreveu o poema satírico Antônio Chimango, que criticava a postura de Borges de Medeiros no Governo do Estado.

delineadas sobre sua transferência ou recolhimento, para citar duas ações importantes no trato arquivístico. Essa dimensão exige uma reflexão significativa, por parte dos profissionais envolvidos em sua organização.

A escrita e o arquivamento de si, nos termos em que reflete Ribeiro (1998), onde há uma necessidade do registro de uma personalidade, famosa ou anônima, ou a proposta de arquivar a própria vida, como salienta Artières (1998) são condicionadas por uma certa percepção do devir histórico, em que suas existências podem se inserir de modo objetivo. O grau de dificuldades para a organização de um acervo pessoal, cujas peculiaridades se sobressaem no processo de sua formulação, torna o desafio bastante significativo. Se um acervo pessoal já é uma complexidade individualizada, nos termos revelados ao se cotejar com técnicas arquivísticas consolidadas, torna-se ainda mais expressivo quando nos defrontamos com premissas elaboradas pelo próprio produtor do acervo. O desafio, aqui, torna-se ainda mais relevante, pois temos a rara combinação de um conjunto importante de variáveis.

Augusto César Luiz Brito e Analaura Corradi, produziram uma robusta revisão de literatura sobre o tema, citando alguns dos principais textos reflexivos acerca da questão. Brito e Corradi (2017, p. 4) afirmam que “a valorização dos arquivos pessoais tanto quanto ‘arquivo’ ou como ‘fonte de pesquisa’ decorreu em paralelo ao avanço.” Tal alteração promoveu significativa mudança no entendimento até então instituído sobre os chamados “arquivos de si”, sendo que já na década de 60 e 70, tais conteúdos passaram a receber atenção dos autores da área de arquivologia.

Terry Cook, importante teórico do campo arquivístico, escreveu texto seminal propondo a revisão dessa leitura reducionista do trabalho em arquivos. O autor foi enfático em estabelecer que “as afirmativas fundamentais da ciência arquivística tradicional, com suas dicotomias resultantes, são falsas.” (COOK, 1998, p. 4). Isso porque o trabalho do arquivista deixou de ser, há muito, o de um suposto guardião imparcial de conjuntos documentais recebidos em suas instituições, para o trabalho que o autor chama de construtores muito ativos da memória social.

Isso significa que a participação efetiva do profissional de arquivo tornou-se parte constitutiva da formação do acervo, sendo imprescindível a compreensão do conjunto documental em organização. Para isso, precisa ter em perspectiva a trajetória contextual daquela personagem que é o produtor do acervo, compreendendo suas idiossincrasias e suas condições de produção. Nesse sentido, deve ter máxima atenção não apenas com o aspecto mais direto do conteúdo documental – oriundo das atividades que fizeram desse produtor o objeto de recolhimento de seu acervo – mas principalmente do que está envolvido nessa produção – os dilemas, dúvidas, equívocos e materialidades oriundas da trajetória do produtor do acervo, permitindo assim compreender esse percurso em toda sua grandeza.

Outro autor que há muito discutiu a dinâmica envolvendo as práticas tradicionais da arquivologia frente à demanda dos arquivos pessoais foi Andre Lopez que, registrou serem

[...] os arquivos pessoais, por suas características informais, [acervos que] testam os limites dos princípios teóricos da arquivologia, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, os reforçam, como única salvaguarda para que tais conjuntos não percam a unicidade e coesão arquivística que os caracterizam. (LOPEZ, 2003, p. 3).

Com isso, afirma o autor, é fundamental para o trabalho com os arquivos pessoais o cuidado com o contexto de produção do acervo, considerando principalmente a história do indivíduo, como forma de manter sua integralidade.

4 Acervos pessoais e objetos tridimensionais

No escopo básico do trabalho com arquivos pessoais, uma das maiores dúvidas diz respeito aos itens tridimensionais, que não raro acompanham o conjunto documental recolhido. É prática costumeira que tais acervos, ao serem destinados pelos familiares – ou, às vezes, pelo próprio produtor – incluam objetos que foram sendo acumulados ao longo da vida do produtor, seja em pesquisas realizadas, seja por presentes recebidos ou mesmo homenagens que lhe foram destinadas através de medalhas e insígnias. Neste momento, forma-se a dúvida sobre qual a destinação mais adequada para tais registros.

Um arquivo, via de regra, não tem a mesma configuração de um museu. Isso significa que não está preparado para gerenciar acervos que extravasem o suporte documental tradicional, em papel. Eventualmente consegue responder às necessidades de registros em outros suportes análogos, tais como mapas, plantas arquitetônicas ou cartazes de eventos. Mas para os itens cujo tratamento dispense procedimentos específicos, acumulam-se dúvidas e questionamentos.

A regra mais elementar, para dar conta dessa questão, diz respeito à compreensão do processo formativo do acervo. As perguntas básicas a serem dirigidas ao tema precisam interrogar o contexto em que tal conjunto foi constituído, buscando evidenciar que tais itens integram, assim como os demais documentos, um complexo unitário de elementos, que dialogam entre si. Assim, temos a perspectiva do todo, onde o documento registra o item que foi, eventualmente, recolhido em função de pesquisa efetuada para a elaboração de um livro. Esse esquema, meramente exemplificativo, demonstra

que todos os registros possuem, além do valor em si, uma combinação que faz sentido em sua integralidade.

Nessa condição, e ainda que o arquivo não venha a se constituir em museu – considerando nesse sentido as regras específicas dessa unidade de informação – há que se estabelecer os procedimentos necessários para responder às necessidades de armazenamento, conservação e disponibilização dos itens tridimensionais, seja para pesquisa ou fruição do público. Em razão disso, é imprescindível elaborar regramentos para responder à essa demanda, refletindo sobre suas condições, ainda que não se configurem em sua totalidade museológica. Michael Buckland, por exemplo, enumera quatro condições para que o artefato seja um documento de museu:

- 1 - Materialidade: somente objetos físicos e sinais físicos podem constituir documentos;
 - 2 - Intencionalidade: deve haver a intenção de tratar o objeto como evidência de algo;
 - 3 - Processamento: os objetos devem ser transformados em documentos;
 - 4 - Fenomenologia: os objetos devem ser percebidos na qualidade de documentos.
- (BUCKLAND, 1997 apud SMIT, 2008, p. 14).

A partir dessa distinção, podemos considerar que os artefatos, uma vez contemplados como documento, com suas categorias de informação e com os diversos aspectos acima descritos, também são recolhidos nos arquivos pessoais. Nesse caso, além dos contextos museológicos e arqueológicos inferidos pela museologia, incorporarão um novo contexto proposto pelos arquivos pessoais: o contexto de acumulação, formando um conjunto articulado e indissociável. É possível que a característica mais marcante para o objeto ser considerado documento de arquivo seja, justamente, a da acumulação.

A premissa que orienta o processo organizacional em um arquivo pessoal que inclui, também, itens tridimensionais vem ganhando corpo no trabalho realizado pelos profissionais das áreas. Camargo (2008), por exemplo, afirma que os documentos acumulados pelo produtor, em sua trajetória de vida, são passíveis de permitir reconhecimento da organicidade dos documentos, a partir das atividades que lhes deram origem, e que os diferentes tipos de registros no arquivo não impedem que se estabeleça o vínculo de funcionalidade e do contexto de produção. Desta forma, os objetos tridimensionais podem ser incorporados aos acervos arquivísticos, quando for identificada a sua interrelação e tiver uma função representativa nestes arquivos.

Nos arquivos pessoais de cientistas é comum encontrarmos objetos

de diversos formatos e dimensões, reunidos por diversas razões. Ao serem entregues para custódia, os documentos em suporte papel são acompanhados por outros gêneros documentais, como os iconográficos, sonoros, filmográficos ou os citados mapas e plantas de engenharia e arquitetura. Em alguns casos, também objetos tridimensionais, que são entregues às instituições arquivísticas, a museus ou outros custodiadores. Esses arquivos apresentam diversidades de gêneros, tipos e suportes, com uma variedade documental que, junta, constitui o fundo arquivístico. Nele, todos esses documentos são indivisíveis e indissociáveis. A justificativa de se manter objetos num arquivo pessoal atende à necessidade de preservar o que se define por “lembranças históricas”, relíquias que se relacionam com suas pesquisas e descobrimentos, sendo assim integrante de seus arquivos privados.

No caso desses acervos, segundo Joux (2008), os objetos são abordados como casos particulares. Para essa autora, os “objetos tridimensionais” são incluídos como documentos de arquivo de uma pessoa e, como solução para viabilizar a relação entre os documentos, o preparo de instrumento de pesquisa capaz de integrar os documentos em todos os seus formatos (arquivístico, bibliográfico e museológico) no arquivo de um único produtor, a fim de suavizar as fronteiras que existem entre essas áreas.

Outras autoras que tratam dessa temática são Camargo e Goulart (2007), que consideram tais objetos (medalhas, objetos pessoais diversos, instrumentos científicos, espécies coletadas em pesquisas, lâminas e muitos outros) como documentos que muitas vezes tiveram a sua origem nas atividades desenvolvidas pelo produtor do acervo ou pela instituição em que este atua, e que, portanto, possuem relação orgânica com o acervo arquivístico produzido por tais unidades. Camargo e Goulart (2007) explicam que os objetos são identificados como documentos de arquivo pela natureza de suas informações, pois refletem as atividades desses produtores do acervo.

Camargo e Goulart (2007) apontam para a falta de uma política arquivística de aquisição e descarte, de espaço físico e de condições para preservar os documentos tridimensionais, afirmando ser necessário preservar no arquivo o contexto de produção e a função do objeto no desempenho das atividades do produtor. A forma de estabelecer a relação do contexto de produção, da função do objeto e das atividades desempenhadas se dará a partir da documentação destes registros, contemplados por outros tipos documentais que poderão compor o conjunto. Se não for possível preservar os equipamentos e demais objetos que constituem determinados acervos, expressam as autoras, é preciso preservar o contexto arquivístico no qual esses documentos se inserem, sinalizando que os registros sobre a existência desses objetos foram produzidos para complementar as lacunas documentais em seu formato original, no caso, através da atividade de documentação. Os objetos nos arquivos justificam-se, assim, pelo contexto de acumulação.

5 O acervo SJP e o IHGRGS

Outro elemento-chave no tema da organização de acervos pessoais é salientado por Tognoli (2011, p. 68): “como o próprio nome sugere, os documentos ali encontrados têm características muito particulares ligadas à vida do titular e, no caso de escritores/artistas, à sua obra.” É isso exatamente, o que acontece com o acervo da professora Sandra Pesavento, cuja atuação, ao longo da carreira, teve muito de uma certa prática colateral como arquivista.

Isso fica visível na metodologia empírica que desenvolveu para responder às necessidades de seu trabalho como pesquisadora, o que fez com que adotasse uma dinâmica de registros sistemáticos, de praticamente tudo o que fazia, lia ou entrava em contato. É como se o famoso personagem de Borges – Funes, o memorioso – estivesse registrando em papel as memórias que relembrava constantemente. A produtora do acervo indicava, com o máximo de detalhes, elementos que coligia para desenvolver seus trabalhos acadêmicos, para orientar seus alunos e na produção de seus textos. Seus “cadernos de viagem” ficaram famosos, dadas a quantidade de conteúdo informacional que legaram à posteridade.

No que diz respeito ao seu arquivo pessoal, não poderia ser diferente. São diversos itens documentais, meticulosamente coligidos, cuja utilização fica evidenciada no apoio técnico à produção intelectual da autora. Esses registros tornaram-se, agora, marcas indeléveis de seu processo organizativo, o que impõe serem observados para sua presente organização. Um dos documentos mais expressivos disso que podemos denominar uma “perspectiva arquivística individual” é o quadro de desenvolvimento de sua trajetória como profissional da história, que catalisa registros dos conteúdos teóricos e das produções intelectuais respectivas, permitindo ao leitor acompanhar o processo de formação da pesquisadora.

Esse documento, formado por 17 páginas manuscritas, permite que se faça conhecido todos os conteúdos que, de outro modo, poderiam ser dispostos de maneira diversa àquela que a própria produtora do acervo teria proposto como sendo a mais adequada para organizar sua produção documental. Percorrendo desde os anos iniciais de sua atividade no campo da historiografia, em 1978, vai até seus livros elaborados em 1991, identificando temas e autores que serviram de guia para as reflexões acerca dos fenômenos históricos abordados.

Esse tipo de documento, cuja singularidade poderia ser tomada como um dilema pelo arquivista, acaba fazendo com que os conteúdos que não foram pensados de modo orgânico – os registros estritamente pessoais, por exemplo – ganhem naturalmente, frente aos demais documentos, um lugar apropriado no acervo. Desse modo, o que poderia ser desafiador ou mesmo incapacitante torna-se um complemento que atua, de modo concatenado, com o que foi deixado em formato estruturado pela produtora.

Figura 1 – Desenvolvimento da trajetória profissional de Sandra Jatahy Pesavento

DATA	TEORIA	TEMA	PRODUTOS INTELECTUAIS (1)
1982-88 Doutorado 3/10/88	Quanto a questões metodológicas, convém alertar para o fato de termos de um esp. gen. delimitado no tempo e no espaço, e de termos um contexto historicamente delimitado esp. de construção de uma diferenciação e domínio de uma classe social, e de elaboração de uma visão sobre este esp. (isto é, o que é o país / o estado). Depois: esp. p/ o K, onde o K se espelha de uma forma histórica determinada. Interpretação: dom. social: categoria histórica; ligada à luta de classes; sobre as relações humanas definem-se os conteúdos de história. por-se de classe = resulto de experiências comuns; as relações e estruturas a identidade de uma interação entre si e com o exterior, os outros, os outros, etc. sobre-se que há dom. quando os fatos se constroem de modo coletivo, regularidade, um das respostas a situações similares dentro de um contexto histórico.	2º PROJETO → FINEP / FOPES "Processo de industrialização no RS (1854-1945) (85-87) coordenação / consultoria tema: Capital, trabalho e Estado preocupação: Invenção industrial K, T e Estado dimensão social da tecnologia rel. dom. / estado / resistência (entre outras coisas) estudo regional → especificidade dentro de 1 tema universal e de uma presença nacional continuidade de preocupação de desenvolver a natureza do Estado (Invenção e dom.)	R.S.: agr. colonial e ind. 83 Hist. ind. do Sul-arg. 85 Regul. ind. e prod. alfândega 85 Revisão e ind. 86 quê, preliminar de fontes 86 R.S.: a ideia de ind. 86 Memória da ind. do Sul-arg. 87 Relat. FINEP: Capital, Trabalho e Estado (1854-45) 87 Exemplos: Trabalho industrial e tecnologia 87 Vida: Emprego e ind. do Sul-arg. 88 A Invenção (construção de um país) e a luta de classes 88

Fonte: Acervo Sandra Jatahy Pesavento - IHGRGS

O acervo, atualmente recolhido na sede do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, é formado por cerca de 30 caixas-arquivo, além de um número expressivo de documentos armazenados em mobiliário específico. Os itens vêm sendo higienizados e preparados para nova organização, cujo formato está sendo pensado para dar conta de todas essas dimensões. Nesse sentido, cabe destacar a perspectiva com que Vidal (2007) discute tais acervos, que servem, segundo ele, tanto para examinar a memória coletiva, como para discorrer sobre um evento singular, extraordinário.

Outra circunstância que torna o trabalho no acervo um desafio aos profissionais envolvidos nesse trabalho vem da necessidade de que sua organização original seja registrada corretamente, dado que há pesquisas sendo produzidas no presente momento, o que exige que sua reorganização seja cuidadosa e sempre referenciada. Assim, o início do processo contemplou a compactação de invólucros, reduzindo-se a quantidade de caixas que formavam o acervo original, mantendo-se, no entanto, sua estrutura. O próximo passo será efetivar o registro acurado dos itens, como forma de seguir o processo organizacional.

A partir da possibilidade de executar essa reorganização, será efetuado o registro da alteração de acondicionador dos itens documentais, implementando a organização desenhada no quadro de arranjo, identificando-se os ajustes ao mesmo tempo em que se mantém o atendimento das neces-

sidades de consulta da pesquisadora. O quadro de arranjo proposto segue, basicamente, a seguinte configuração: Documentos Pessoais; Registros de Trabalho; Conteúdo de Projetos e Material de Apoio. Essa proposta, que prima pela simplicidade, visa justamente preservar os temas oriundos da trajetória pessoal da pesquisadora.

A série “Documentos Pessoais” vai acondicionar itens relacionados diretamente aos eventos da vida pessoal da produtora do acervo; os “Registros de Trabalho” devem receber os registros de sua trajetória de atuação, a partir das condições em que se deram a produção intelectual e como autora de significativa bibliografia no seu campo de conhecimento, o que ensejou uma organização específica. Os “Conteúdos de Projetos” contemplam a produção das pesquisas, permitindo visualizar, em sua extensão e profundidade, a dimensão do trabalho elaborado por ela ao longo da carreira e, no item “Material de Apoio”, são reunidos todos os itens que, embora não sejam de sua autoria, foram fundamentais para o desenvolvimento de seu trabalho.

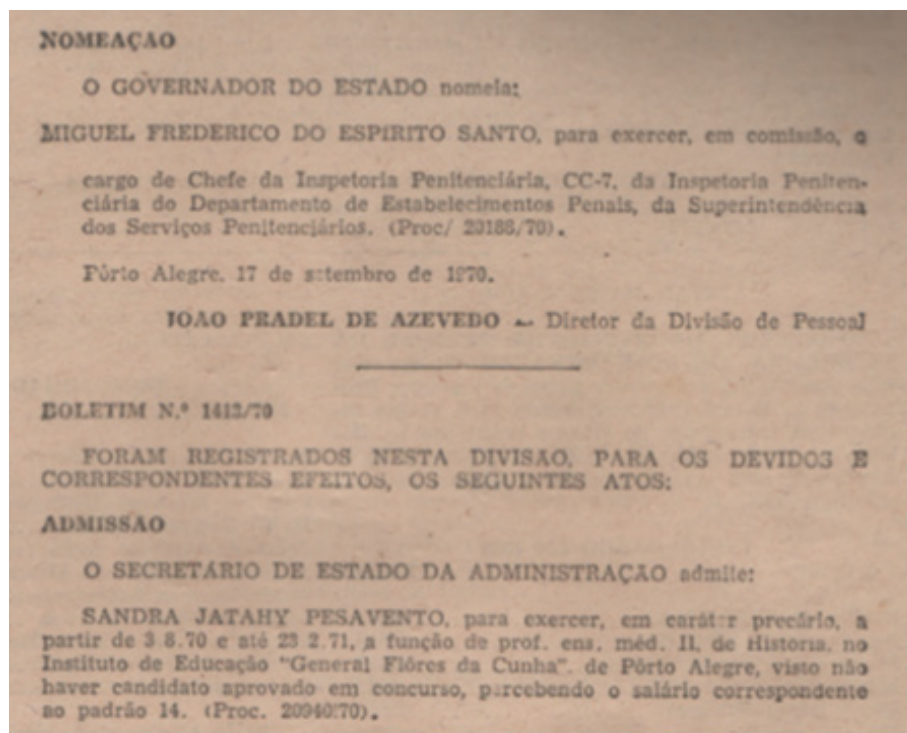
A partir dessa primeira proposta de arquitetura do acervo, deverão ser instituídos novos elementos, configurados através de subséries e dossiês específicos. Sempre que possível, será considerado o processo constitutivo determinado pela produtora, de modo a desenvolver uma leitura intelectual da concepção orgânica do acervo, além de se respeitar, sempre que possível, o desejo manifesto por ela. Sabe-se, no entanto, que algumas reconfigurações se farão necessárias, pois a concepção inicial da organização dos documentos, como se disse inicialmente, tinha como objetivo principal atender às necessidades imediatas de pesquisa por parte da professora Sandra, e agora, a proposta visa abranger as diversas leituras a serem produzidas de sua herança intelectual.

Desse modo, entende-se que serão atendidos todos os princípios que vêm norteando a organização dos acervos pessoais, cuja riqueza informacional está sendo cada vez mais compreendida como parte integrante da leitura do mundo, promovendo aquilo que Gomes (1998) denominou de “encantamento dos arquivos pessoais”, o que no caso da professora Sandra é ainda mais evocativo, dada sua própria promoção desse encanto pelos temas históricos, seja quando discutia a economia gaúcha, seja revelando os mistérios da Capital.

Tal encantamento fica perfeitamente visível quando cotejado com um documento que reúne duas personagens cuja relação encontra-se no próprio processo de recepção do acervo. Numa folha do Diário Oficial do Estado, temos reunidos os nomes da produtora do acervo, Sandra Pesavento, sendo nomeada para o cargo de professora de Ensino Médio, e do atual Presidente do IHGRGS, Miguel Frederico do Espírito Santo, também sendo indicado a cargo público. A coincidência do fato, onde se encontram reunidos dois dos principais atores do presente processo, chama a atenção e permite visualizar

o significado dos arquivos pessoais nesse encantamento memorialístico de que nos fala a autora.

Figura 2 – Nomeação de Sandra Pesavento e Miguel Espírito Santo



Fonte: Acervo Sandra Jatahy Pesavento - IHGRGS

6 Os itens tridimensionais no Acervo SJP

O tratamento a que foi submetido o acervo da Professora Sandra Pesavento seguiu, de modo geral, os procedimentos objetivos observados para objetos dessa categoria. Nesse caso, porém, houve uma espessa camada de subjetividade que permitiu significativo incremento ao trabalho realizado. Além da co-autora do presente artigo, foi colega de trabalho a historiadora Anelda Oliveira, cujo mestrado em História havia sido patrocinado pela professora Sandra. Essa peculiaridade produziu um nível de conhecimento dos objetos reunidos no acervo que dificilmente se pode obter de forma exclusivamente profissional, o que proporcionou ganhos significativos na elaboração dos processos de trabalho.

As ações iniciaram-se, assim, pela identificação pormenorizada dos itens, bem como pela descrição refinada de seu processo de aquisição. A forma de incorporação – na maioria das vezes, oriundos das diversas viagens

realizadas pela professora – foram registrados de modo a permitir uma configuração adequada desse processo formativo do acervo. Com isso, itens que poderiam ser irrelevantes em outra leitura, ganharam existência singular no acervo, dado que foram intencionalmente acumulados, com possível associação e identificação com a cultura material de determinados lugares visitados pela pesquisadora.

Em vida, a pesquisadora adquiriu objetos representativos dos lugares que visitou, identificou pessoalmente (produzindo etiqueta de procedência específica para cada objeto) e formou conjuntos que expressam sua diversidade (coleções de pedras, conchas, animais, casario etc.). De forma complementar e substancial, registrava tais condições de produção através de fotografias e registros manuscritos dos lugares que visitava, permitindo que se identificassem as lembranças particulares do lugar e os registros da cultura material, tanto arquitetônica e urbanística quanto dos saberes locais, que posteriormente seriam utilizados como material de trabalho nas aulas e na sua produção científica e literária. Registrava estas aquisições, detalhando características expressivas como valor de compra, a motivação do momento e outras singularidades, que eram descritas em cadernetas do tipo diários.

Essa condição de produção é, novamente, excepcional guia tanto para a organização do acervo quanto para seu acesso. Tais ações demonstram não apenas certa proposição metodológica para formar conjuntos orgânicos, como podem ser perspectivas que expressam a corrente de pensamento à qual a autora estava associada, relacionada à História Cultural. Mais uma vez, revela-se em paralelo a pesquisadora e a produtora cultural – para usar uma expressão significativa – à medida em que se permitia apropriar-se de modo propositivo de elementos exógenos como forma de contrastar sua própria cultura.

O tratamento preliminar efetuado neste acervo constituiu-se da identificação dos conjuntos, sua higienização e o registro de cada item individualmente, considerando sempre o registro feito em etiquetas produzidas pela própria produtora do acervo. Na sequência, realizou-se o armazenamento em condições ainda primárias, dado que se busca a transferência dos mesmos para espaço físico adequado às suas características. Esse processo foi realizado ao longo de quatro meses, resultando na seguinte configuração do acervo: Coleção de Caixas e Pedras; Coleção de Miniaturas de Animais; Coleção Casario; Coleção Souvenir de Viagens; Coleção Colares; Álbuns de Fotografias e Cadernetas.

A higienização foi efetuada com a limpeza de sujidades das superfícies, utilizando-se para isso material não abrasivo, a fim de manter a integridade de vários itens, cujo material é constituído de elementos extremamente frágeis, que de outro modo poderiam ser danificados. Além disso, a adequada condição de preservação – outro traço relevante na atuação da produtora

do acervo – dispensou a equipe de executar um processo mais intenso de limpeza, nesta etapa do processo de tratamento, postergando-a para ser posteriormente realizada em condições laboratoriais e curatoriais pertinentes ao acervo. No processo de documentação dos itens, procedeu-se a elaboração de fichas individualizadas de conservação e restauro especificamente elaboradas para o acervo, atribuindo códigos de identificação alfa-numéricos, de fácil identificação de procedência e posição no acervo, executando aqui a documentação fotográfica.

Durante o processo de acondicionamento, houve o convite para a realização de programa expositivo do acervo no Museu Júlio de Castilhos. Para isso, foi realizada a separação de itens a partir de determinados conceitos a serem apresentados nessa exposição, que foram então encaminhados ao Museu. Todos os objetos foram embalados individualmente em plástico bolha e invólucros de tecido não tecido (TNT), especialmente confeccionados em dimensões próprias para cada item e para a guarda e transporte adequados, e devidamente identificados. Ao final do período expositivo, os itens foram reacondicionados nas mesmas condições dos demais objetos do acervo, e aguardam agora por tratamento definitivo e posterior deslocamento ao local de custódia, onde devem receber o tratamento museológico adequado.

Tais acervos, quando se tornam objeto de estudo e de prática profissional, configuram-se como elementos fundamentais no percurso científico que deve conduzir a um maior entendimento da vida humana, seja em caráter privado e individual, seja em sua dimensão coletiva. Esse foi o principal ensinamento legado pela professora Sandra Pesavento, e no qual ela foi mestra absoluta ao longo da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades que vem sendo realizadas no IHGRGS, tendo como objeto o acervo Sandra Jatahy Pesavento, tem ocorrido desde meados de 2015, e visa pensar, organizar arquivisticamente, planejar e indicar ações em diversos âmbitos e difundir seu conteúdo bem como a memória intelectual da professora, pesquisadora e historiadora, promovendo as relações entre seus conteúdos, de modo a permitir sua utilização plena para a pesquisa. O conjunto está sendo organizado em função de suas tipologias específicas, respeitando-se, sempre que possível, as indicações da produtora do acervo para sua configuração, pois tais documentos referem-se à trajetória pessoal e profissional da produtora, bem como diversos itens que registram sua atividade intelectual, permitindo uma ampla compreensão do trabalho desenvolvido por Pesavento ao longo das quatro décadas de atuação.

A relação desse acervo com o trabalho desenvolvido pelo IHGRGS ao longo dos anos guarda interessantes conexões. Boa parte do trabalho de pes-

quisa de Sandra Pesavento teve como foco a história do Rio Grande do Sul. Ela é autora, por exemplo, entre outros textos relevantes, de uma biografia política de Borges de Medeiros, cuja documentação é, como afirmamos anteriormente, uma das mais relevantes do Instituto. Além disso, suas extensas leituras de conteúdos historiográficos do Rio Grande do Sul, que serviram de matriz para outras obras, têm essas questões como fundamentais.

O acervo SJP é o segundo acervo de uma mulher a integrar o conjunto do IHGRS. Antes dela, apenas um acervo documental da jornalista Alba Aurora, formado por registros produzidos para a elaboração de um livro. É, portanto, o mais expressivo acervo documental com um olhar feminino para a pesquisa histórica a ser acondicionado pelo Instituto, o que também demonstra um protagonismo importante, indicando a proeminência desses acervos para os próximos séculos.

Essa conexão da autora e pesquisadora com os acervos que agora são seus companheiros de perenidade histórica possui algo de simbólico em grande medida. A partir de sua inclusão no conjunto arquivístico do IHGRS, o acervo Sandra Jatahy Pesavento, responsável por condensar em documentos o espírito científico e produtor de conhecimentos de sua autora, também vai refletir a abrangência e importância dessa instituição, cuja trajetória deve ser preservada para todos os públicos que vão se utilizar desses acervos no futuro.

REFERÊNCIAS

- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.
- BRITO, Augusto César Luiz; CORRADI, Analaura. Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 148-169, dez. 2017.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro (Dossiê)**, v. 45, n. 2, 2009.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida e GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e Arquivos Institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 129-150, 1998.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 121-128, 1998.

- JOUX, Christine de et al. **Manual pratique et juridique**: la documentation française. Paris: Direction des Archives de France, 2008.
- LOPEZ, Andre Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da Arquivologia. **Gragoatá**, n. 15, 2º semestre, 2003.
- RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si ou... **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 35-42, 1998.
- SMIT, Johanna W. A documentação e suas diversas abordagens. In: GRANTO, Marcus; LOURENÇO, Maria Lucia N. (orgs.). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. (Mast Colloquia, v. 10).
- TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 66-84, abr. 2011.
- VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva - Alguns elementos de reflexão. **Patrimônio e Memória**, v. 3, n. 1, p. 3-13, maio 2007.

Recebido em 31/05/2020

Aprovado em 12/11/2020

FALANDO SOBRE ARQUIVOS PESSOAIS: GUARDADOS SOBRE SANDRA JATAHY PESAVENTO EM TEMPOS SALTEADOS (DÉCADAS DE 1980-2000)

TALKING ABOUT PERSONAL ARCHIVES: SAVED ABOUT SANDRA JATAHY PESAVENTO IN SAUTED TIMES (DECADES OF 1980-2000)

Maria Teresa Santos Cunha¹
Ana Luiza Santiago De Andrade²

RESUMO

Este artigo discute o tema dos arquivos pessoais com a finalidade de caracterizá-los como documentos /testemunhos que guardam importância para construção da História. Os arquivos pessoais sinalizam para traços sobre a história do indivíduo e, ao mesmo tempo, das redes em que se inscreve e das inter-relações estabelecidas em seu fazer-se. Sua importância se configura como um modo privilegiado de acesso a vestígios e traços de eventos, de reconhecimento de diferentes práticas de sociabilidades que reforçam a pesquisa no campo do Patrimônio Cultural e da História do Tempo Presente. Por fim, são apresentadas notas sobre a atuação da Professora Sandra Jatahy Pesavento (1946-2009), oriundas de guardados pessoais que evidenciam sua relação com a História pela sua presença, na carreira acadêmica, como palestrante e conferencista.

Palavras-chave: Arquivos Pessoais. História do Tempo Presente. Patrimônio Cultural. Sandra Jatahy Pesavento.

ABSTRACT

This article discusses the theme of personal archives for the purpose of characterizing them as documents/testimonies that hold importance for the construction of history. Personal archives signal for traces about the history of the individual and, at the same time, of the networks in which he is inscribed and of the interrelations established in his/her doing. Its importance is configured as a privileged mode of access to traces and traces of events, of recognition of different sociability practices that reinforce research in the field of Cultural Heritage and The History of the Present Time. Finally, notes are presented on the performance of Professor

1 Professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), atua nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História na mesma Universidade. Doutora em Educação: História e Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), atua nos seguintes temas: arquivos pessoais, história da cultura escrita e da leitura, história do tempo presente.

2 Professora no Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Graduada e mestre pela mesma Universidade e doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Atua nos seguintes temas: história do Brasil; intelectuais; arquivos pessoais; correspondências; história urbana; história da alimentação.

Sandra Jathay Pesavento (1946-2009), coming from personal archives at evidence his relationship with history by his presence, in the academic career, as a speaker and lecturer.

Keywords: *Personal Archives. History of the Present Time. Cultural Heritage. Sandra Jathay Pesavento.*

INTRODUÇÃO: SITUANDO ARQUIVOS PESSOAIS

Os arquivos pessoais contêm documentos sobre vidas particulares e a personalidade humana [...] os arquivos pessoais contêm [...] resquícios do caráter individual do produtor da documentação. Temos ali um vislumbre de seu mundo interior, assim como de suas manifestações externas nas atividades públicas. (HOBBS, 2018, p.261).

Os arquivos pessoais se constituem como valiosas fontes de pesquisa seja pela especificidade dos tipos documentais que os caracterizam, seja pela possibilidade que oferecem de complementar informações constantes em até outros arquivos de natureza pública e/ou institucional. Eles têm sido utilizados e o crescimento das pesquisas no tempo presente se substantiva nas áreas de história da vida privada e história do cotidiano, por exemplo, bem como o atual investimento em análises de cunho biográfico que apontam para o aumento do interesse em relação a estes arquivos (BELLOTTO, 1998).

Interdisciplinares por excelência, dando motivos a infinitas abordagens e olhares, os arquivos pessoais não tinham merecido, até duas ou três décadas atrás, a devida atenção no que diz respeito à sua existência, rastreamento, organização e divulgação, nem tinham sido objeto de pesquisa como poderiam e deveriam ser. Hoje a situação é bem outra (BELLOTTO, 1998, p.201).

Segundo HUYSEN (2000) o início do século XX no campo acadêmico presenciou a ocorrência de uma fascinação por guardar, materializada pela obsessão pela memória, visível na transformação de nossa cultura histórica (por exemplo, pela presença e criação constante de museus, centros de memória, além da ampliação dos arquivos). O interesse por questões do passado, restrito quase que exclusivamente a especialistas da área de História e/ou Memória, torna-se cada vez mais uma demanda dos nossos dias, um tempo que é por ele caracterizado como portador de um “furor preservacionista” e que tem feito emergir uma “cultura da memória” responsável por uma potente renovação das práticas historiográficas. Este artigo está, pois, ancorado nas perspectivas de uma História do Tempo Presente, pois que se interessa por um presente próximo, por um passado ainda inacabado, que se

deixa ver pela profunda relação com essa “cultura da memória”, e assim, “a particularidade da História do Tempo Presente está em que ela se interessa por um presente que é o seu” (ROUSSO, 2016, p.18) e se dedica ao passado mediado pela memória.

Tomando por referência os estudos feitos, especialmente, pela Fundação Getúlio Vargas, considera-se como um arquivo pessoal aquele que

[...] envolve conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas. (SILVA & SILVA, 2013, p. 32).

Numerosos estudos têm se dedicado a eles, atentando para aspectos que vão desde sua doação e constituição até problematizando formas de nomeação, organização, preservação e utilização, como aponta Camargo (2009, p. 27) que faz reflexões sobre o uso do termo arquivos pessoais ao observar que “o mais correto seria dizer arquivos de pessoas (desta ou daquela pessoa, individualmente) ou de categorias ocupacionais (de estadistas, de literatos, de cientistas etc.” No mesmo tom, Bellotto (2004), outra grande estudiosa do assunto, os compreende como conjuntos de papéis e, também, material audiovisual ou iconográfico reunidos ao longo da vida de uma pessoa e reforça que há “especificidades em cada ente produtor e em cada contexto de produção e é fundamental considerar o tipo da entidade produtora, sua competência, suas funções e suas atividades.” (BELLOTTO, 2004, p.5. De igual maneira, os estudos substanciais de Luciana Heymann (1997, 2010, 2012) no campo dos arquivos pessoais sugerem atenção aos múltiplos sentidos que são atribuídos à acumulação documental pelos indivíduos, ao propor que

A ênfase na acumulação significa que o titular não produziu necessariamente todos os documentos que integram o conjunto e que nem todo o material que ele produziu ou recebeu ao longo de sua vida faz parte desse mesmo conjunto documental (HEYMANN, 1997, p. 43).

Convém ressaltar, aqui, que não é nosso objetivo realizar uma pesquisa exaustiva, sobre os arquivos pessoais³ ou seja, não se pretendeu fazer um aprofundado estado da arte sobre os arquivos pessoais, mas apenas selecionar os que estarão em diálogo e ancoram este trabalho. Como o próprio título anuncia, o objetivo é situá-los com destaque na pesquisa histórica do

3 Ver: CUNHA, Maria Teresa Santos. (Des)Arquivar. Arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente. São Paulo: Florianópolis: Rafael Copetti Editor, 2019.

tempo presente pois que representam um importante conjunto de registros da vida em sociedade e da cultura. Produzidos, em sua maioria, fora dos contornos das instituições, oferecem ao pesquisador possibilidades de investigação em inúmeras áreas do conhecimento e à sociedade mecanismos de identificação, de pertencimento e de memória.

Os arquivos pessoais sinalizam para traços sobre a história do indivíduo e, ao mesmo tempo, das redes em que se inscrevem e das inter-relações estabelecidas em seu fazer-se. Diferente dos arquivos judiciais, que são “vestígio bruto de vidas que não pediam absolutamente para ser contadas dessa maneira” (FARGE, 2009, p.13), os arquivos pessoais pedem uma narrativa para os traços deixados pelo guardador. Assim, eles se constituem como um modo privilegiado de acesso a vestígios e traços de eventos, de reconhecimento de diferentes práticas de sociabilidades que reforçam a pesquisa no campo do Patrimônio Cultural e da História do Tempo Presente, e o “traço é esse vínculo indizível que liga um passado a um presente. O presente se torna categoria pesada na reconfiguração do tempo, por intermédio desses traços memoriais.” (DOSSE, 2003, p.288). A definição de F. Dosse nos é útil pois coloca o presente como categoria fundamental para se compreender as relações entre passado e presente mediadas pelos arquivos pessoais – vestígios de vida, traços da presença na ausência. A memória confere então “uma duração, que é mais uma percepção que uma realidade tangível.” (ROUSSO, 2016, p.17). Nesse sentido parte-se aqui do princípio que o arquivo pessoal não revela uma verdade em si dos fatos, mas que traz ao presente esses vestígios que permitem vislumbrar, interpretar e perceber o passado.

Estas experiências presentes no trato com os arquivos pessoais que guardam um certo vivido dos sujeitos têm assolado nossa vida no tempo presente e afetado nosso *espaço de experiência* (KOSELLECK, 2006), considerado como um local que preserva um passado e que se concretiza no presente de múltiplas maneiras: através da memória, dos indícios, das permanências, daquilo que foi caracterizado como “um passado que não está acabado [...] em que o sujeito da sua narração é um *ainda aí*.” (ROUSSO, 2013, p.18). Pode-se considerar que tais experiências neste campo têm, igualmente, demandado questões que abrem *horizontes de expectativas* (KOSELLECK, 2006) que, encontrados no presente, visam o futuro e interferem nas ações de mulheres e homens deste nosso tempo afetando seus medos, interpretações ou realizações de sonhos, anseios, esperanças e, consequentemente, o modo de pesquisar e escrever história.

Assim, este texto parte dessas considerações para situar a importância, para a pesquisa na área de ciências humanas, do arquivo pessoal da professora gaúcha Sandra Jathay Pesavento (1946 -2009), composto de sua biblioteca pessoal e material – manuscrito e datilografado – de 40 anos de pesquisa, além de suas próprias obras completas depositadas no Instituto

Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHG/RS) desde 2019⁴. Finalizando, o artigo dá destaque às referências sobre a atuação dessa professora presentes em guardados pessoais de uma das autoras desse artigo⁵ que evidencia uma relação com a História pela sua presença, na carreira acadêmica, como professora, pesquisadora, palestrante e conferencista.

1 O IHGRGS salvaguarda o arquivo de Sandra Jatahy Pesavento no IHGRGS

Os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros que resultaram da iniciativa das elites letradas do país, entre os séculos XIX e XX constituem, em seu conjunto, um documento/monumento de valor inestimável para a compreensão de amplos aspectos da vida nacional. [...] em suas publicações, coleções de seus museus, arquivos e bibliotecas encontramos vestígios onde se inscrevem conflitos, práticas, saberes e representações que se tornaram-se fontes de estudos para os pesquisadores atuais (FERREIRA; MAHL, 2017. p.7).

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) é uma instituição privada sem fins lucrativos, fundada a 05 de agosto de 1920 por Octavio Augusto de Faria, capitão Manoel Joaquim de Faria Corrêa, tenente Emílio Fernandes de Souza Docca, Afonso Aurélio Porto e o Pe. João Batista Hafkemeyer, juntamente com o Desembargador Florêncio de Abreu e o apoio decisivo do Governador Borges de Medeiros. O IHGRGS tem por finalidade promover estudos e investigações sobre História, Geografia, Arqueologia, Filologia, Antropologia e campos correlatos de conhecimento, principalmente centrados no Rio Grande do Sul. Preserva a memória rio-grandense através de fundos documentais e acervos bibliográficos que servem, também, para embasar as investigações e a construção de massa crítica sobre seu objeto de trabalho.

A sede da instituição fica no centro da cidade de Porto Alegre (RS) e é parte do patrimônio recebido do governo do Estado em 1948, tendo sido foi inaugurada em 25 de março de 1972. O edifício conta com três andares. A Sala de Pesquisa e a Biblioteca Tomás Carlos Duarte situam-se no 1º andar; a Sala

4 Registro o empenho da Prof^{fa} Dra. Nadia Maria Weber Santos em gestionar, junto à família de Sandra J, Pesavento, a doação deste arquivo pessoal ao IHG/RS, atuando como sua Curadora. Neste local, junto com a historiadora, bibliotecários e arquivistas trabalham para delimitar os contornos deste extenso fundo documental.

5 O arquivo pessoal de Sandra Jatahy Pesavento, ainda que conhecido das autoras, não foi consultado para a elaboração deste trabalho. Os guardados pessoais, referenciados no título e ao longo do trabalho, fazem parte do arquivo pessoal de Maria Teresa Santos Cunha.

dos Arquivos, a Biblioteca geral e a Mapoteca, no 2º andar e o Auditório para 150 pessoas ocupa o 3º andar. O IHGRS publicou sua Revista, ininterruptamente entre 1921 e 1950. Após essa data, sofreu uma interrupção de 25 anos, tendo recommçado a circular em 1975 com o número 12.⁶

Este local preserva o arquivo pessoal de Sandra Jathay Pesavento, desde 2019 cuja doação, já referenciada anteriormente, teve aval da família. Já estão disponíveis para consulta, no sitio eletrônico do IHGRS, 121 obras digitalizadas dessa historiadora, pesquisadora gaúcha. Sandra Jatahy Pesavento (1946-2009) foi professora titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Tornou-se professora da UFRGS em 1970. Entre os anos de 1973 e 1987, além da docência, dedicou-se à pós-graduação. Em 1978, concluiu o mestrado na PUCRS com o trabalho “Charqueadas, Frigoríficos e Criadores – Um Estudo sobre a República Velha Gaúcha”. Já em 1987 obteve seu doutoramento, na USP, com a tese “Empresariado Industrial, Trabalho e Estado: Contribuição a uma Análise da Burguesia Industrial Gaúcha (1889-1930)”. Teve, portanto, destacada atuação em pesquisas sobre o Rio Grande do Sul, desde a década de 1980, mas foi na década de 1990 que Sandra emergiu como uma referência acadêmica no campo da História Cultural, tornando-se Coordenadora do GT Nacional de História Cultural, ligado à ANPUH (Associação Nacional de História) divulgando e recebendo no Brasil, historiadores franceses como Roger Chartier⁷ e Jacques Leenhardt.

Em 2011, dois anos após sua morte, foi organizada a 1ª Jornada Sandra Jatahy Pesavento – Visões do Cárcere, ocorrida nas dependências do Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul (Palácio da Justiça)⁸. Na ocasião, uma das organizadoras, a professora doutora Nádia Maria Weber Santos enfatizou esta pertença, ao afirmar que:

Sandra formou várias gerações de historiadores, ela trouxe uma nova forma de pensar e de fazer história no Rio Grande do Sul. Inicialmente, trabalhou com história econômica e com o viés marxista. A partir de 1990, quando fez seu primeiro pós-doutorado em Paris, rumou para a história cultural, e isso foi seu grande diferencial como historiadora no Rio Grande do Sul. [...] fez uma sistematização sobre os

6 Estas informações constam do site do IHGRS, <http://ihgrgs.org.br/> consultado em 24 de maio de 2020.

7 Sobre História Cultural ver: CHARTIER, Roger. A História Cultural. Entre práticas e representações, Lisboa: Difel, 1989.

8 Situado à Praça Marechal Deodoro, 55, térreo, em Porto Alegre, na data de 15 de agosto de 2011. Extensa reportagem foi realizada pelo Jornal Zero Hora, de Porto Alegre, em 13/11/2011, n.16791.

aspectos teóricos e metodológicos da história cultural como um todo. Entre eles, as noções de imaginário e representações, que instauram uma nova forma de ver, pensar e se relacionar com os objetos e fontes históricas, assim como com os acontecimentos do passado. E principalmente a noção de “sensibilidades”. Sandra trabalhava com a história das sensibilidades nos últimos anos de sua vida. (SANTOS, 2011).

Na mesma edição, a entrevista da Professora Rosângela Patriota, da Universidade Federal de Uberlândia /MG que coordenava, naquele momento, o GT História Cultural da ANPUH, enfatizou:

Construiu fascinantes diálogos com a literatura, com as artes plásticas e instigantes reflexões que tiveram as cidades como centro de suas preocupações. Mesmo que não dissesse explicitamente, Sandra teceu, não como Penélope, mas como sábia fiandeira, os caminhos entre a sua formação em história econômica e a história cultural. Construiu, assim, uma síntese entre o corpus documental de suas pesquisas empíricas (processos-crime; jornais, relatos, fotografias, narrativas literárias) e novas perguntas que se traduziram em um novo olhar. Mais que isso: em uma perspectiva metodológica. (PATRIOTA, 2011).

Além dos 121 livros já digitalizados e disponíveis, este arquivo pessoal contém anotações para aulas, conferências, e um vasto fundo documental sobre sua atividade intelectual que está a ser organizado. Sandra exerceu, sobremaneira, a arte de guardar, que compõe a essência da existência dos arquivos pessoais e pode-se dizer que esta foi uma prática bastante exercida por aqueles e aquelas cujo ofício era ensinar. Através do exercício do magistério, professores e professoras deixaram rastros de seus cotidianos pessoais e escolares em variados documentos que foram preservados, tais como cadernos de anotações, recortes de jornais, documentos de trabalho, registro de viagens, diplomas ou simplesmente o que se convencionou chamar de “papéis velhos” que testemunham partes de suas carreiras acadêmicas. Em variadas maneiras de guardar e múltiplos modos de arquivar este artigo considera este material com a finalidade de caracterizá-los como documentos / testemunhos que guardam importância para construção da História⁹.

Certamente que o estudo do arquivo pessoal de Sandra Jatahy Pesavento disponibiliza aos estudiosos um caráter de testemunhos de um tempo

9 Segundo informações constantes no sítio eletrônico do IHGRS, o arquivo pessoal em pauta preserva os escritos intelectuais – em variados suportes – produzidos pela professora Sandra Pesavento.

vivido na construção de suas pesquisas acadêmicas e se constitui em um patrimônio cultural, pela atribuição de sentidos que pode ser dado a tais documentos que propiciarão pesquisas futuras sobre História Cultural, a História do Rio Grande do Sul, além de pesquisas outras sobre o próprio processo de produção acadêmica da autora e sua presença no campo historiográfico. Seu arquivo pessoal, portanto, é “uma brecha no tecido dos dias”, e diferente da historiadora que foi, escritora da História, seu arquivo “não escreve páginas de história. Descreve com as palavras do dia a dia, e no mesmo tom, o irrisório e o trágico [...]” (FARGE, 2009, p.14). O arquivo de Pesavento dá a ler seu cotidiano, suas ações, traços de sua vida.

2 Guardados pessoais sobre Sandra Jathay Pesavento

Os hypomnematas podem ser considerados como [...] cadernos pessoais que serviam de agenda. [...] Nele estão consignadas citações, fragmentos de obras de que se tenha sido testemunha ou cujo relato se tenha lido [anotado]... Constituem uma memória material das coisas lidas. (FOUCAULT, 2000, p.135).

Velhos cadernos, em geral de capa dura, no formato 0,30cm de altura por 0,20cm de largura guardam registros variados de *coisas lidas*, anotadas e assistidas desde 1983 e, pode-se pensar, que *constituem uma memória material*. Preserva-se ali, também, uma infinidade de fragmentos de palestras assistidas que funcionam como um registro de aprendizagem, pela escrita ordinária¹⁰, aquela feita no cotidiano, sem a preocupação de produzir fama.

A partir deste material, oriundo desses guardados pessoais, foram selecionados os registros que comentavam a presença da Professora Sandra Pesavento tanto em atividades acadêmicas realizadas em Florianópolis, entre 1990 e 2007, como em congressos nacionais em que foram assistidas palestras e conferências realizadas pela professora Sandra. O objetivo é pensar a presença dessa autora e sua relação com a História como uma forma de mesclar escritas ordinárias e espaço público, conformando uma espécie de diário de lembranças.

Operando nos interstícios desses escritos, foi imperiosa a presença de um certo clima celebratório e, por este motivo, optou-se por narrar, descritivamente, o que foi escrito nos cadernos, à época de realização de cada um dos eventos relatados. De toda forma, isso não minimizou as subjetivida-

10 Sobre as escritas ordinárias, consultar. J. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias. A escrita pessoal e seus suportes. In; MIGNOT, A.C.V; BASTOS, M.H.C. e CUNHA, MT.S. **Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000, p.29-61.

des, mas foi um modo possível de ler a perda e a nossa inexorável passagem pelo tempo. A ideia de que existe uma “realidade dos fatos” a ser recomposta fielmente pela ciência da História tem sido corroída pela ação conjunta de diversas disciplinas, da antropologia, à psicanálise e à semiótica. Hoje pouca gente discorda de que a História como reelaboração de *um real* fugidivo é plena de desvãos e arestas, em seu tanto de ficção, fantasia, invenção, representações. Nesta chave, este texto é construído: utilizando a narrativa que comporta, em si, uma sensibilidade diante do mundo e que humaniza a experiência a ser contada e, assim, “a solução residiu mais frequentemente na escolha de uma subjetividade assumida do que na de uma subjetividade forçada.” (ROUSSO, 2013, p. 186). O desafio enfrentado constituiu-se em unir razão e emoção como elementos que desafiavam a historiografia e encontrar ferramentas que contribuam para abordar este complexo desenho da trajetória de uma historiadora empenhada em pensar novas subjetividades para novos tempos, na maioria, caóticos.

3 Pelo ato de narrar, presença de Sandra Jatahy Pesavento

É a narrativa[...] que torna acessível a experiência humana do tempo. (Ricoeur, 2010, p. XI)

As coisas narradas não só comunicam, mas significam. Pelo ato de narrar, pretende-se elaborar, no presente, alguns acontecimentos pretéritos como uma forma de compartilhar lembranças da presença e atuação da historiadora Sandra Jatahy Pesavento a partir de guardados pessoais que contabilizam 8 (oito) participações da historiadora em atividades acadêmicas, com conferências e palestras, entre os anos de 1985 a 2007, ou seja, em 22 anos. Cada uma dessas participações mereceu registros escritos da arquivista que serão aqui sintetizados¹¹, ainda que se saiba que a produção de sentido do que é ouvido e anotado pode ser diferente do que foi efetivamente dito.

O primeiro registro feito e guardado contempla uma reportagem assinada por Flaminio Fantini¹² que contempla entrevistas feitas por diferentes historiadores brasileiros sobre as novas tendências na escrita da História. Foi publicada na Revista ISTOÉ de 19/06/1985 e intitulada “VIRADA NA HISTÓRIA”. Novas visões históricas, em dogmatismos, começam a retrair cinco séculos de aventura brasileira”. Nesta reportagem, a professora Sandra

11 O arquivo pessoal de Sandra Jatahy Pesavento/IHGRS guarda suas anotações ao preparo das palestras e conferências. Em vista disso, um trabalho posterior pretende cotejar o que foi anotado pela arquivista com o que foi escrito pela conferencista.

12 Participaram da reportagem, Sonia Goldfeder, em São Paulo; Tereza Jorge, no Rio; Graça Ramos, em Brasília; Carlos Urbim, em Porto Alegre; Pedro Rúbio, em Salvador; Luciano Fraticelli, em Recife e Luiz Carlos Bernardes, em Belo Horizonte (ISTOÉ, 19/06/1985. p.48).

Pesavento é uma das entrevistadas da região sul e, segundo os articulistas,

Critica a versão tradicional que eleva, segundo ela, o fato às dimensões de uma epopeia, trata os líderes como grandes heróis e glorifica o gaúcho. É a visão que a classe dominante da época tinha de si mesmo e pretendia passar de forma ideológica para toda a sociedade gaúcha, conclui a professora. (FANTINI, 1985, p.48).

A reportagem, enfim, faz jus ao seu título e indica uma efervescência da época sobre as novas tendências da prática historiográfica que considera diferentes formas de acesso e de fontes para a interpretação e ampliação do conhecimento histórico.

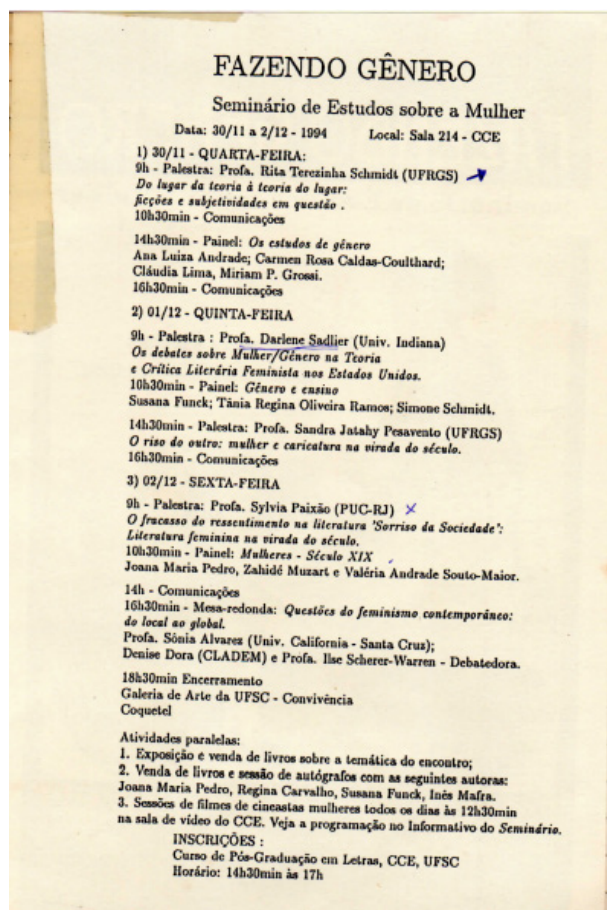
Em 12/04/1992, a professora Sandra proferiu uma palestra no Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) intitulada “História Social/História Cultural”¹³. No registro da arquivista sobre a palestra foram selecionados os seguintes trechos:

Nos anos 80 houve um trânsito da História Social para a História Cultural onde emergiu uma crise de paradigmas com um certo relativismo na construção do conhecimento histórico [...] O que estuda a História Cultural? Representações do “real”, expressas por discursos e imagens. Esta tendência lança um novo olhar que qualifica o mundo, cruzamento entre prática e representação [...] Aproximações com a Antropologia e com a Literatura. A ponta de lança da nova História Cultural é o imaginário, que tem um fio terra que o liga com o acontecido (Caderno de Anotações, 12/04/1992).

O 1º Seminário Fazendo Gênero ocorreu em Florianópolis (SC) entre 30/11 a 02/12/1994, nas dependências do Centro de Comunicação e Expressão da UFSC, uma iniciativa pioneira, à época, que reverberou no hoje consolidado Seminário Internacional Fazendo Gênero que, em 2021, estará em sua 12ª edição. Neste Seminário, a professora Sandra, em 01/12/1994, proferiu uma palestra intitulada “O riso do outro: mulher e caricatura na virada do século”, onde discutiu, à luz dos pressupostos da História Cultural, como práticas sociais expressam-se em representações, em uma fala em que humor e sutileza crítica e inventiva marcam o tema. Sobre esta palestra, foram conservadas as seguintes anotações: “Problematizar as Imagens visuais como portadoras de imagens discursivas. Mundo do privado é desnudado e trazido ao palco, pois

13 A presença da Professora Sandra Pesavento deveu-se a sua participação, como membro integrante, da banca de concurso para Professor Titular da UFSC, da Professora Joana Maria Pedro.

**Figura 1 - Folder do evento
Fazendo Gênero de 1994**



Fonte: Arquivo Pessoal de Maria Teresa
Santos Cunha

imagens de mulher vendem. História se faz com múltiplos cruzamentos.” (Caderno de Anotações, 01/12/1994).

Na cidade de Florianópolis (SC) entre 25 a 30/07/1999, foi realizado o XX Simpósio Nacional da ANPUH (Associação Nacional de História) sob o tema “Fronteiras”. No dia 26/07/1999, a professora Sandra protagonizou uma conferência intitulada “Fronteiras da Ficção/Representações”. As anotações registradas dão conta de que sua fala girou em torno das delicadas relações entre ficção e história, mediadas pelo conceito de representação entendido como produto ou resultado de uma prática (CHARTIER, 1989). Alguns excertos feitos dão conta que:

Em história há uma possibilidade de ficção, mas é uma “ficção controlada” pelo arquivo, documento/vestígio. O historiador chega o mais perto possível do que aconteceu, não é a VERDADE, é uma verdade possível, porque ele se submete aos rigores do método (Caderno de Anotações, 26/07/1999).

No mesmo ano de 1999, a Sandra Pesavento volta a Florianópolis(SC), em 24/08/1999, para ministrar uma Aula Inaugural no Curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), intitulada “Nos domínios de Clío: Nova História Cultural será coisa passageira?” e o

registro singelo anota sobre o trabalho do historiador que é o de representar no mundo de hoje, as próprias representações do passado: o historiador trabalha com cacos e migalhas do que aconteceu um dia!

Já na condição de Coordenadora Nacional do GT História Cultural da ANPUH, a UFRGS sedia, em Porto Alegre (RS) de 02 a 05/2002, sob coordenação de Sandra Pesavento, o I Simpósio Nacional de História Cultural. O evento reúne pesquisadores nacionais e estrangeiros e conta, inclusive, com a presença de Roger Chartier, Jacques Leenhardt, entre outros. Neste evento, Sandra fala sobre as relações entre História e Literatura e exemplifica com uma análise do romance “Memórias de um sargento de milícias” de autoria de Manuel Antonio de Almeida, obra de literatura já clássica e que trata do Brasil dos inícios do século XIX.

O campo da História Cultural, no Brasil, liderado por Sandra Pesavento promove reuniões e palestras, e esta abordagem teórico-metodológica de construir a História se consolida na área, como conta a professora Santos (2011) em entrevista: “Ela [Sandra] mesma nos trouxe um dado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), em 2007, segundo o qual 80% dos trabalhos acadêmicos em história no Brasil naquele momento eram de história cultural.

Outro importante evento que mereceu registro da arquivista foi a efetiva organização e participação da professora Sandra Pesavento no III Simpósio Nacional de História Cultural, ocorrido entre 18 e 22/09/2006, em Florianópolis, promovido pela UFSC e pela UDESC. Sandra fez em 22/09/2006, a conferência de encerramento sob o título “Imagens, Memória, Sensibilidades”, e desse evento constam as seguintes anotações:

O que buscamos, nós, historiadores, no mundo das imagens? Possibilidade de encontrar traços descontínuos. Imagens se prestam a um processo hermenêutico de interpretação já que comportam o simbólico. Exemplificou com Álbuns de Família com fotos que mostram redutos de intimidade e um microcosmo social, com objetos advindos da familiaridade cotidiana (Caderno de Anotações, 22/09/2006).

O caderno de anotações registra, em 2007, a presença de Sandra Pesavento em conferência no evento no 16º COLE (Congresso de Leitura)¹⁴ realizado entre 10 a 13/07/2007, em Campinas (SP), mais precisamente na

14 O convite foi feito pelo GT Gênero, Exclusão e Práticas de Leitura, coordenado pelas professoras Maria Rosa Rodrigues Camargo (UNESP/SP), Anete Abramowicz (UFSCar/SP), Maria Arisnete Câmara de Moraes (UFRN/RN) e Maria Teresa Santos Cunha (UDESC/SC).

Unicamp (Universidade de Campinas). Neste evento, a professora falou sobre sua pesquisa que, posteriormente, seria lançada em livro, intitulada “Os sete pecados da Capital”. Enfatizou diálogos com Paul Ricoeur e considerou a narrativa como uma forma de tradução sensível do mundo.

Estas oito intervenções marcam a presença de Sandra Pesavento nas anotações realizadas pela arquivista e, em todas elas, é possível notar sua preocupação em sistematizar aspectos teóricos e metodológicos sobre a História Cultural. São excertos curtos nascidos de uma audição, frases e conteúdos que exigem o empenho de quem lê. Puxando o fio da meada para sua linha de pensamento de forma encantadora realizou trabalho corajoso de alguém que assimilou o que leu, integrou no jeito de ser exercendo dentro das possibilidades essa paixão pela pesquisa e pelo conhecimento histórico, através da tessitura de novas crenças e pelo uso de outras e novas fontes e linguagens.

Os guardados da arquivista ressaltam a presença da professora Sandra Jatahy Pesavento que se expressa, em suas falas, pela diferença do enfoque, alternando a percepção comum pela agudeza de sua percepção histórica, sua capacidade de síntese e de deslocamento, pela precisão linguística que foi capaz de produzir, pela maneira de mobilizar a inteligência do leitor, ativada pelo contato com o mecanismo de um pensamento estimulante e surpreendente. Para esta mulher atenta ao complexo entrelaçamento de forças na vida social, os interditos de qualquer pesquisa não foram obstáculos para chegar à informação. Lembrá-la, assim, tem valido a pena!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem contribui para o fazer história: uma história que por certo lhe escapa, mas que não por isso precisa menos de seu concurso para se realizar. E, no fundo, quanto mais ele sabe disso, melhor ele a faz, pois assim está devidamente advertido de seus limites e de suas ignorâncias (HARTOG, 2017, p.15).

Seguindo a advertência de Hartog (2017) temos consciência de que este artigo apresenta limites e mesmo ignorâncias, comuns ao processo de construção do conhecimento histórico, pois mesmo municiadas de pesquisa empírica, teórica e bibliográfica foi inevitável que razão e emoção deslizassem uma na outra e, possivelmente impusessem limites, em cada linha, mesmo quando parecessem apenas descrever ou noticiar. De toda forma, a pequena e implacável distância entre estas instâncias – limites e ignorâncias, razão e emoção – não foi impeditiva para fazer um esforço de imaginação e distanciamento “para tentar devolver ao vestígio presente uma forma origi-

nal passada.” (ROUSSO, 2013, p.91).

Inegável considerar a visível importância dos arquivos pessoais para a prática historiográfica, mas é também importante mencionar uma questão a ser problematizada. ou seja, que o trabalho com estes materiais envolve tanto aspectos teórico-metodológicos (a crítica documental, por exemplo) como aspectos éticos no que diz respeito à relação entre o guardador/arquivista, o pesquisador, a instituição custodiadora do arquivo e a própria família que salvaguarda e doa este material. Cabe ao historiador/pesquisador ter no horizonte que, não raro, os doadores (mais especificamente, a família) realizam triagem da documentação e que, igualmente, alguns almejam certo *controle* do arquivo para a construção e perpetuação de memórias particulares – e positivadas – sobre o titular do arquivo.

Arquivos são lugares que acumulam camadas de tempo, como estratos de experiências que permanecem ou se modificam em velocidades próprias. Em vista disso, é o presente que se constitui em uma espécie de guia e, assim, conduz os gestos de guardar. Segundo Koselleck (2014), observar os acontecimentos pelas camadas do tempo acumuladas permite ao historiador se perguntar quanto de passado existe naquele presente e, dessa forma, a vida humana passa a ser compreendida como um tempo histórico.

Os materiais com os quais trabalhamos, quando analisados e escolhidos, assumem a condição de *objetos históricos* que ganham forma e densidade na medida em que estão em determinada situação: adquirem um certo prestígio como testemunhos e indiciários de múltiplas atividades e, como tal, são portadores de ressonâncias em diferentes sentidos para aproximações ao patrimônio cultural de um tempo e lugar! Eles permitem preencher silêncios forçados à cata de informações, buscar outros domínios seja através da história que os historiadores poderiam escrever, das notícias que os jornais podiam publicar ou de outras fontes/documentos escritos de que se poderia dispor.

Funcionam, também, como um exercício de experiência estética pois são, sobretudo, uma forma de se veicular emoções e um jeito de se gratificar.

REFERÊNCIAS

- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Pessoais em Face da Teoria Arquivística Tradicional: Debate com Terry Cook. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, p. 201-207, 1998.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Dossiê - Revista do Arquivo Público Mineiro**, n. 2, p. 26-39, jul/dez. 2009.

- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1989.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. **(Des)Arquivar. Arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente**. São Paulo: Florianópolis: Rafael Copetti Editor, 2019.
- DOSSE, François. **O império do sentido**. A humanização das Ciências Humanas. Bauru: EDUSC, 2003.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente (orgs). **Os Institutos Históricos e Geográficos**: nação e região na historiografia brasileira. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** 4. ed. Lisboa: Passagens, 2000.
- HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017. (Coleção História & Historiografia).
- HÉBRARD, J. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias. A escrita pessoal e seus suportes. In: MIGNOT, A.C.V.; BASTOS, M.H.C.; CUNHA, M. T.S. **Refúgios do eu**: educação, história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. p. 29-61.
- HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: HEYMANN, Luciana; TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle (org.). **Arquivos Pessoais**: reflexões disciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p.67-76.
- HEYMANN, Luciana. **O lugar dos arquivos**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: ContraCapa, FAPERJ, 2012.
- HOBBS, Catherine. O caráter dos arquivos pessoais: reflexões sobre o valor dos documentos de indivíduos. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (orgs.); Tradução: Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.261-274.
- HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (IHGRS). c2020. Disponível em: <http://ihgrgs.org.br>. Acesso em: 24 maio 2020.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo**. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

- PESAVENTO, Sandra. Virada da História. Entrevista para reportagem assinada por Flaminio Fantini. **Revista Istoé**, 19 jun. 1985, p.48.
- PATRIOTA, Rosângela. Entrevista. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, edição n. 16791, 13 ago. 2011.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. A intriga e a narrativa histórica. v.1. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- ROUSSO, Henry. **A última catástrofe, A história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- SANTOS, Nádia Maria Weber. Entrevista. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, edição n. 16791, 13 ago. 2011.
- I SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, 1992. **Folder**. (Caderno de Anotações, 30/11/1994)
- SILVA, Carla; SILVA, Rosani. Arquivo Pessoal: Fundo documental Neusa Carson. **Revista Fragmentum**, Santa Maria, n. 37, p. 31-41, 2013.

Recebido em 28/05/2020

Aprovado em 12/11/2020

SANDRA JATAHY PESAVENTO: ENTRE REDES DE COLABORAÇÃO CIENTÍFICA, ESPAÇOS E VIAGENS INTELECTUAIS

*SANDRA JATAHY PESAVENTO:
BETWEEN SCIENTIFIC COLLABORATION NETWORKS,
SPACES AND INTELLECTUAL TRAVEL*

Luciana Rodrigues Gransotto¹

Cristina Scheibe Wolff²

RESUMO

Através de uma história dos deslocamentos intelectuais da historiadora gaúcha Sandra Jatahy Pesavento, pretendemos refletir sobre como as experiências de mobilidade científica se destacam na sua produção e como foram se mobilizando ao longo do tempo. Privilegiamos a reflexão que estabelece o cruzamento de elementos presentes na sua produção científica entre as décadas de 1990 e 2000: as viagens acadêmicas, sua formação em Paris, o engajamento com outros/as pesquisadores/as e a liderança em projetos de pesquisa nacionais e internacionais. Seu posicionamento interdisciplinar, acompanhando o movimento historiográfico da mesma geração de historiadores/as, passou por significativas rupturas conceituais, temáticas e metodológicas. Considerando que o percurso da historiadora não se fez de maneira unilateral, a construção da rede de colaboração, como um processo, foi um exercício de constantes esforços. O movimento de aproximação e de encontros entre diferentes grupos e pesquisas passa a ter efeitos significativos nas trajetórias individuais, em uma dinâmica relacional de trocas e de grande circulação internacional. Trazemos para este artigo a perspectiva da mobilidade científica como elemento estruturante para um projeto intelectual de uma carreira acadêmica, que também passa por questões de gênero. Se, por um lado, a abertura para entrada das mulheres na academia, em todos os níveis educacionais, foi um avanço significativo, por outro, trouxe à tona os desafios das disparidades de gênero relacionadas à progressão da carreira intelectual e à demanda pela alta produtividade científica e as relações hierárquicas impostas dentro e fora das instituições.

Palavras-chave: Sandra Jatahy Pesavento. Mobilidade científica internacional. Viagens intelectuais. Trajetória intelectual. Estudos de Gênero. Estudos feministas.

ABSTRACT

Through a history of the intellectual dislocations of the gaúcha historian Sandra Jatahy Pesavento, we intend to reflect on how scientific mobility experiences stand out in their produc-

1 Doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas – UFSC

2 Professora titular do Depto de História - UFSC

tion and how they have been mobilized over time. We privilege the reflection that establishes the intersection of elements present in her scientific production in the decades of 1990 and 2000: academic travels, training in Paris, engagement with other researchers and leadership in national and international research projects. Her interdisciplinary positioning, following the historiographical movement of the same generation of historians, has significant conceptual, thematic and methodological ruptures. Considering that the historian's trajectory was not made unilaterally, the construction of the collaboration network, as a process, was an exercise of constant efforts. The movement of approximation and encounters between different groups and researches starts to have significant effects on individual trajectories, in a relational dynamic of exchanges and great international circulation. We bring to this article the perspective of scientific mobility as a structuring element for an intellectual project of an academic career, which also involves gender issues. If, on the one hand, the opening for women to enter the academy, at all educational levels, was a significant advance, on the other, it brought to light the challenges of gender disparities related to intellectual career progression and the demand for high productivity scientific and hierarchical relationships imposed inside and outside of institutions.

Keywords: Sandra Jatahy Pesavento. International scientific mobility. Intellectual travels. Intellectual trajectory. Gender Studie. Feminist studies.

INTRODUÇÃO

A mobilidade científica é um processo que envolve diferentes modos de produção do conhecimento, através da experiência de vida dos pesquisadores/as em outros territórios e culturas, ou a partir das colaborações e trocas intelectuais. Nas trajetórias acadêmicas mais desenvolvidas, ou seja, na etapa de formação avançada, que ocorre durante e depois do pós-doutoramento, o aprimoramento no exterior e a construção de redes internacionais se torna um exercício que, tanto busca posicionamento social mais representativo, quanto estimula rupturas epistemológicas, o que é sempre algo marcante na carreira de um/a professor/a-pesquisador/a. Entendemos que esses movimentos passam a ter uma dimensão existencial, na medida em que contribuem para a constituição do 'ser' e 'estar' intelectual. A reflexão desse texto segue nessa direção, buscando compreender de que forma certos processos de mobilidade acadêmica ao exterior implicam nas relações estabelecidas ao longo de uma vida profissional, nos deslocamentos historiográficos, desafios, confrontos, influências. E na extensão dessas experiências: onde elas se encontram, na prática, na produção científica e como vão transformando, se mobilizando ao longo do tempo?

Considerando que nesse processo haverá variações, pois uma trajetória é sempre única, a circulação em locais de formação intelectual passa, invariavelmente, pela prática de socialização, em dois sentidos, conforme refletido por Ângela de Castro Gomes: o primeiro "remete às estruturas or-

ganizacionais da sociabilidade através de múltiplas e diferentes formas que se alteram com o tempo, mas que têm como ponto nodal o fato de se constituírem nos *loci* de aprendizagem e trocas intelectuais”; o segundo está relacionado com as redes que estruturam as relações entre os intelectuais”, ou seja, o espaço é tanto aquele geográfico, como também comporta afetividade, através dos “vínculos de amizade/cumplicidade e de hostilidade/rivalidade”, assim como da “marca de uma certa sensibilidade produzida e cimentada por evento, personalidade ou grupos especiais.” (GOMES, 1993, p. 65). Essa socialização também está marcada pelo gênero, que coloca seus próprios desafios para as carreiras de pesquisadoras mulheres, e, por outro lado, lhes dá ferramentas para navegar os vínculos afetivos e sensíveis (SMITH, 2003).

Para refletir sobre esse tipo de circulação internacional, trazemos para o texto uma análise de parte dos percursos da historiadora gaúcha, Sandra Jatahy Pesavento (1946-2009), acompanhados por deslocamentos acadêmico-intelectuais, os quais propiciaram novas posturas e abordagens teóricas. Podemos afirmar que sua trajetória está conectada de forma significativa com a mobilidade internacional. No início dos anos 1990, a historiadora inicia um repertório de viagens acadêmicas pelo Brasil e outros países, sobretudo para a França, onde construiu uma rede de pesquisadores/as de diferentes campos disciplinares, especialmente nas instituições de Paris, onde se encontram os laboratórios voltados ao estudo sobre a América Latina, a exemplo da *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (EHESS) e do *Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine* (IHEAL), ligado à *Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3*. Durante a inserção nessas redes, ela desenvolveu um trabalho como mediadora e interlocutora entre a UFRGS e as instituições universitárias estrangeiras. Em um esforço contínuo para manter diálogos com essas relações estabelecidas, os trânsitos permitiram maior autonomia para coordenar projetos de pesquisa sob o aporte das agências nacionais de fomento, beneficiando e qualificando a comunidade científica brasileira em que Pesavento fazia parte. É no encontro ‘das linhas dos tempos’ de mobilidade dessa historiadora que focalizamos nossa atenção: na formação no exterior, na constituição de redes de contatos, com diferentes grupos de pesquisa, na busca por fontes e objetos de estudo, na aliança e estabelecimento de acordos institucionais. Podemos dizer que nesses movimentos, a viagem intelectual, inserida no processo de internacionalização do conhecimento - considerando seus modos e práticas particulares, os espaços específicos de socialização e aprendizados no exterior -, está relacionada com a construção de um certo “*ethos* internacional”, na dinâmica da sociedade intelectual contemporânea (DAHAN-GAIDA, 2016). Navegando por tudo isso está a historiadora-viajante que se dedica aos estudos sobre

as cidades: a viagem se torna uma prática de vida, um exercício de deslocamento geográfico e intelectual que permite a comparação, a observação e a interpretação a respeito de um outro lugar, o lugar da estrangeira. Percebemos que a viagem é, nesse sentido, para os/as intelectuais, um “processo cognitivo onde um corpo móvel escuta, sente, caminha, observa, percebe e utiliza, em seguida, suas capacidades críticas de escrever de uma maneira científica.” (GRANSOTTO e WOLFF, 2019, p. 1). Esta navegação inclui o deslocamento espacial, mas também as habilidades necessárias para a localização, para arregimentar uma tripulação, para negociar em cada porto as suas “mercadorias”, o conhecimento dos mapas e relatos de viajantes anteriores, a sensibilidade para os ventos, marés, ondas.

1 Mulheres intelectuais: reconhecimento, acervos e legitimação

No século XIX, a noção de intelectual ainda não aparecia no dicionário francês Littré³ e muito menos era citada nos grandes dicionários franceses do século XVII, segundo Danielle Haase-Dubosc (2001). A inteligência de “eruditos, sábios ou filósofos”, geralmente vinculada ao masculino, associava-se a expressões como “*l’esprit de finesse ou de géometrie*”, “genialidade” e “honestidade”, as quais podem identificar melhor o que se entendia por intelectual naquele século (HAASE-DUBOSC, 2001). Homens e mulheres intelectuais eram reconhecidos/as pela sua atuação intelectual pública, vinculada à política e ao meio social. Na França, “*le métier d’intellectuel*” ou a “profissão do intelectual”, foi praticada nas academias, nas sociedades eruditas e nos salões onde homens e mulheres se reuniam para encontros de debates públicos. O advento de uma nova categoria, “mulheres intelectuais”, só foi possível a partir do projeto de sociedade, implantado ainda no final do século XVI, que objetivava conceder a elas o papel de “civilizadoras da moral”. Para que isso fosse possível, precisavam ser julgadas capazes de atuar no campo político e ter acesso a espaços de criação, como a arte e a escrita.

No entanto, apesar da sua participação nos debates e por serem proclamadas ou proclamarem-se mulheres inteligentes ou sábias, “conheceram um espaço de liberdade de expressão limitada ao seu status de intelectual, o qual está intimamente ligado à subordinação do seu gênero ‘frágil’: daí as múltiplas estratégias que empregavam para fazer conhecer seus

³ Disponível em: <https://www.littre.org/>

⁴ Expressões francesas propostas pelo matemático, físico, escritor e filósofo francês, Blaise Pascal (1623-1662).

pensamentos”. O momento de “polifonia política” francesa ampliou os espaços de sociabilidade intelectual e, “à primeira vista, parecia tão favorável ao desenvolvimento da mulher intelectual”, segundo Haase-Dubosc (2001, p. 2, tradução nossa).

Na abertura do dossiê intitulado *À la découverte des intellectuelles*, Florence Rochefort (2001) indica que se, dentro do espaço acadêmico, a feminização do substantivo ‘intelectual’ não gera grandes desconfortos, o mesmo não acontece na historiografia e no debate midiático. A ilegitimidade das mulheres na política e na vida pública, para ela, “levou à sua remoção da história e mais ainda da história dos intelectuais” (ROCHEFORT, 2001, p.1, tradução nossa). Se algumas referências escaparam da invisibilidade, ainda assim foram percebidas como exceções ou, segundo a autora, limitadas a um papel secundário, a exemplo de Madame de Staël, Simone de Beauvoir e Simone Weil. Dentro desse contexto, os estudos feministas já apontaram, em diferentes disciplinas, que é necessário expandir a reflexão a respeito das categorias de referência em si para um *corpus* feminino ou a um *corpus* misto:

Questionando a suposta masculinidade do intelectual, interroga-se não apenas os processos de ocultação das mulheres na história e na cultura, mas também a relação ambígua da esfera intelectual com o poder. Quer se considere o intelectual do ponto de vista sociológico ou político, quer ele seja designado como um intelectual orgânico ou específico, é um certo espaço político e cultural que se forma e se auto-representa através da mídia, assim como através do conhecimento. (ROCHEFORT, 2001, p. 1 tradução nossa).

O feminismo de segunda onda, na França, iniciado na década de 60, carregando forte dimensão cultural dos saberes estabelecidos até então, questionou paradigmas e, no que tange à história, segundo Françoise Thébaud (2009), veio para preencher os vazios que a história oficial/universal nos deixou com relação à história das mulheres. Os usos do conceito de gênero na análise histórica “interpelam ao mesmo tempo a história das mulheres e a história geral, fazendo deste campo de pesquisa um lugar vivo, dinâmico, aberto sobre a interdisciplinaridade e às trocas com o exterior”, questionando, assim, a sobreposição do masculino nos diferentes contextos intelectual, social e político, contribuindo para o “deslocamento de uma história no feminino.” (THÉBAUD, 2009, p. 38-40).

As historiadoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007), no arti-

go *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*⁵, indicam que o periódico acadêmico francês *Annales*, ao expandir o quadro de pesquisas e fontes, no início da década 1920, contribuiu para que as mulheres - e também outros grupos sociais invisibilizados - comesçassem a ser incorporados, aos poucos, à historiografia. Em entrevista Silva (2003, p. 208), Françoise Thébaud narra que na França, a “Associação para o Desenvolvimento da História das Mulheres e do Gênero”, subtítulo “Mnemosyne”, fundada por Thébaud, no ano de 2000, pretende o “reconhecimento intelectual e institucional da história das mulheres e do gênero”, dentro da esfera acadêmica, de forma a difundir e possibilitar apoio para que pesquisadoras continuem realizando e avançando em suas pesquisas.

No Brasil, para as autoras Soihet e Pedro (2007), esse percurso teórico foi significativo a partir do ano de 1984, quando Maria Odila Leite da Silva Dias, Margareth Rago, Miriam Moreira Leite e entre outras intelectuais de referência fizeram emergir reflexões sobre a história das mulheres. Trabalhos historiográficos apresentados em eventos científicos também têm contribuído para a constituição e legitimação da história das mulheres, sobretudo aqueles realizados pela Associação Nacional de História, resultando em publicação de dossiês de revistas especializadas em História das Mulheres e Estudos de Gênero, a exemplo da Revista Estudos Feministas e entre outras dedicadas a esses temas⁶, conforme informam as autoras.

O reconhecimento da História das Mulheres, também tem sido feito através dos arquivos e acervos, dentro do processo de conhecimento científico, em consonância com as reflexões dos estudos feministas. Como disse Michelle Perrot (2020), na conferência de abertura do encontro intitulado *Au bonheur des archives féministes*⁷, realizada na *Bibliothèque Marguerite Durand*, os arquivos são patrimônios. Não existe e nem existirá história sem arquivos e, por consequência, a história será construída através dos documentos que guardamos e preservamos. E, em se tratando de arquivos feministas e arquivos de mulheres, ainda há uma outra função, para além

5 As autoras refletem a historicidade das categorias de análise “mulheres” e “gênero” no Brasil, objetivando contribuir para a legitimidade dos campos de estudos “História das Mulheres” e das “Relações de Gênero”.

6 As autoras citam as Revista Esboços, Revista ArtCultura, Revista Fronteiras e Revista Brasileira de História.

7 O encontro aconteceu no dia 07 de março de 2020, na *Bibliothèque Marguerite Durand*, dentro da programação da jornada internacional dos direitos das mulheres e em parceria com a biblioteca/mediatca Jean-Pierre Melville. O evento foi apresentado por Annie Metz, diretora da biblioteca Marguerite Durand, e contou com intelectuais da História das Mulheres e do feminismo que possuem pesquisas relacionadas às coleções da biblioteca. Acesso à programação do evento no site: <https://quefaire.paris.fr/100356/au-bonheur-des-archives-feministes-saison-2>.

daquela destinada aos acervos, de resguardar a memória, segundo Perrot (2020), trata-se do compromisso de atribuir reconhecimento às histórias das mulheres, de fazê-las saírem do silêncio. Nesse sentido, em recente entrevista, a historiadora Luciana Heymann (2020)⁸, referindo-se à desigualdade quanto ao número de arquivos de mulheres em relação ao de homens, no Brasil, aponta que “privilegiar arquivos de mulheres é uma forma de ativismo diante da invisibilidade da atuação feminina em diferentes áreas da vida social”. Considerando essa baixa representatividade de acervos e arquivos de mulheres em espaços e instituições de memória, o acervo Sandra Jatahy Pesavento⁹, constituído através dos documentos do arquivo pessoal da historiadora, é uma fonte de pesquisa histórica sobre a História das Mulheres, assim como um reconhecimento institucional sobre a sua trajetória intelectual. Como escreveram Nádia Maria Weber Santos – historiadora e coordenadora do acervo SJP e quem tem se dedicado há anos, tanto para o resguardo da memória, quanto para a difusão dos trabalhos intelectuais de Pesavento - e Maximiliano Martins de Meireles (2019), esse acervo é um campo de pesquisa onde encontramos diferentes inserções dela ao longo da carreira acadêmica conduzida, sobretudo, pela História, através da docência e da pesquisa. Os autores referenciam as possibilidades de investigação que o acervo propicia, considerando três principais frentes, o que faz compreender a sua dimensão interdisciplinar, através dos materiais e documentos de pesquisa:

1) do lugar de intelectual e teórica – suas contribuições na produção do pensamento historiográfico no Brasil e mais especificamente no contexto do Rio Grande do Sul; 2) do lugar de professora - sua carreira docente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS, no âmbito da graduação e da pós graduação em História; 3) do lugar de pesquisadora – as pesquisas desenvolvidas no contexto do Programa de Pós Graduação de História/UFRGS e no âmbito de Pesquisadora de produtividade do CNPq, sua atuação tanto como docente, orientadora, quanto coordenadora; membro da equipe editorial de vários periódicos acadêmicos no Brasil e no exterior; membro de conselho consultivos; membro de associações de historiadores internacionais; membro de Centros de Pesquisas; membro criadora de Grupos de

8 Acesso à entrevista na íntegra, disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/entrevista-com-luciana-heyman/>

9 Equipe curatorial do acervo Sandra Jatahy Pesavento: Nádia Maria Weber Santos (coordenadora), Simone Steigled, Hilda Jaqueline de Fraga; Alexandre Veiga; Anelda Oliveira e Luciana Rodrigues Gransotto.

Trabalho (GT de História Cultural na ANPUHS (1997) e na ANPUH Nacional (2001); coordenadora de Acordos CAPES/COFECUB (França/Brasil). (SANTOS; MEIRELES, 2019, p. 4)

Na presente pesquisa, a escolha dos documentos do acervo, como suporte para a reflexão sobre a trajetória da historiadora, está relacionada às suas experiências de mobilidade científica, através dos acordos institucionais, correspondências trocadas com seus pares intelectuais, publicações, certificados de participação e convites para conferências em congressos, documentação de projetos de pesquisa - sobretudo através das instituições de fomento Fapergs, Capes e CNPq -, formalizações para concessão de bolsas de formação no exterior, planos de estudos e entre outros. Pretendemos com isso, reconhecer alguns elementos que contribuem para a circulação de intelectuais no cenário acadêmico internacional, considerando que as suas experiências de deslocamentos, materializadas nas suas produções científicas, apontam para uma trajetória com forte ‘senso de mobilidade’.

2 Uma intelectual nascida em 1946¹⁰

Na educação, em meados do século XX, no Brasil, a luta pela igualdade favoreceu um maior acesso e entrada das mulheres na universidade do que em épocas anteriores, vindo a ser intensificado com a redemocratização após a Ditadura iniciada em 1964, e através de um discurso modernizador e progressista. Para Jaqueline Leta (2003), embora a institucionalização da ciência brasileira tenha acontecido tardiamente, foi nas décadas de 1980 e 1990 que as mulheres ganham um espaço representativo nas universidades, oportunizando a inserção de algumas delas em diferentes quadros das universidades brasileiras, a considerar a contratação de docentes, a coordenação de cursos e outros cargos administrativos. No entanto, essas contratações não acompanharam o crescimento da entrada das brasileiras nas universidades. Ser professor/a de ensino superior significa prestígio e está relacionado com as relações de poder, mas também, questões de gênero. A conquista de mais espaço no meio acadêmico, portanto, não foi um processo isolado. Se, por um lado, a abertura para entrada das mulheres na

10 Esse subtítulo foi inspirado no capítulo *Historiennes et historiens baby-boomers: une génération pivot?* de Jean-François Sirinelli, integrante da obra coletiva *Généralisations historiennes – XIXe – XXIe siècle*, publicação do CNRS Éditions, de 2019. No texto, o autor nomeia um dos subtítulos do capítulo como “Né en 1949” (nascido em 1949), referindo-se ao ano de seu nascimento, justamente por se tratar de um período da geração de *baby-boomers*, a qual ele reflete, aproximando as suas próprias experiências intelectuais. Aqui nos referimos ao ano de nascimento de Pesavento, que foi no ano de 1946.

academia, em todos os níveis educacionais, foi um avanço significativo, por outro, trouxe à tona os desafios das disparidades de gênero relacionadas à progressão da carreira intelectual e à demanda pela alta produtividade científica e as relações hierárquicas impostas dentro e fora das instituições.

Com relação às historiadoras brasileiras, Carmen Liblik (2015) aponta que a incursão delas nos cursos superiores de história aconteceu mais fortemente nas décadas de 1960 e 1970, acompanhando o incentivo a investimentos no ensino superior. Esse movimento de inserção nas universidades também está articulado à profissionalização das historiadoras, possibilitado pela formação.

Mais do que um simples desejo de contribuir para a educação brasileira, a necessidade de trabalhar para ser independente ou para manter as condições materiais da família foi um dos motivos essenciais nesse processo. No contexto do desenvolvimento da emancipação feminina das décadas de 1960 e 1970, uma autonomia financeira total ou relativa em relação ao sexo masculino em seu grupo social – pais, irmãos e cônjuges – tornou-se um objetivo a ser alcançado por estas mulheres que não pretendiam renunciar aos caminhos que estavam se abrindo. (LIBLIK, 2015, p. 24)

A primeira geração de historiadoras brasileiras¹¹ se encontra no período de 1934 até 1970 e a segunda, de 1960 até 1990, segundo Liblik (2017), que trabalhou em sua tese de doutorado a respeito da trajetória profissional das duas primeiras gerações de historiadoras. Dentro do contexto histórico da época, a primeira geração de historiadoras¹² “acompanhou a iniciação e consolidação das pesquisas, objetos e procedimentos vinculados à história, além de ter presenciado e, em alguns casos, até assumido o posto de cátedra” – já a segunda geração, “a partir da década de 1980, com os cursos

11 A autora baseou-se em estudos de reconstituição de linhagens historiográficas propostas por Capelato, Glezer e Ferlini, “Elas evidenciaram três momentos distintos na escola uspiana de história – a USP teve papel fundamental na formação de outros cursos de História, especialmente os das regiões Sul e Sudeste.” (LIBLIK, 2016, p. 8).

12 A primeira geração de historiadoras, estudada por Liblik: Alice Piffer Canabrava, Olga Pantaleão, Maria Yedda Linhares e Eulália Lahmeyer Lobo. A segunda geração estudada pela autora: Laura de Mello e Souza (USP), Leila Mezan Algranti (Unicamp), Maria Lígia Coelho Prado (USP), Magali Gouveia Engel (UFF), Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ), Ana Maria Burmester (UFPR), Joana Maria Pedro (UFSC), Ismênia de Lima Martins (UFF), Suely Gomes Costa (UFF), Maria Luiza Marcílio (USP), Maria Helena Rolim Capelato (USP), Aidyl de Carvalho Preis (UFF), Rachel Soihet (UFF), Helena Isabel Muller (UFF, UEPG), Maria Ignes Mancini de Boni (UFPR).

de pós-graduação já estruturados, teve uma produção acadêmica regularmente organizada e aberta para a ampliação do quadro de profissionais nas universidades.” (LIBLIK, 2017, p. 8). Essa segunda geração, ainda nos resultados da pesquisa da autora, teve o desafio de passar pela transformação de tempos difíceis: tanto em função do longo período de ditadura militar no Brasil, da contracultura, quanto pela Reforma Universitária, realizada no ano de 1968. Junto com essa significativa transição dos tempos, estão as mudanças relacionadas aos temas de pesquisa e os procedimentos metodológicos em que elas passaram.

Seguindo esse critério geracional, Sandra Jatahy Pesavento, nascida em 1946, licenciada em História, pela UFRGS (finalizando em 1969), foi uma historiadora da segunda geração. Foi também professora, intelectual e viajante. Filha única, teve uma boa condição social, propiciada pelo pai, Cássio Silveira Jatahy e pela mãe, Hedy Lima Jatahy, falecida precocemente, quando Pesavento tinha menos de quarenta anos, uma das grandes perdas na sua vida. Desde cedo estudou a língua francesa e teve acesso a uma biblioteca particular, constituída de livros adquiridos pelo seu pai, um homem culto e que acabou se tornando uma referência importante na sua vida. Esses estímulos são significativos para a escolha de uma carreira intelectual. Posteriormente, na vida adulta, a sua independência financeira se deu através da sua profissão e de seu esposo, Roberto Pesavento, com quem teve dois filhos, Rodrigo Jatahy Pesavento e Ana Paula Jatahy Pesavento Cabral. É importante destacar que o percurso que ela percorreu para conquistar a autonomia profissional está vinculado ao próprio processo de emancipação profissional das intelectuais de sua geração, que passou por conquistas, mas também negociações e concessões importantes. Um exemplo é a formação acadêmica na pós-graduação e a maternidade, pois a participação das mulheres não representa a desobrigação ou diminuição das responsabilidades com os filhos e nem mesmo com as tarefas de casa. No caso de Pesavento, o mestrado em História foi realizado na PUCRS (finalizando em 1978)¹³, com um filho ainda pequeno em meio ao nascimento da filha. O doutorado em História Social, realizado na USP (finalizando em 1987)¹⁴ - considerando que não havia até aquele momento nenhum curso de doutorado em História nas universidades de Porto Alegre - foi entre idas e vindas semanais, permanecendo pouco tempo em São Paulo, em função dos compromissos profissionais, mas também por causa dos cuidados com os filhos, mesmo com suporte familiar.

Seu vínculo profissional com a Universidade Federal do Rio Grande

13 Sob orientação do historiador Earle Diniz Macarthy Moreira.

14 Sob orientação da historiadora Suely Robles de Queiroz.

do Sul iniciou já aos vinte e cinco anos, no ano de 1970, como estagiária do departamento de História. No mesmo ano ela passa a ser auxiliar de ensino, ficando nesse cargo até 1977. Já como servidora pública, foi professora assistente, de 1977 até 1983, professora adjunta, de 1983 até 1991, momento em que conquistou o cargo de professora titular no departamento de História da UFRGS - na cadeira de História do Brasil -, cargo mantido até o ano de 2008, quando a historiadora passou a ser professora aposentada da UFRGS, permanecendo com a categoria de professora convidada do PRO-PUR¹⁵ até o ano de seu falecimento.

Assim como outras intelectuais de sua época, Pesavento contribuiu para o processo de elaboração, implantação e implementação do Programa de Pós-Graduação de História, nos cursos de mestrado e doutorado em História, credenciados – ainda que tardiamente, em relação a outras unidades federais e particulares - em 1986 e 1995, respectivamente. Desde o final da década de setenta, foi membro editorial e/ou consultivo de diversas revistas e integrou diferentes comissões vinculadas ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Assumiu a coordenação do curso de Pós-Graduação da História, do ano de 1997 até o ano de 2001, cumprindo dois mandatos, no mesmo período em que coordenou o Grupo de Trabalho História Cultural da ANPUH (Associação Nacional de História) do Rio Grande do Sul, logo no momento de criação, sendo uma das principais responsáveis pela concretização do grupo. No mesmo ano da fundação do GT, foi realizada a 1ª Jornada de História Cultural, onde esteve presente o historiador francês, François Hartog, da EHESS, para proferir uma conferência. O seu envolvimento junto à ANPUH foi cedo, já durante a sua fase de graduação. Pode-se dizer que o investimento nessa instituição foi uma das escolhas mais marcantes na sua vida profissional, já que também coordenou o Grupo de Trabalho Nacional de História Cultural desde 2001 até o ano de sua morte. A presença de importantes referências estrangeiras nos eventos em que Pesavento esteve à frente, ligadas principalmente à História Cultural, pesquisadores da América Latina e da historiografia francesa, como Carlo Ginzburg, Michelle Perrot, Roger Chartier, Carlo Ginzburg, Chiara Vangelista, Serge Gruzinski, Frédérique Langue, Jacques Leenhardt, Carmen Bernand, e entre outros/as, acabou se tornando frequente e são um dos resultados do seu processo acadêmico de internacionalização.

A partir do mapeamento dos seus deslocamentos, tanto geográfi-

15 Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As informações sobre as datas foram retiradas do currículo lattes da historiadora, ainda disponível para acesso no endereço <http://lattes.cnpq.br/1760145213009265>.

cos, teóricos, quanto institucionais, percebemos como as trajetórias intelectuais da historiadora se entrecruzavam: de um lado seu envolvimento nessas redes internacionais, como será melhor referenciado mais adiante e, de outro, sua relação com as redes nacionais e instituições, como a já referida ANPUH, a USP, principalmente no campo da História, mas também no próprio espaço acadêmico, em um exercício interdisciplinar que começa a ganhar cada vez mais força nas suas investigações. Essa maior abertura para novos campos de conhecimento se percebe a partir de 1986, quando a historiadora se aproximou do grupo de professores/as do PROPUR (Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) para realização de um projeto com apoio do CNPq e da FAPERGS, entre os anos 1990 e 1992, com a temática “Cultura e cidade”, dedicando-se aos estudos sobre imaginário e representações. Em seguida, em 1993, integrando o corpo docente desse programa, suas pesquisas se voltaram mais fortemente para as questões da cidade, do urbano, da literatura e das imagens, dentro do campo da História Cultural. Nesse espaço de tempo de transições teóricas, formou parcerias intelectuais importantes, como foi o caso da professora e arquiteta Célia Ferraz de Souza, com quem organizou algumas obras coletivas, congregando diversos/as pesquisadores/as nessas reflexões (FIALHO; MONTEIRO; SANTOS, 2015). Um exemplo é o livro “Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano”¹⁶, resultado de um encontro sobre Imagens da Cidade¹⁷, coordenado por ambas. As problematizações concentraram-se em três grandes temas, voltados às preocupações do planejamento urbano, associado às sociabilidades praticadas em uma cidade: “a formação do imaginário urbano”, “Urbanismo e suas representações” e “Imagem como campo de poder e saber”.

É relevante situar, dentro desse contexto, que a emergência de outros posicionamentos intelectuais, fez a História Cultural no Brasil sair de um espaço ainda marginal, passando a ocupar um lugar central na História e em outras áreas do conhecimento. Sirinelli (2019), em seu estudo sobre a geração de historiadores/as denominada *baby-boomers*¹⁸ - pessoas nascidas

16 Referência completa da obra: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SOUZA, Celia Ferraz. Imagens Urbanas: Os diversos olhares na formação do imaginário urbano. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

17 O evento foi promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), realizado na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em abril de 1994, através do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR). Informações retiradas da introdução da obra supracitada.

18 No texto, o autor utiliza o termo *baby boomers* associado, sobretudo, aos historiadores/as da França, da geração que protagonizou os eventos de maio de 1968 e que teve fortes

entre os anos de 1945 e 1955 -, percebe essas mudanças de direcionamento profissional dos/as historiadores/as através dos efeitos da globalização e da revolução digital, em uma aceleração dos tempos imaginada, mas jamais sentida. Essa metamorfose, vivenciada na maturidade desses/as intelectuais, segundo esse autor, propiciou uma liberdade favorável na criação de seus trabalhos. E enquanto a geração de historiadores/as anterior percebia o seu campo como central, sem grandes preocupações de aproximações com as outras disciplinas, em termos epistemológicos - embora tenham passado por mudanças historiográficas em sua época - a nova geração surgiu com uma “margem de manobra intelectual” considerável:

[...] a disciplina histórica conheceu sua hora de radiação muito forte, mas tornou-se ao mesmo tempo menos imperial - e até menos imperialista - diante dessas outras disciplinas e começaram a compor da mesma forma com elas e com as construções intelectuais que elas transmitiam. (SIRINELLI, 2019, p. 253-254, tradução nossa)

As mudanças, ainda para esse autor, trouxeram diálogos frutíferos entre as ciências sociais e humanas, como, por exemplo, a integração da História Cultural, funcionando, de certa forma, como um elo interdisciplinar entre os diferentes campos do conhecimento. No entanto, esse movimento veio acompanhado de novos desafios, seja no que tangem as práticas metodológicas, seja através da sociabilidade intelectual, no campo de atuação e nas posições de poder e de influências, que se encontram tanto no nível historiográfico, como institucional. Nesse sentido, foi preciso estabelecer e/ou assumir novas posturas e um reposicionamento da identidade intelectual do/a historiador/a como forma de legitimação nas suas áreas acadêmica e científica.

Foi também através de um caminho de efervescência intelectual, no Brasil, que as novas preocupações epistemológicas surgem, na virada dos anos 80 para os 90. Vindas na mesma onda de crise de paradigmas, considerando que a historiografia brasileira era dominada, até então, por uma postura marxista, a História Cultural, para Pesavento (2003), passa a ter uma outra dimensão. Esse campo viria como uma revisão dos pressupostos, como uma nova forma de pensar e representar a cultura, compre-

desdobramentos nas duas décadas seguintes, gerando um intenso movimento intelectual no país. Trazemos essa reflexão para o artigo, considerando o contexto do Brasil, onde intelectuais nascidos no mesmo período dessa geração *baby boomers* também passou por eventos históricos marcantes - sobretudo a ditadura militar - os quais foram responsáveis por rupturas epistemológicas, acompanhando, de certa forma, as transformações na história, no campo francês.

endendo-a como conjunto de significados partilhados e construídos para explicar o mundo. Era preciso reformular perguntas, diversificar as fontes, reconhecer outros sujeitos de pesquisa, rever os métodos de verificação, assim como revisitar conceitos - tais como os da representação, do imaginário e da sensibilidade -, mas também repensá-los e reapresentá-los.

Para colocar em prática as afinidades teóricas e as identificações ideológicas desse movimento pulsante de ideias, foi necessário o engajamento efetivo dos pares, da incorporação das trajetórias individuais, o que se fez através da publicação de obras coletivas, na realização de encontros e seminários, na construção de projetos financiados por órgãos de fomento à pesquisa, estruturas que estão entre os principais espaços de atuação e sociabilidade dos/as pesquisadores/as. Essa virada, rumo ao campo de conhecimento da História Cultural, implicou em resistências no meio acadêmico, a exemplo da própria UFRGS, onde Pesavento encontrou diferentes recepções de seus/suas colegas, sobretudo aqueles/as do programa de História dessa universidade, que em parte acabou tomando diferentes rumos na disciplina histórica, com outras preocupações teóricas. Em paralelo a esses novos posicionamentos epistemológicos, as viagens ao exterior começaram a se tornar cada vez mais frequentes na vida da historiadora para cumprir compromissos e atividades científicas – conferências, participação na organização de seminários e colóquios, realização de pós-doutorado, reuniões de grupos de pesquisa -, sobretudo nas suas longas estadias em Paris. Foi nesse momento que ela teve que lidar com acordos e desacordos dentro do espaço acadêmico – lugar que muitas vezes passa a ser uma arena de disputas, de jogos de poder e de vaidades intelectuais -, já que nem todos percebiam os seus afastamentos da mesma maneira. Esses afastamentos, na verdade, não significavam somente uma ausência física, mas, através do fortalecimento nas redes internacionais representava, por consequência, um fortalecimento do seu trabalho e da sua legitimidade no campo da História em nível nacional. Um dos resultados da internacionalização da sua pesquisa, aliado à trajetória como cientista no Brasil – considerando as experiências de docência, produção científica e projetos de pesquisa -, foi a conquista da bolsa de produtividade do CNPq na categoria 1A, nível mais elevado na carreira de um/uma docente no Brasil – e a considerar a desproporcional porcentagem da distribuição das bolsas dessa categoria às mulheres, ainda hoje em dia¹⁹ - sendo um dos resultados da internacionalização da sua produção científica. A historiadora conseguiu manter esse

19 Para essa discussão, sugerimos a leitura do artigo: GUEDES, Moema; AZEVEDO, Nara, FERREIRA, Luís Otávio. A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade CNPq, *Cadernos Pagu*, n. 45, p. 367-399, 2015

status até o final da sua vida. Embora a experiência tenha impulsionado de maneira significativa a sua trajetória, não podemos desconsiderar que o caminho fosse isento de desafios, preconceitos e barreiras - e nem significasse qualquer garantia de estabilidade intelectual - sobretudo pelo peso de ser uma mulher estrangeira, latino-americana, de origem indígena, em um território europeu.

3 Pesavento: primeiras inserções internacionais e a História das Mulheres

Porto Alegre foi o lugar em que a historiadora constituiu grandes laços afetivos, com sua família, especialmente seu esposo, seu filho e sua filha, e seu o trabalho, através da longa carreira docente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Apesar de ter se estabelecido e se fixado na cidade de Porto Alegre ao longo da vida – e ter feito dela sua maior fonte de pesquisa – as viagens fizeram parte de grande parte de seu percurso, tanto pessoal quanto profissional. Seus trânsitos acadêmicos internacionais começam, efetivamente²⁰, a partir do ano de 1990, quando a historiadora realizou o seu primeiro pós-doutorado na EHESS, sob supervisão do sociólogo Jacques Leenhardt, pesquisando sobre as Exposições Universais, com projeto intitulado “Modernidade e sistema de fábrica: a experiência das exposições burguesas na segunda metade do século XX”, considerando as exposições como “*synthèse et exteriorisation de la modernité*”. Esse projeto apresentava questões relacionadas à sua tese de doutorado²¹ e sua justificativa para realizar esse período de estágio de pesquisa foi em função de ser um tema bastante tratado pela historiografia francesa²². As abordagens de sua pesquisa eram pautadas nos estudos sobre a industrialização no sul do Brasil, no domínio do capital sobre trabalho, na formação da classe trabalhadora, na vida cotidiana e na ordem industrial urbana. Essas temáticas relacionam-se ao seu período de formação, da graduação até seu doutorado, e acompanham a sua produção científica, iniciada desde meados de 1970. Em menos de duas décadas, até o ano de 1991, Pesavento já havia escrito e publicado 20 livros individuais e mais de vinte e cinco outras produções, entre capítulos de livros coletivos e artigos publicados em revistas nacionais.

A participação da historiadora nos seminários ministrados por Lee-

20 Embora a historiadora já tivesse viajado à Paris anteriormente com interesse de conhecer as universidades francesas e estabelecer contatos para planejar a sua formação acadêmica.

21 Título da tese: Empresariado industrial, trabalho e Estado: contribuição a uma análise da burguesia industrial gaúcha (1889-1930), ano de obtenção: 1987.

22 Informações a partir da carta de intenção para realização de pós-doutorado sanduíche direcionada à Jacques Leenhardt. Consulta no material do acervo SJP, pasta “Correspondências”.

nhardt, no grupo de sociologia da literatura, da EHESS, nessa ocasião, propiciou um marco inicial das relações acadêmicas entre os dois intelectuais, ligados pelos caminhos da história cultural e da sua aproximação com a literatura e entre Pesavento e outros/as pesquisadores/as dessa mesma instituição. Essas conexões também permitiram, logo em seguida, o estabelecimento de novos vínculos, como foi o caso da relação com a historiadora francesa, Michelle Perrot. Pesavento realizou um segundo pós-doutorado, denominado “estágio de curta duração”, sob supervisão de Perrot, na *Université Paris VII/Jussieu*, que era professora, na época, da formação doutoral *Histoire et Civilisations Sociétés Occidentales*.

Em sua carta de intenção²³, Pesavento escreveu que buscava aprofundar os estudos sobre o imaginário e sobre as representações, questões que ela vinha se dedicando no campo da História Cultural. O protejo de pesquisa pretendia ainda trabalhar sob a perspectiva da “mulher imaginária”, produzida pelo olhar dos homens e da “mulher real”, nas sombras domésticas, na fábrica e nas ruas na segunda metade do século XIX, na cidade de Porto Alegre. Essas temáticas originaram-se a partir de um artigo publicado por ela em 1991, na revista *Literatura Brasileira*, organizada por Zahide L. Muzart²⁴. O texto demarca a inserção das mulheres no contexto cultural da região fronteira no sul do país, já desde o século XVIII até a primeira metade do século XIX, em uma sociedade patriarcal, latifundiária e pecuarista, onde predominavam valores vinculados à força masculina e à limitação da atuação das mulheres como donas de casa.

O período dessa formação da historiadora em Paris coincidiu com um momento de grande abertura, na França, de discussões, escritas e publicações sobre a História das Mulheres²⁵. Através do colóquio *Femmes et histoire*²⁶, realizado na Sorbonne, organizado por Georges Duby e Michelle Perrot, Pesavento teve acesso aos debates e leituras de pesquisadoras/es consideradas/os referências na área e de outros intelectuais interessados no debate, como Arlete Farge (CNRS) Roger Chartier (EHESS), Jacques Rancière (Paris VIII), Pierre Bordieu (Collège de France), Madeleine Reberieux (Paris VIII), Pierre Rosanvallon (EHESS), Janine Lavau (CNRS), Maurice Godelier (EHESS), Françoise Héritier (Collège de France), Danièle Kergo-

23 Informações a partir da carta de intenção para realização de pós-doutorado sanduíche direcionada à Michelle Perrot. Consulta no material do acervo SJP, pasta “Correspondências”.

24 A referência completa do artigo em questão: Mulheres e História: a inserção da mulher no contexto cultural de uma região fronteira (Rio Grande do Sul, Brasil). In: Zahide L. Muzart (org.). *Revista de Literatura Brasileira*, Florianópolis, n° 23, p. 54-72, 1991.

25 Sobre essa questão, ver artigo CLIO, *Histoire, Femmes et Sociétés : naissance et histoire d'une revue*, publicado em 2002. Acesso: <https://journals.openedition.org/clio/42>

26 O colóquio aconteceu na Sorbonne, nos dias 13 e 14 de novembro de 1992.

at (CNRS) e entre outros/as. Como registrou Perrot (1992), no prefácio dos anais desse encontro, um colóquio é, de certa forma, um ato simbólico de legitimação das intelectuais em espaços antes interditos a elas, sobretudo em uma instituição como a Sorbonne, lugar de alto nível intelectual, o que representa, consequentemente, um lugar de autoridade e poder da palavra.

Embora Pesavento não tenha tido a intenção e nem tenha adentrado nas discussões teóricas dos estudos de gênero e estudos feministas, é evidente, nas suas produções científicas, o esforço em trabalhar temáticas envolvendo a realidade de diferentes grupos sociais marginalizados da cidade de Porto Alegre, em que se encontram as mulheres e a sua condição subalternizada, sobretudo aquelas do final do século XIX. No primeiro congresso Fazendo Gênero²⁷, do ano de 1994, sendo uma das conferencistas, apresentou o trabalho *O Riso do Outro: Mulher e Caricatura Na Virada do Século*²⁸, publicado nos anais do evento. Cruzando imagens e discursos de um passado, ela recupera a representação das mulheres da sociedade portoalegrense, aquelas de classe privilegiada, através das caricaturas e piadas, publicadas em revistas e jornais de grande circulação popular.

É por demais conhecida a norma geral que parece presidir a “passagem” das mulheres na virada do século [XIX]: personagens das sombras, ‘rainha do lar’, retirada da intimidade do doméstico, silenciosa gerenciadora do privado, ausente do cenário público, excluída dos grandes acontecimentos motores da história. Paradoxalmente (mas um paradoxo de “superfície”, facilmente explicável), ela é motivo recorrente do deboche, da ironia, da caricatura, da “gag”, enfim, da genialidade do fino humor do “outro”. É nesta arte do cômico, seu pequeno mundo do privado é desnudado e trazido ao palco, seu comportamento é satirizado e estereotipado, suas preferências, atributos e atitudes ridicularizados. (PESAVENTO, 1996, p. 37)

Se as narrativas sobre as mulheres da cidade foram ofuscadas pelos documentos oficiais da história ou apareceram de forma ridicularizada, estereotipada e sob alvo das normativas do proceder feminino, como nos

27 Fazendo Gênero - Seminário de Estudos sobre a Mulher, sediado no Centro de Comunicação e Expressão (CCE). Evento realizado de 30 de novembro a 2 de dezembro de 1994. O congresso, hoje chamado de Seminário Internacional Fazendo Gênero, é uma referência no Brasil e no exterior e congrega uma ampla rede de pesquisadoras/es do campo de gênero e dos estudos feministas.

28 O Riso do Outro: Mulher e Caricatura Na virada do século. In: Zaidhé Muzart. (org.). FAZENDO GÊNERO. 1ed. Ponta Grossa: UFSC/EEPG, 1996, p. 37-42.

periódicos populares, a literatura gaúcha cumpriu papel de levar a conhecimento do público a representação de algumas mulheres, através em uma “forma refinada de resgatar a sensibilidade de outrora”, a exemplo de Ana Terra e Bibiana, da obra *o Tempo e o Vento*, personagens “remarcáveis por sua lucidez ante um mundo de machos em luta.” (PESAVENTO, 1996, p. 39). E foi através do viés da literatura e das personagens femininas que Pesavento se debruçou em um dos seus projetos de pesquisa mais representativos: *Os sete pecados da capital: personagens, espaços e práticas na contra-mão da ordem na cidade de Porto Alegre*. Executado com apoio do CNPq e FAPERGS, dentro da linha da História Cultural, ela e seu grupo de bolsistas se dedicam durante os anos de 2003-2006 à produção do conhecimento a respeito da trajetória de sete mulheres do século XIX e de seus envolvimento em sete crimes. O resultado da pesquisa foi publicado em 2008, na extensa obra *Os Sete Pecados da Capital*,²⁹. Pobres, marginais e marginalizadas pela sociedade de Porto Alegre, as personagens dessa obra - representando o “feminino perturbante” - condenadas ou absolvidas no final, “pagaram” um preço alto pelas razões desse regime de condutas que pautavam o sistema de valores sociais.

O trabalho é significativo, na medida em que, para além de contar a história do lugar, de sua cultura e de seus modos de vida social, as mulheres ganham protagonismo, emergem através da reconstituição das suas vidas, de uma perspectiva não-dita, silenciada pela história. Para Langue (2010), esse trabalho demarca a maturidade de sua intelectualidade, não somente por ser uma de suas últimas obras, mas por ser o encontro da pesquisa documental com a sua própria produção historiográfica, a respeito da cidade, do urbano e das fronteiras sociais, resultando naquilo que a autora compreende como “paisagens sensíveis”.

A realização de um estágio com Michelle Perrot, uma década antes do início desse projeto *Os Sete Pecados da Capital*, trouxe um aporte teórico considerável, a ver os resultados da produção científica e seus direcionamentos, mas também no sentido de uma maior abertura aos campos de conhecimento de Gênero e da História das Mulheres. Essa recepção se encontra através das orientações e bancas de mestrado e de doutorado em que ela esteve envolvida, entre as décadas de noventa e dois mil, com temas de pesquisa diversos, entre eles: análise do feminino e imaginário sexual na mitologia; representação e identidade da mulher no início do século XIX,

29 O projeto “Os sete pecados da capital: personagens, espaços e práticas na contra-mão da ordem na cidade de Porto Alegre”, contou com o apoio de quatro bolsistas BIC, financiados pelo CNPq: Kátia Marcianik, Sinuê Necker Miguel, Ialê Menezes Leite Costa e Nifertiti Krzeminsk.

em Porto Alegre; imprensa e masculinidade urbana em Florianópolis nos anos 1889-1930; nas trajetórias femininas judaicas no Rio Grande do Sul - século XX³⁰.

4 As redes de Pesavento: entre acordos institucionais, literatura e sensibilidades

O período de terceiro pós-doutorado de Pesavento no exterior foi realizado em duas etapas: em 1995, na Université Paris-Sorbonne, supervisionado pela historiadora greco-brasileira Katia Matoso (já falecida), e em 1996, novamente na EHESS, sob supervisão do historiador e sociólogo francês, Christian Topalov. Esse foi o momento das grandes inserções da historiadora em importantes instituições universitárias de Paris e em seus laboratórios de estudos americanistas e/ou da América Latina. Essas redes situavam-se na EHESS, onde há o laboratório CERMA (*Le Centre de recherches sur les mondes Américains*), no IHEAL (*Instituto des Hautes Études de l'Amérique Latine*), que é um componente da Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, com o laboratório CREDA (*Centre de Recherche et de Documentation sur les Amériques*) e também na Paris Sorbonne - Paris IV, a qual possui a cátedra d'Histoire du Brésil, tendo como primeira professora emérita, a historiadora Kátia Mattoso (de 1988 até 1999) e atualmente a historiadora Laura de Mello e Souza.

O encontro de grupos de trabalho como esses, reunindo pesquisadores/as dos dois continentes, favorece a circulação internacional, pensando na realização dos percursos, nas idas e nos regressos, onde o “capital cultural”³¹ é incorporado, passando a ter efeitos significativos nas trajetórias e nas produções científicas. Além disso, os desdobramentos dessa dinâmica coletiva também contribuem para as relações de acordos internacionais como foi o caso de projetos de acordo bilateral em que Pesavento foi a interlocutora entre a UFRGS e universidades estrangeiras. Nesse contexto, considerando que os projetos desse tipo incentivam e beneficiam a mobilidade de doutorandos/as para realização de estágio no exterior, a atuação da historiadora, como mediadora, contribuiu para o alargamento das trocas de conhecimento e aprimoramento das investigações de tese, considerando que os deslocamentos levam e trazem experiências intelectuais diversas.

É pertinente marcar a importância dessa perspectiva de mobilidade dentro dos próprios programas de pós-graduação da UFRGS em que ela

30 As informações foram encontradas no CV Lattes da historiadora, disponível no endereço <http://lattes.cnpq.br/1760145213009265>.

31 Conceito criado pelo sociólogo Pierre Bordieu, na metade do século XX.

esteve vinculada (tanto na pós-graduação da História, como no PROPUR). Ou seja, através de elementos que os valorizam, tanto pelas questões avaliativas – seu desempenho, critérios que beneficiam as notas dos cursos – através das suas produções científicas em revistas internacionais, quanto dos arranjos acadêmicos entre os seus/suas colegas e as instituições francesas, os quais propiciam reconhecimento na carreira intelectual, através da formação no exterior.

Um terceiro fator relevante da atuação da historiadora nessa trajetória internacional é a dimensão que projetos de cooperação bilaterais em que ela esteve envolvida alcançaram. Nós nos referimos sobretudo aos dois acordos CAPES-COFECUB³², os quais se relacionam diretamente na inserção da universidade no contexto internacional da ciência. As relações entre instituições universitárias brasileiras e francesas estabeleceram-se mais fortemente a partir do acordo entre CAPES e COFECUB, iniciado em 1978, com objetivo, segundo o histórico apresentado no site da CAPES, de “incentivar o intercâmbio científico e o estímulo à formação de pós-graduandos e docentes vinculados a programas de pós-graduação de instituições de ensino superior e de pesquisa por meio de projetos conjuntos”³³. Rocha (2004) indica que, pelo menos metade das propostas apresentadas pela UFRGS ao programa, em meados da década de 1990, foram aceitas, em um total de 22 projetos aprovados - em andamento/execução naquela década -, colocando a UFRGS entre as principais instituições dentro desse acordo bilateral. Na avaliação, considerando um período mais amplo, o relatório oficial dos projetos CAPES/COFECUB, referente ao período entre 1978 até 2015³⁴, foram firmados um total de 876 acordos de projetos de pesquisa entre instituições brasileiras e francesas. Na UFRGS, um número considerável de 87 projetos, envolvendo diferentes áreas, foram acordados nesse período. Desse total, 72 relacionavam-se às áreas das exatas, biologia, ciências sociais aplicadas, engenharias, saúde e entre outras. Apenas 7 estavam vinculados à área das Ciências Humanas, sendo que dois deles foram coordenados por Pesavento.

O primeiro, em 1999-2000³⁵, intitulado “O mundo feito texto”, teve a parceria entre as universidades UFRGS/PPG-História e USP/Centro Angel Rama - representadas por Sandra Pesavento e Sandra Vasconcelos, respectivamente - e *Université Poitiers/Centre de Recherches Latino-Américaines* (Poi-

32 Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil.

33 Informação obtida no site da CAPES: <https://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/franca/cofecub>

34 Informações disponibilizadas pela Capes através do link: <https://www.capes.gov.br/.../1572015-Estatisticas-CapesCOFECUB-1978-2015.pdf>

35 Informações consultadas no Acervo SJP, na “Caixa 14 – Grupo Clíope”.

tiers/França), com interlocução de Ria Lamaire Mertens, holandesa, residente em Poitiers, da área da literatura, e contou com a parceria da EHESS/ÉFISAL³⁶, sob responsabilidade de Jacques Leenhardt. O segundo, realizado entre 2002-2004, na cooperação novamente entre as duas universidades brasileiras e a universidade francesa, EHESS/CRAL³⁷ Paris, com o projeto “Narrativas e imagens. Redescobertas do Brasil”. Ambos tinham o objetivo de “discutir e fazer avançar a reflexão sobre textos paradigmáticos que se apresentam como leituras do Brasil”³⁸ e tiveram desdobramentos relevantes, através das oito missões de trabalho (quatro em cada um dos projetos), reunindo esses/as pesquisadores/as no Brasil e da Europa, com discussões teóricas através do diálogo entre história e literatura, na análise e releitura de Gilberto Freyre – a recepção de sua obra na França – e de Sérgio Buarque de Holanda.

Durante esses dois períodos de realização do projeto, as atividades estavam diretamente ligadas a um outro grupo internacional e interdisciplinar de pesquisadores/as, coordenado por Pesavento, chamado Clíope³⁹. Esse grupo, concebido como projeto intelectual e aproveitando-se das redes institucionais, iniciou seus encontros e publicações anuais em 1994, ano de sua criação, tendo como objetivo trabalhar sob uma proposta crítica, a partir de um trabalho coletivo, combinado trajetórias pessoais, entrecruzando História e a Literatura, “em um esforço trans e interdisciplinar, que ultrapasse o de uma crítica literária ou de uma leitura histórica de um texto”⁴⁰. Estavam presentes nas reflexões, os conceitos de “representação, imaginário, memória, discurso, que estabelecem inter-relações complexas e permitem o diálogo entre a História e a Literatura e possibilitam uma pluralidade de pontos de vista, fornecendo mais ferramentas para o exercício do ato crítico”⁴¹. Esses discursos ligavam-se aos debates do grupo, como questões relacionadas à paisagem cultural, aos viajantes, à ficção, à história cultural urbana e relações França-Brasil. Algumas das referências estudadas, esta-

36 EFISAL - Fonction imaginaires et sociales des arts et des littératures.

37 CRAL - Centre de Recherches sur les Arts et le Langage.

38 Informações consultadas no Acervo SJP, na “Caixa 14 – Grupo Clíope”.

39 Dentre algumas atividades desenvolvidas pelo grupo, estão: seminários internacionais Clíope (1996 na França; 1997 em Campos do Jordão; 1998 na UFRGS; 2003, na França; 2005 na Itália), reuniões do grupo Clíope, realizados mais de uma vez em alguns anos (2003, 2004, 2006, 2007 na EHESS/Paris; 2004, em Bologna, na Università di Bologna; 2006 na UFRGS). Entre os integrantes mais atuantes no grupo Clíope, estiveram vinculados os seguintes intelectuais: Sandra Jatahy Pesavento, Jacques Leenhardt, Chiara Vangelista, Lígia Chiappini, Sandra Vasconcelos, Mônica Schpun, Stella Bresciani, Antônio Dimas, Flávio Aguiar, Roberto Vecchi, Ria Lamaire e entre outros.

40 Informações consultadas no Acervo SJP, na “Caixa 14 – Grupo Clíope”.

41 Informações consultadas no Acervo SJP, na “Caixa 14 – Grupo Clíope”.

vam vinculadas a Jean Baptiste Debret, Ferdinand Denis, Graciliano Ramos, Sérgio Buarque de Holanda, Auguste de Saint-Hilaire, Levi- Strauss, Blaise Cendrars, João Guimaraes Rosa. Após o falecimento de Pesavento, o Clíope se desfez e retomou suas atividades alguns anos depois, com um grupo menor⁴².

O plano internacional e interdisciplinar, como já comentado, foi o que permeou as duas últimas décadas de trabalho da historiadora. Voltando à EHESS, em um outro ciclo de formação, dentro do quadro dos seminários do historiador Serge Gruzinski, ela foi convidada a passar a participar do *Centre de Recherches de l'EHESS*, de forma a estabelecer projetos colaborativos envolvendo os pesquisadores desse centro⁴³, vindo depois a fazer parte do grupo de pesquisa *Les Lisières du Brésil* - CERMA/EHESS, que discutia questões teóricas e temáticas ligadas às fronteiras culturais do Brasil. E foi nesse mesmo círculo intelectual, ainda durante os seminários de Gruzinski, que Pesavento conheceu Frédérique Langue, historiadora e diretora de pesquisa do CNRS, especialista em estudos sobre a Venezuela e coordenadora do grupo de pesquisa *Histoire des Sensibilités*, do CERMA/EHESS, junto com apoio de Pesavento na coordenação das atividades, durante a década de 2000, reunindo uma rede intelectual constituída de pessoas de diferentes lugares, especialmente da América Latina e da França, interessadas em trabalhar através das margens da história. Em 2006, Frédérique Langue apontava que

Nos últimos anos, a história das sensibilidades tem, indiscutivelmente, se afirmado como uma corrente historiográfica, bem como a respeito dos seus antecedentes e mais particularmente ao paradigma fundador da história das mentalidades, seguida da história da representações - objeto e suporte da história -, no que se refere à diversificação temática e espacial de seus objetos de estudo. Tivemos a oportunidade de destacar a maneira como essa forma original de fazer história se desenvolveu, bem como a pluralidade de definições e influências compartilhadas. A história das sensibilidades constitui, de fato, uma outra história social com vocação global, que não exclui nenhum tema ou sujeito dessa história, por menor que seja ou efêmero em aparência. (LANGUE, 2006, p. 7)

No cruzamento de diferentes campos disciplinares, como literatura,

42 Atualmente o grupo Clíope é integrado por: Jacques Leenhardt, Chiara Vangelista, Antônio Herculano Lopes e Maria de Fátima Costa.

43 Informações consultadas no Acervo SJP, na Pasta: "Correspondências".

história e antropologia, as sensibilidades estiveram nas discussões teórico-metodológicas que permearam os estudos, os quais realizaram-se através de jornadas anuais, realizadas na EHESS, iniciadas em 2004, mobilizando um grupo dinâmico e diverso de investigadores/as latinoamericanistas. Os eventos eram seguidos de produções científicas, em grande parte publicadas na revista *Nuevos Mundos Mundos Nuevos*⁴⁴. Em 2007, a *IV Journée des sensibilités* privilegiou questões relacionadas à escrita da história nos domínios europeu, latino-americano e caribenho, através de objetos pouco explorados, até então, e que representam, para os/as historiadores/as, “os afetos e as paixões, os sincretismos que fundam as identidades, os conflitos das memórias e da construção de categorias historiográficas”⁴⁵. Nessa ocasião, participaram intelectuais brasileiros/as, parceiros/as - alguns de longa data - de Pesavento, como Mônica Velloso e Herculano Lopes (ambos da Casa de Rui Barbosa), Mônica Schpun (EHESS), Daniela Fialho (UFRGS), além de Roger Chartier (EHESS), Luc Capdevila (Université Rennes 2), Arlete Farge (CNRS) e Frédérique Langue (CNRS), vinculados à rede de estudos da História das Sensibilidades. Essa jornada de 2007 foi a última em que Pesavento participou. Em sua conferência, apresentou o trabalho do pintor e desenhista francês, Jean-Baptiste Debret, interpretando as imagens e o discurso que Debret produziu sobre o Brasil, apreendidas através de um olhar estrangeiro. Esse olhar do ‘outro’ sobre a diferença, no caso dos viajantes, veio “carregado de conhecimento científico e, frequentemente, de preconceitos, classificações e atribuições de valor formuladas de forma apriorística.” (PESAVENTO, 2007, p. 2).

E foi no estudo a respeito da percepção sensível do espaço feita por Debret que a historiadora se concentrou: na captura da “materialidade do urbano e da natureza”, como “elementos portadores de emoções e significados, dando a ver o “imaterial”: aquilo que chamamos da alma desta cidade e que pode ser traduzida por um *ethos* particular, uma especial maneira de ser, correspondente a valores e a um certo proceder social.” (PESAVENTO, 2007, p. 6). A reflexão sobre as apreensões e apropriações emocionais dos lugares, sobretudo das cidades, acompanharam o processo de construção de seu pensamento. Assim como as sensibilidades estavam presentes no domínio teórico refletido por Pesavento, também permearam a noção de sua própria trajetória de vida, como intelectual.

44 Acesso à revista através do link <https://journals.openedition.org/nuevomundo/>

45 Informações foram retiradas do site onde há a transmissão de todas as comunicações, debates e conferências dessa jornada de 2007: <https://www.canal-u.tv/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito tem sido escrito sobre o processo acadêmico de internacionalização, como um movimento mundial, considerando a sua repercussão no percurso intelectual de cientistas. No entanto, a maioria das pesquisas não privilegia o recorte de gênero em suas análises. Considerando que cada sujeito tem a sua própria experiência, devemos reconhecer, como aponta França (2016), os privilégios envolvidos em certos tipos de trânsitos internacionais, principalmente aqueles subsidiados e apoiados por programas de mobilidade. Ainda assim, é relevante analisar que as práticas e relações hierárquicas, dentro das instituições acadêmicas, nem sempre acontecem da mesma forma para todos/as, entrando nesse debate os marcadores sociais, entre eles gênero, classe, raça e geração.

Através da perspectiva dos deslocamentos nos caminhos da historiadora Sandra Jatahy Pesavento, encontramos um caminho para refletir a dinâmica da circulação do conhecimento entre intelectuais e reforçar a importância de trazer para o debate a participação das cientistas no processo acadêmico de internacionalização. Em um processo de intensos diálogos interdisciplinares, transitando em espaços favoráveis ao engajamento intelectual, o percurso de Pesavento não se faz de maneira unilateral, ele se encontra com outras trajetórias, estabelecendo redes de sociabilidade e de colaboração, em uma complexa dinâmica de interação e interferências do tempo, do espaço e das epistemologias. No seu percurso, a partir da década de noventa, percebemos o *corpus* da sua pesquisa como um *corpus* em trânsito: engajou-se em diferentes frentes, ganhando expressão em outras áreas do conhecimento, especialmente na arquitetura, quando trabalha a cidade e a importância da sua materialidade e do seu traçado, assim como a perspectiva de uma cidade sensível e imaginada. Nesse empreendimento intelectual, também cooperou na interlocução e articulação entre colegas, alunas e as instituições estrangeiras.

A formação no exterior teve, nos anos noventa, no Brasil, um momento de expansão, sendo uma das principais funções desenvolvidas nos programas de internacionalização das universidades. As viagens intelectuais se direcionam para lugares previamente reconhecidos em uma ou mais áreas da ciência, como é o caso da França para os/as historiadores/as. O exercício da pesquisa e das relações estrangeiras de Pesavento, sobretudo em território francês, também se deu como uma forma de legitimar um interesse intelectual. Assim como outros/as intelectuais de sua geração, as experiências de internacionalização foram propulsoras de carreiras. O movimento de constantes trocas entre pesquisadores/as de diferentes nacionalidades e vivências e aprendizados - no cruzamento de projetos, temáti-

cas e grupos de pesquisa - fazem acontecer o que se entende por “circulação internacional ou transnacional de saberes”, onde ideias e representações passam por novas reconfigurações e complexificações, oportunizando transformações epistêmicas (DAHAN-GAIDA, 2016). As implicações das experiências no exterior se dão em nível de trocas, na ampliação das redes de contatos e no ritmo de produção científica que se acelera, tendo em vista que é uma das vias obter reconhecimento, mas também acontecem em função da demanda pela alta produtividade, imposta pelo sistema acadêmico.

REFERÊNCIAS

- BARRÈRE, Anne; MARTUCCELLI, Danilo. « La modernité et l'imaginaire de la mobilité: inflexion contemporaine », **Cahiers internationaux de sociologie**, v. 118, n. 1, p. 55-79, 2005.
- DAHAN-GAIDA, Laurence. Introduction: Savoirs en mouvement. Circulation, percolations, reconfigurations. In: *Circulation des savoirs et reconfiguration des idées : Perspectives croisées : France-Brésil* [en ligne]. Villeneuve d'Ascq : Presses universitaires du Septentrion, 2016.
- GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio...os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993, p. 62-77.
- FIALHO, Daniela M.; MONTEIRO, Charles; SANTOS, Nádia M. W. História Cultural da cidade: sensibilidades, imagens, urbano e literatura – uma homenagem à historiadora Sandra Jatahy Pesavento. Apresentação *Mou-seion*, UniLasalle, v. 1, p. 10-21, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/117037>.
- FRANÇA, Thais. Mulher, imigrantes e acadêmicas: teorias da interseccionalidade para pensar a mobilidade científica. **Tomo (UFS)**, v. 28, p. 203-240, 2016.
- FRANÇOISE, Blum; MURIEL, Carduner-Loosfelt. **Du genre en histoire des intellectuels**. Table ronde. Mil neuf cent. Figures d'intellectuelles. n. 16, p. 133-143, 1998.
- GRANSOTTO, Luciana Rodrigues; WOLFF, Cristina Scheibe. Voyages de femmes intellectuelles du 21^e siècle. Formes de subjectivités dans l'imprimé et les publications numériques. **Revue Archée**, v. 1, p. 1-6, 2019.
- HAASE-DUBOSC, Danielle. Intellectuelles, femmes d'esprit et femmes savantes au XVII^e siècle. **CLIO. Histoire, femmes et sociétés**, Toulouse, v. 13, p. 34-67, 2001.
- HEYMANN, Luciana Quillet. **A invisibilidade dos arquivos femininos**: entrevista com Luciana Quillet Heymann (Entrevista feita por Cristiane d'Avila). In: *Café História – história feita com cliques*. 2020. Disponível em: www.rihgrgs.org.

cafehistoria.com.br/entrevista-com-luciana-heyman/.

LANGUE, Frédérique. Les vertus de l'histoire urbaine selon Sandra Pesavento. Introdução do dossier Aux confins de l'histoire urbaine et de l'histoire culturelle – Hommage à Sandra Pesavento. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/58812>.

LANGUE, Frédérique. Présentation. In : L'Amérique latine et l'histoire des sensibilités. Toulouse: **Caravelle**, Cahiers du monde hispanique et lusso-brésilien, n. 86, p. 7-11, 2006. Disponível em: www.persee.fr/doc/carav_1147-6753_2006_num_86_1_2916

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003.

LIBLIK, Carmen S. F. K. A formação e a profissionalização de historiadoras universitárias brasileiras (1960-1980). **História Oral**, v. 18, p. 7-34, 2015.

LIBLIK, Carmen S. F. K. **Uma história toda sua**: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2017.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

PERROT, Michelle, DUBY, Georges. **Femmes et Histoire**. Colloque organisé par Georges Duby, Michelle Perrot et les directrices de L'histoire des femmes en Occident, Sorbonne. Paris: 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Riso do Outro: Mulher e Caricatura na Virada do Século. In: FAZENDO GÊNERO. **Anais do Seminário de Estudos sobre a Mulher**. Centro de Publicações Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma cidade sensível sob o olhar do outro: Jean-Baptiste Debret e o Rio de Janeiro (1816-1831). **Nuevo Mundo-Mundos Nuevos**, v. 7, p. 16, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/3669>.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Riso do Outro: mulher e caricatura na virada do século. In: MUZART, Zaidhé (org.). **Fazendo Gênero**. Ponta Grossa: UFSC/EEPG, 1996. p. 37-42.

ROCHA, Sílvia. **As relações internacionais na UFRGS**. Porto Alegre: Univer-

- cidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- ROCHEFORT, Florence. À la découverte des intellectuelles. **CLIO. Histoire, femmes et sociétés**, Toulouse, v. 13, p. 5-16, 2001.
- SANTOS, Nádia M. W.; MEIRELES, Maximiliano M. O arquivo pessoal da historiadora Sandra Jatahy Pesavento e as Sensibilidades enquanto campo teórico e método de análise. **Artelegie**, 2009. Disponível em <http://journals.openedition.org/artelogie/3933>.
- SILVA, Janine. Sobre a “aventura intelectual da história das mulheres”: entrevista com Françoise Thébaud. **Revista Estudos Feministas** (UFSC), Florianópolis, v. 11, p. 195-216, 2003.
- SIRINELLI, Jean-François. Historiennes et historiens baby-boomers: une génération pivot. In: POTIN, Yann ; SIRINELLI, Jean-François Sirinelli (orgs.). **Génération historienne**. XIXe-XXe siècle, Paris: CNRS, 2019.
- SMITH, Bonnie G. **Gênero e história**: homens, mulheres e a prática histórica, Bauru: EDUSC, 2003.
- THÉBAUD, Françoise. Políticas de gênero nas Ciências Humanas. O exemplo da disciplina histórica na França. **Espaço Plural**, ano X, n. 21, 2º semestre, p. 33-42, 2009.

Recebido em 30/05/2020

Aprovado em 04/11/2020

AS CONTRIBUIÇÕES DE SANDRA PESAVENTO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA

SANDRA JATAHY PESAVENTO'S CONTRIBUTIONS TO HISTORY AND LITERATURE

Alexsandro Menez¹

RESUMO

Dentre as várias contribuições para o campo dos estudos históricos no Rio Grande do Sul advindas do trabalho da historiadora Sandra Jatahy Pesavento, este artigo pretende destacar o seu pioneirismo em trazer para o Brasil reflexões advindas da História Cultural. Apesar de inicialmente terem sido vistas com desconfianças, as ideias de imaginário, representação e da relação entre História e Literatura impactaram as pesquisas historiográficas sul-rio-grandenses e ainda mantém sua relevância mesmo passados anos de sua chegada ao Brasil. Levando isso em consideração, o objetivo deste artigo é apresentar as reflexões dessa estudiosa sobre a relação entre História e Literatura a partir do exame de algumas das categorias basilares de seu pensamento. A partir desse enfoque, analisarei ainda sua contribuição para o estudo do regionalismo gaúcho, no qual suas reflexões permitem o qualitativo entrelaçamento entre as duas áreas.

Palavras-chave: Sandra Jatahy Pesavento. História Cultural. Representação. Imaginário. História e Literatura. Regionalismo.

ABSTRACT

Among the various contributions to the field of historical studies in Rio Grande do Sul arising from the work of the historian Sandra Jatahy Pesavento, this article intends to highlight her pioneering spirit in bringing reflections from Cultural History to Brazil. Despite initially being viewed with suspicion, the ideas of imagery, representation and the relationship between History and Literature impacted historiographical research in Rio Grande do Sul and still maintains its relevance even years after its arrival. Taking this into account, the aim of this article is to present this scholar's reflections on the relationship between History and Literature from the examination of some of the basic categories of her thought. Based on this focus, I will also analyze your contribution to the study of regionalism in Rio Grande do Sul since her reflections allow a qualitative intertwining between the two areas.

Keywords: Sandra Jatahy Pesavento. Cultural History. Representation. Imaginary. History and Literature. Regionalism.

1 Doutorando no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros da Brown University.

INTRODUÇÃO

Durante o período da minha formação em História, entre 2009 e 2012, não tive oportunidade de ser aluno da professora Sandra Jatahy Pesavento, contudo, como aluno da Faculdade Porto-alegrense (FAPA), tive o benefício de conviver com muitos de seus ex-alunos e orientandos. Minha primeira aproximação com o seu trabalho foi a partir do contato com a mudança de paradigma dos estudos históricos no Brasil de uma tendência marxista para uma perspectiva culturalista. No início, ainda no meu processo formativo da disciplina, rechaçava os promotores daquela última vertente pela forte tendência pós-moderna. Entretanto, a leitura gradativa das pesquisas desenvolvidas pela aquela admirável historiadora abriram um novo caminho na minha trajetória acadêmica, principalmente pelo meu crescente interesse em articular História e Literatura. Passados mais de dez anos desde aqueles primeiros passos, gostaria de prestar a minha homenagem a esta importante historiadora gaúcha. Assim, este artigo tem por objetivo apresentar as reflexões dessa estudiosa sobre a relação entre História e Literatura a partir do exame de algumas das categorias basilares de seu pensamento. A partir desse enfoque, será demonstrado como Pesavento aplicou suas reflexões sobre aquelas duas áreas contribuindo para o estudo do regionalismo gaúcho.

1 A História Cultural

As ponderações desenvolvidas por Pesavento sobre a relação entre História e Literatura foram originadas da mudança de orientação do viés marxista para a chamada História Cultural. No livro publicado por ela no ano de 2003, que poderíamos considerar como um ensaio sobre essa nova maneira de compreender a História, Pesavento enfatiza que a História Cultural deixou de lado a perspectiva marxista que percebia a cultura como parte da superestrutura, sendo essa apenas um simples reflexo da infraestrutura. Além disso, Pesavento (2003, p. 14-15) também abandonou a divisão entre cultura erudita e popular uma vez que, em um sentido geral, cultura passou a ser entendida pela História Cultural como “[...] uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica [...]” (PESAVENTO, 2003, p. 15). Por se apresentar de forma cifrada, o historiador teria por tarefa decifrar essa realidade, o que basicamente constituía uma forma diferente de interação com o passado.

Essa transformação seria uma resposta à crise dos paradigmas ocorrida, principalmente, nos anos 1970. No artigo “Em busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário”, Pesavento (1995)², explica que essa crise

2 Em um trecho desse artigo, a autora menciona os modelos teóricos que sofreram com essa crise dos paradigmas. Segundo ela, esses foram: “... modelos históricos interpretativos vigentes na outra fin de siècle e que perduraram enquanto forma de interpretação da realidade

dos modelos totalizantes e explicativos do passado ocasionou modificações de conteúdo e método.

Por conseguinte, essa crise dos paradigmas resultou na perspectiva de que o passado não poderia ser entendido na sua totalidade, ou seja, somente teríamos acesso a fragmentos das experiências do homem no tempo. Além disso, segundo Pesavento (2003), esses pedaços do acontecido nunca poderiam ser objetivamente considerados verdades absolutas, pois somente poderíamos chegar à verossimilhança daquelas experiências, que, por sua vez, estariam eternamente sujeitas a modificações devido a transformações do próprio presente em constante alteração.

Posição semelhante a essa era defendida pela historiadora gaúcha no artigo “Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura”, publicado na *Revista de História das Idéias*, no ano 2000. Nesse texto, Pesavento afirmava haver, naquele final de milênio, o consenso entre os historiadores sobre os limites das explicações totalizantes sobre o passado. Ademais, ela salienta que a categoria de representação e o conceito de imaginário estavam sendo significativamente abordados nos trabalhos acadêmicos da área. Pela centralidade termos para a História Cultural e para o entendimento da contribuição de Pesavento acerca da relação entre História e Literatura, segue o exame desses conceitos à luz das análises da historiadora.

2 A Representação

Como categoria fundamental para a História Cultural, o conceito de representação, conforme destacado por Pesavento, era essencial para a reorientação da postura do historiador frente à renovação disciplinar que estava ocorrendo após a crise dos paradigmas. Segundo ela, a origem desse conceito remonta aos sociólogos Marcel Mauss e Émile Durkheim, que, no início do século XX, faziam uso da ideia de representação coletiva em suas análises sociológicas. A historiadora percebe esse conceito como sendo “[...] matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real.” (PESAVENTO, 2003, p. 39). Dessa forma, para dar sentido ao mundo, tanto indivíduos como coletividades constroem representações sobre a realidade, visto que tais representações não apenas se colocariam sobre a realidade, mas igualmente exerceriam a função desse real. Pesavento evidencia que “representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que

até cerca de metade do século XX: o historicismo de Ranke, transmutado em inúmeras variantes de laudatórias “histórias nacionais”, o positivismo de Comte, com seus pressupostos normativos científicos, estabelecendo os critérios da verdade absoluta, e o marxismo, mais especialmente a sua versão leninista e, posteriormente, stalinista, com seu corolário de postulados: reducionismo econômico, o mecanicismo, o etapismo evolutivo” (1995: 35).

dá a ver uma ausência. A idéia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença (PESAVENTO, 2003). Entretanto, a historiadora ressalta que esta relação entre ausência e presença torna o conceito de representação ambíguo, pois “[...] a correspondência não é da ordem mimética ou da transparência. A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele.” (PESAVENTO, 2003, p. 40).

É essa construção a partir do real, não a sua imitação, que interessaria ao historiador cultural. Pesavento enfatiza que a representação da realidade passada ainda “[...] guarda relações de semelhança, significado e atributos [...]” para com o seu representado. Dessa maneira, a representação poderia ser compreendida como uma forma de substituir a inatingível realidade do acontecido (2003, p. 40-41). Por fim, procurando definir o seu entendimento dessa importante categoria de análise para a História Cultural, a historiadora gaúcha diz que:

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. Há, no caso do fazer ver por uma imagem simbólica, a necessidade da decifração e do conhecimento de códigos de interpretação, mas estes revelam coerência de sentido pela sua construção histórica e datada, dentro de um contexto dado no tempo. [...] uma vez que a representação tem a capacidade de se substituir à realidade que representa, construindo o mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem. (PESAVENTO, 2003, p. 41).

Essas reflexões encontradas pela História Cultural em resposta à crise dos paradigmas foram fundamentais para as transformações das pesquisas empreendidas por Pesavento. Como podemos perceber, já que não era mais possível explicar objetivamente o passado, e não desejando refutar a capacidade de entendermos as realidades passadas, essa historiadora chegou à conclusão que a tarefa do historiador nesse novo milênio seria renovada através do entendimento que “[...] a realidade do passado só chega ao historiador por meio de representações.” (PESAVENTO, 2003, p. 42).

3 O imaginário

Se somente podemos atingir as representações sobre realidades passadas, Pesavento direciona o seu interesse para um novo conceito trazido

por aquela nova forma de compreender o real, este seria o conceito de imaginário. Para refletir sobre esse novo conceito, no texto “Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário”, de 1995, Pesavento parte do pensamento do historiador Jacques Le Goff, do crítico literário Claude-Gilbert Dubois e dos filósofos Cornelius Castoriadis e Gilbert Durant. A partir deles, a nossa historiadora diz que o imaginário, “[...] enquanto representação, revela um sentido ou envolve uma significação para além do aparente. É, pois, epifania, aparição de um mistério, de algo ausente e que se evoca pela imagem e discurso.” (PESAVENTO, 1995, p. 16). Portanto, o imaginário seria um sistema discursivo de ideias e imagens coletivas sobre o real. Essas imagens não existiriam fora de “um processo de evocação”, uma vez que “esta imaginação reprodutora ou mimética estabelece um simulacro, uma via ilusória de representação da realidade, funcionando como um auxiliar do sentido.” (PESAVENTO, 1995, p. 19).

Em síntese, Pesavento procura definir o imaginário como sendo um “sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo” (2003, p. 43). De acordo com essa historiadora, o imaginário social, por exemplo, manifestar-se-ia através dos símbolos, crenças, discursos, representações alegóricas figurativas e ritos expressados por uma determinada coletividade (PESAVENTO, 1995).

Com essas reflexões, Pesavento fazia questão de lembrar que o imaginário não podia ser confundido com a realidade, pois o real é visto como o seu próprio referencial. Contudo, essa pertinente diferenciação não impediu que os promotores da História Cultural, no Brasil, fossem considerados negadores da realidade histórica. Em outro texto, “História e literatura: uma velha-nova história” de 2006, Pesavento defendeu-se desse tipo de acusação dizendo que a utilização do conceito de imaginário tinha por pressuposto a noção de que o real era algo que poderia ter seu significado vivenciado, ou mesmo construído, de maneiras diferentes no tempo e no espaço. Assim, Pesavento (2006, p. 13) argumentava que, “[...] ao construir uma representação social da realidade, o imaginário passa a substituí-la [...]” ou seja, o imaginário é capaz de substituir e, por conseguinte, tomar o lugar do real. Dessa forma, o mundo se institui da forma que o pensamos, concebemos e sentimos.

Essa ideia de que o passado poderia ser sentido permitiu a aproximação para com a Literatura, tornando a historiadora gaúcha uma das pioneiras no âmbito dos estudos históricos brasileiros sobre a relação entre História e Literatura. Para essa aproximação, Pesavento partiu do pressuposto de que os historiadores deveriam perceber a Literatura como beneficiadora ao entendimento das representações de realidade passadas, dado que os conceitos “[...] são artifícios mentais que se propõem a interrogar e explicar o mundo.” (PESAVENTO, 2006, p. 12). Portanto, através do âmbito do imaginário seria

possível revelar um real mais real do que o real concreto. Esse real concreto ficaria disponível através da Literatura, pois esta permitiria atingir algo novo, que não era possível de ser alcançado por paradigmas explicadores das realidades passadas. Para ela, ambas disciplinas, de uma maneira ou outra, são explicações do real através da elaboração de discursos – linguagens – sobre o mundo (PESAVENTO, 2006). O conceito de imaginário, portanto, permitiria a benéfica aproximação entre História e Literatura.

4 A Relação entre História e Literatura

O primeiro passo para a aproximação entre História e Literatura compreendido por Pesavento foi a diluição de suas fronteiras. Como vimos nos tópicos anteriores, partindo das renovações do ofício do historiador geradas pela História Cultural através da categoria de representação e do conceito de imaginário, a historiadora ressaltou que a História seria semelhante à Literatura uma vez que ambas elaboram discursos sobre a realidade. No entanto, Pesavento ponderava que não estava insinuando que a Literatura seria equivalente à História. Essas ressalvas foram elaboradas no artigo “Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura”, no qual ela reconhecia que os estudos históricos produziram um discurso sobre uma realidade passada através da constituição de uma narrativa, semelhantemente a um texto ficcional, não é o mesmo que confessar que os historiadores elaboram ficções e, por causa disso, “não almejam a verdade.” (PESAVENTO, 2000, p. 37).

Pesavento cita a historiadora estadunidense Natalie Davis para embasar essa perspectiva, uma vez que Davis demonstra como os historiadores haviam ultrapassado a distinção entre História e Poética elaborada por Aristóteles, em que a Poética era responsável pelo discurso do que poderia ter ocorrido e a História era responsável pelos fatos verídicos. Através da superação dessa fronteira, a historiadora gaúcha resalta que Davis assegurava ter, a partir de seu próprio trabalho, “[...] penetrado nos caminhos da imaginação sistemática do possível, da experiência do estilo e da busca das formas de narrativa que se apresentam nos documentos do passado.” (PESAVENTO, 2000, p. 38).

Para Pesavento, a diluição das fronteiras entre História e Literatura não significaria o apagamento entre ambas, mas a intenção era facilitar a transição entre as duas áreas, permitindo que a História tirasse proveito das técnicas discursivas e narrativas produzidas pela Literatura. Ao se contrapor às tentativas de igualar aquelas duas áreas, ela reitera que,

Se formos pensar as relações que se estabelecem entre o discurso e o real – ou da representação com o seu referente –, vemos que elas podem se dar por aproximação com as

figuras da literatura. Isso não implica um endosso indiscriminado de um *linguistic turn*, nem uma revalidação, *in totum*, das posturas de Hayden White, que apaga as distinções entre a História e a Literatura. Talvez mesmo seja preciso a História recusar a afirmação de Roland Barthes quando fala da única realidade como aquela construída pelo discurso. Mas todas essas considerações representam, isso sim, um exercício de reflexão para entender as relações possíveis entre a representação narrativa e o seu referente, questão esta central para a História Cultural. (PESAVENTO, 2003, 70-71).

O exame das concepções historiográficas de Pesavento permite, por um lado, demonstrar como ela concordava com o autor de *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-century Europe* no que diz respeito ao compartilhamento das técnicas narrativas pela História e Literatura, mas, por outro lado, limitava a semelhança entre ambas. Como salienta a historiadora, não era possível negar, que essas duas áreas se utilizavam da mediação entre o mundo do texto e o mundo do leitor, visto que os “[...] historiadores também mediatizam o mundo, conectando escrita e leitura.” (PESAVENTO, 2006, p. 15-16). Sublinha-se, entretanto, que o historiador não teria, “[...] certezas absolutas de *chegar lá*, na tal temporalidade escoada, irremediavelmente perdida e não recuperável, do acontecido.” (PESAVENTO, 2006, p. 16).

Nessa perspectiva, a diferenciação entre História e Literatura estaria na utilização de métodos, uma vez que:

O método fornece ao historiador meios de controle e verificação, possibilitando uma maneira de mostrar, com segurança e seriedade, o caminho percorrido, desde a pergunta formulada à pesquisa de arquivo, assim como a estratégia pela qual fez a fonte falar, produzindo sentidos e revelações, que ele transformou em texto. (PESAVENTO, 2003, p. 67).

Em outras palavras, enquanto a diluição das fronteiras entre História e Literatura ocorreria pela aceitação que ambas produzem uma narrativa textual, para a historiadora gaúcha, seria o método histórico que estabeleceria os limites para o apagamento das fronteiras entre as duas áreas. Nesse sentido, a História seria uma “ficção controlada” através do método empreendido pelo historiador para chegar ao passado. Além disso, essa ficção controlada não impediria de ser testada, permitindo que o leitor de um texto histórico pudesse refazer o caminho realizado pelo historiador (PESAVENTO, 2003). Por fim, como a historiadora resume: a história é uma ficção controlada “[...] porque a História aspira ter, em sua relação de ‘representância’ com o real, um nível de verdade possível.” (PESAVENTO, 2000, p. 39).

O historiador deveria então se concentrar no entendimento de que o seu ofício consiste na construção da representação do passado através do olhar que este faz das fontes. No entanto, Pesavento advertia para que “[...] não esqueçamos que o historiador da cultura visa, por sua vez, a reconstruir com as fontes as representações da vida elaboradas pelos homens do passado.” (PESAVENTO, 2003, p. 42-43). Portanto, a fonte utilizada pelo historiador seria a estrada que ele percorreria para chegar às representações construídas em uma realidade passada. Visto dessa maneira, o “[...] o passado não passa de uma representação construída pelo historiador.” (PESAVENTO, 2003, p. 43).

Esse ato, que a historiadora define como representação do real, também seria uma ação criativa, sendo uma espécie de “produção fictícia de uma temporalidade”. Neste caso, “reconstruir o vivido pela narrativa é, praticamente, dar a ver uma temporalidade que só pode existir pela força da imaginação: primeiro do historiador, depois do leitor do seu texto” (2000, p. 41). Entretanto, na sua reflexão sobre a relação entre História e Literatura, Pesavento propôs uma alteração na diferenciação aristotélica. Nesta nova diferenciação, a tarefa do historiador seria alterada da elaboração do *foi* para o *poderia ter sido*, enquanto a segunda, por retratar *algo não acontecido*, pertenceria ao campo da ficção. Para a historiadora, “[...] a representação do passado feita pelo historiador seria marcada por esta preocupação ou meta: a da *vontade de chegar lá* e não da certeza de oferecer a resposta certa e única para o enigma do passado”. (2006, p. 16). Logo, através do seu texto narrativo, o historiador se aproximaria do real na tentativa de recuperar a verdade *do que foi um dia*, “[...] mas sua tarefa é sempre a de representação daquela temporalidade passada” (2006, p. 17). Sumarizando essa peculiaridade da História, que a diferencia da Literatura, Pesavento acentua que:

[...] ao admitir o uso de estratégias fictícias, ao endossar que realiza reconstruções do passado e lida com a verossimilhança, ou no máximo, verdade cumulativas e parciais, a História Cultural não estaria se aproximando ou se identificando demais com a Literatura e abrindo mão de seu caráter científico? Já vimos que a resposta dada pela História foi de que ela é uma ficção controlada, seja pelo método, seja pelas fontes, tal como pelo fato de que lida sempre com o acontecido, embora variem as formas de representar aquilo que aconteceu. A História assim é controlada pela relação que estabelece com o seu objeto. Ela tem como meta atingir uma verdade sobre o acontecido, que se aproxime o mais possível do passado. (PESAVENTO, 2003, p. 80-81).

Por fim, a última questão do uso da técnica imaginativa pelo historia-

dor foi precisamente explicado por aquela estudiosa, deixando claro que apesar do fato histórico ser, em parte, uma criação do historiador, ele é constituído discursivamente, com base em “[...] documentos ‘reais’ que falam daquilo que teria acontecido.” (PESAVENTO, 2006, p. 17). Nesse sentido, apesar de diluir a fronteira entre História e Literatura, Pesavento, ao mesmo tempo, tem o cuidado estabelecer ainda limites entre as duas formas de representação da realidade. A partir desse ponto, a segunda contribuição desenvolvida pela historiadora gaúcha sobre a relação entre História e Literatura é a possibilidade da utilização da Literatura pela História, em que esta primeira seria uma fonte privilegiada para acessar as representações históricas.

Pesavento defendia que nesse outro nível relacional entre as duas disciplinas, a História formularia as perguntas e questões sobre as realidades passadas e a Literatura daria o necessário acesso para o passado. Dessa maneira, a Literatura ocuparia “[...] a função de traço, que se transforma em documento e passa a responder às questões formuladas pelo historiador”. Sem embargo, a estudiosa esclarecia que essa relação seria hierárquica, sendo apenas uma maneira de “precisar o lugar de onde se faz a pergunta.” (PESAVENTO, 2003, p. 82)

A capacidade da Literatura ser uma fonte de acesso privilegiada às representações do passado ocorreria devido ao fato desta chegar à “[...] sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos.” (PESAVENTO, 2003, p. 82). Além do mais, a literatura é considerada uma “narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica”. Portanto, sob o olhar do texto literário, o objeto do historiador ganha uma nova “luz” e, conseqüentemente, pode ser visto de uma maneira diferente, em comparação, das possibilidades fornecidas pelas fontes tradicionais. Em outras palavras, a Literatura permite que o historiador tenha acesso às sensibilidade das experiências vividas pelos indivíduos no passado. Desse modo, através da Literatura seria possível “[...] resgatar possibilidades verossímeis que expressam como as pessoas agiam, pensavam, o que temiam, o que desejavam.” (PESAVENTO, 2006, p. 22).

Tendo elucidado essa segunda contribuição da relação entre História e Literatura formulada pelas reflexões de Pesavento, é necessário clarificar um último ponto que ela ressaltava. Segundo ela, “a Literatura é testemunho de si própria, portanto o que conta para o historiador não é o tempo da narrativa, mas sim o da escrita.” (PESAVENTO, 2003, p. 83). De fato, esse é um detalhe de extrema importância na compreensão do pensamento historiográfico de Pesavento, além disso, ele também está em sintonia com a precisa diferenciação entre História e Literatura esboçadas por aquela historiadora. Assim sendo, não é o ficcionista quem acessa as representações do passado,

esse é capacitado para transmitir, ou seja, captar as representações de sua própria época. Por conseguinte, “quando o texto literário fala do passado, construindo-se como um romance histórico [...], o historiador não busca nele a verdade de um outro tempo, vendo no discurso de ficção a possibilidade de acessar o passado, mas a concepção de passado formulada no tempo da escritura.” (PESAVENTO, 2003, p. 83).

5 O Regionalismo através da História e Literatura

Nas reflexões sobre a relação entre História e Literatura, Pesavento acreditava que o texto literário nos forneceria as sensibilidades e o imaginário das realidades passadas. Por sua vez, essas seriam apresentadas não como acontecimentos, mas como possibilidades de comportamentos e sensibilidades refletidas em uma determinada obra ficcional (PESAVENTO, 2006). Ao longo de sua trajetória acadêmica, ela procurou aplicar essas suas reflexões através do exame de diversos escritores literários. Para este artigo, focaremos especialmente na sua análise sobre a literatura sul-rio-grandense produzida no século XIX, principalmente, nas suas manifestações regionalistas.

Sobre a produção literária dessa época, na maneira que Pesavento percebia o uso da Literatura pela História, a questão do valor de uma obra literária não seria algo relevante para o historiador. Como ela salientava, não seriam somente as obras canônicas as únicas capazes de assimilar e absorver as sensibilidades de uma época. Desta forma, a “[...] mediocridade pode ser também reveladora e dizer, por vezes, mais do que a genialidade.” (PESAVENTO, 2003, p. 84).

Analisando a literatura que não faz parte do cânone da Literatura Brasileira, nem é considerada como obras de alto valor estético, a historiadora gaúcha se deteve nas produções literárias da então Província do Rio Grande do Sul de São Pedro. Nos seus estudos, ela averiguou os conceitos de nação e região presentes no imaginário daquelas fontes. No texto “Nação e região: diálogos do “mesmo” e do ‘outro’ (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX)”, ela desenvolveu a ideia de que o sentido de pertencimento comunitário sul-rio-grandense teria sido formulado através do jogo de percepções identitárias que ela denominou como “desde fora” e “desde dentro”. Essa noção tem por base uma reflexão desenvolvida no artigo “A cor da Alma: ambivalências e ambiguidades da identidade nacional”, publicado em 2000. Nesse artigo, Pesavento diz que:

[...] a identidade é uma representação relacional, pois tem como referência a alteridade dos “outros”. A delimitação e configuração do “nós” identitário tem como contraponto a

existência dos “outros”. Identidade e alteridade trabalham entre si pela metáfora do espelho, onde a designação e qualificação do “outro” é um dizer-se de si mesmo. (PESAVENTO, 2000a, p. 161).

A partir disso, ela constatou que a noção de região e nação são formas de representação social e de referências identitárias, atribuídas através do sentimento de pertença de um grupo de indivíduos. Pesavento (2003a) partiu da premissa de que aqueles conceitos são categorias relacionais, no qual um “nós” pressupõe a existência da alteridade de um outro. A essa noção de alteridade do “nós e os outros”, a historiadora interlaçou a ideia do “olhar desde dentro” com o “olhar desde fora”. No caso dos letrados sul-rio-grandenses do século XIX, essa equação se organizou da seguinte maneira:

No caso rio-grandense, este processo tem lugar no pós-Revolução Farroupilha e através da via literária, com o surgimento daquele que foi o segundo romance brasileiro: 1847, no Rio de Janeiro, José Antônio do Valle Caldre e Fião publicou *A divina pastora*, pela Tipografia Brasiliense. De filiação romântica, tal como Joaquim Manoel de Macedo, que publicara *A moreninha* em 1844, Caldre e Fião desenvolve uma trama romântica de onde se divisam paisagens e contexto social da época. No caso desta obra, que o autor subintituiu “novela rio-grandense”, é retomada a encruzilhada cultural que, do encontro de portugueses, espanhóis e índios, irá formar um “novo homem” no sul. Sem se referir no texto ao termo “gaúcho”, Caldre e Fião prefere usar o termo “rio-grandense”, que se objetiva em uma figura que é portadora de todos os atributos que serão desenvolvidos mais tarde, *ad nauseam*, e que já se encontravam no olhar “desde fora” dos viajantes estrangeiros: altivez, coragem, audácia, senso de liberdade que são acrescidos agora de um elevado senso de honra e código moral preciso. (PESAVENTO, 2003a, p. 215-216).

Pesavento ainda procurou contrapor a obra de Caldre e Fião com um escritor brasileiro considerado canônico, o cearense José de Alencar. Para ela, nesse processo de construção da identidade sul-rio-grandense, aquele último, na atribuição da identidade sul-rio-grandense, seria responsável pelo “olhar desde fora”. Para a estudiosa, a obra *O Gaúcho* consagrou a expressão “centauro dos pampas” para designar os habitantes da fronteira meridional do Império brasileiro (2003a, p. 221). O processo do “desde de dentro” teria surgido a partir da criação da Sociedade do Parthenon Litterario, na segunda metade do século XIX, em que teria ocorrido “[...] um delineamento identi-

tário regional pela via literária.” (PESAVENTO, 2003a, p. 224-225). A historiadora, ressaltou o sentido de pertença local por parte daqueles letrados do Parthenon Litterario da seguinte maneira:

[...] cabe ver como os “sintomas” identitários da região, até então esparsos, foram apropriados pelos intelectuais “desde dentro” e retrabalhados no sentido de uma positividade ainda maior, com hipertrofia de certos valores e uma ressemantização de certos fatos e práticas sociais. (PESAVENTO, 2003, p. 225).

Além disso, no seu discurso ficcional,

O Partenon Literário consagra o gaúcho como brasileiro e a Revolução Farroupilha como o grande evento que coroa esta opção pela nacionalidade. A situação é bem delimitada: a causa da rebelião era justa, os farrapos são heróis e, na “paz honrosa” de 45, em Ponche Verde, optaram por ficar ao lado do Brasil. Logo, ninguém tão brasileiro quanto os rio-grandenses. Durante anos, defenderam a fronteira para a Coroa. Ameaçados em “suas liberdades”, revoltaram-se, lutaram bravamente e, diante do perigo “externo” de “outros” (os “mesmos” que os ajudaram a enfrentar o conflito de dez anos contra o Império [...]), reconciliam-se com a Corte e perfilam-se ao lado da pátria amada. (PESAVENTO, 2003a, p. 227).

Ao examinar a representação do passado constituída por aqueles sul-rio-grandense dos anos 1870, Pesavento percebeu que a forma de compreender a regionalidade passava pelo esforço de legitimação de seus pertencimentos à nacionalidade brasileira. Segundo ela, a “[...] intenção de participar do que se poderia chamar do ‘delineamento’ do nacional pela sua expansão que atinge o seu limite máximo nas franjas do país, ou seja, na fronteira. Mesmo sendo região ‘tão diferente’, o Rio Grande quis ser Brasil.” (PESAVENTO, 2003a, p. 230).

Neste caso, o uso da Revolução Farroupilha e do gaúcho por parte dos que criaram o olhar do “desde fora” e do “desde dentro” remete ao entendimento de Pesavento, segundo o qual, “como todo processo de construção imaginária, a identidade se apoia em dados da realidade que se compõem e interpenetram com elementos do inconsciente coletivo e outros ‘inventados’, num processo de deliberada ficção criadora.” (PESAVENTO, 2000a, p. 162). Nesse sentido, a historiadora via que aquela afirmação do pertencimento local e nacional seria o resultado do sentimento de pertença definida pela

lógica que funcionaria da seguinte maneira: “Nós, gaúchos; os Outros, do centro”, em que “Nós, gaúchos, somos os Mesmos que ‘Eles’, porque somos brasileiros.” (PESAVENTO, 2003a, p. 232). Sendo assim, no seu entendimento sobre o imaginário daqueles habitantes da Província do Rio Grande do Sul de São Pedro, “no plano das construções simbólicas de sentido, em nenhum momento a região dispensa a nação.” (PESAVENTO, 2003a, p. 244).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstramos ao longo deste artigo como a mudança de orientação do viés marxista para a chamada História Cultural foi benéfica para que a historiadora gaúcha Sandra Jatahy Pesavento desenvolvesse seus estudos sobre a relação entre História e Literatura. Vimos como ela refletiu sobre a crise dos paradigmas e as renovações trazidas para o campo pela História Cultural. Além disso, a categoria de representação e o conceito de imaginário foram fundamentais para que ela produzisse um novo olhar para o estudo de um dos tópicos mais longamente estudados e debatidos pelos historiadores do Rio Grande do Sul. Seus trabalhos influenciaram gerações de historiadores que se seguiram. Como havia dito no início deste artigo, particularmente, fui um dos beneficiados pelos trabalhos dessa brilhante historiadora. Ao longo desta minha ainda iniciante carreira, tenho tentado seguir os seus passos. Por isso, graças aos seus textos lancei-me no estudo daquele tópico tendo já produzido dois estudos sobre o assunto, *O “Inolvidável Polígrafo”: regionalismo literário gaúcho e nacionalismo brasileiro em Apolinário Porto Alegre (1869-1879)* (2015) e *Apolinário Porto Alegre e os partenonistas: lendo os letrados do século XIX* (2017). Curiosamente, são duas dissertações de mestrados produzidas nas duas áreas promovidas por ela, História e Literatura.

Dessa maneira, chego ao fim deste artigo que foi um misto de agradecimento e homenagem a uma das melhores historiadoras que esse estado já produziu. Mesmo que alguns dos conceitos utilizados e promovidos por Pesavento tenham caído em desuso, devemos levar em consideração que as suas reflexões e seu longo, vasto e diversificado trabalho deve continuar a ser lido e relido, pois, a maneira que ela continuamente pensava sobre o nosso trabalho como historiadores continua e, com certeza, continuará tocando e sensibilizando por muitas gerações.

REFERÊNCIAS

MENEZ, Alexsandro R. **O “Inolvidável Polígrafo”: regionalismo literário gaúcho e nacionalismo brasileiro em Apolinário Porto Alegre (1869-1879).** 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://>

hdl.handle.net/10923/7531

- MENEZ, Alexsandro R. **Apolinário Porto Alegre e os partenonistas**: lendo os letrados do século XIX. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Letras na área de Estudos Literários) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/14539>
- PESAVENTO, Sandra J. A cor da Alma: ambivalências e ambiguidades da identidade nacional. **Estudios Sociales**, ano 10, n. 18, 1º semestre, p. 161-169, 2000.
- PESAVENTO, Sandra J. Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). In: PESAVENTO, Sandra J. (org.). **História Cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003a, p. 209-244.
- PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PESAVENTO, Sandra J. História e literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (org.). **Histórias e Literatura**: identidades e fronteiras. Uberlândia: EDUFU, 2006.
- PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.
- PESAVENTO, Sandra J. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 21, p. 33-57, 2000. Separata.
- PESAVENTO, Sandra J. Quando a nação é, sobretudo, uma questão de sensibilidade. In: CARVALHO, José Murilo de Carvalho; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 572-580.

Recebido em 30/03/2020

Aprovado em 12/11/2020

IMAGENS AUDIOVISUAIS COMO DOCUMENTO E TESTEMUNHO: DISCUSSÕES A PARTIR DO CINEMA E DA TELEVISÃO NO BRASIL

AUDIOVISUAL IMAGE AS EVIDENCE AND DOCUMENT: DISCUSSIONS FROM CINEMA AND TELEVISION IN BRAZIL

Miriam de Souza Rossini¹

RESUMO

A partir do aporte teórico da História Cultural sobre o lugar da imagem na cultura (PESAVENTO, 2009), este artigo pretende problematizar o modo como o audiovisual produziu diferentes registros do século XX, testando e revisando as noções de testemunho e de documento (LE GOFF, 2019). Para isso, será discutido, inicialmente, o estatuto da imagem técnica (FLUSSER, 2002), para, em seguida, analisar as aproximações entre cinema e televisão, no Brasil, em seus diferentes formatos documentais (DA'RIN, 2004). Conclui-se que o estatuto da imagem técnica como documento foi sendo atualizado conforme os meios de comunicação audiovisuais se transformaram. Sua função de testemunho, entretanto, manteve-se intacto ao longo dos anos, pois já faz parte do imaginário sobre a imagem.

Palavras-chave: Cinema. Televisão. Registro Audiovisual. História Cultural.

ABSTRACT

Based on the Cultural History and the place of image in culture (PESAVENTO, 2009), this article aims to discuss the way in which audiovisual produced different records of the 20th century, testing and revising the notions of testimony and documents (LE GOFF, 2019). To this aim, the status of the technical image will initially be discussed (FLUSSER, 2002), to then analyze the approximations between cinema and television, in Brazil, in their different documentary formats (DA'RIN, 2004). It is concluded that the status of the technical image as a document was being tested and revised as the audiovisual media were transformed. Its role of witnessing, however, has remained intact over the years, as it is already part of the imaginary about the image.

Keywords: Images as evidence. Document image. Audiovisual media environments. Cultural History.

¹ Doutora em História (UFRGS) e Mestre em Cinema (USP). Professora Associada do Departamento de Comunicação e do PPGCOM, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora Dinter UFRGS-UFAM em Comunicação. Bolsista Produtividade do CNPq. Editora revista E-Compós. Membro do Conselho Fiscal da Socine. Coordenadora Grupo de Pesquisa Processos Audiovisuais do CNPq.

INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre a História Cultural e sua distinção com outras teorias da história, Pesavento (2009) aponta que esta vertente historiográfica está embasada por preceitos teóricos e metodológicos específicos, que permitem abarcar aspectos da vida de pessoas de outras épocas e que envolvem suas formas de compreender o mundo, de senti-lo, de expressá-lo, ou até mesmo de imaginá-lo. A História Cultural consolidou-se entre os anos 1980 e 1990, no rescaldo do que ficou conhecido como a grande crise dos paradigmas explicativos do passado. Segundo Pesavento (2009a), um dos conceitos fundamentais dessa nova corrente historiográfica é a representação:

A incorporação de tal conceito marcou uma reviravolta na forma como os historiadores enxergam o passado, redimensionando tanto o modo de pensar as marcas ou os traços que este deixou, sob a forma de fontes, quanto a própria escrita da História. As representações são a presentificação de uma ausência, em que representante e representado guardam entre si relações de aproximações e distanciamentos. (PESAVENTO, 2009, p. 12).

Entre as formas de representação dessa ausência podemos pensar nas imagens. O registro de eventos sempre foi algo importante para a perpetuação da memória dos feitos humanos, e desenhos, pinturas, esculturas constituem-se como os mais antigos tipos de registro. Conforme Pesavento (2009b, p. 99), “as imagens são antigas e estão a atestar a passagem do homem sobre a terra”, mas, continua a autora,

[...] certamente as imagens são, e tem sido sempre, um tipo de linguagem, ou seja, atestam uma intenção de comunicar, que é dotada de um sentido e é produzida a partir de uma ação humana intencional. E, nessa medida, as imagens partilham com as outras formas de linguagem a condição de serem simbólicas, isto é, são portadoras de significados para além daquilo que é mostrado. (PESAVENTO, 2009, p. 99).

Desde as pinturas em cavernas, retratando caçadas; os entalhes em pedras e madeiras evidenciando a vitória de uns e a derrota de outros, diversos foram os meios encontrados pelos seres humanos para imortalizar os vestígios da sua história. Ou seja, esses registros serviam ao mesmo tempo de testemunho de um evento (alguém presenciou o que estava sendo narrado, descrito, gravado), bem como de documento.

Jacques Le Goff (2019), em seu texto basilar Documento/Monumento,² explica que tanto documento quanto monumento são materiais de memória de aspectos, ações, pessoas que existiram no passado, pois nem tudo o que existiu foi de fato preservado. Após o monumento imperar por boa parte da história como uma escolha de um governante para manter algo vivo para a posteridade (como um obelisco, uma catedral, por exemplo), Le Goff explica que o monumento foi perdendo espaço para o documento, no século XIX. Conforme cresceu a necessidade de se obter dados e registros para a produção de um discurso científico sobre o passado, os documentos escritos foram encarados como provas de objetividade, ao contrário da intencionalidade que cercavam os monumentos. História precisa de documentos, tornou-se o lema!

Ao longo do século XX, porém, questionou-se essa objetividade do documento, ao mesmo tempo em que se ampliou a noção de documentos, a ponto de o autor falar em revolução dos documentos. Explica, ele, que se tornam “necessários novos arquivos, nos quais o primeiro lugar é ocupado pelo *corpus*, a fita magnética” (2019, p.492). Nos anos 1990, quando o texto estava sendo escrito, a fita magnética referia-se à televisão, enquanto a película referia-se ao cinema. Dois meios audiovisuais diferenciados por seus processos de registro e de veiculação da imagem, mas que, no fundo, enquanto produtores de imagens técnicas, compartilhavam a multiplicação de testemunhos acerca dos mais variados eventos do século XX.

Este artigo pretende, portanto, discutir as imagens audiovisuais documentais em seus formatos cinematográficos e televisivos, a fim de problematizar como elas vão transformando, ao longo do século passado, nossa noção de testemunho e documento. Inicialmente vamos localizar as imagens técnicas enquanto um formato específico de imagem e como elas forjam nossa noção de documento imagético, e depois vamos analisar como as vertentes cinematográficas e televisivas dessas imagens técnicas documentais agregam, cada uma, aspectos técnicos-estéticos específicos que constantemente nos contrapõem às noções de documento e de testemunho.

1 O documental e o testemunho na imagem técnica

A busca por técnicas de produção de imagens que permitissem o máximo de realismo na representação imagética encontrou duas novas possibilidades no século XIX, com aquilo que Flüsser (2002) chama de ima-

2 Está sendo usada a sétima edição revista, publicada pela Unicamp em 2013, e reimpressa em 2019.

gens técnicas: a fotografia e o cinema.³ No início do século XIX, a fotografia permitiu, pela primeira vez, a reprodução mecânica de uma imagem em que o referente coincidissem com o representado, dando um novo sentido à representação enquanto presentificação de uma ausência, como definia Pesavento (2009). Conforme as técnicas de impressão de imagens nos jornais foram melhorando, as fotos foram substituindo as ilustrações naquela antiga função de testemunho do fato por serem, aparentemente,⁴ mais realistas. Surge, então, um novo gênero fotográfico: o fotojornalismo, que buscava registrar de forma objetiva um evento para apresentá-lo ao público leitor de jornais e revistas. As revistas fotográficas, como a *Cruzeiro* (1928-1975) ou a *Manchete* (1952-2000), no Brasil, foram dois grandes exemplos do fotojornalismo. Eram a vitrine, o olhar inusitado, o testemunho dos eventos nacionais e internacionais. No Rio Grande do Sul, a *Revista do Globo* (1929-1967) investiu neste aspecto da fotografia jornalística, e por muitos anos criou um acervo de imagens da sociedade gaúcha.

No fim do mesmo século, uma nova tecnologia foi sendo desenvolvida a fim de dar movimento às imagens técnicas. O cinematógrafo dos irmãos Lumière, oficialmente apresentado em dezembro de 1895, mudou nossa forma de ver o mundo, de sonhá-lo, de registrá-lo. Isso porque as imagens cinematográficas não reproduziam com exatidão apenas a forma dos objetos e dos seres. Elas nos devolviam o movimento, e com isso produziam uma ilusão de espaço-tempo em constante transformação, em devir. Assim, o cinema, desde seu início, teve um forte papel de registro documental. As primeiras imagens dos irmãos Lumières são, ainda hoje, uma porta de entrada para uma época passada, mas que revive cada vez que as olhamos.

As imagens do trem chegando na estação ferroviária de *la Ciotat* espantaram e seduziram aqueles que assistiram à primeira demonstração pública do novo invento. O historiador Toulet (1988) resgatou vários testemunhos sobre as sessões iniciais de apresentação do cinematógrafo. Uma delas é de Georges Méliès, na época um conhecido prestidigitador, convidado para essa primeira sessão pública do invento. Méliès expressou que o espanto da plateia foi geral, pois o aparelho colocava em marcha toda a animação da rua: “o espetáculo nos deixou boquiabertos, tocados pelo estupor, surpresos além de toda a expressão.” (MÉLIÈS apud TOULET, 1988, p. 15).

Os 33 espectadores da primeira sessão pública rapidamente trans-

3 É possível ver esse movimento pela busca da imagem técnica, e sua importância para o estabelecimento de uma “forma de ver” moderna, em CRARY (2012)

4 Digo aparentemente, pois são muito conhecidas as trucagens e falsificações possíveis de serem feitas com a fotografia.

formaram-se em mais de dois mil, atraídos pela máquina que ressuscitava a vida, pois, conforme o depoimento de um jornalista da época, “fotografava os seres não apenas na sua forma, mas também nos seus movimentos; nas suas ações, nos seus gestos”. (MÉLIÈS apud TOULET, 1988, p. 15). Por isso, o jornalista acreditava que a morte deixaria de ser absoluta...

Passados mais de cem anos, quem assiste àquelas cenas tão simples, feitas com a câmera parada, apenas registrando o vai-e-vem das pessoas que esperavam o trem, espanta-se não com o invento em si, tornado parte do cotidiano dos séculos seguintes. Hoje, o que nos encanta, mais do que nos espanta, é ver renascido na tela um pedacinho do século XIX (ROS-SINI, 1999). Aquelas imagens são nossa janela para um mundo temporalmente extinto, mas que a cada projeção novamente torna-se pulsante, vivo. Enquanto testemunho daquele passado, elas se tornaram documento da transformação social que acontecia no final do século XIX.

Nesse pequeno registro dos irmãos Lumières, *A chegada do trem a la Ciotat*, vemos o rosto das pessoas, suas expressões, suas atitudes, seus gestos, sua indumentária, assim como temos uma idéia da própria estação ferroviária e do trem. O burburinho da vida moderna, que nos é tão familiar, já está lá representado. Aquele final de século está tão longe e tão perto; foi tão diferente e tão parecido com o final do século XX. E são as imagens captadas pelos dois irmãos franceses que nos permitem visualizar esses pontos de contato e de fuga.

Em apenas alguns segundos podemos ver diferentes instâncias do tempo se intercalarem. Passado, presente, futuro estão representados, pois que se entrecruzam no mesmo espaço-tempo da imagem cinematográfica. E é esse caráter documental da imagem em movimento que primeiro seduziu o público de diferentes países, tornando-se a marca do cinema dos primeiros tempos.⁵ Tanto é que o concorrente norte-americano dos irmãos franceses, Thomas Edison, deu-se conta de que as pessoas estavam mais interessadas em ver cenas do cotidiano do que as representações “posadas” (fictícias) que ele preferia fazer, como explicou o cineasta Silvio Da’Rin, em seu livro sobre o as transformações do documentário, *Espelho Partido* (2004).

A imagem documental de cinema, aquela que registra os fatos, os eventos do cotidiano, os eventos políticos, etc. e que atua, assim como o fotojornalismo, numa função de testemunho dos atos e ações do seu pre-

5 Costuma-se chamar de cinema dos primeiros tempos, ou primeiro cinema, as produções audiovisuais que vão de 1895 até mais ou menos 1907, ou seja, período em que lentamente começa a ser estabelecida a linguagem audiovisual (formas de enquadramento, movimento de câmera, montagem, etc.), e o próprio cinema narrativo, que substituiu esse cinema de imagens agrupadas. Para maiores informações ver: MACHADO (1997b).

sente, exercem um fascínio por conta do tipo de identificação que produzem nos espectadores. Em última análise, esse traço ou rastro do passado, como falava Pesavento (2009), ganha novos contornos com as imagens de cinema, sejam elas ficcionais ou documentais.

Ao analisarem as formas de identificação produzidas pelas imagens de cinema, Aumont e Marie (2003) observam dois tipos de efeito: o efeito de realidade e o efeito de real. O efeito de realidade refere-se ao “efeito produzido, em uma imagem representativa (pintura, fotografia, filme) pelo conjunto dos indícios de analogia: tais indícios são historicamente determinados; são, portanto, convencionais.” (AUMONT; MARIE, 2003, p. 92). Já o efeito de real é algo que, tendo na base um efeito de realidade bastante forte, induz no espectador “um ‘juízo de existência’ sobre as figuras de representação e lhes confere um referente real; dito de outro modo, ele não acredita que o que ele vê seja o próprio real (não é uma teoria da ilusão), mas sim o que ele vê existiu no real.” (AUMONT; MARIE, 2003, p. 92). É essa característica do efeito de real que transforma a imagem de cinema num testemunho daquilo que aconteceu; a imagem que sobrevive torna-se, portanto, um documento do passado, tal qual previa Le Goff (2019).

Assim, se todo filme (enquanto imagem representativa) produz um efeito de realidade, os diferentes formatos de filmes documentais acabam produzindo um efeito de real, pois, ao apresentarem eventos que foram captados *in loco*, servem de testemunho daqueles fatos. E, quanto mais distante no tempo, as imagens passam a estar no lugar dos fatos – como em toda a representação –, mas, com o seu poder de fazer crer exacerbado pelo efeito de real, elas podem ser tomadas como o próprio fato em si, ao invés de um recorte, de um olhar específico sobre o que houve. E essa é também uma propriedade do testemunho. Ao deixar registrado o que viu, o narrador torna-se construtor dos fatos que narra.

Podemos dizer, ainda, que o efeito de real é amplificado pelo próprio desenvolvimento técnico do cinema que, conforme se sofisticava, consegue obter representações cada vez mais pormenorizadas do real:

Embora o cinema seja, em última análise, uma seqüência de fotos justapostas, projetadas a uma certa velocidade, a imagem cinematográfica não reproduz apenas a forma, como o faz a fotografia. Ela é plena de movimentos: na tela, os personagens andam, param, correm, dançam, gesticulam, enfim, seus movimentos são semelhantes aos das pessoas no mundo real. Dentro do espaço representacional, limitado pela tela, os personagens interagem entre si, agindo como na vida real. E essa reprodução do movimento, tal

como ele se dá na concretude da existência, é um dos mecanismos que produz o efeito de realidade, ou seja, são esses elementos da imagem em movimento que nos permitem reconhecer a verossimilhança entre aquilo que vemos na tela e aquilo que está fora dela. (ROSSINI, 2009, p. 129)

Em seu livro *O olho interminável*, Aumont (2004), ao analisar os primeiros filmes dos irmãos Lumières, explica como o efeito de realidade, naquele momento, era obtido em função de efeitos quantitativos. Quer dizer: tudo o que se via na tela e que se movia de uma forma individual, não-seriada, como, por exemplo, o movimento das nuvens, a fumaça dos trens, o vento nas folhas, algo que a pintura mais realista não poderia representar. Ou seja, antes de a linguagem cinematográfica estabelecer-se, por volta dos anos 1910, o efeito de realidade era obtido de um modo mais espontaneísta. O estabelecimento dessa linguagem, e o posterior desenvolvimento da tecnologia que dotou o cinema de novos equipamentos e possibilidades, permitiu ao realizador explorar conscientemente o efeito de realidade, o que, por sua vez, ajudou a estimular o efeito de real. O desenvolvimento tecnológico, portanto, favoreceu não apenas o aperfeiçoamento da técnica fílmica utilizada nos filmes de ficção, mas também nos filmes documentários.

2 Os formatos documentais no cinema

Desde suas origens o cinema tem tirado proveito de suas características específicas no registro de imagens factuais: cenas do cotidiano, eventos políticos, eventos trágicos, enfim, tudo o que se apresenta como importante ou banal, comum ou pitoresco pode ser registrado. Ao armazenar tantas imagens diferentes, esse cinema documental tornou-se o grande arquivo, a grande memória dos nossos tempos. Essa característica documental da imagem cinematográfica deu origem a distintos formatos audiovisuais voltados para o registro de eventos efetivamente ocorridos, como os filmes amadores de família. No entanto, são os profissionais de cinema (os cinegrafistas, os realizadores de cinema) que irão explorar conscientemente as possibilidades dessas imagens técnicas documentais. Vamos abordar, neste artigo, aqueles formatos que enfatizam o efeito de real cinematográfico: **a)** as vistas ou atualidades, **b)** os cinejornais e **c)** os documentários (de viagem, de exploração, antropológicos, por exemplo).

As *vistas ou atualidades* foram a primeira forma de cinema documental. Constituíam-se de imagens agrupadas, sem muita ordem, mas que davam conta de uma série de ações, pitorescas ou não. Imagens de coroações, combates, malabarismos, corridas de carro, viagens, intervenções cirúrgicas, etc. Eram os primeiros olhos na fechadura da casa alheia. Diversas

produtoras foram sendo abertas, em vários países, para captar e distribuir essas famosas vistas, que funcionavam como um jornal ilustrado. Também é interessante dizer que muitas dessas atualidades costumavam mesclar cenas captadas *in loco* com cenas recriadas, em estúdio ou não, mas que se reportavam aos eventos apresentados, com isso estabelecendo uma pequena narrativa ficcional sobre o evento factual. Desse modo, essas atualidades de reconstituição mesclavam ficção e realidade num mesmo produto, sem criar divisões muito claras entre o registro do fato e sua imaginação. Um exemplo conhecido no cinema gaúcho é a produção *Um crime nos banhados* (2013), realizada pelo português Francisco dos Santos. Ao cobrir um assassinato em Pelotas, o diretor também recriou ficcionalmente parte da ação. Nascia, assim, a primeira cobertura audiovisual jornalística, com toques de Investigação Discovery.

Pesavento (2009a), ao falar da representação, já dizia que ela sofre de uma ambiguidade de ser e não ser a coisa representada. E do conceito de representação deriva o de imaginário, que “é sempre um outro real, mas não o seu contrário” (PESAVENTO, 2009a, p. 13). Essa discussão da autora nos ajuda a problematizar essas imagens que juntam ficção e registro documental em um mesmo produto, ainda hoje comum no cinema e na televisão, e que querem se colocar no lugar do fato em si, sem observar as imprecisões de sentido que tal projeto acarreta:

Este mundo, tal como o vemos, do qual nos apropriamos e ao qual transformamos é sempre um mundo qualificado, construído socialmente pelo pensamento. [...] O imaginário existe em função do real que o produz e do social que o legitima; existe para confirmar, negar, transfigurar ou ultrapassar a realidade. (PESAVENTO, 2009a, p. 14).

Dessa forma, as vistas ou atualidades, como testemunho do presente, vão gestando sua força, mesmo que mesclam factual e recriação do fato, pois a legitimação social para essa produção era, e ainda é, ratificada. Queremos testemunhar o passado, mesmo que recriado na imagem ficcional, algo comum através dos tempos.⁶

Aos poucos, porém, conforme os primeiros homens e mulheres do cinema vão aprendendo a articular os elementos da linguagem cinematográfica (enquadramentos, ponto de vista, montagem, etc.), o filme “posado” começa a ganhar a preferência do público e a redefinir os rumos do cinema em

6 Minha tese de doutorado (ROSSINI, 1999), orientada pela professora Sandra Pesavento, é justamente sobre a recriação do passado em filmes de ficção que envolvem a reconstituição histórica.

torno de uma grande indústria, voltada para os filmes chamados de ficção.

Em função disso, Da-Rin (2004) explica que, por volta de 1910, o espaço da exibição está se organizando em torno de dois blocos de programação: a parte principal que é o filme de ficção, e seu complemento, as atualidades.⁷ Para aproveitar o filão, muitas produtoras de atualidades passam a disputar esse espaço, dando origem a um outro tipo de produto audiovisual documental: os *cinējornais*. Eram produções que passavam nos cinemas antes dos filmes de ficção (a grande estrela da sessão), e tinham a função de apresentar um resumo dos fatos importantes da semana. Com o advento do som, eles também passaram a ter música e narração. Durante as duas Grandes Guerras Mundiais, os cinejornais foram os principais veículos de informação sobre o que acontecia no Front. Com o grande número de produtoras cobrindo o evento, a possibilidade de uma multiplicidade de visão sobre o ocorrido era maior naquela época, pois cada cinegrafista trazia “a sua imagem”, ao contrário de hoje, quando algumas imagens são comercializadas mundialmente por poucas empresas, estabelecendo uma repetição imagética que empobrece a cobertura de qualquer evento. As imagens de guerras travadas ao longo do século XX, captadas por cinegrafistas profissionais e amadores, até hoje são utilizadas como material para os documentários diversos, em programas de TV ou filmes cinematográficos.

No Brasil, Leite (2005) afirma que o cinema de cavação – como eram conhecidos indistintamente os cinejornais, os filmes institucionais⁸ e os documentários –, tornaram-se a opção de sobrevivência dos trabalhadores de cinema após o fim da “bela época do cinema brasileiro”, ou seja, na passagem da década de 1910 para a década 1920:

[...] como o mercado do filme de ficção estava praticamente monopolizado pelas produções oriundas de Hollywood, restou explorar outros filões, isso é, produções que não entrassem em competição com os filmes norte-americanos. O contexto mostrou-se especialmente favorável à produção de documentários e cinejornais, ambos com roteiro centrados no universo temático nacional. Tal opção possibilitou a criação de um campo de produção livre da poderosa concorrência estrangeira. Os temas enfocados eram os mais diversos: futebol, festas populares e religiosas, acontecimentos políticos, Carnaval, etc. (LEITE, 2005, p. 31-32).

7 Segundo Da-Rin (2004), no cinema soviético, essa proporção se inverte, e são os filmes de atualidade que ganharão maior importância, pois eles buscam apresentar os ideais de uma vida comunista.

8 Feitos sob demanda para empresas, ou órgãos públicos, ou cidades, por exemplo. São voltados em especial para a propaganda.

Algumas grandes empresas formaram-se no Brasil entorno do cinejornal, como o Canal 100 (1957-2000), que foi popular durante anos, em especial com suas coberturas sobre o futebol. No Rio Grande do Sul, a principal produtora, que atuou por mais de cinquenta anos no Estado, foi a Cinegráfica Leopoldis-Som, fundada por Ítalo Majeroni em 1924.⁹ Seu cinejornal *Atualidades Gaúchas*, lançado em 1937, tornou-se em um dos principais veículos de divulgação das notícias locais.

No entanto, como já vinha se dando em outros lugares, a função jornalística dos cinejornais entra em colapso com o surgimento da televisão, principalmente após o desenvolvimento de uma linguagem para o jornalismo televisivo que passou a cativar o público e a levar para ele, em casa, as imagens e as informações que antes ele obtinha no cinema.

Com o declínio das atualidades e dos cinejornais, as várias vertentes de *filmes documentário* mantiveram o formato documental vivo no cinema. No entanto, no Brasil, durante décadas o cinema documentário esteve ligado a uma ideia de cinema educativo, estimulado durante o período getulista. Como forma de difundir os ideais populistas e ao mesmo tempo ajudar a fomentar um discurso unificador em torno da nação, foi criado o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), em 1936, que tinha, entre suas funções, a de produzir cinejornais e documentários, cuja informação era diretamente controlada pelo DIP.¹⁰ Ou seja, consciente da importância da imagem audiovisual como registro e testemunho, o governo instituído esperava que ela funcionasse como monumento dos seus atos.

Entretanto, o cineasta Humberto Mauro, que durante anos coordenou o INCE, produziu centenas de documentários sobre os costumes, a arte, a cultura brasileira, e que ainda hoje são grandes testemunhos de formas de vida que nem sempre eram conhecidas. As imagens produzidas por Mauro serviram de inspirações para vários movimentos documentário no Brasil, e para a criação de uma estética específica do cinema brasileiro, aquela que volta suas lentes para o dia-a-dia dos grupos que muitas vezes vivem às margens das grandes mídias. Mais do que isso, essas imagens são, hoje, documentos de festas, danças, cantos, ritos que foram sendo esquecidos com o avanço da vida moderna.

Foi só a partir dos anos 1960, com a difusão de uma nova tecnologia para a realização de cinema, que o documentário conseguiu criar raízes profundas no Brasil, e deixar de lado o seu discurso oficialista ou enaltecedor da nação. Seguindo a trilha aberta por Humberto Mauro, o documen-

9 Ver: Póvoas, 2012.

10 Talvez seja interessante lembrar que durante os anos 1930 e 1940, na Europa, os regimes totalitários faziam o mesmo.

tário que surge neste período passa a fazer um verdadeiro inventário do País, pois com uma câmera leve, que era a de 16mm, e com um gravador de som portátil, que era o Niágara, pôde-se ir a lugares onde uma câmera pesada de 35mm não poderia ir sem uma grande equipe. As equipes pequenas, com equipamentos próprios, registraram de um modo menos oficial as mudanças na sociedade brasileira, como a ascensão de uma classe média com seu tempo para o lazer em oposição ao mundo do trabalho nas fábricas; a grande imigração nordestina para São Paulo, a pobreza do campo, ou as lutas sociais antes, durante e depois da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Documentários como *Maioria Absoluta* (1964 de Leon Hirszman) ou *Viramundo* (1965, de Geraldo Sarno) são alguns desses registros, além de vários outros que integraram a *Caravana Farkas*,¹¹ que nos mostram como passado e presente estão mais próximos do que se imagina.

Com o cinema documental renovado, o testemunho de lutas e misérias também se transformaram em documentos da barbárie sobre a desigualdade social brasileira. Em pleno início da ditadura no Brasil, porém, aquelas imagens incômodas do cinema foram sendo deslocadas de sua importância, suplantadas pelas novas imagens documentais que surgiam na televisão – que ganhava impulso a partir de 1965.

3 Os formatos documentais na TV

Após a Segunda Guerra Mundial, um novo meio de comunicação audiovisual ganhou força: a televisão. Na televisão dos primeiros tempos, ainda não havia programas suficientes para dar conta de uma grade televisiva e por isso era necessário improvisar. No Brasil, importavam-se do rádio e do teatro profissionais técnicos e artísticos, bem como seus respectivos programas. O mesmo aconteceu com os audiovisuais cinematográficos de caráter documental, que passaram a suprir os primeiros telejornais com imagens da rua, pois as emissoras de televisão, por falta de condições técnicas, ainda não podiam fazer sua própria captação externa. Isso porque, além de as primeiras câmeras de televisão serem muito pesadas para saírem do estúdio, ainda não havia possibilidade de se fazer transmissão ao vivo de externas e nem havia o videoteipe, que permite gravar a cena externa e levá-la para a ilha de edição do estúdio de TV. Assim, o início da TV foi ao vivo, transmitindo basicamente material captado em estúdio. O registro de eventos externos era apresentado a partir de material cinematográfico, que era projetado e captado pelas câmeras de tevê.

11 Entre 1964 e 1981, o produtor Thomaz Farkas organizou viagens pelo Brasil, produzindo curtas e médias-metragens sobre o País.

No entanto, com desenvolvimento do videoteipe, de câmeras de vídeo mais leves e de unidades móveis de gravação, a televisão pôde sair para as ruas e captar suas próprias imagens do cotidiano, ao mesmo tempo em que estabeleceu uma nova forma de transmissão de imagens: o ao vivo fora do estúdio.

Essa nova TV, que surge no Brasil nos anos 1960, precisa se tornar independente da influência dos outros meios. TV não é rádio, não é cinema e não é teatro, mas é tudo isso ao mesmo tempo, porém de um outro jeito e é esse outro jeito que precisa ser buscado. Assim como no cinema dos primeiros tempos o público era seduzido pelas imagens do cotidiano, o mesmo passa a se dar com a televisão. A facilidade de captação e de transmissão faz com que o evento real, na televisão, pareça ser menos mediado do que no cinema, onde é preciso revelar o negativo, montá-lo para depois poder ver o resultado daquilo que foi registrado. Na tevê, esses passos não são necessários e é possível mostrar as imagens ao mesmo tempo em que elas são captadas. É o ao vivo televisivo de que fala o pesquisador Machado (2005), em seu livro *A TV levada a sério*. Assim, se no cinema é o caráter ontológico da imagem que propicia o seu caráter aurático, reforçando seu efeito de real, na tevê é a própria possibilidade do ao vivo televisivo, do aqui-agora que produz essa aura no material documental. E, portanto, estabelece novos elementos para reforçar o efeito de real desta nova imagem técnica. Em seu início, é quase como se não houvesse a separação do representado e da representação de que falava Pesavento (2009b). É mais um passo para diminuir a sensação da ausência.

A criação do videoteipe, por sua vez, possibilitou o aperfeiçoamento da linguagem jornalística televisiva, pois permitia a edição de material para servir de “cobertura” para eventos que não eram apresentados ao vivo. As mudanças técnicas, portanto, favoreceram o papel da televisão como testemunho “do show da vida”. Com o videoteipe e os equipamentos para externas, o telejornal e outros programas de cunho jornalísticos ganharam um novo ritmo, imagens próprias; ganharam reportagens que eram feitas na rua, com o próprio evento transcorrendo em frente ao telespectador. O repórter e o cinegrafistas eram os olhos e os ouvidos dos telespectadores. Conforme iam melhorando as condições técnicas de captação e transmissão dessas imagens, ia melhorando também o formato do telejornal. E estabelecendo para o espectador que o testemunho menos mediado da imagem de televisão oferece uma experiência de efeito de real muito maior do que aquela experimentada nos antigos cinejornais. O problema é que, enquanto registro acessível, ela é efêmera. Praticamente não há arquivos de imagens de TV no Brasil, como há em outros países, como na França ou nos Estados Unidos. Não há o equivalente a uma Cinemateca que guarde seus arquivos

imagéticos. Então, mesmo sendo testemunho, em que medida essa imagem de televisão pode ser documento?

Por sua vez, as próprias condições de produção televisiva, mais ágeis, menos mediadas, vão provocar mudanças que marcarão o estilo do documentário cinematográfico.

4 Os hibridismos entre os formatos documentais cinematográficos e televisivos

Ainda nos anos 1960, influenciado pela cobertura jornalística televisiva que começava a se estabelecer (junto com uma nova linguagem audiovisual), e por câmeras de cinema mais leves que permitiam a captação direta dos eventos, sem a necessidade de uma grande equipe de filmagem, a linguagem audiovisual dos documentários cinematográficos transformou-se radicalmente no Brasil, tornando-se mais ágil. Era o início do Cinema Novo explicado antes. Nascia, desse casamento, um novo conceito de documentário, ligado à busca por uma verdade dos fatos documentados, sem tanta interferência do realizador. As principais influências para isso, no campo de cinema, virão de experiências estrangeiras: o Cinema Direto e o Cinema Verdade. O Cinema Direto, principal marca do cinema estadunidense, tem como lema o não-envolvimento do documentarista na situação filmada; já o Cinema Verdade, de origem francesa, procura registrar nos seus filmes a ação da equipe de filmagem na produção daquele material, a fim de não encobrir o processo de construção do discurso fílmico.

Para além das diferenças de compreensão sobre o próprio do documentário, em termos estéticos as duas vertentes institucionalizaram as câmeras na mão, com seu balanço característico, o som direto (também possível por causa de novos equipamentos portáteis de registro de som, como dissemos antes), as equipes pequenas, os improvisos e acasos nos locais de filmagem, recursos esses que procuram minimizar o nível tecnológico da mediação – assim como se dá na tevê –, e a própria ação do documentarista sobre o documentado. No Cinema Direto, em especial, essas máximas são levadas muito a sério.

A câmera na mão tornou-se uma marca central da verdade cinemática, enquanto as outras tradições de reconstrução, dos comentários, da música, das entrevistas e de todo o resto foram em grande parte relegados a um segundo plano ou, no máximo, são tratadas como infrações dos ideais da produção do Cinema Direto. (WINSTON, 2005, p. 18)

Ou seja, em favor de um testemunho sem interferências, em favor de uma objetividade do relato, descartou-se a fabulação.

A influência do Cinema Direto e do Cinema Verdade no Brasil vai produzir novas imagens sobre o Brasil, que contrastam com aquelas anteriores, vindas do governo Getulista, vigiadas pelos órgãos de censura. Como dissemos antes, conforme os problemas tecnológicos vão sendo contornados, os documentaristas passam a ir cada vez mais longe atrás de imagens de um “verdadeiro Brasil”, mas dessa vez menos enaltecedor. Com a ditadura, porém, filmes ficcionais e documentários que buscassem retratar o real de um modo tão cru eram considerados antipatrióticos e/ou subversivo. Foi por isso que Eduardo Coutinho precisou paralisar as filmagens de *Cabra Marcado para Morrer*, em 1964, retomando-as apenas 20 anos depois, daí como documentário.

A idéia de um documentário inspirado no Cinema Direto ou no Cinema Verdade, permanece fermentando, até que retorna, em meados dos anos 1970, porém voltada para a televisão. A partir de uma ideia de cineasta Paulo Gil, vários cineastas foram convidados a participar da realização de documentários para a Rede Globo, mas produzidos nos moldes do cinema: com película, tempo para produção e realização. Era o embrião do Globo Repórter. Além disso, como era comum no cinema da época, a estética podia ser mais suja, mais artesanal; marcava-se, assim, uma nova fase na linguagem jornalística televisiva, que outra vez voltava a dialogar com o cinema.

Eduardo Coutinho¹² e João Batista de Andrade são dois cineastas cinema-novistas que trabalharam nos dois meios, filmando em película para a tevê, e também em vídeo. Vários desses diretores tornaram-se referência no cinema documentário brasileiro contemporâneo, produzindo filmes que tencionavam os limites do real e do representado, ou o do imaginário. Afinal, como disse Pesavento (2009a), esse imaginário está fortemente calcado na organização social do mundo representado, e é por brechas nessas representações que muitas vezes seus realizadores tentavam subverter essa ordem, assim como havia feito Humberto Mauro durante a ditadura de Vargas.

No final dos anos 1990, ocorreu uma nova transformação na tecnologia de captação, processamento e finalização de imagens técnicas, que passou a ser digital. A convergência tecnológica digital fez com que as bases produtivas do cinema se aproximassem daquelas da televisão, colocando em xeque a separação entre os meios (ROSSINI, 2007). Ou seja, em termos

12 Foi sua participação, durante nove anos, no Globo Repórter, que o permitiu finalizar seu filme inacabado dos anos 1960, produzindo um documentário a partir daquilo que deveria ter sido uma ficção.

de cinema, a película foi substituída pelo digital; a moviola foi trocada pelos softwares de edição de imagens. Essa mudança no aparato tecnológico não modificou, a priori, a concepção em si da organização narrativa (seja ela voltada para o documental ou ficcional), no entanto fez com que o meio mais dependente de verbas – o cinema – perdesse seu grande trunfo de distinção, a diferenciação estética. Alguns anos antes desta transição definitiva, que se deu nos anos 2000, Machado (1997), já havia observado que essa transformação favorecería um uso maior de um tipo de linguagem audiovisual que era característico da tevê: planos mais próximos, mais curtos e, podemos dizer, mais intimistas.

Com isso, a linguagem audiovisual cinematográfica novamente se aproximou da televisiva, como ocorreu nos anos 1970, tanto em estética quanto em ritmo, mas também em conteúdo. Igualmente é possível perceber que essa convergência tecnológica permite que produtos sejam feitos para TV e cinema, muitas vezes misturando a estética dos dois meios. Para Brian Winston, a grande influência da tevê no documentário é algo nefasto, pois dá ao documentário um caráter jornalístico, apagando as diferenças históricas entre os dois gêneros:

[...] as normas do jornalismo, as restrições adequadamente aplicadas para limitar as mediações jornalísticas – em essência, que o jornalismo deve ser sempre não intervencionista –, tornaram-se as normas e as restrições para os documentaristas. Isso é uma perda maciça, porque limita demasiadamente a expressão do documentário como “tratamento criativo. (WINSTON, 2005, p. 24)

O autor parece desconhecer que essa forma “jornalística” de abordar os fatos e registrar os eventos é herança dos modelos de cinema documental dos anos 1960. Observa-se, então, que a articulação entre cinema e televisão, no que tange aos formatos documentais, vem de bastante tempo e nem sempre é pacífica. Em diversos momentos, o modo de produção de um meio influenciou o outro, provocando o surgimento de novos formatos. Nos anos 1970, no Brasil, foi o prestígio do cinema que ajudou a agregar novos valores ao documental televisivo, bem como estabeleceu uma estética diferenciada e “cult” para os produtos da TV. Hoje, é a infraestrutura da televisão que demanda novos produtos audiovisuais documentais, abrindo espaços de consumo para o documentário, que em geral são feitos no campo do cinema, mas a partir de modelos estéticos e narrativos televisivos.

Além disso, com a ampliação dos canais por assinatura ou por streaming, ampliou-se o consumo de imagens documentais. Com Lei

12.485/2011, conhecida como Lei da TV Paga, a produção de documentários passou a ocupar 33% da grade das televisões no Brasil.¹³ Ou seja, o espaço do documentário cresceu muito e vários diretores estão produzindo documentários especialmente para a tevê. É um processo semelhante ao que aconteceu com o das Atualidades, no início do cinema, em que a demanda acabou por marcar a criação de um novo formato, o cinejornal.

Essa demanda, entretanto, é consoante com o que afirmamos no início do texto; há uma preocupação com o registro do vivido, e um apelo para o consumo dessas formas de testemunho. Ao mesmo tempo, ao ampliar a produção de imagens documentais, tanto cinema quanto televisão multiplicam à exaustão o registro da “vida ao vivo”, tornando difícil para qualquer pesquisador da imagem mover-se em meio a esse arquivo tão vasto quanto desorganizado, e em que ele terá que mergulhar para encontrar os documentos de que precisa. Por outro lado, há tantos aspectos registrados do século XX, que nos parece ainda poder revivê-lo quase inteiramente através desse grande volume de material, que se tornaram os testemunhos de eventos que, inclusive, se queria esquecer como o nazi-fascismo, as ditaduras, as torturas, os exílios. A imagem audiovisual documental, testemunho e documento de um passado recente, se rende a muitas formas de narração, mas sem perder o seu caráter de imagem sobrevivente, de imagem registro que foge de ser monumento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutiu-se neste texto o modo como as imagens técnicas audiovisuais foram se transformando ao longo de pouco mais de um século, e com isso engendrando novas formas de registros documentais. Os meios cinematográficos e televisivos, embora tenham suas características técnicas e estéticas próprias, que os afastaram ou os aproximaram em diferentes épocas, acabaram por moldar nosso modo de pensar e imaginar as sociedades que fortemente registraram. Em especial forjaram nossa memória do século XX.

Não fosse o cinema brasileiro a filmar os mais longínquos cantos do Brasil, e tão pouco saberíamos sobre essas formas de vida. No entanto, sem a TV e o ao vivo televisivo não veríamos os eventos da rua em tempo real, ganhando uma urgência de sempre saber o que está acontecendo. E não teríamos nosso imaginário para sempre marcado com a queda das Torres Gêmeas, em 2001.

13 Ver: Ancine: a lei da TV paga ampliou produção audiovisual independente no Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-05/ancine-lei-da-tv-paga-ampliou-producao-audiovisual-independente-no-pais>. Acesso em: 16/11/20.

Esse diálogo entre os meios audiovisuais, além de possibilitar a produção de novos produtos compartilhados, que mesclam também suas formas estéticas e narrativas, permite abrir outras frentes de debates. **Uma** é sobre a distância entre os meios audiovisuais (mais especificamente cinema e tevê) e sobre o que é o próprio de cada um. A convergência tecnológica nos possibilita falar simplesmente numa linguagem audiovisual, que se adapta aos diferentes espaços de recepção (tevê, cinema, Internet, celular...). O registro documental, nesse caso, passa a ser visto como uma espécie de material bruto que poderá ser formatado dependendo da demanda, do interesse. E isso é importante, pois precisamos pensar sobre o tipo de registro que estamos usando enquanto pesquisadores da imagem. Lembrar que se o registro está no lugar de uma ausência, embora nos presentifique muito dessa ausência, como explica Pesavento (2009), esse registro é um recorte de um todo, e que, pelas ações de montagem, será ainda mais transformado conforme as demandas por estabelecer ou desestabilizar um *status quo*. Assim, ao invés de documento, poderá ser um monumento da história. **Outra** frente é o fim de uma concepção ontológica da imagem cinematográfica. Com o desaparecimento, quase completo, da película, desaparece também a ideia de uma imagem enquanto documento material, pois o negativo era uma espécie de atestado de nascimento de toda imagem de cinema, mas em especial da documentária, que se afirma enquanto documento do real. A imagem digital, armazenada em um espaço virtual dentro do computador, não deixa marcas materiais de sua existência; e o mesmo acontece com o processo de finalização pelo qual passa. É uma imagem sem matriz, onde todas as cópias são iguais.

Para o documentário televisivo, talvez essa mudança tecnológica não seja de todo desconcertante, pois já se vinha fazendo documentários em suporte magnético. No entanto, para o documentário cinematográfico, a capacidade de ser um registro que pode ser conferido na película (matéria sobre a qual a imagem está registrada) é uma perda bastante grande.

Por isso, prefiro atenuar a observação de Winston (2005), para quem a imagem digital não oferece mudanças para o documentário enquanto gênero. Talvez essa mudança de perspectiva não seja importante para o documentário televisivo, que já era feito em vídeo, mas é impactante para o documentário cinematográfico que deixou de ser feito em película. Não necessariamente para o modo como se estrutura a narrativa no documentário, mas para o discurso sobre ele. Sem sua natureza ontológica, a imagem documentária explicita sua ficcionalidade narrativa, muitas vezes negada pelos próprios documentaristas. E o seu caráter de discurso, que remete ao imaginário (PESAVENTO, 2009), fica em evidência.

Assim como o documental televisivo sofria por ser efêmero, agora o documental cinematográfico sofre por ser ainda mais virtual. Dá para dizer que ainda é documento, embora continue sendo testemunho? Para o espectador, essa discussão não faz sentido, pois para ele o que importa é o caráter de testemunho que essa imagem oferece, e isso está intacto já que o efeito de real continua existindo

Talvez por isso Francisco Elinaldo Teixeira afirme, na introdução do livro *Documentário no Brasil*, que hoje, no documentário, “se tem observado um ‘retorno’ contundente da ficção, da fabulação, da pequena encenação, do pequeno drama, da recomposição do vivido como procedimento integrante do material de filmes documentários.” (TEIXEIRA, 2004, p. 18).

São mudanças que, se deixam mais visíveis a virtualidade de toda imagem, também apresentam as próprias transformações de um gênero que nunca é estático, e que está sempre em constante diálogo com outros a fim de se manter atualizado. Ao mesmo tempo, essas mudanças vão desvelando as diferentes compreensões sobre o que é entendido como documental em cada época, fazendo-nos perceber que essa é uma noção que também deve ser problematizada e contextualizada.

De qualquer forma, enquanto registro de um passado, de uma época, de um evento, a imagem documental ainda é aquela que atrai nossa atenção pelo seu efeito de real, mas também pela fabulação que está ali imiscuída, mesmo que não o quisessem os seus realizadores modernos. Enquanto representação de algo que já foi, mesmo em se tratando de um evento ao vivo que está deslizando em frente aos nossos olhos, a imagem documental é aquela marca ou traço de que algo ali existiu. De que alguém deixou aquele registro, intencionalmente ou não, com a finalidade de perpetuar a sua existência.

Atualmente, durante esse período de isolamento social por conta da pandemia, são as imagens audiovisuais que nos chegam da rua, através da televisão ou daquelas postadas por amadores, ou não, em redes sociais, que nos alimentam da “vida de fora”, da vida da rua, que só podemos ver pela janela. Mesmo tremidas, gritadas, mal enquadradas, às vezes, elas nos mostram que essa existência, difícil, contraditória, estranha, mas ainda assim existência, continua acontecendo em lugares que não podemos ir. A imagem documental é para nós, portanto, esse registro do real que nos mostra os traços e as marcas que estão para além de nós mesmos, mas que são partes da história humana, e que ficam registrados enquanto eventos atravessados por nosso imaginário, como também explicitou a historiadora Sandra Pesavento em vários dos seus textos sobre a imagem.

Isso porque a função de testemunho de eventos que, após registra-

dos, tornam-se documentos sobre os mesmos, suprem nossa demanda por perpetuar as ações, sejam elas banais ou não, que identificam as sociedades e deixam expressos que por aqui alguém sonhou, viveu, deixou sua marca.

REFERÊNCIAS

- AUMONT, Jacques. **O olho interminável [pintura e cinema]**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **Dicionário teórico e crítico de cinema**. Campinas: Papirus, 2003.
- BERNARDET, Jean-Claude. **Cineastas e imagens do povo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CRARY, Jonathan. **Técnicas do observador**. Visão e modernidade no século XIX. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- DA-RIN, Silvio. **Espelho partido**. Tradição e transformação do documentário. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.
- FLÜSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2002.
- LABAKI, Amir. LABAKI, Amir. **Introdução ao documentário brasileiro**. São Paulo: Francis, 2006.
- LEITE, Sidney Ferreira. **Cinema brasileiro**. Das origens à retomada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- LINS, Consuelo. **O documentário de Eduardo Coutinho**. Televisão, cinema e vídeo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MACHADO, Arlindo. **Pré-cinemas e pós-cinemas**. Campinas: Papiru, 1997.
- MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. 4. Ed. São Paulo: Senac, 2005.
- MOURÃO, Maria Dora, LABAKI, Amir. **O cinema do real**. São Paulo: Cosac & Naify, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: PESAVENTO, S. J.; SANTOS, N. M. W.; ROSSINI, M. S. **Narrativas, imagens e práticas sócias**. Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2009a. p. 11-28.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da História Cultural. In: PESAVENTO, S. J.; SANTOS, N. M. W.; ROSSINI, M. S. **Narrativas, imagens e práticas sócias**. Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2009b. p. 99-122.
- PÓVOAS, Glênio Nicola. Leopoldis. A história do cinema gaúcho é contínua. In: MACHADO JR, Rubens; SOARES, Rosana de Lima; ARAÚJO, Luciana

Correa de (orgs). **VIII Estudos em Cinema e Audiovisual**. São Paulo: Socine, 2012, p. 435-447. Disponível em:

http://www.socine.org.br/livro/VIII_ESTUDOS_CINEMA_SOCINE.pdf

ROSSINI, Miriam de Souza. Convergência tecnológica e os novos formatos híbridos de produtos audiovisuais. *In*: DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lilia de. **Comunicação Audiovisual – Gêneros e Formatos**. Porto Alegre: Sulina, 2007. p. 165-181.

ROSSINI, Miriam de Souza. O cinema e a história: ênfases e linguagens. *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. **Narrativas, imagens e práticas sociais**. Percursos em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2009. p. 123-147.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. **Documentário no Brasil**. Tradição e transformação. São Paulo: Summus, 2004.

TOULET, Emmanuelle. **Cinématographe, invention du siècle**. Paris: Gallimard, 1988.

WINSTON, Brian. A maldição do “jornalístico” na era do digital. *In*: MOURÃO, Maria Dora; LABAKI, Amir. **O cinema do real**. São Paulo: Cosac & Naify, 2005.

Recebido em 01/06/2020

Aprovado em 17/11/2020

SANDRA PESAVENTO, ORIENTADORA, E A MULHER FIM-DE-SÉCULO SOB O OLHAR DOS CRONISTAS: REAÇÕES AO MOVIMENTO FEMINISTA INTERNACIONAL NO FINAL DO SÉCULO XIX, NUMA DISSERTAÇÃO DO SÉCULO XX

*SANDRA PESAVENTO, GUIDELINES, AND THE END-OF-
CENTURY WOMAN UNDER THE VIEW OF CHRONICLES:
REACTIONS TO THE INTERNATIONAL FEMINIST
MOVEMENT AT THE END OF THE 19TH CENTURY, IN A
DISTRESS OF THE 20TH CENTURY*

Anelda Pereira de Oliveira¹

RESUMO

Este artigo aborda o processo de elaboração de minha dissertação de mestrado, orientada pela saudosa Dr^a. Sandra Jatahy Pesavento, historiadora, professora e pesquisadora que, através de suas análises de crônicas e artigos, publicados na imprensa, nos deu a conhecer as transformações sociais que a modernidade trouxe a Porto Alegre. Suas obras são fontes inspiradoras dos estudos do urbano e das representações da mulher em Porto Alegre, no período 1891-1900, cuja temática foi abordada na referida dissertação, cujo objetivo foi demonstrar que as mesmas eram preconceituosas, do ponto de vista de gênero, construindo no imaginário da cidade uma visão negativa da emancipação feminina. O artigo explora, ainda, o processo produtivo relacionado à elaboração da dissertação, demonstrando não apenas a capacidade intelectual da professora Sandra, como sua estratégia segura e amorosa no trato com seus orientandos.

Palavras-chave: Gênero. Representações. Imaginário.

ABSTRACT

This article discusses the process of preparing my master's dissertation, guided by the late Dr^a. Sandra Jatahy Pesavento, historian, teacher and researcher who, through her analysis of chronicles and articles published in the press, made us aware of the social transformations that modernity brought to Porto Alegre. Her works are inspiring sources of urban studies and representations of women in Porto Alegre, in the period 1891-1900, whose theme was addressed in that dissertation, whose objective was to demonstrate that they were prejudiced, from the point of view of gender, building in the imaginary of the city a negative view of female emancipation. The article also explores the production process related to the elaboration of

1 Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000)., atuando principalmente nos seguintes temas: acervos judiciais, justiça, gênero - representações - antropologia criminal, memória e gênero - feminismo - representações. Possui Graduação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Titulação: Licenciada e Bacharel em História.

the dissertation, demonstrating not only Professor Sandra's intellectual capacity, but also her safe and loving strategy in dealing with her students.

Keywords: Genre. Representations. Imaginary.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta o resultado da pesquisa realizada para responder às questões elaboradas durante meu período de mestrado, cuja orientadora foi a Prof.^a Sandra Pesavento. Na dissertação, analisei as representações sociais da mulher através da imprensa. O recorte temporal contemplou os últimos anos do século XIX, mais precisamente o período de 1891 a 1900, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul que, nessa época, já atingia certo nível de modernização, pretendo-se uma cidade dinâmica, para onde eram importadas as novidades e modismos europeus. Entre eles, havia o costume dos passeios pelas ruas e praças. As mulheres da elite porto-alegrense adquiriram o hábito de trajar-se à francesa, usando chapéus e joias e usando delicadas *toilettes* para brilharem nos saraus elegantes. Ou como se fazia em Paris, simplesmente para “flanar”. Em nosso caso, na falta dos famosos *boulevards*, na Rua da Praia.

1 As categorias de análise: representação, gênero e imaginário social

Para a minha análise, me aproprio dos conceitos de Representação, Gênero e Imaginário social. No referencial teórico-metodológico, como sugestão da orientadora, utilizei o paradigma da micro-história italiana, que proporciona ao historiador a postura de um detetive. Dessa forma, a partir de uma micro escala, como as crônicas do Jornal do Commercio assinadas por Lúcio Mendes – que a meu juízo, podem ser classificadas como elementos da uma literatura aforística, conforme refere Ginzburg² – percebe-se sintomas indiciários de uma sociedade em “crise” ante o novo.

Tais elementos se configuram como passagem de acesso a um universo mais amplo deste “real imaginado” um dia, e que hoje são “cacos”, ou melhor dizendo, fragmentos que sobraram deste passado. Com os mesmos reunidos através da pesquisa, podemos trazê-los à luz. E mais possibilidade de, através da mudança de escala, captar o universo macro-histórico, que pode ser sinalizado como o *locus* da mulher “perigosa”, a feminista, ou quem sabe a mulher intelectual.

O referencial analítico trabalhado se conectou com os pressupostos

2 GINSBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p 177 a 178.

teórico- metodológicos da Nova História Cultural. Foram “ferramentas” apropriadas no mesmo sentido sociológico/antropológico, pois entendendo que representação, gênero e imaginário social são conceitos ou categorias que se aproximam, se complementam e se fortalecem. Desse modo, permitem ao historiador ler o passado como produto de construções coletivas.

O conceito de Representação, utilizado neste referencial, foi apropriado de Roger Chartier³, que o desenvolveu a partir de um patamar antropológico de entendimento. Chartier (1991) expressa que os conceitos científicos são representações coletivas, produto da construção do grupo social, da sua cooperação no tempo e no espaço.

As percepções do social não são de forma nenhuma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas), que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Por isso essa investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. “[...] a problemática do ‘mundo como representação’, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos que vão dar a ler o real [...]”⁴

O Gênero foi aqui entendido – de acordo com o referencial de Joan Scott⁵ – como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Ensejando uma visão mais crítica das tais relações entre masculino/feminino, a categoria gênero permite uma abordagem mais ampla do que a mera revisão do papel da mulher na sociedade. Inclusive, percebe-as como expressões de poder simbólico, a partir das quais as diferenças foram construídas, corroboradas e reafirmadas ao longo da História. Portanto, estudar gênero não é só evidenciar o que se pensa, mas também verificar por que não se quis pensar sobre isso em determinado tempo e espaço.

A utilização desse conceito nos permitiu refletir sobre as identidades subjetivas de homens e mulheres, e usá-lo como um meio analítico histórico válido, na medida em que faz distinção sobre práticas sexuais atribuídas culturalmente. Essas são portadoras de um certo tipo de poder que se aproxima

3 CHARTIER Roger. A Nova História Cultural entre Práticas e Representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1991, p.17 a 23.

4 Idem.

5 Scott, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise Histórica .In: Educação & Realidade. Porto Alegre: FAFED/UFRGS, 1995.

da definição de Foucault⁶. Ou seja, um poder que não é exercido diretamente sobre os sujeitos, pois está micro-pulverizado nas relações sociais. A rigor, a exemplo de uma teia que atinge várias instâncias ao mesmo tempo. É constituído por poderes plurais.

Quanto ao conceito de Imaginário Social, foi apropriado segundo Baczko (1991), que nos ensinou que o princípio unificador dos imaginários sociais esteve assegurado por diversos conteúdos em paralelo, tais como a “verdade” e a “normatividade”, operando estes através do uso simbólico, que é plenamente interiorizado pelos indivíduos, conduzindo-os para uma ação comum. Decorre disso a produção de um discurso que produz o ideário presente em cada época, o que veremos a seguir.

2 Ideias de uma época: positivismo, feminismo e antropologia criminal

Nesse contexto, para resgatar a construção de todo um imaginário sobre a mulher, e a partir das reflexões produzidas pelas concepções desenvolvidas pela orientadora, foram destacados três fatores de grande e fundamental importância no século XIX, que afetaram diretamente a cultura ocidental. O Positivismo, como doutrina político- sociológica, exercia forte poder político e cultural sobre a sociedade burguesa gaúcha. Em relação à mulher, pregava normas para sua educação, mas apenas para aquela que a tornasse apta à rotina da administração do lar e para ser boa mãe de família. Enfim, que a formasse para um “utilitarismo” doméstico, seja como educadora dos filhos ou como “adorno” social, no caso das classes mais abastadas.

Havia uma significativa preocupação em controlar o comportamento feminino. Ou melhor, idealizava-se um comportamento para a mulher que deveria servir-lhe de guia moral. Essa era uma preocupação cultural, compartilhada pelo imaginário masculino, ainda que não de forma hegemônica, também em outros países como Inglaterra e França. Um exemplo desta visão de mulher como um ser tão “frágil e incapaz” que devia ser “protegido” está numa crônica estrangeira, “Os Lírios do Jardim da Rainha”:

Ó mulher! tu deves florir como um lírio nos jardins da Rainha (...)minhas senhoras, como resistir a um apelo tão eloquente e tão poético! Deixai-vos de pretender ser nossas rivais, nossas concorrentes na áspera luta pela vida; sede nossas aliadas, e a vitória nos distribuirá igualmente os seus sorrisos. Guiai-nos, minhas senhoras. Nós determinaremos.”⁷

6 FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder.

7 EGO, Alter. Crônica Estrangeira. Os Lírios do Jardins da Rainha. Título de uma crônica

Essa obra, adaptada na França e mais tarde publicada no Brasil, segundo o cronista referia-se à uma conferência proferida em *Oxford*, pelo célebre crítico de arte, escritor, sociólogo e moralista John Ruskin⁸. Isso num momento em que havia sido recusado o ingresso de mulheres naquela tradicional instituição de ensino superior. Ruskin, após discorrer longa e “brilantemente” sobre os motivos pelos quais considerava importante a permanência das mulheres no lar, no reino da paz, cumprindo a sua “sagrada missão”.

Embora existisse sobre a mulher toda uma situação cultural de preconceitos e exclusão social, ela começava a aparecer no espaço público, reivindicando a sua emancipação. Nesse período o Movimento Feminista Internacional, atualmente chamado a Primeira Onda do Feminismo – o segundo fator discutido na dissertação – que agitava o noticiário na Europa e nos Estados Unidos. Postulava-se então uma cidadania plena, através da emancipação civil e reformas da legislação que ampliassem os Direitos da Mulher, permitindo-lhe o acesso à educação superior e ao voto. Ainda que com certo atraso, essas notícias chegavam a Porto Alegre e certamente repercutiam.

Por aqui, a maior parte das mulheres ainda estava limitada às atividades domésticas, mas já havia professoras, poetisas, escritoras. E também modistas de escol, que anunciavam pelos jornais, oferecendo finas *toilettes*. Tinha-se até ciclistas, escandalizando com seus trajes nada convencionais. Além disso, já clinicava na cidade a Dr.^a Rita Lobato, médica gaúcha, a primeira mulher a se formar no Brasil, em 1888.

Diante desse quadro, é interessante captar a reação dos formadores de opinião, os homens de jornal, ou seja, a elite letrada de Porto Alegre que assimilavam, selecionavam e reelaboravam as notícias vindas do exterior. Seja através de crônicas, ou de artigos jocosos, onde predominavam representações estereotipadas e exageradas quanto à atuação do que denominavam o “belo sexo”. Esses textos revelavam construções imagéticas próprias de olhares masculinos temerosos ante o avanço de uma “perigosa” alteridade feminina.

Havia incertezas diante da nova identidade da mulher fim-de-século. Embora tida como débil, nervosa e “inferior”, quando não seguisse os preceitos normativos próprios ao seu gênero, poderia causar transtornos familiares e, por que não dizer, concorrência profissional. Logo, deveria ser controlada hierarquicamente pelo homem, seja pelo pai ou, dentro do casamento, pelo marido e, quando viúva, pelos filhos.

adaptada de um discurso de John Ruskin proferido em Oxford. In: **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1896, p.01

8 RUSKIN, John. Nasceu em Londres em 1819 e faleceu em Brantwood em 1900. Koogan-Larrousse, s/d. p. 1540

A intenção foi procurar demonstrar de que maneira, na imprensa do final do século XIX – outro campo de interesse nas pesquisas da Prof.^a Sandra – esses assuntos eram tratados. No período estudado, havia uma abundância de periódicos que em Porto Alegre eram publicados ou que aqui circulavam, movimentando e formando a opinião pública. Nesse contexto, examinamos as estratégias de fixação de ideias da mulher como ser nervoso e psicologicamente inferior ao homem, talvez como forma de expô-la ao ridículo, para poder controlá-la, trazendo a público figuras femininas balizadas por piadas, blagues e ditos jocosos.

Para justificar tais procedimentos de dominação, os autores examinados socorriam-se de explicações biossociais, ou seja, apresentavam a biologia como destino. Usavam argumentos essencialistas, embasados cientificamente, porém generalizando arbitrariamente as partes das teorias que lhes convinham. Era o suficiente para inculcar e reforçar preconceitos presentes no imaginário social. Como nos ensina Baczko (1991), o imaginário só se constrói se as condições para isso já preexistem, legitimando-as e projetando-as para o futuro.

Nesse contexto, eram recorrentemente discutidos os estudos fenomenológicos da Antropologia Fisionômica, dos Drs. Brown e Lombroso, com especial destaque para o segmento que tratava da diferença de massa entre os cérebros, feminino e masculino. Inclusive, tal assunto motivou uma interessante série de crônicas, veiculadas em 1894. Além dos já referidos, outro médico citado largamente era o Dr. P. Janet, por suas pesquisas de psicologia, bem como muitos outros. Sendo assim, inúmeros eram os “motivos” para considerar as mulheres que “escapassem” às regras, principalmente no que dizia respeito à sua sexualidade, como casos patológicos, frutos de predisposições genéticas ao delito ou à loucura. Todo esse conteúdo foi apropriado, no texto da dissertação, através dos conceitos da antropologia criminal – o terceiro fator examinado no estudo – e que também, mais tarde seria abordado, com maestria pela prof^a Sandra Pesavento na sua obra “Visões do Cárcere”, publicada postumamente⁹.

3 O que se lia na cidade: crônicas e cronistas

Como registrado anteriormente, as fontes utilizadas para o estudo desta questão foram as diversas publicações do período, sobretudo da imprensa de Porto Alegre. A parte mais significativa foi formada por crônicas do *Jornal do Commercio* local, mas também foram objeto de atenção as matérias coletadas do seu homônimo do Rio de Janeiro. Outros jornais pesquisados foram *O Dia*, *O Mercantil*, *A República*, *A Reforma*, *Gazeta Americana*, *Gazetinha*, *O Conservador*.

9 PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Visões do cárcere**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2009

Além destes periódicos, foram consultadas algumas obras raras de medicina do Século XIX. Fontes, a rigor primárias, porque são originais dos doutores Lombroso, P. Janet e do jurista italiano Enrico Ferri. A partir dessas referências do que se lia em Porto Alegre, corroboramos algumas de nossas constatações e as ampliamos em “Imaginário da Cidade”.

Nessa obra, Pesavento (2009), de forma bem mais contundente e direta, apresenta dados significativos, obtidos tanto em listas de jornais quanto nos almanaques ou catálogos das livrarias Universal, do Centro, e também da Americana. De uma forma ou outra, observou-se a predileção pelos autores franceses, ou por obras publicadas em francês, muito embora os romances realistas brasileiros estivessem bem citados. De uma certa maneira havia uma pluralidade de autores e obras, para todos os gostos literários.

Segundo Porto Alegre (1940), seu proprietário e diretor, em 1891 trabalhavam na redação do Jornal do Commercio gaúcho Paulino Azurenha, Andrade Neves Neto, Aurélio Porto Alegre, Caldas Júnior, Damasceno Vieira, Mário Totta, Souza Lobo, Rodolpho Saint-Clair e Zeferino Brasil. Alguns deles, então jovens escritores e poetas bastante produtivos, polemizavam entre si, usando largamente o recurso de pseudônimos.

Estes autores, além de publicarem as suas poesias, também produziam crônicas e folhetins, incluindo personagens locais, como os que passavam pelas esquinas da cidade. Esse foi o caso de Zeferino Brazil, que escreveu “Juca, o letrado”, transformando-o em folhetim diário de muito sucesso. A propósito, comentava-se que várias pessoas, entre as que conviviam com o autor, identificaram-se com o enganador Juca.

Tais cronistas, leitores privilegiados da *urbs* moderna, *flâneurs* do social, registraram o espírito da época, inclusive o lugar de cada um dos personagens na escala social. Em relação a isso, um outro aspecto interessante é que essa elite literária e boêmia não gostava de ser confundida com a elite endinheirada. Esse posicionamento podia ser percebido pelas críticas feitas aos burgueses e às “burguesinhas sentimentais”, referidos como pouco dotados de inteligência, preocupados apenas em acumular riquezas materiais.

Nossa opção pelo estudo da crônica, como fonte documental privilegiada, justificou-se por ser um texto leve que, a partir de vivências do seu autor, registrava a visão cotidiana da cidade, captando-lhe as sensibilidades e as suscetibilidades do vivido. A crônica proporcionou-nos uma refinada fonte, em perfeita sintonia com o espírito de época, o que consideramos importante, pois para dar visibilidade histórica a essa mulher fim-de-século, foi preciso apreender o dito e o não dito, trabalhando com os contrastes da História.

Cronistas do feminino, como Augusto de Sá, Nenê Júnior, Nenê Neto, Getúlio Santos, Lúcio Mendes, Zeferino Brazil ou Nilo Castanheira –

um dos múltiplos heterônimos de Zeferino – referiam-se às suas personagens citando diretamente alguns autores de renome na literatura internacional, tais como Alexandre Dumas Filho, Anthero de Quental, [Charles] Baudelaire, [Paul] Bourget, Catulle Méndez, Dostoievski, Léon Tolstoi, [Émile] Zola, George Ohnet, Goethe, Peres Escrich, Ponson du Terrail, Théophile Gautier, Casemiro de Abreu, [Honoré] Balzac, Arthur Schopenhauer e Rabussen, citando-os indiretamente, na medida em que o faziam através de comparações imaginárias entre personagens de romances e suas criações, adaptadas para a versão feminina elocal.

Mesclando em sua citações, nomes de autores consagrados de verdadeiras obras d'Art literária, como por exemplo: “*Les Fleurs du Mal*” de Baudelaire, lembrado pelo cronista por seu *splem*, pela nostalgia da vida moderna – que Benjamin (1994) refere como o *taedium vita*¹⁰ – pela ânsia do desconhecido, pelo gosto pelas viagens e pela perversidade. Já de Catulle Mendès captou-lhe a sensualidade exacerbada de suas personagens femininas, como foi o caso da “Enfastiada”:

Ultimamente domina-se uma paixão indivisível pela sombra e pelo sossego inalterável. Se fosse letrada acabaria budista, começando pelo erotismo urtigante de *Catulle Mendès*, a morder com dentes de tigre a carne doidamente desejada em fervores lascivos; passando, como *Baudelaire*, pela nostalgia do país longínquo e invisível, pelo amor lúbrico do amante ideal, com uma centelha perversa no olhar desvaireado - para terminar, como Quental, na inerte quietação do absoluto, na paz e na escuridão sem fim da noite eterna do Nirvana.¹¹

O texto acima exposto reitera o que foi mencionado, indicando que esses mesmos letrados, em suas crônicas diárias, demonstravam razoáveis conhecimentos de autores e tramas folhetinescas, naturalmente, segundo Porto Alegre (1917) por dever de ofício¹², já que era um filão de mercado para os veículos da imprensa literária. Conforme constatamos em diversos momentos, nos escritos de Lúcio Mendes, tal ocorreu também em “Litterata”¹³, a um só tempo personagem e título de uma das crônicas. Ela seria assim deno-

10 BENJAMIN, Walter. Sobre Alguns Temas em Baudelaire. In: **Obras Escolhidas III. Charles Baudelaire: um Lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p.152.

11 Enfastiada, op. cit.

12 Porto Alegre, Achylles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ERUS,s/d, 3ª edição, p 207. A este respeito o autor coloca que há armas no moderno jornalismo, e que o jornalista deve saber jogá-las todas com maestria: “o artigo doutrinário, a polêmica partidária, a crítica artística e literária, e o folhetim borbulhante, de humorismo e de sátira”.

13 MENDES, Lúcio. “Litterata”. **Jornal do Commercio**. Porto Alegre, 14 de janeiro de 1897.

minada pejorativamente pelas amigas – onde o autor fazia ilações a respeito de uma suposta escritora porto-alegrense – que, pelo visto não se contentava “apenas” com os seus livros, ela queria “algo mais”, queria também um homem – “cuja figura máscula a desfavorece e seduz”.

Sabemos que é a crônica um gênero preferido para obter maior aproximação com o leitor. Na série “Cartas a uma Senhora” (I, II, e III), por exemplo, questões atinentes às relações conjugais foram abordadas por Getúlio dos Santos, que comentava longa e detalhadamente tais assuntos, com base nas obras literárias, Entre essas, destacamos o trabalho de Leon Tolstoi e de Aluísio de Azevedo.

Aliás, “Enfastiada” e “Litterata” são parte de uma outra série. A existência de tais crônicas seriadas demonstra o quanto era sistemático o esforço de desvalorização de mulheres que estivessem fora dos padrões, que eram impostos à maioria delas.

Outros casos podem ser citados, como duas crônicas que, embora com títulos e enfoques diversos, diziam respeito direto ao objeto da pesquisa, a mulher fim-de-século. Foram veiculadas no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, no mês de Janeiro de 1897. Ambas tratavam do mesmo assunto, as reivindicações do Movimento Feminista Internacional. A maneira de abordagem, contudo, foi diversa. Entendemos que, na escolha particular de cada cronista, interferiram além do estilo e pensamentos próprios, também elementos da opinião pública sobre o assunto, reflexos da sociedade marcada pela tradição e refratária às transformações de costumes. Conforme declararam, a fonte foi a mesma, o que foi possível efetivamente confirmar no original¹⁴. Alter Ego¹⁵ assim se expressou:

As Mulheres e Feminismo

Se os leitores me permitem (que o consentimento das leitoras não me preocupa, eu estou certo de possuir), consagrarei a crônica de hoje a um inquérito da mais palpitante atualidade que ocupa todo um número da *Revue Encyclopédique*, número especial de noventa e seis páginas (96 pp.), a 4^a, a duas colunas com cerca de 300 gravuras, na sua quase totalidade retratos femininos. Esse número constitui um tratado completo de reivindicações do belo sexo, formuladas não só pelas personalidades diretamente interessadas,

14 *Revue Encyclopédique*. Paris: Larrousse Éditeur, 1896 – Número Especial sobre o Feminismo. Localizado na Biblioteca Riograndense.

15 Alter Ego era pseudônimo de um cronista, cuja identidade manteve-se no anonimato. Escrevia no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, sendo responsável pela seção de Crônica Estrangeira, que a exemplo de seu homônimo porto-alegrense reproduzia matérias de jornais e revistas do exterior.

como também por um certo número de publicistas que pela tendência dos seus escritos, pela atenção que consagraram à mulher e pela originalidade das opiniões sobre esse eterno assunto, conquistaram o lisonjeiro epíteto de feministas [...]¹⁶

Já Carnioli¹⁷, um “*flaneur*” porto-alegrense, observador atento aos costumes da sua cidade, e um leitor muitíssimo bem informado das novidades que “despontavam” pelo mundo afora, apresentou a sua versão para as reivindicações de Direitos, por parte das mulheres, sem falar em feminismo ou feministas, e omitiu o evento, de grande atualidade no noticiário, que motivou a matéria especial, o Congresso Feminista de Paris:

Coisas e Loisas

Temos em cima da mesa a *Revue Encyclopédique*, número especial que foi distribuído em Paris em 28 de novembro último [1896].

É uma brochura do formato do papel almaço comum, em tipo miúdo ilustrada, com cerca de 300 retratos de homens e senhoras que têm tratado da reivindicação dos direitos do sexo fraco, se me permitem, injusto qualificativo dado a esta dominadora metade da humanidade, que veste saias e esconde os delicados seios entre tufos de rendas.[...]¹⁸

O comentário de Carnioli por si só já comprovou que havia circulação, não só de notícias via jornais do Rio, mas também através da própria fonte matriz, no caso a *Revue Encyclopédique*, que ele descreveu minuciosamente, no seu formato estético. Quanto ao conteúdo, apenas foram destacadas as amenidades que a seu juízo mereciam comentários, como a falta de beleza entre as reivindicantes dos direitos feminino. Ou seja, uma consideração que poderia induzir ao pensamento de que “beleza” é um fator inversamente proporcional à inteligência da mulher, preconceito que ainda hoje é bastante comum em piadas dos humoristas e nos ditos do senso comum.

Era como houvesse uma conexão estabelecida entre Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre, resultado de um intenso intercâmbio de jornais, revistas e livros, do centro do país ou do estrangeiro. Muitos deles chegavam poucas semanas depois de lançados, talvez trazidos pelas mãos dos viajantes que por aqui aportavam. Ou, então, através de uma interessante modalida-

16 EGO, Alter. As Mulheres e o Feminismo. In: **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1897.

17 Carnioli era o pseudônimo com que Achylles Porto Alegre assinava as suas crônicas. (Informação de conhecimento da orientadora, que me foi passada diretamente).

18 Carnioli. Coisas e Loisas. In: **Jornal do Commercio**. Porto Alegre, 31 de janeiro de 1897.

de prestação de serviços: a importação de periódicos – tanto de cunho científico como cultural – e de livros estrangeiros, clássicos da literatura ou de interesses específicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com tamanho poder de influência, evidentemente os homens de imprensa tentavam pautar a repercussão local dos grandes temas sociais da época. Faziam-no abordando recorrentemente determinados assuntos, dando-lhes, maior espaço editorial, etc. Quanto aos indesejáveis, eram via de regra omitidos. Quando tratados, as representações tinham cunho depreciativo, na comparação com os parâmetros dos temas hegemônicos.

Nesse ponto, é importante registrar que os aspectos metodológicos de trabalho dos cronistas também contribuíam para que as suas representações fossem assimiladas por seu público-alvo, sedimentando-se em seu imaginário. Um fator destacado era o uso de pseudônimos por alguns autores. Esse recurso dava-lhes uma liberdade estilística muito grande, permitindo que se valessem de fartas doses de sarcasmo, exagero, expressões preconceituosas, etc. Seus nomes verdadeiros estariam preservados para assinatura de textos mais sóbrios na forma e profundos no conteúdo, como requeria a alta literatura tão apreciada pela elite letrada de Porto Alegre.

Em função das observações da orientadora, foi possível identificar um outro aspecto relevante, a opção predominante por crônicas de ficção. A utilização de personagens e situações fictícias permitia ao cronista um controle quase absoluto na construção de suas representações sociais. A rigor, as protagonistas eram tipos beirando à caricatura, em cenários cuidadosamente selecionados. Não se precisava abarcar a complexidade dos fatos verídicos e das pessoas reais. Inclusive, alusões a teorias científicas eram, no mais das vezes superficiais e vagas, não recorrendo a citações textuais.

Com estas práticas, as crônicas conseguiam alcançar maiores camadas do público leitor. Quanto à mulher, minavam sua autoestima e motivação, adicionando obstáculos imaginários aos muitos reais já existentes em seu caminho rumo à emancipação e à igualdade de direitos. Já no que se refere ao homem, os cronistas pretendiam inicialmente diverti-lo, com a exposição da figura feminina ao ridículo. No fundo, no entanto, queriam adverti-lo dos perigos da insubordinação da mulher- fim-de-século, a nova mulher que despontava no horizonte. A qual seria, como a metáfora da modernidade, uma tempestade que rugia em pleno oceano, agitando navios com a sua força transformadora.

O trabalho realizado sob a orientação da Prof.^a Sandra Pesavento, além de ter sido muito bem recebido na banca, permitiu-me percorrer de modo seguro esse percurso acadêmico, que exige tanto seja do pesquisador

iniciante, quanto da orientadora. Sua forma de trabalho possibilitou um resultado importante, registrando em definitivo sua dimensão como mestra da História, que até hoje trago comigo.

REFERÊNCIAS

- BACZKO, Bronislaw. **Los Imaginarios Sociales. Memorias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I. Magia e Técnica, Arte e Política, ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CARNIOLI. Coisas e Loisas. **Jornal do Commercio**. Porto Alegre, 31 jan. 1897.
- CHARTIER, Roger. **A Nova História Cultural entre Prática e Representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1991.
- EGO, Alter. Crônica Estrangeira. Os Lírios do Jardins da Rainha. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1896, p. 01.
- EGO, Alter. As Mulheres e o Feminismo. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 01 jan. 1897.
- FERRI, Enrico. **Sociologia Criminal**. Versión española por SOTO, Antonio Y HERNANDEZ. Madrid: Centro Editorial de Gongora. 2. ed. 1906. Tomos I e II.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GINZBURG, Carlo. O Paradigma Indiciário. In: **Mitos Emblemas e Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.
- JANET, Pierre. **Les Médications Psychologiques. Études Historiques de, psychologiques ET cliniques sur lês méthodes de la psychothérapie**. Paris: Félix Alcan, 1925.
- KASTRUP, Diva Machado Pereira. **A Mulher na Medicina**. Porto Alegre: Martins Livreiro- Editor, 1983.
- L'ILLUSTRATION. Paris: 1890 a 1895. MCSHJC.
- LOMBROSO, Cesare.; FERRERO, G. **La Femme Criminale Et la Prostituée**. Paris: Ancienne Libraire Germer Baillière ET Cie Félix Alcan, Editeur, 1896.
- MENDES, Lúcio. “Flor-de-Chic” **Jornal do Commercio**. Porto Alegre, 03 jan. 1897.
- MENDES, Lúcio. “Enfastiada”. **Jornal do Commercio**. Porto Alegre, 09 jan. 1897.

- MENDES, Lúcio. “Litterata”. **Jornal do Commercio**. Porto Alegre, 14 de janeiro de 1897.
- OLIVEIRA, Anelda Pereira de. **Mulher Fim-de-Século**: as representações sociais da mulher através da imprensa. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Crônica: a leitura sensível do tempo. **Anos 90**: revista do Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, n. 7, , p. 29-37, jul. 1997.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade, visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma Outra Cidade o Mundo dos Excluídos no final do Século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Visões do cárcere**. Porto Alegre: Zouk, 2009.
- PORTO ALEGRE, Achylles. **Através do Passado (Crônica e História)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1920.
- PORTO ALEGRE, Achylles. **A História Popular de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1940.
- PORTO ALEGRE, Achylles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: ERUS, [19--]. p 207
- REVUE ENCYCLOPÉDIQUE. Paris: *Larrousse Éditeur*, 1896 – Número Especial sobre o Feminismo.BRG e MCSHJC.
- REVUE ILLUSTRÉE. Paris: *Ludovic Baschet Éditeur*.1891 a 1893. MCSHJC.
- REVUE DES REVUES. Paris:1890 a 1900. MCSHJC.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1995.

Recebido em 31/05/2020

Aprovado em 12/11/2020

O QUE NOSSA RELAÇÃO COM OS ARQUIVOS CIENTÍFICOS PODE APRENDER COM OS ARQUIVOS LITERÁRIOS?

WHAT CAN OUR RELATIONSHIP WITH SCIENTIFIC COLLECTIONS LEARN FROM LITERARY COLLECTIONS?

Antonio Herculano Lopes¹

RESUMO

Existe uma longa tradição de usar acervos pessoais de literatos para o estudo, a preparação de publicações e a crítica literária, que podem ter impacto no desenvolvimento de teorias e de análises históricas. A mesma atenção não costuma ser dada para os arquivos científicos. Este texto pretende explorar a riqueza e importância daquela tradição para propor que dados da subjetividade, hesitações, mudanças de rumo e outros acidentes de percurso de um cientista, surpreendidos nos seus papéis, também podem resultar em leituras mais ricas de sua produção. O arquivo de Sandra Jatahy Pesavento, historiadora que se debruçou sobre as sensibilidades, é um teste particularmente promissor para essa aposta.

Palavras-chave: Arquivo literário. Arquivo científico. Crítica literária. Autoria. Sensibilidades.

ABSTRACT

There is a long tradition of using the personal collections of literary writers to study, prepare texts for publishing, and do literary criticism, which can have an impact over theoretical developments and historical analyses. The same attention is not often given to scientific archives. This paper intends to explore the richness and importance of that tradition in order to propose that data of subjectivity, hesitations, changes of course, and other "road accidents" found in a scientist's personal archive can also result in richer readings of her/his production. The archive of Sandra Jatahy Pesavento, a historian who focused on sensitivities, is a particularly promising test for this bet.

Keywords: *Literary archive. Scientific archive. Literary criticism. Authorship. Sensitivities.*

INTRODUÇÃO

Quem visitasse o apartamento de Sandra Jatahy Pesavento em Porto Alegre, logo poderia perceber seu espírito organizado e sistemático por sua biblioteca, além de admirar sua enorme produtividade, ao ser apresentado à seção em que estavam as publicações de sua autoria. Quando, após sua morte, a família decidiu doar seu arquivo privado ao Instituto Histórico e Geo-

¹ Doutorado em Performance Studies pela New York University, Estados Unidos (1999). Presidente do Comitê Científico do IRBaec da Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasil.

gráfico do Rio Grande do Sul, a real dimensão dessa organização e sistematicidade surpreendeu até os mais íntimos. A professora registrou e guardou cuidadosamente cada passo de sua trajetória profissional, incluindo planos de aula, notas de leitura, reflexões sobre teoria e metodologia, primeiras versões de escritos, minutas de projetos de pesquisa e por certo uma infinidade de outras coisas que poderão ser descobertas, a partir do momento em que os pesquisadores de sua obra se debruçam sobre a grande quantidade de caixas que ocupam várias prateleiras no IHGRGS. Ainda restam de fora uma quantidade de documentos mais pessoais, inclusive correspondência, que a família, compreensivelmente, preferiu preservar do acesso público por um tempo mais longo.

Ao ter conhecimento desse material, logo me ocorreu o quanto já é estabelecida a importância de registros pessoais dessa ordem no meio literário e artístico — basta pensar nos acervos de um Mário de Andrade, de um Guimarães Rosa ou de uma Anita Malfatti no Instituto de Estudos Brasileiros da USP, nos inúmeros acervos de escritores modernistas sob a guarda da Casa de Rui Barbosa, nos de fotógrafos no Instituto Moreira Salles, em Villa-Lobos e Portinari, com instituições próprias, ou nos ricos acervos de Oswaldo Goeldi espalhados em diferentes instituições, todos muito procurados e utilizados pelos estudiosos. Não que não existam os equivalentes nas áreas científicas, mas raramente são utilizados pelo que revelam da subjetividade, de uma história privada de seus produtores, a não ser em caso de estudos de natureza biográfica. Tais reflexões foram sem dúvida influenciadas pelo interesse que Pesavento dedicou nos últimos anos de sua vida a uma história das sensibilidades e a todas as chamadas “viradas” que marcaram os estudos sociais nas últimas décadas, começando pela virada linguística. A falácia da pura objetividade está hoje bastante estabelecida, ainda nas áreas mais “duras” da ciência, o que no entanto ainda pouco resultou no sentido de se entender o quanto emoções, desejos, interesses e sentidos marcam toda produção humana.

Este ensaio nasceu, assim, da provocação suscitada pelo pensamento e pelo legado memorialístico de Sandra Jatahy Pesavento. Busco nele identificar na longa experiência histórica da importância que os acervos literários tiveram para o desenvolvimento de áreas de conhecimento que se debruçam sobre o fazer literário para pensar sobre sua aplicabilidade na exploração de acervos científicos, em especial os da área das humanidades.

1 Coleções, bibliotecas, arquivos - uma longa história

O gesto de formar coleções da produção escrita parece ter surgido praticamente junto com a própria invenção da escrita no quarto milênio antes da era cristã, nas cidades-estados sumérias². No terceiro milênio, em cidades como Ur e Uruque, sob o patrocínio de reis e das elites, já existe uma atividade de estudiosos sobre textos que hoje chamaríamos de literários, formando verdadeiras escolas em torno de tal atividade. Essas práticas se espalharam pelos reinos e impérios subsequentes da região, chegando até à Grécia. Tanto a Nínive de Assurbanípal quanto a Babilônia de Nabucodonosor II contaram com importantes bibliotecas reais. No período helenístico, quando é criada a mais famosa e ambiciosa delas — a de Alexandria —, quase todas as cidades mais expressivas do Oriente Próximo possuíam a sua.

A Grande Biblioteca de Alexandria, criada pela dinastia ptolomaica do Egito, foi muito além da simples coleção de escritos, ao estar integrada a uma instituição pública de pesquisa e ensino chamada Mouseion, descrita como uma casa de música e poesia, que atraiu e formou a nata dos pensadores e estudiosos do mundo helênico, mais próxima do que viriam a ser as universidades europeias na Baixa Idade Média do que dos museus renascentistas. Além de outros muitos objetos de interesse, como a filosofia e a astronomia, o estudo dos textos literários clássicos para estabelecer edições fidedignas deu nascimento à disciplina da filologia.

A Biblioteca de Alexandria não possuía coleções de arte, hábito que o mundo moderno deve mais à família Médici a partir do século XIV em Florença. Mas a grande rival de Alexandria, a Biblioteca de Pérgamo, sim. Esta cidade grega, situada na Ásia Menor (hoje, a cidade de Bergama, na Turquia), além de uma também impressionante quantidade de livros, abrigava pinturas e esculturas. Foi em Pérgamo que se desenvolveu o uso do pergaminho, que veio a ser mais importante na difusão da cultura helenística do que o papiro, monopolizado pelo Egito.

No período romano, essas grandes bibliotecas com pretensões de serem universais entraram em decadência, acelerada pela ascensão do cristianismo, logo tornado religião oficial, num momento em que a filosofia não se distanciava da religião. Por outro lado, as bibliotecas públicas se multiplicaram, mas a sobrevivência dos escritos da Antiguidade se deveu muito mais à intensa prática dos copistas profissionais do Império e depois aos monges medievais, sem contar o importante papel exercido pela civilização islâmica.

2 Para esta revisão histórica, ver Macleod (2000) e Thomason (2005).

2 Os arquivistas de si mesmo e os arquivos literários

A disseminação de um interesse renovado pela literatura clássica e o surgimento de uma literatura humanista na Baixa Idade Média e no pré-Renascimento, com a poesia provençal, seguida de poetas da dimensão de Dante, Petrarca e Bocaccio, faz com que a posse de manuscritos literários volte a ser valorizada para fora dos muros dos mosteiros. Castro (2009) fala de três formas de preservação de manuscritos literários, que foram ganhando diferente importância ao longo do tempo: o colecionismo, o arquivo pessoal do escritor e a biblioteca pública. O primeiro caso, que já fora um importante motor para a formação das coleções da Antiguidade e sua evolução para as bibliotecas, ganha nos princípios da Idade Moderna fortes aliados privados, humanistas que disputam tais manuscritos como troféus, seja os recuperados do mundo antigo, seja os de escritores contemporâneos. É graças a esses colecionadores que nos chegam autógrafos como os de Petrarca, ambicionados pelo prestígio daquele que foi o primeiro a receber a *laurea poetas* desde os tempos da Roma imperial.

A invenção de Gutenberg em meados do século XV faz crescer de forma exponencial a circulação dos escritos, com consequências de peso nos campos jurídico e econômico. De um lado, a necessidade de se proteger o autor, de outro, a de garantir os interesses econômicos do editor levam ao surgimento de uma legislação específica, formando duas tradições jurídicas, a do *copyright* (direito de cópia, que aponta para a dimensão econômica) e a do *droit d'auteur* ou *Urheberrecht* (que aponta para a dimensão moral). O primeiro documento legal europeu nessa direção é o chamado Estatuto da Rainha Ana, da Grã-Bretanha e Irlanda, datado de 1710, que já levava em conta esse duplo aspecto da autoria: um direito econômico e um direito legal. Observe-se que, por longo tempo ainda, a prática das cópias manuscritas, em geral não autorizadas, se manteve como uma importante forma de circulação dos escritos. Isso é particularmente verdadeiro no teatro em que a necessidade das companhias de dispor de textos e a facilidade de escapar ao controle de autores e editores, em particular quando o texto viajava de um país para o outro, fez com que tal procedimento se prolongasse bem adentro do século XIX.

O sentido de autor evolui ao longo do século XVIII para a visão consagrada pelo Romantismo de um criador único, original e genial. Com isso, o manuscrito autógrafo, que era mais um fetiche restrito a colecionadores, ganha outro sentido, porque revela “a mão do autor”, no dizer de Chartier (2009), a obra autêntica, conforme foi elaborada. As noções de autoria e de autenticidade caminham juntas e se tornam ainda mais relevantes sob o ponto de vista econômico. É justo nesse movimento que surge a figura do arquivista de si mesmo e que ganha sentido a ideia de se constituírem arquivos literários, as duas outras formas de preservação mencionadas por Ivo Cas-

tro. O linguista português fala em bibliotecas públicas, por serem essas as instituições que em Portugal abrigam os arquivos literários, mas em outros países estes se autonomizaram, ganhando estatuto próprio.

Começemos pelos arquivistas de si mesmo, autores ciosos da preservação da integridade de suas obras, cujo caso mais emblemático é o de Goethe. Ele deixa instruções por escrito para que seus manuscritos, cartas e demais produções de seu arquivo pessoal sejam conservados. “Meus manuscritos, minhas cartas e meus arquivos merecem a maior atenção. [...] Por muito tempo, não se encontrará tão rica e variada coleção de um só indivíduo. [...] É a razão pela qual espero que sua conservação seja garantida.” (GOETHE apud CHARTIER, 2009, p. 18). Segundo Ivo Castro, Goethe foi “o escritor que, pela primeira vez, tomou a iniciativa de organizar o próprio espólio literário, com vista a utilização futura pelo mundo científico.” (CASTRO, 2009, p. 25). Seu acervo pessoal reunia duas das formas de proteção a manuscritos literários, pois além de arquivista de si mesmo, Goethe foi um colecionador dos papéis de outros escritores.

O passo natural que se seguiu foi a incorporação de tais coleções seja a instituições públicas, seja privadas de interesse público. Quando o conjunto documental de Goethe chegou às mãos da Grã-Duquesa Sofia, de Saxe-Weimar, ela criou o Goethe und Schiller Archiv (1885) e lhe deu a incumbência de editar as obras completas de Goethe, associando acervo e edição, modelo que se tornaria recorrente. Outros escritores na Europa se sentiram inspirados pelo exemplo, como Victor Hugo, que deixou em testamento “todos os manuscritos ‘e tudo o que vier a ser encontrado escrito ou desenhado’ pela sua mão à Biblioteca Nacional de Paris.” (CASTRO, 2009, p. 25). As famílias de Zola e de Flaubert, também doaram para bibliotecas públicas, os arquivos pessoais de seus entes célebres.

O impacto da existência dos arquivos literários sobre os estudos da área esteve muito ligado ao conceito romântico de autor e da consequente singularidade radical da obra, que fazia com que vida e obra se espelhassem a ponto de uma ausência de dados biográficos do autor poder ser suprida pela documentação abundante de seus escritos, que, dispostos em ordem cronológica, seriam capazes de dar a ver o ser humano por trás deles — como se buscou fazer com Shakespeare. Roger Chartier fala de um dispositivo fundamental para biografias literárias: “localizar os trabalhos na vida exige encontrar a vida nos trabalhos.” (CHARTIER, 2009, p. 21).

O século XX colocou em cheque o autor romântico e sua centralidade. Sob a sombra de Marx e Freud, condicionamentos sociais e psicológicos destronaram o ser genial, centrado, íntegro, que se faz presente no texto pelo gesto da mão que escreve, e complexificaram o entendimento de dualidades como vida e obra, indivíduo e sociedade, matéria e espírito. Um sinal claro disso são os tipos de instituições europeias criadas no pós-Segunda Guerra

Mundial para abrigarem os acervos literários nacionais. Tanto o Deutsches Literaturarchiv Marbach (Arquivo de Literatura Alemã de Marbach), fundado em 1955, quanto o Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine (Instituto Memórias da Edição Contemporânea/Imec), de 1988, na França, quanto ainda as coleções abrigadas pela Universidade de Reading, no Reino Unido, que abrigam sob o mesmo teto o Archive of British Publishing and Printing (Arquivo de Editoras e Tipografias Britânicas) e a Authors' Papers collection (coleção de Papéis de Autor) reúnem registros de autores e de editores, apontando para uma compreensão mais integrada da produção e de suas condições, inclusive as relações de poder em um contexto de globalização acelerada.

A evolução da crítica literária, dos estudos de linguagem, da historiografia e das ciências sociais foram trazendo novas perspectivas de análise e interpretação, como a materialidade do livro ou do manuscrito, a recepção da obra, também acompanhada de suas condições, as comunidades de produtores e receptores dentro de redes sociais, intelectuais e artísticas, o impacto de novas tecnologias e a aceleração e manipulação crescente dos processos de circulação das ideias. Tudo hoje conspira para um crescente apagamento de fronteiras disciplinares, que força o estudioso com pretensões de explicações mais amplas a romper com o paradigma da extrema especialização e se entregar a um esforço de erudição multidisciplinar. Falando da importância da erudição para a história cultural, Sandra Pesavento a define como “esse capital específico do historiador que deve estar à disposição para estabelecer toda a sorte de correlações possível entre um acontecimento dado e outros, de forma a revelar os significados.” (PESAVENTO, 2008, p. 118).

3 Um pouco de Brasil

Talvez o exemplo paradigmático a ser usado no Brasil para se pensar a questão dos arquivos literários e do trabalho filológico seja o da Casa de Rui Barbosa. Depois da morte do estadista brasileiro em 1923, o Governo Federal adquiriu a residência familiar, com sua preciosa biblioteca de 37 mil volumes e seu arquivo pessoal. Aberta ao público em 1930 como museu-biblioteca, a instituição recebeu a obrigação legal de fazer publicar as obras completas do patrono. O arquivo, que também se tornou de consulta pública, não era propriamente literário, com o perfil de um jurista e homem público, mas também de um cultor da língua, que se envolveu em afamadas polêmicas, em particular a que envolveu a linguagem do Código Civil. A preparação de textos para publicação e o lidar cotidiano com o acervo levou em 1952 à criação de um centro de pesquisa, com áreas de direito e filologia, a que se veio acrescentar uma de história, para lidar com a rica hemeroteca existente. A pesquisa era realizada por nomes consagrados em suas áreas disciplina-

res e foi a partir dos anos 1960, com a modernização burocrática promovida pela ditadura militar, associada ao desenvolvimento da pesquisa científica de corte acadêmico, que houve um movimento de profissionalização dessa atividade, com a contratação de jovens pesquisadores de formação universitária.

Em 1972, com a parceria entre um eminente colecionador, Plínio Doyle, que era funcionário da Casa, e um aclamado poeta arquivista de si mesmo, Carlos Drummond de Andrade, a literatura entrou na instituição pela porta da frente. Drummond, que frequentava a casa de Doyle não só aos sábados, quando aconteciam os saraus literários conhecidos como Sabadoyle, mas também em bases mais cotidianas, para explorar sua coleção, propôs ao amigo que criasse um “museu de literatura” na instituição em que trabalhava, ao qual o poeta estaria disposto a doar seu arquivo pessoal. Como o presidente da já então Fundação Casa de Rui Barbosa, Américo Lacombe, também fosse um conviva do Sabadoyle, a ideia rapidamente foi adotada e ganhou adeptos e doadores na confraria.

O Arquivo-Museu de Literatura Brasileira logo se tornou uma das principais coleções de arquivos pessoais do país, com muitos dos principais escritores modernistas brasileiros, entre os quais, além de Drummond, Manuel Bandeira, Vinícius de Moraes, Cecília Meireles e Pedro Nava. Mais ou menos no mesmo período, surgiam outras instituições congêneres, como o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), em 1962, com perfil literário e artístico, começando por atrair os modernistas paulistas, Mário de Andrade e Anita Malfatti à frente, mas também recebendo acervos de cientistas sociais, como Caio Prado Júnior; e o Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), com perfil mais próximo do arquivo de Rui Barbosa, de interesse maior para a pesquisa em história política. Tais divisões disciplinares pareciam fadadas a só se encontrar no infinito.

As mudanças epistemológicas que grassaram no campo das humanidades, com impacto também nas ditas ciências “duras”, já nos anos 1970, mas com repercussões maiores no Brasil a partir dos 80 e 90, levaram a que as ideias de verdade e de objetividade fossem colocadas em cheque, para dar passagem a perspectivas mais hermenêuticas e posições mais relativistas ou pluralistas, como o desafio colocado por White (1995), que equiparava formalmente a narrativa histórica e a ficcional. Gradualmente, as ciências humanas foram se voltando com interesse crescente para dimensões mais próximas na tradição às artes: imaginação, representações, emoção, sentidos, sensibilidades.

4 Sandra Jatahy Pesavento

Voltamos então ao nosso ponto de partida. Pesavento, que teve uma formação de historiadora marxista e, no começo de sua produção acadêmica se dedicou a temas clássicos dessa tradição, como as questões de classe, da produção e do trabalho, fez a sua guinada nos anos 1990 para a história cultural e mergulhou no imaginário e nas sensibilidades, ainda que seus atores continuassem com frequência a ser os excluídos do banquete.

Demos a palavra à historiadora gaúcha: em linha próxima do questionamento de White (1995), mas seguindo mais de perto a discussão empreendida por Ricoeur (1994-97), defende a aproximação entre a narrativa histórica e a literária, “mas [aquela] construindo uma ilusão controlada, pelos traços ou fontes e pela pretensão de verdade.” (PESAVENTO, 2008, p. 36). Ou seja, se ambas narrativas lidam com uma construção que envolve necessariamente algum grau de arbítrio, no caso da produção historiográfica o arbítrio da imaginação deve se ater aos limites estabelecidos pelos traços que nos foram deixados pelas vidas passadas. Em outra passagem, ela leva ainda mais adiante o desafio: “Há um lado do imaginário que se reporta à vida, mas outro que se remete ao sonho, e ambos os lados são construtores do que chamamos de real.” (PESAVENTO, 2008, p. 47).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ora, se a produção do conhecimento se faz tanto a partir do que convenciamos entender por dados do real como pelos produtos da imaginação e do sentimento, aqueles arquivos ligados a homens e mulheres de ciência deverão ser escrutinados tanto por aquilo que é dito como pelos não ditos, pelo sugerido, pelo desejo que escapa das entrelinhas, pelos sinais de autocensura, de hesitação. O que Pesavento defende na sua prática de pesquisa ao debruçar-se sobre o passado é o mesmo procedimento metodológico que nos deve orientar ao nos voltarmos para o arquivo cuidadosamente organizado e controlado que ela nos legou: “[...] o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento [...] mesmo que suas razões ou motivações [...] não tenham consistência real.” (PESAVENTO, 2008, p. 58).

Sandra Jatahy Pesavento nos deixou uma obra publicada densa, rica, provocativa, que tanto alimenta nossa inteligência por análises racionais rigorosas como encanta pelo domínio retórico da linguagem e pelo apelo à nossa imaginação e sensibilidade. Deixou-nos, aos que a conhecemos, memórias que aquecem o coração de tempos passados juntos, de viagens, de fruição e de dificuldades vividas em conjunto. O que de mais traiçoeiro nos legou, no entanto, é um arquivo de trabalho aparentemente frio, impassível testemunho de seu processo produtivo, parecendo revelar uma personalidade no absoluto controle de si e dos seus objetos de estudo. É essa esfinge que

hoje nos é dada a decifrar.

Esse trabalho, para além das restrições de deslocamento impostas pela pandemia da covid-19, ainda é dependente de um acesso direto ao acervo físico, além de dificultado pelo estágio ainda inicial da sua organização. O que se pode encontrar na página da internet do IHGRGS é um inventário inicial (<http://ihgrgs.org.br/arquivo.html>),³ que registra uma biblioteca de cerca de 5 mil títulos, mais um número não especificado de publicações digitais, e um fundo documental não quantificado, que abrange a trajetória profissional e a produção intelectual da historiadora. Este se encontra distribuído por em torno de 60 “caixas numeradas” (a numeração vai até 56, mas várias se desdobram em A e B), 23 “pastas suspensas numeradas” e “gavetas” (descritas como sendo de um “móvel de madeira embaixo das caixas”). A isso, acrescentam-se 8 “fardos com documentos grandes que não cabem nas gavetas”. Cada um desses dispositivos de guarda merece uma listagem com uma descrição genérica do conteúdo.

Se tais informações não são suficientes para propiciar uma análise maior da personalidade de Sandra Jatahy Pesavento, ao menos nos dão uma ideia da dimensão, abrangência e sistematicidade do labor dessa “arquivista de si mesma”, com registros que vão do “Caderno de História do colégio de SJP (Sandra aluna)”, na caixa 42, passando pelos “Trabalhos SJP como aluna” (provavelmente já na universidade), na caixa 32, e chegando a planos de aula como professora na graduação e na pós-graduação.

A recorrência de alguns temas é reveladora de seus interesses, como no caso das imagens. Encontramos, entre outras, uma caixa de caricaturas e imagens (nº 26); outra de “filmes e disquetes antigos de conteúdos diversos” (nº 34); uma sobre imagens urbanas, com a seguinte descrição: “Mapas de Porto Alegre, lugares onde passaram os 7 pecados, lâminas de lugares na cidade (Paris, Rio), pinturas – descrição dela de mapas e pinturas de Porto Alegre” (nº 50); e uma descrita como “Iconografia/Brésil Taunay e Denis. Pesquisa Museu Castro Maia” (nº 53).

Entre as pastas suspensas, chamam a atenção as de nº 14 (“Cartazes de cinemas – Memória Vera Cruz”), 15 (“Imagens de POA”) e 17 (“Exposição Paris Galerie de l’Arsenal – La ville et ses monuments”). Mas a grande surpresa é a pasta nº 9, descrita como de “Desenhos de SJP”) – possível material em que aquela personalidade tão racional, metódica e objetiva se dê a ver em aspectos da sua subjetividade, mais difíceis de alcançar nos registros de estudo. Não é a única pasta que promete revelações desse tipo. Há também uma de correspondência (nº 4), que ainda que se limite aos seus contatos acadêmicos, sempre traz uma potencial escrita de si, e uma descrita como “Família”, para espicaçar a curiosidade do investigador que esteja atrás das

3 Acesso em 1 de setembro de 2020.

sensibilidades daquela que tanto e tão bem teorizou sobre o tema. O desafio está colocado. Vamos ao trabalho.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Ivo. A casa fechada. **Escritos**: revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, ano 3, n. 3, p. 23-36, 2009.
- CHARTIER, Roger. A mão do autor: arquivos literários, crítica e edição. **Escritos**: revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, ano 3, n. 3, p. 7-22, 2009.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (IHRGS). **Arquivo**. c2020. Disponível em: <http://ihgrgs.org.br/arquivo.html>.
- MACLEOD, Roy. Introduction: Alexandria in history and myth. In: MACLEOD, Roy (org.). **The Library of Alexandria**: centre of learning in the Ancient World. Nova York: I. B. Tauris, 2000. p. 1-18.
- THOMASON, Alison Karmel. **Luxury and legitimation**: royal collecting in ancient Mesopotamia. Hampshire (Reino Unido): Ashgate, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. v. 3. Campinas: Papirus, 1994-97.
- WHITE, Hayden. **Metahistória**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

Recebido em 17/06/2020

Aprovado em 12/11/2020

RESENHAS

CAMINHOS E DIÁLOGOS DO IMAGINÁRIO: RESENHA DO LIVRO “O IMAGINÁRIO DA CIDADE: VISÕES LITERÁRIAS DO URBANO”, DE SANDRA JATAHY PESAVENTO

Eduardo Roberto Jordão Knack¹

Durand (1984) indica que a cultura ocidental, durante séculos minimizou, ou desacreditou do poder da imagem e do imaginário como forças construtoras de conhecimento. A imagem e a imaginação não foram consideradas importantes para um caminho que busca a verdade, pois estariam sujeitas ao lado emotivo do ser humano, despertando devaneios, delírios, visões e fantasias, aspectos mais próximos do mundo dos sonhos, e não da razão. Mesmo com o desenvolvimento técnico constantemente produzindo novos meios de reprodução das imagens, a filosofia “demonstrou uma desconfiança iconoclasta (que ‘destrói’ as imagens ou, pelo menos, suspeita delas) endêmica.” (DURAND, 2001, p.7).

Por isso é importante ler e reler trabalhos que exploram os imaginários e a imaginação como problema, objeto de estudo e fonte de pesquisa na história e demais ciências humanas. Nesse sentido, os trabalhos de Sandra Jatahy Pesavento constituem leitura indispensável, pois adentram essa dimensão. A releitura da obra *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* deve ser constante para os pesquisadores que se dedicam a explorar o imaginário e as cidades. Essa obra já foi resenhada por outros autores (PELEGRI, 2004; PINHEIRO, 2010), recebeu menção em uma resenha de amplo escopo da obra da autora (PACHECO, 2009) e foi citada por uma série de trabalhos acadêmicos (artigos, monografias, dissertações, teses²) que se dedicam ao estudo do urbano, especialmente relacionados aos problemas da memória e do imaginário.

Tecidas tais considerações, é necessário destacar que a presente resenha não tem como objetivo principal uma descrição detalhada do livro, ca-

1 Graduado e Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo; Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor Adjunto da Unidade Acadêmica de História da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail para contato: knackeduardo@gmail.com

2 Alguns trabalhos de cunho monográfico que utilizam o livro *O imaginário da cidade*, entre outras obras de Pesavento: GONÇALVES, 2018; PERIN, 2017; KNACK, 2016; GRANSOTTO, 2016; MÜLLER, 2015. A partir de uma simples consulta em programas de pós-graduação do Rio Grande do Sul (buscando produções dos últimos cinco anos) foi possível constatar que a obra resenhada ainda constitui importante referência para os estudos do urbano e seus imaginários, citada e referenciada em teses e dissertações. Tal constatação atesta a importância desse trabalho e justifica a presente resenha, que busca tecer uma reflexão sobre o conceito de imaginário dialogando com Pesavento e outros autores.

pítulo por capítulo, tarefa já realizada por outros autores, mas estabelecer um diálogo entre a concepção e os debates em torno do conceito imaginário na obra de Pesavento e com outros autores que constituem referências (e sinalizam diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre o tema) para esses estudos. Estabelecer diálogo entre tais tendências não é tarefa fácil, e nem figura como o objetivo do livro em questão, mas a autora realiza considerável esforço de pesquisa ao articular diferentes perspectivas e ao se debruçar sobre diferentes fontes e representações que compõem os imaginários urbanos. Esse esforço merece um debate, especialmente para estimular futuros estudos sobre as cidades.

A obra de Pesavento pode estabelecer um diálogo com diferentes tendências de estudos sobre o imaginário. Entre elas é possível mencionar o trabalho de Baczko (1991, p.15), que observa a emergência do estado-nação como um movimento que necessitou de representações para sua construção/afirmação: “los movimientos políticos y sociales que acompañan a este nuevo espacio político necesitan de igual manera sus emblemas para representarse, visualizar su propia identidad, proyectarse tanto hacia el pasado como hacia el futuro.” Além das representações que dão corpo ao imaginário, como os hinos, imagens de heróis, datas comemorativas, entre outras, é a partir da imaginação que os grupos sociais constroem seu passado e projetam seu futuro.

“De esta manera, el imaginario social es una de las fuerzas reguladoras de la vida colectiva.” (BACZKO, 1991, p.28). É pelo imaginário que os grupos representam a si mesmos, consolidam suas imagens e legitima (ou deslegitimam) seu poder. Ao compartilhar imaginários, se constrói um verdadeiro vocabulário interpretativo conhecido pelos membros que estão inseridos/envolvidos nesse compartilhamento (sejam produtores ou receptores). Dessa forma o imaginário se torna uma ferramenta interpretativa das experiências dos sujeitos, afetando condutas, comportamentos e leituras de mundo, alimentando revisões do passado e expectativas de futuro.

Taylor (2010) observa o imaginário a partir dos modos como as pessoas imaginam sua existência social. Seu foco de pesquisa recai sobre como os ambientes sociais são imaginados, na sua partilha “por largos grupos de pessoas, se não por toda a sociedade”, e como isso possibilita compreensões e práticas comuns que conferem um sentido de legitimidade compartilhado. (TAYLOR, 2010, p.31). No Brasil, cabe menção ao trabalho de Carvalho (1990), que parte da mesma concepção de imaginário de Baczko e Taylor para abordar as batalhas travadas em torno do imaginário do novo regime republicano no país, “cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos.” (CARVALHO, 1990, p.10).

Esta concepção de imaginário social está próxima do pensamento de Castoriadis (1982), que elabora uma crítica ao que denominou como “visão

funcionalista” para a análise do papel das instituições na sociedade. O imaginário é entendido como algo “inventado”, como “deslocamentos de sentidos”, onde “símbolos já disponíveis são investidos de outras significações que não suas significações normais ou canônicas.” (CASTORIADIS, 1982, p.154). Castoriadis abre espaço para o estudo das formas de legitimação, regulamentação e (re)invenções que os grupos criam para si mesmos.

Em outra dimensão está a tendência de estudos do imaginário inaugurada por Bachelard, que dá “à imaginação uma função criadora”, com “capacidade inventiva para criar a realidade.” (PESAVENTO, 1995, p.20). Nessa linha, a imaginação é vista como uma potência criadora que não está reduzida a percepção ou ao inconsciente, e o imaginário resulta de uma relação entre realidade e fantasia. Bachelard (2006) procura analisar as “imagens poéticas” dos devaneios (sonhos acordados) a partir de visões literárias. São esses devaneios conscientes que interessam ao filósofo. «Notemos, aliás, que um devaneio, diferentemente do sonho, não se conta. Para comunicá-lo, é preciso *escrevê-lo*, escrevê-lo com emoção, com gosto, revivendo-o melhor ao transcrevê-lo.” (BACHELARD, 2006, p.7). Portanto, as imagens, “visões literárias”, constituem a matéria prima dessa tendência de estudos do imaginário.

“Nossa intenção é trabalhar a cidade a partir de suas representações, mais especialmente as representações literárias construídas sobre a cidade.” (PESAVENTO, 2002, p.10). A autora atribui significativa importância às imagens literárias e à literatura como fonte para a história. No capítulo 1 inicia indicando a relação da origem das cidades com o mito através de descrições que chegam até nós por intermédio da escrita. Além disso, reconhece a necessidade de explorar múltiplas visões das urbes em diferentes áreas do conhecimento, bem como buscar diferentes fontes de pesquisa para explorar os imaginários urbanos. “Sendo a cidade, por excelência, o ‘lugar do homem’, ela se presta à multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam o real na busca de cadeias de significados.” (PESAVENTO, 2002, p.9). Embora fonte primordial dessa obra, a literatura não é a única representação pesquisada pela autora.

As imagens trazidas pela arquitetura – ou pelo traçado da cidade, ou pela publicidade, pela fotografia, pelo cartaz, pelo selo, pela pintura, pelo desenho e pela caricatura – têm, pois, o potencial de remeter também, tal como a literatura, a um outro tempo. É o caso de um monumento que se edifica no passado, mas que é pensado e sentido a partir do presente. O espaço urbano, na sua materialidade imagética, torna-se, assim, um dos suportes da memória social da cidade. (PESAVENTO, 2002, p.16).

Ao abrir o leque de possibilidades para os estudos do imaginário e observar sua relação com a memória, Pesavento abre o diálogo para outros caminhos de estudos. Baczko (1991), ao perceber o imaginário como um guia para interpretação das experiências individuais e coletivas, sujeito aos distúrbios do presente, também associa tal dimensão com a memória. Carvalho (1990), inspirado em Baczko para elaborar seu conceito de imaginário, busca em diferentes fontes as representações da nascente república brasileira, mapeando uma memória visual e histórica que marca o século XX no Brasil. Tais relações apontam para o diálogo de Pesavento com essa tendência de estudos do “imaginário social”.

Levando em consideração esse leque de possibilidades a autora procura esclarecer a constituição do imaginário de “cidade moderna”, desde fins do século XVIII até as primeiras décadas do XX, e Paris, a “capital do século XIX”, é o grande exemplar dessa imagem, do processo de transformação urbana legitimado por tal imaginário. No caso do Rio de Janeiro, tal imaginário exerce uma força sedutora, apresentando uma imagem de cidade desejada no mundo ocidental, ocorrendo uma “metaforização do social, processo que implica a desterritorialização/historicização de ações e discursos que, ao se deslocarem no tempo e no espaço, assumem novos significados.” (PESAVENTO, 2002, p.24).

As representações de cidade moderna não são simplesmente transplantadas para o Brasil, são ressignificadas, constituindo um novo vocabulário que direciona a interpretação dessa modernidade e de suas experiências no país. Tal como Baczko (1991) e Taylor (2010), Pesavento também percebe o dinamismo do imaginário e seu papel crucial para a interpretação dos sujeitos sobre seu mundo e suas experiências. Porto Alegre também é analisada nesses termos, observando as percepções e imagens literárias em relação a essa “cidade moderna” que tem Paris como uma espécie de modelo consensual, no entanto, também se leva em considerações o papel que o Rio de Janeiro exerce no imaginário nacional em relação aos projetos de modernização urbana.

É possível perceber que Pesavento (2002), ao empregar visões literárias sobre a cidade se aproxima da tendência de estudos adotada por Bachelard, embora o filósofo estivesse voltado para pensar em uma fenomenologia das imagens poéticas, se detendo nas imagens em si, sem abordar sua relação com contextos históricos e sociais. Sua obra também pode ser articulada com a tendência de Castoriadis (1982) e Baczko (1991) ao perceber o contexto social em que tais visões são produzidas, seu uso para legitimar planos e reformas urbanas e suas ressignificações, que são fruto das circulações e (re) apropriações de tais imagens.

O reconhecimento de certas imagens “elementares”, sem deixar de associar com os contextos históricos específicos de cada caso, abre as portas

para um diálogo com Bachelard. A contraposição entre a imagem da “muralha” em Paris, equipamento urbano que foi abandonado, e praticamente destruído, com as reformas do século XIX, e a abertura dos “boulevards”, imagem significativa para a afirmação da “cidade-aberta”, constituem imagens essenciais que povoavam o imaginário urbano parisiense. Na obra de Pesavento essas imagens podem ser identificadas como “elementares”, importantes peças que compõem imaginários urbanos e foram apropriadas em outros contextos. Entre suas fontes para pesquisar as visões literárias do urbano, estão as narrativas sobre a cidade, as percepções de escritores sobre as ruas, habitações, transformações sociais e urbanas, que conferiam a Paris a imagem de “capital do mundo”, bem como de uma “cidade de contrastes” (diferenças sociais).

Paris figura como centro do imaginário social da modernidade, e escritores como Honoré de Balzac, Victor Hugo, Charles Baudelaire, Émile Zola, Guy de Maupassant entre outros, escrevem sobre as diferentes facetas da modernização – a renovação e sedução do boulevard, como novos hábitos e tipos sociais, vida noturna, e a cidade em vias de desaparecer que existia encerrada em muralhas. (PESAVENTO, 2002, p.68). Não são apenas as imagens da urbe que são exploradas, mas seus novos hábitos e habitantes, os comportamentos que estavam se transformando, isso por meio de “visões literárias”. Mas as “visões literárias” não são restritas as obras da literatura. Escritos do Barão Haussmann (responsável pelas transformações e modernização urbana de Paris), de caráter técnico, são considerados fontes para explorar imagens urbanas. Os planos e projetos urbanos revelam imagens das cidades que, concretizadas ou não, exercem significativa força na sociedade. Paris se torna uma espécie de “tipo ideal” para compreender como o processo de modernização afetou outras cidades ao longo do século XIX e XX.

Adotando a idéia do “mito de Paris” como referência emblemática para a compreensão da modernidade, temos a imagem da cidade como elemento de referência para a compreensão do todo. O traço paradigmático e metonímico dessa representação do mundo leva ao centro do que definiríamos como o “efeito do espelho”, que se realiza no Brasil, particularmente após a reforma de Pereira Passos, no Rio de Janeiro. (PESAVENTO, 2002, p.159).

Assim, as visões literárias tornam-se também imagens essenciais para entender como o imaginário de uma cidade moderna foi gestado e empregado para legitimar transformações em outras urbes. No Brasil, o Rio de Janeiro é tomado como exemplo a partir da reforma Pereira Passos, que adota sentido similar ao projeto do Barão Haussmann em Paris. “Os trabalhos

executados pelo prefeito do Sena causaram viva impressão no jovem Pereira Passos, quando de sua estada em Paris, a partir de 1857, completando seu aperfeiçoamento como engenheiro na famosa *École des Pints et Chaussés*.” (PESAVENTO, 2002, p.167). Diferente de Bachelard, que se debruça unicamente sobre as imagens literárias fruto de devaneios da imaginação, Pesavento busca o processo de circulação das representações que compõem os imaginários, atentando para os sujeitos, suas trajetórias e as (re)apropriações que ocorrem dentro de um contexto histórico.

A autora percebe, por exemplo, a relação entre a afirmação de uma identidade urbana no Rio, legitimada pelo imaginário de modernidade parisiense, a exclusão social e a negação do povo nessa construção. Enquanto as reformas urbanas despontam como exemplo do moderno, as favelas e cortiços aparecem como símbolo daquilo que deveria ser destruído, esquecido. “O conjunto das intervenções urbanísticas não se resumiu ao traçado da cidade, mas pretendeu penetrar fundo nas socialidades e valores do povo.” (PESAVENTO, 2002, p.176). Além da erradicação dos cortiços, houve tentativas de expulsar a população mais pobre do centro do Rio de Janeiro, demolindo habitações e proibindo hábitos e costumes populares. “Buscava-se eliminar da vista a pobreza, que por convicção da elite, era suja e perigosa.” (PESAVENTO, 2002, p.176).

A modernização da capital, de inspiração francesa, foi violenta e excludente. Partindo dessa consideração, Pesavento parte para a observação das visões literárias em crônicas da imprensa e obras de literatura, lendo autores como Lima Barreto. Em relação a Porto Alegre, a autora começa dissertando sobre as origens da cidade, relatando seus mitos, seu contexto histórico e as contradições sociais dessa urbe. Em meio ao século XIX, quando as representações do povo do sul ainda estavam assentadas no campo, no pampa (os vaqueiros, o gaúcho como “centauro dos pampas”), intelectuais urbanos começa a alinhar essas imagens com o mundo citadino a partir da noção da vitória dos homens, da civilização sobre a natureza. Mas apenas com o advento da República que projetos de renovação e urbanização encontram espaço na capital do Rio Grande do Sul. (PESAVENTO, 2002, p.262).

“Na proposta de progresso positivista, a cidade moderna configurava-se como uma das imagens simbólicas da modernidade almejada.” (PESAVENTO, 2002, p.263). Nesse contexto, Porto Alegre representava um desafio ao novo grupo político guindado ao poder após a Revolução Federalista. O crescimento populacional (mais de 30 mil habitantes entre 1890-1900) devido a imigração e atração de populações empobrecidas e escravos libertos, representou um desafio para os gestores. As aglomerações dos subúrbios, a produção de um Código de Posturas para construções, desestimular construção e uso de cortiços, obras de embelezamento e introdução da eletricidade, até a troca do nome de ruas estiveram entre as ações iniciais dos republi-

canos na cidade.

No plano das representações, a cidade-ideal dos gaúchos precisava encontrar formulações locais que estabelecessem um caminho em face de uma dupla mediação: por um lado, havia o modelo parisiense, conhecido da sua elite cultivada, reforçada pela matriz positivista e paradigma consagrado de modernidade urbana. Mas, por outro lado, os projetos da cidade-ideal iriam encontrar, nas primeiras décadas do século, dois exemplos americanos de que tal aventura era possível aqui, do outro lado do oceano: Rio de Janeiro e Buenos Aires. Cidades também inspiradas no modelo parisiense de modernidade, eram casos concretos da Latino-América que mediatizavam a influência externa e se constituíam em padrão de referência para Porto Alegre. (PESAVENTO, 2002, p.271).

Dessa forma, Pesavento observa como a influência de um imaginário parisiense de cidade moderna afetou duas cidades brasileira, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Cada uma dessas cidades guarda especificidades em termos de processo de urbanização e construção de imaginários, destacados pela autora a partir de minuciosa investigação em discursos e planos/propostas de reformas urbanas e nas páginas da literatura. Assim, Pesavento consegue articular duas tendências de estudos do imaginário, uma que busca a “essência” a partir de uma fenomenologia de imagens literárias, e outra que busca a função dos imaginários na sociedade.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales* memorias y esperanzas colectivas. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DURAND, Gilbert. Exploração do imaginário. In: PITTA, Danielle Perin. (org.). *O imaginário e a simbologia da passagem*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1984.
- DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. 2.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001.
- GONÇALVES, Mariana Couto. “*Andei, sempre tendo o que ver e ainda não fora visto*”: a modernização urbana pelotense a partir de crônicas e fotografias (1912-1930). Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.
- GRANSOTTO, Luciana Rodrigues. *Itinerário histórico-cultural dos becos de Porto Alegre no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado Profissional Memória Social e Bens Culturais). Canoas: Centro Universitário La Salle, 2016.
- KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto: comemoração, memória, visualidade e políticas públicas*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.
- MÜLLER, Alex Juarez. *Um espaço “entre” o urbano e o rural: representações visuais de São Leopoldo, Taquara e Novo Hamburgo (RS) 1889-1930*. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2015.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. Uma resenha para Sandra Jatahy Pesavento. In: *Fênix*, v.6, n.2, 2009.
- PELEGRINI, Sandra de Cássia A. O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano. In: *Diálogos*, v.8, n.1, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15, n.29, 1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universi-

dade/UFRGS, 2002.

PERIN, Henrique. *Roque Callage e os esquecidos d'A Cidade: a exclusão social em Porto Alegre através do olhar de um cronista (1925-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

PINHEIRO, Adson Rodrigo Silva. Resenha – O imaginário da cidade. Visões Literárias do urbano. In: *Embormal*, v.1, n.10, 2010.

TAYLOR, Charles. *Imaginários sociais modernos*. Lisboa: Edições texto & grafia, 2010.

RESENHA: PESAVENTO, SANDRA JATAHY. UMA OUTRA CIDADE: O MUNDO DOS EXCLUÍDOS NO FINAL DO SÉCULO XIX. SÃO PAULO: COMPANHIA EDITORA NACIONAL, 2001

Francielle Maciel Garcia¹

Nos seus mais de 30 anos de trabalho com pesquisa em História, Sandra Jatahy Pesavento se aventurou em diferentes abordagens historiográficas. Do marxismo a história social, e desta para a história cultural, produziu diversas obras que revelam seus interesses por assuntos que englobam o processo de modernização, o urbano, os excluídos, o imaginário social, as representações e as sensibilidades. Na obra *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos do século XIX* a autora consegue congrega com habilidade muitos desses enfoques, pois resgata, a partir da relação identidade-alteridade, como os conceitos da cidadania e da exclusão foram elaborados na cidade de Porto Alegre no final do século XIX.

Procurando reconstruir os “espaços, personagens e práticas de uma alteridade condenável e condenada” (23) Pesavento, a partir da dimensão do urbano, investiga a fronteira que separa a ordem da transgressão e demonstra a partir das representações sociais encontradas em fontes como jornais e processos crime do período, como os conceitos de cidadania e exclusão não são dados naturais, mas resultado de um discurso elaborado socialmente. Deste modo, visando alcançar os protagonistas da exclusão, apresenta um espaço urbano onde a ordem e contravenção andam lado a lado, assim como, policiais e bandidos, cidadãos de bem e malandros e donzelas e prostitutas.

No primeiro capítulo, denominado *A construção da diferença: Cidadania e exclusão social*, Pesavento apresenta os referenciais teóricos que fundamentam sua análise. Com base em autores como Pierre Bourdieu, Roger Chartier, Michel de Certeau, Carlo Ginzburg, Robert Castel, Dominique Schnapper e Michel Foucault, expõe a perspectiva de que os conceitos de cidadania e exclusão apresentam uma longa história que se compreende a partir da construção da diferença e que, como representações sociais construídas na e a partir da urbs, devem ser pensadas uma em relação à outra e explicadas a partir das relações identidade-alteridade (7).

Para autora, em uma comunidade a formulação identitária organiza a compreensão das partes com o todo. Ela é construída na interação com o outro, e embora “não seja um sistema absoluto que recobre todo o universo da comunidade” (10), pois os indivíduos podem ter identidades plurais, au-

¹ Graduada em História; Universidade La Salle Canoas - Centro Universitário Unilasalle; - Av. Victor Barreto, 2288 – Centro, Canoas. francielle_garciaz@hotmail.com

xilia na visualização da diferença e consecutivamente na “noção de pertencimento social” (11) a partir da alteridade que, como explicita a autora, por si só, não apresenta um viés negativo, pois os outros são muitos.

Ao trabalhar com as “alteridades rejeitadas, negadas e estigmatizadas” (11), Pesavento resgata o processo de construção dessa exclusão e percebe, a partir dos discursos produzidos na época, as representações sociais desejadas pela ordem burguesa para a cidade que se modernizava. Logo, identifica que a alteridade negativa é perpassada por um matiz de valoração que segue “padrões de julgamento moral, legal, racial e estético” (23), já que em uma sociedade que se quer “bela, branca e higiênica” (24) são os marginalizados, pobres e negros que sofrem com o estigma da exclusão.

Adentrando o segundo capítulo, intitulado *Geografia da exclusão*, o enfoque da obra passa a ser os territórios da cidade considerados “condenados, malditos e desprezados” (25). Percorrendo com sua narrativa esses *lugares de enclave*, berço dos excluídos e centro de imagens e discursos discriminatórios, Pesavento analisa os limites urbanos definidos pela Intendência Municipal de Porto Alegre no período e identifica geograficamente os *lugares malditos* como sendo um conjunto de becos presentes na área central da cidade e um cinturão pobre e negro que se articula ao redor dela, composto sobretudo, pelos territórios chamados de Colônia Africana e o Areal da Baronesa. Por intermédio das crônicas e discursos jornalísticos, a autora propõe um passeio por esses *maus lugares* que convergem um tipo de representação condenável dada pelo olhar cidadão, ou seja, o olhar do indivíduo que gere a ocupação formal do território (23).

Covil de vagabundos, de mulheres de baixa esfera e bêbedos, os becos são pintados nos discursos e representações dos jornais como um local de vício e contravenção, onde a prostituta tem um papel fundamental no desenvolvimento de conflitos. Confinados na área nobre e central da cidade, eram a morada de bordéis, bodegas e casas de jogos.

“Qualificando espaços, atores e práticas, na construção da alteridade condenada” (49), a partir da linguagem da estigmatização os jornais difundiam notícias que rotulavam os estabelecimentos situados nos becos como locais propícios à transgressão e mau proceder, sendo seus frequentadores indivíduos perigosos, marginais e turbulentos.

Contudo, não apenas os becos eram caracterizados pejorativamente pela imprensa. Outros territórios que abrigavam os excluídos do espaço urbano, como a Colônia Africana e o Areal da Baronesa, sofriam o mesmo estigma.

Localizada próxima de uma área abastada da capital, a Colônia Africana era retratada como um “esconderijo e covil de vagabundos, desordeiros, criminosos e marafonas” (88). Como área suburbana, formada por egressos

da escravidão, era estigmatizada de forma integral e associada a epítetos como “quartel-general de bandidos”, “corte de crime”, “centro onde se acoitam criminosos” entre outros (88).

Por sua vez, em relação ao Areal da Baronesa, a historiadora refere que há um silêncio por parte dos jornais e que a construção imaginária do território como “zona sinistra, reduto de maus elementos e de toda sorte de ameaças aos bons cidadãos da urbs” (91) é construída apenas em textos e crônicas que rememoram os espaços de vivência da velha Porto Alegre.

No terceiro capítulo da obra, denominado *O mal anda solto*, a autora prossegue sua narrativa investigando os personagens da *contramão da ordem e da vida* a partir da análise dos processos crime e da leitura dos registros policiais e notícias de jornal. Buscando resgatar os percursos contraditórios de suas acusações e julgamento, Pesavento observa que muitas vezes não existe correspondência completa entre as redes de informação documental, sendo inclusive a linguagem utilizada por ambos diferente. Enquanto os jornais buscavam estetizar o fato e exprimiam um juízo de valor que “procurava orientar a opinião do leitor pela pena do jornalista” (127) a documentação policial seguia regras fixas para as “formulas de registrar a ocorrência” (128)

Além de observar essas lacunas e explicar que descontinuidades no trabalho historiográfico são inevitáveis, Pesavento esclarece que as representações sociais estudadas e “expressas pelo discurso que dá conta de espaços, atores e práticas, não são fruto apenas dos agentes de controle da urbs ou dos gestores da cidade” (127), mas são negociadas e intercambiadas com os populares. Portanto, são tênues as fronteiras que separam o mundo da ordem do mundo da contravenção e o mundo da elite do mundo dos excluídos.

Procurando identificar os *agentes do mal* ou *turbulentos*, a historiadora lança mão de uma *geografia da contra ordem* que apresenta as ruas, praça, becos, ou seja, as vias públicas como palco central dos conflitos. Registrando que eram nos bordéis, cortiços, botequins e casas de jogo que aconteciam “a maior parte das práticas condenadas pelos códigos de postura municipais e código criminal” (132).

Ao caracterizar os personagens praticantes dos delitos urbanos, Pesavento descreve um ambiente em que os agentes da ordem e os contraventores convivem e muitas vezes se confundem, sendo os transgressores pertencentes as mais diversas escalas sociais, incluindo aquela que deveria manter a ordem.

Todavia, ao analisar as representações construídas sobre esses sujeitos nos documentos, que poderiam ser valorativas ou pejorativas, a autora evidencia a distinção que ocorre no tom do discurso dependendo da cor, etnia, sexo ou ofício profissional do infrator. Chamando a atenção, também,

para as “ressemantizações dos registros lingüísticos, que, dependendo da situação, dos atores envolvidos ou da própria natureza de delito, variavam” (146).

Seguindo no terceiro capítulo, Pesavento se propõe a ponderar sobre a qualificação das infrações ocorridas. Das transgressões mais simples destaca a desordem (que poderia ser arruaças, imprecações, injúrias ou mesmo brigas), embriagues (que segundo constata nas fontes era habitual), agressões (espancamentos seguidos ou não de ferimento com arma de fogo), prostituição e furto. O trabalho infantil, conforme verifica, não é “sequer mencionado como crime ou ato condenável” (179), mesmo noticiadas queixas de mães em situação de pobreza que entregavam seus filhos a tutores e depois tentavam os reaver devido a maus tratos.

Já as agressões feitas às mulheres, fossem elas esposas, amantes ou prostitutas, quando registradas o que era raro, não eram vistas como algo sério, sendo inclusive motivo de chacota e deboche pelos jornalistas e cronistas que buscavam um lado humorístico para seus textos. O que realmente provocava escândalo e processos eram os *crimes de amor* e *tragédias sexuais* como o defloramento, que apesar de ser considerado um delito pela lei, era pintado pelos jornais do período como uma estratégia de ação dos “casais de namorados que viviam um amor contrariado” (251). Deste modo, ao ser utilizado como tática matrimonial, por uma determinada escala social, o crime de defloramento não era considerado violento, pois quando reparado pelo casamento a transgressão era apagada.

Ainda, analisando o registro das infrações nos jornais, Pesavento percebe um novo tipo de jornalismo que vende os episódios policíescos de forma sensacionalista, se aproveitando das mazelas humanas, mas buscando também um nível de cientificidade. Para isso, descreve minuciosamente a fisionomia dos envolvidos nas transgressões e conecta com as teorias científicas da época que vinculavam a delinquência a fatores biológicos e, portanto, características físicas. “As crônicas e notícias policiais tinham, assim, um lado noir, que dava o tom de mistério e suspense a uma cidade com os seus lugares e personagens malditos” (254)

O último caso de transgressão investigado pela historiadora é o suicídio, o qual compreende “não como crime contra a própria vida, mas como um registro da auto-exclusão” (331). Múltiplas eram as causas que levavam a gente humilde ao suicídio, entre elas a autora menciona “Histórias banais, dramas verdadeiros, motivos fúteis, miséria, trabalho ou falta dele e sobretudo, amores não correspondidos” (332). Conforme destaca, os suicídios apareciam com frequência nos noticiários do período que, não permitindo maiores especulações, ofereciam uma biografia do suicidado dando a entender a partir desta os motivos que os levou a desistir da vida.

Por fim, no último capítulo da obra “acabando, sem acabar” Pesavento retoma sua pergunta inicial para abordar uma questão central para os historiadores: “como os homens foram capazes, ao longo da história, de representar-se a si mesmo e ao mundo” (356). A partir do estudo da cidade de Porto Alegre no final do século XIX e do imaginário social, a autora investiga a construção da diferença e dos conceitos de cidadania e exclusão para compreender que “nem tudo é alteridade absoluta no terreno das representações sociais, pois, no plano das sensibilidades e valores, muitas coisas eram partilhadas ou reapropriadas” (356)

Assim, como pode se perceber, a obra *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX* é de extrema relevância tanto para aqueles que trabalham com História e buscam compreender mais sobre o imaginário social, as representações e sensibilidades no fazer historiográfico, quanto para outras áreas do conhecimento ou público geral, que descobre na escrita de Pesavento um enredo atraente e de qualidade, pois comprova em cada capítulo as fontes utilizadas e as estratégias de trabalho para interpretá-las.

Apesar de escolher uma abordagem Cultural, a obra de Pesavento não ignora os ciclos econômicos da cidade e a estratificação social de seus personagens que, a partir de sua escrita, ganham nome e história, para além das relações sociais e de classe. Como dois lados de uma mesma moeda, o espaço urbano elaborado pela historiadora delimita um ambiente em que o mundo da ordem e o mundo da contravenção possuem fronteiras tênues que muitas vezes se cruzam, confundem e deixam perceber, a partir do imaginário social, os lugares de uma alteridade condenada e os valores, ordens, códigos e sentidos de uma outra temporalidade.

DOCUMENTAÇÃO

CIDADE, ESPAÇO E TEMPO: REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO URBANO ¹

CITY, SPACE AND TIME: REFLECTIONS ON MEMORY AND URBAN HERITAGE

Sandra Jatahy Pesavento²

RESUMO

Este artigo propõe-se a analisar algumas categorias, com o fito de elaborar uma reflexão sobre a memória e o patrimônio urbano: destacadamente, atém-se às categorias tempo e espaço. Propõe uma categoria de síntese: cronotopo. Toma Paul Ricoeur como referencial para pensar estas categorias. Passa então à reflexão sobre memória e identidade.

PALAVRAS-CHAVE: *Cidade – Memória Social – Patrimônio Cultural*

ABSTRACT

This article aims to analyse some concepts concerning memory and urban cultural heritage: namely, the categories of time and space. The article indicates a synthesis category: chronotopos. Paul Ricoeur is the theoretical and philosophical reference to think about these categories. Afterwards, the article handles with the subject of memory and identity.

KEY-WORDS: *City – Social Memory – Cultural Heritage*

Os vestígios arqueológicos da Amazônia sempre despertaram muita curiosidade. Amadores e especialistas fascinados pelo exotismo e pela beleza das peças arqueológicas amazônicas formaram, no final do século XIX e na primeira metade do século XX, importantes coleções numa época onde os in-

1 Este texto surgiu pela primeira vez no número de 2005, publicado em 2008, nos Cadernos LEPAARQ, da UFPEL, e foi gentilmente cedido pelos seus editores atuais, Rafael Guedes Milheira e Fábio Vergara Cerqueira, para a publicação em nosso dossiê “Sandra Jatahy Pesavento: acervo, memórias e trajetórias de pesquisa”, da Revista do IHGRGS. Em conversa por e-mail, em 30 de maio de 2020, com Fábio, ele relatou o seguinte a respeito deste texto de Pesavento: “Ele corresponde à aula inaugural do curso de História da UFPEL, que ela deu em 2004, com o tema influenciado pelo fato de termos, na época, antes da criação do PPGMP, a especialização em Memória, Identidade e Patrimônio Cultural. De fato, a Sandra foi sempre uma mega incentivadora para aprofundarmos essa área em Pelotas, de modo que hoje temos aqui o Doutorado em Memória e Patrimônio, mas também em História e em Antropologia & Arqueologia.”. No arquivo word enviado pela professora à revista da UFPEL, a data da escrita final do artigo é de 2006. Artigo disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/893>. Acessado em 07-07-2020.

2 In memoriam - Professora Titular de História do Brasil da UFRGS. Doutora em História pela USP. Coordenadora do GT Nacional em História Cultural da ANPUH. Coordenadora do Grupo Internacional Clóipe, de História e Literatura. Pesquisadora I A do CNPq. Pós-doutoramentos em Paris, Pesquisadora associada do CERMA/Paris/Fr.

teresses da pesquisa convergiam principalmente para a coleta de belas peças, preferencialmente, inteiras para serem guardadas em Museus

Lidando com as duas dimensões, do espaço e do tempo, da arquitetura e da narratividade, Paul Ricoeur (1998) nos mostra o princípio através do qual ambas trocam sinais e se relacionam: o espaço se dá a ler, o tempo se dá a ver, com o que retomamos a idéia do cronotopo e a uma postura hermenêutica que se dispõe a decifrar sentidos, sobretudo aqueles que nos chegam do passado.

Esta seria, portanto, uma tarefa a ser levada em conta por uma história cultural do urbano: partindo do entendimento antropológico da cultura como um conjunto de sentidos partilhados, o historiador buscaria resgatar a alteridade do passado de uma cidade através das representações de tempo e espaço que ela oferece. Ou, em outras palavras, trataria de abordar a cidade através de um olhar que a contemplasse como uma temporalidade que encontra forma e sentido no espaço, ou como um espaço que abriga múltiplas temporalidades e sentidos.

A partir desta unidade espaço-temporal que marca a concepção de cidade, gostaríamos de nos deter nas apropriações do urbano realizadas por duas formas específicas de representação do passado: a memória e a história.

Com sua linguagem mítica de apresentar o mundo, os gregos nos falaram da deusa Mnemósine, a memória, mãe das musas, entre as quais se encontrava Clio, a história. Mnemósine e Clio deviam ter, contudo, afinidades especiais, pois ambas tinham a seu encargo a construção de narrativas sobre uma temporalidade já transcorrida. A presentificação de uma ausência, tarefa comum voltada para a representação mnemônica do passado, devia fazer de Clio a filha dileta de Mnemósine, a deusa que presidia e tutelava este relembrar das coisas acontecidas.

Mas o estilete da escrita e a trombeta da fama, atributos de Clio, reverteriam esta situação, fazendo caber à história o registro autorizado sobre o passado, atividade marcada pelo atributo de permanência do texto sobre a oralidade. Ao fixar, pela escrita, uma narrativa sobre o passado, a história como que pretende aprisionar o tempo, dotando seu discurso de permanência. A narrativa histórica inaugura uma nova temporalidade, distinta do passado e do presente, ao reconstruir um passado que toma o lugar do acontecido e mesmo a ele se substitui como versão estável do tempo escoado.

Mesmo lidando com a mudança no tempo, a escrita da história aspira uma durabilidade, um reconhecimento e uma estabilidade discursiva sobre o acontecido, não só para o presente no qual se inscreve, mas sobre um futuro que ainda não se realizou. A história implica ter em conta um horizonte de expectativa, onde situa um público, para quem a narrativa historiográfica não apenas se apresentará como versão verossímil do passado, como mesmo

se substituirá a este no imaginário dos leitores.

É neste contexto que, em inversão do quadro apresentado na mitologia, a história passou a subordinar a memória, dela se valendo como objeto e campo de ação, presidindo a tutela da rememoração, no resgate de tudo aquilo que possa resgatar as marcas do passado. A história faz da memória uma de suas marcas de historicidade, mesmo que a evocação se baseie em um relato muito particular apoiado em um vago “eu creio que me lembro” ou em um ainda mais expressivo “ouvi dizer que”.

Pois, afinal, entre registros de pedra, de papel e reminiscências, o tal passado a recuperar é, na verdade, somente acessível pelo esforço da imaginação, uma vez que se trata de uma experiência que se passou no tempo do *já acontecido* ou para muito além deste, por fora da experiência do vivido. A objetividade deste tempo escoado só se tornará presente, para o historiador e para o leitor, através de uma operação mental e subjetiva, onde discursos e imagens dotados de sentido realizarão esta operação de reconfigurar uma temporalidade.

Mas, mesmo assim, a história se propõe como uma inscrição duradoura no tempo, a fixar os acontecimentos pela narrativa escrita e a dotá-los de permanência, no plano da coerência de um enredo e da atribuição de significados. E é neste intento que a memória, como marca de historicidade, traz para o campo da história um importante elemento: o testemunho. Aquele que rememora carrega consigo o pequeno milagre e a alegria do reconhecimento, como lembra Ricoeur (2000), traduzido no ato de confiança frente à imagem evocada. *Foi assim, foi então, foi lá, foi ele*, afirma o autor da lembrança, que *lá esteve, viu e ouviu*, dando credibilidade à rememoração.

Como se daria este processo na cidade, definida como uma unidade de espaço e tempo, e onde nos propusemos a ver como a história se apropria da memória para recuperar traçados, vivências e materialidades?

Recuperar a cidade do passado implica, de uma certa forma, não apenas registrar lembranças, relatar fatos, celebrar personagens, reconstruir, reabilitar ou restaurar prédios, preservar materialmente espaços significativos do contexto urbano. Todo traço do passado pode ser datado através do conhecimento científico, ou classificado segundo um estilo preciso, mas o resgate do passado implica em ir além desta instância, para os domínios do simbólico e do sensível, ao encontro da carga de significados que esta cidade abrigou em um outro tempo. Ao salvaguardar a cidade do passado, importa, sobretudo, fixar imagens e discursos que possam conferir uma certa identidade urbana, um conjunto de sentidos e de formas de reconhecimento que a individualizem na história.

Este é um processo de definição de um pertencimento, composto não apenas pelos registros do mundo material, dados a ver, tangíveis, à dispo-

sição do passante, como também aqueles advindos da esfera do imaterial, depositados na memória, nas tradições, na rememoração das vivências passadas, no mundo das coisas ditas. Ou seja, para o resgate da memória e da história de uma cidade é preciso convocar e recolher registros de uma outra época, testemunhos e traços de diferentes naturezas, que possam dar conta das transformações do espaço urbano no tempo.

Mas este tempo transcorrido implica, inevitavelmente, bem o sabemos, em desgaste objetivo das formas que se inscrevem no espaço urbano, tornando-as, por vezes, irreconhecíveis ou irrecuperáveis. A passagem do tempo modifica o espaço, onde as práticas sociais do consumo e da apropriação do território não só alteram as formas do urbano como também a função e o uso do mesmo espaço, descaracterizando o passado da cidade.

Neste contexto, a história enfrenta o desafio do tempo físico e do tempo social, buscando ver, no presente, uma cidade do passado que se apresenta, com frequência, como uma cidade *perdida*.

Em um primeiro momento, o historiador se sente como um arqueólogo diante da tarefa de abordar uma cidade da qual, aparentemente, não existem mais traços. A situação nos faz pensar em Ítalo Calvino e em uma de suas *“cidades invisíveis”*, espécie de cidade fantasmática onde o passado apenas se insinua por indícios quase imperceptíveis:

[...] daqui de cima não se vê nada; há quem diga: ‘Está lá embaixo; e é preciso acreditar: os lugares são desertos. À noite, encostando o ouvido no solo, às vezes se ouve uma porta que bate. (CALVINO, 1991, p. 116).

Tarefa difícil, sem dúvida, que faria deste investigador do passado das cidades quase um arqueólogo, um detetive. Mas, a rigor, não seria este justamente o reiterado percurso do historiador, a desenterrar do passado os mortos e a percorrer uma temporalidade já transcorrida, à qual ele só tem acesso através das representações?

Por vezes, principalmente nos centros urbanos que sofreram uma profunda modernização, esta mudança é de tal forma intensa que impede as evocações espontâneas, dadas pela contemplação inadvertida de um espaço, de um prédio, ou de uma situação criada no contexto da cidade que parece estranhamente familiar. Mas este despertar para o passado através do choque de uma imagem do presente – que Aristóteles chamou de *mneme*, Proust de *memória involuntária* e Joel Candau (1998) de *proto-memória*-, surgindo pela presença no espírito de uma imagem, como rememoração provocada por uma experiência casual, chega mesmo a ser anulado diante de uma cidade que sofreu profundo processo de transformação. Trata-se não apenas de uma eliminação radical das marcas ou registros do passado que uma cidade

pode conter – e, com isso, despertar, de forma automática, a rememoração – mas de um certo bloqueio da sensibilidade, impedindo de reconhecer, sob as formas novas, o passado do urbano, ali escondido. Neste contexto, a busca da temporalidade escoada implica no acionar de uma vontade e mesmo de um aprendizado, que só podem ser despertados pela ativação de um olhar sensível e por um processo que implica ensinar a pensar.

Assim, só se pode resgatar o tempo escoado no espaço da cidade através de uma atitude deliberada e de um esforço da imaginação, que chama a si toda uma carga de referências acumuladas, capazes de criar este olhar especial, que possibilita ver além daquilo que é dado a ver.

Nesta medida, o que passa a contar não será exatamente a permanência integral das formas antigas nem a sua capacidade de resistência à passagem do tempo físico, ao desgaste e à transformação, dada pela passagem do tempo social. É preciso descobrir os tempos da história que se acumulam no espaço e que podem e devem ser resgatados pela memória.

Todo traço do passado possui em si uma sucessão de temporalidades objetivas acumuladas, ou seja, as marcas da passagem dos anos e do seu uso e consumo pelos atores sociais que percorreram este espaço. Mas, embora seja importante datar estas camadas históricas, como por exemplo, no caso de um determinado espaço construído, importa também atingir as temporalidades subjetivas que este espaço urbano contém, dado pelas experiências do vivido, pelos sentidos conferidos a este espaço, tornando-o qualificado, como um lugar no tempo. Trata-se antes, pois, de tentar atingir, ou mesmo resgatar a capacidade evocativa e de significação que cada fragmento do passado possa oferecer à recriação imaginária de uma cidade. Ou ainda, o quanto de memória, história e sentido ele possa invocar.

Esta, contudo, é uma tarefa a ser empreendida, é um caminho que implica opções. A busca deliberada do tempo das cidades implica, sobretudo, como se assinalou, em uma educação dos sentidos, em um despertar das sensibilidades para a leitura do passado.

Nesta medida, estaríamos diante de uma espécie de *memória voluntária*, segundo uma terminologia proustiana, ou de uma *anamnesis* enunciada por Aristóteles, que marca uma busca, uma vontade deliberada de lembrar, uma espécie de trabalho no qual o indivíduo se empenha para tornar presente no espírito a experiência vivida do passado. Todavia, esta dimensão individual do processo de rememoração – sede primeira de toda atividade mental de evocar, como aponta Bergson -, é ultrapassada nesta instância, quando se trata de pensar que toda memória individual se constrói, também, com a memória dos outros.

Ou seja, como aponta Hallbwachs (1994), todo indivíduo que rememora, por idéias, palavras e imagens, se enquadra em um determinado meio

social, temporal e espacialmente demarcado. Esta *memória voluntária* se constituiria, pois, como uma *memória social*, onde a percepção subjetiva do tempo que passa encontra sentido na vida coletiva, que ajuda a lembrar e dar significado ao passado. E, neste ponto, Mnemósine começa a dar precedência a Clio na representação do passado.

Mas, como assinala Durkheim, há um ponto em que a memória social, fruto em parte de uma vida em comum, das tradições e de uma certa noção de herança recebida, se transforma em *memória coletiva*, que corresponde ao modo como, institucional e culturalmente, uma comunidade passa a evocar, construir e transmitir seu passado. Para tanto, os dispositivos do Estado, da educação, da cultura e da mídia são postos a serviço deste esforço não apenas de evocar e socializar as lembranças, mas também de selecionar e fixar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

Este é ainda o momento chave no qual a história realiza a construção seletiva da memória, ultrapassando a experiência do vivido e tornando patrimônio comum o que recupera do passado e que se passou há muito tempo atrás. Para tanto, a história se apodera da memória, social e coletiva, e a retrabalha, preenchendo lacunas, dando voz aos silêncios, revelando sentidos e, como aponta Walter Benjamin, acabando aquilo que, no passado, não ficou concluído. Ocupando posições nas esferas que institucionalizam e que presidem a representação do passado, a história como que *salva* para o presente a temporalidade transcorrida.

Em se tratando da cidade, a subordinação da memória à história implica no resgate de uma série de temporalidades.

O tempo das cidades é múltiplo e está sempre a ser construído, pois a cidade é uma contínua reinvenção do mundo no espaço: desde o tempo do presente, onde se realizam as opções políticas e se decidem as intervenções sobre o urbano, a cidade se reconstrói continuamente, tendo por horizonte o passado e o futuro.

Habitar uma cidade, viver em espaço urbano é, forçosamente, dotá-la de condições para que nela se exerça a vida para além do tempo do *agora*, do cotidiano da existência. O presente da cidade, tempo da vida, é um momento no espaço onde se reabilita o passado da *urbs*, material e imaterial, para que nela as pessoas se reconheçam e identifiquem, ancorando suas referências de memória e história. Mas o presente das cidades é também aquele tempo onde se pensa o futuro, se articulam planos e projetos de renovação do espaço, em antecipação, por vezes utópica, de um outro tempo ainda a realizar-se. Uma cidade, pois, inventa seu passado e cria o seu futuro para explicar o seu presente.

Renovar e reabilitar, jogando, desde o presente, as dimensões do passado e do futuro de uma cidade, seria uma outra forma de exercer a cida-

dania, entendendo que habitar a cidade implica dotar seus habitantes deste direito de usufruir vários tempos. O direito à cidade, fundamental na construção do que se pensa como cidadania, é, fundamentalmente, um direito à história, à memória, à identidade.

Mas, para tanto – e esta é a questão crucial a definir, tanto na Europa quanto na América Latina –, é o tempo do presente, do *aqui* e do *agora*, que preside o tempo das cidades, pois ele se situa no âmago das decisões ou da vontade política da cidade habitar os seus tempos.

Entendemos que esta tarefa, que compete aos chamados *produtores do espaço*, para usar a expressão de Marcel Roncayolo (1990), deveria ser secundada, cada vez mais, pelos *consumidores* do mesmo espaço, em especial por certa categoria de *leitores privilegiados* da cidade (geógrafos, historiadores, antropólogos, sociólogos). Com sua competência técnica específica e olhar sensível, eles precisariam ter maior participação nesta atividade que é a de fazer a cidade habitar os seus tempos, questionando o espaço. A cidade do passado seria o resultado de uma reunião de saberes, provenientes da ciência, do conhecimento adquirido e também das sensibilidades, da apreensão afetiva e emotiva do mundo. *Studium* e *punctum*, para usar a linguagem de Barthes (1980) ao referir-se às formas de conhecimento sobre o real.

Tomemos, pois, o caminho de Clio, que tutela a memória e inventa a história da cidade, reencontrando os seus múltiplos tempos inscritos no espaço. Os historiadores são consumidores do espaço e leitores privilegiados da cidade. Os historiadores podem ensinar a criar uma consciência do valor destas temporalidades do passado, mas, nesta tarefa, enfrentam um desafio secular, expresso no enfrentamento da permanência com a mudança.

Esta equação ancestral, que remonta a Parmênides e a Heráclito, repõe, para a tarefa de pensar a memória e a história das cidades, uma espécie de luta ou tentativa de superar o tempo.

A arquitetura e a escrita aspiram, de certa forma, uma vitória sobre o tempo, uma permanência e estabilidade. Em termos gerais, a arquitetura inscreve no espaço uma forma que aspira a durabilidade, exceção feita às chamadas *arquiteturas do efêmero*, presentes na nossa contemporaneidade. A história, por seu lado, inscreve no texto um relato que visa também a uma permanência de sentido. Mesmo tendo em conta que seu objeto é a mudança das sociedades no tempo, a narrativa histórica aspira salvar o passado para o presente e registrar para o futuro um discurso explicativo sobre o tempo. A memória é, por definição, uma luta contra o esquecimento. Nesta medida, arquitetura, memória e história poderiam ser definidas como atividades humanas marcadas pelo enfrentamento com o tempo, assegurando registros voltados para a durabilidade.

A rigor, todas estariam empenhadas na construção de uma *meta-me-*

mória para a cidade, para usar a expressão de Joel Candau (1998), referindo-se à construção de representações sobre o passado, que reconfiguram lembranças e vivências de um outro tempo, dotando-as de um sentido para o presente.

Assim, estaríamos verdadeiramente no campo da história cultural, a lidar com construções imagéticas e discursivas que se colocam no lugar do acontecido, presentificando uma ausência. E, no caso do passado das cidades, são muitos os silêncios e as lacunas a preencher pelas representações possíveis de serem construídas, dando a ver e ler uma temporalidade e um espaço muitas vezes transformado.

Qual a estratégia, contudo, a adotar? O caminho talvez seja a *patrimonialização* do passado e a educação do olhar que se inspira na concepção do *monumento*. Falamos, a priori, de uma atitude, que pode e deve ser secundada pelas intervenções práticas, orientadas pelo conhecimento técnico. Mas este, no caso, não se dará isolado, sem levar em conta esta reorientação sensível da questão urbana face ao seu passado.

A *patrimonialização* do passado da cidade implicaria em assumir a cidade como propriedade cultural partilhada, o que demanda uma aprendizagem. Reconhecer uma história comum inscrita no espaço da cidade, entender como sua uma memória social, saber ver no traçado das ruas e nos prédios e praças *lugares*, dotados de sentido, endossar um pertencimento, reconhecendo territórios e temporalidades urbanas, é tarefa que deve ser assumida pelas instâncias pelas quais se socializa uma atitude desejada, indo da mídia ao ensino, do governo à iniciativa privada. Isto implicaria em criar responsabilidades, em educar o olhar e as sensibilidades para saber ver e reconhecer a cidade como um *patrimônio* herdado.

Por outro lado, esta aprendizagem implicaria em dotar, cada espaço edificado da cidade do atributo original da palavra *monumento*: objeto que faz lembrar. É óbvio que tal atitude não implica em tudo reabilitar ou restaurar, na busca ingênua de uma cidade cristalizada no passado, parada no tempo. Mas toda arquitetura pode ser monumento, na medida em que encerrar uma memória, encarnar um sentido a ser recuperado.

Mas resta, contudo, a dualidade contraditória, expressa na oposição preservação *versus* mudança. Seria possível fazer algo durar no tempo, permanecer desde o passado para as gerações futuras sem que houvesse manutenção, restauro, salvaguarda? (Vigato, 2000). Distanciando-se da postura de um John Ruskin (1980), no século XIX, segundo o qual o destino das construções do passado é de serem consumidas inexoravelmente pelo tempo, arquitetos e historiadores preocupam-se em intervir no processo, preservando memória, sentido, história...

Talvez seja este, enfim, o caminho, que implicaria superar as anti-

nomias, unindo especialistas do tempo e do espaço em um mesmo objeto cronotópico que é a cidade: historiadores e arquitetos, associados, poderiam levar adiante esta atitude construtora de uma sensibilidade para com o passado urbano. Uma junção de olhares permitiria enxergar mais longe, transmitindo saberes voltados para o urbano e possibilitando, talvez, resgatar aquilo a que se dispõe a hermenêutica voltada para o passado: *fazer falar um outro no tempo*. No caso, esta alteridade seria a cidade da história, da memória, da arquitetura, dos caminhos e traçados perdidos, que poderiam ser despertados, em postura que, no final de contas, seria um dos exercícios possíveis da cidadania.

REFERÊNCIAS

- RICOEUR, Paul. Architecture et narrativité. *Urbanisme* (303). nov/dec, 1998. p. 44- 51.
- RICOEUR, Paul. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. *Annales*. 55 année, (4). juillet/aôut 2000. p. 731-749.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CANDAU, Joel. *Mémoire et identité*. Paris. PUF, 1998.
- HALLBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris. Albin Michel, 1994.
- RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris. Gallimard, 1990.
- BARTHES, Roland. *La chambre claire*. Paris. Gallimard/Seuil, 1980.
- VIGATO, Jean Claude, *apud* POIESIS. *Architecture. L'architecture et le temps*. Toulouse. n° 11, 2000.
- RUSKIN, John. *Les sept lampes de l'architecture*. Paris. Les presses d'aujourd'hui, 1980.

CONVERSANDO COM SANDRA. SOBRE CIDADE E PATRIMÔNIO.

TALKING WITH SANDRA. ON CITY AND CULTURAL HERITAGE.

Fábio Vergara Cerqueira¹

(..) importa também atingir as temporalidades
subjetivas que este espaço urbano contém,
dado pelas experiências do vivido,
pelos sentidos conferidos a este espaço (...).
Trata-se antes, pois, de tentar atingir,
ou mesmo resgatar a capacidade
evocativa e de significação
que cada fragmento do passado possa oferecer
à recriação imaginária de uma cidade.
Ou ainda, o quanto de memória,
história e sentido ele possa invocar.

Sandra Pesavento, Cidade, espaço e tempo..., 2005, p. 13.

RESUMO

O presente texto, marcado por uma escrita heterodoxa, apresenta, em dois tempos, uma conversa imaginária entre o autor e a historiadora Sandra Jatahy Pesavento. O primeiro tempo dessa conversa se dá em 2009, poucos meses após seu falecimento. O autor homenageia sua professora, na apresentação de um dossiê temático sobre “Cidade e Patrimônio”, em uma publicação voltada à educação patrimonial promovida pelo então Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural. Realiza um diálogo entre o texto “Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano” e os textos publicados por cinco discentes deste PPG, correspondentes a suas pesquisas de mestrado sobre Pelotas e Bagé. Na oportunidade de republicar a conversa com a Sandra, uma década depois, ocorre o segundo tempo desta conversa. O autor responde a perguntas imaginárias da Sandra sobre os desdobramentos das iniciativas patrimoniais que estavam em curso na última visita da historiadora à cidade, em 2007. Esta conversa se encerra ao concluir que a sua contribuição ao estudos patrimoniais em Pelotas merece ser reconhecida como parte do seu legado. Sempre foi entusiasta apoiadora destes estudos, que em muitos casos trouxeram benefício ao desenvolvimento da cidade e da região.

Palavras-chave – Sandra Jatahy Pesavento; historiografia; patrimônio cultural; cidade; Pelotas

¹ Pesquisador conta com o suporte do CNPq, CAPES, Fundação Humboldt, Programa de Pós-Graduação em História Comparada/UFRJ, no âmbito do Programa Institucional de Pós-Doutorado da UFRJ e PRPPGI/UFPeL.

ABSTRACT

This text, marked by a heterodox writing, presents, in two stages, an imaginary conversation between the author and the historian Sandra Jatahy Pesavento. The first part of this conversation takes place in 2009, a few months after her death. The author pays homage to his former professor, in the presentation of a thematic dossier on “City and Cultural Heritage”, in a publication focused on heritage education promoted by the Masters in Social Memory and Cultural Heritage. He conducts a dialogue between her paper “City, Space and Time: Reflections on Memory and Urban Heritage” (2005) and the texts published by five students of this Graduate Studies Course, corresponding to their master’s research about the towns Pelotas and Bagé. Thanks to the opportunity to republish this conversation with Sandra, a decade later, the second part of this conversation occurs. The author answers Sandra’s imaginary questions about the development of the heritage initiatives that were underway at the historian’s last visit to the city, in 2007. This conversation ends when the author concludes that her contribution to the heritage studies in Pelotas deserves to be recognized as part of her legacy. She has always been an enthusiastic supporter of these studies, which in many cases brought benefits to the development of the city and the region.

Keywords - Sandra Jatahy Pesavento; historiography; cultural heritage; city; Pelotas

Palavras iniciais, passada uma década

Sandra Pesavento foi minha professora sem que eu tenha propriamente sido aluno dela, pois o meu período de graduação coincidiu em parte com seu doutoramento. Quase formado, assisti a algumas aulas, “de penetra”. Graduado, segui meu caminho e logo iniciei minha carreira docente na UFPel, em 1991. Mas sempre aprendi com a Sandra e, mesmo que tenham sido poucos dias de “aluno penetra”, permaneceu a relação. Desde os tempos de graduação, época em que uma vulgata de marxismo mecanicista era imposta tacitamente aos estudantes de história como a postura correta a ser seguida, Sandra representava um oxigênio, a renovação com a qual eu me identificava. Assim, a afinidade intelectual nos aproximava, mesmo que estivesse eu construindo meu caminho na História antiga e Arqueologia clássica, e ela, na História cultural.

No final dos 90, eu e outros colegas do Departamento de História da UFPel, pouco a pouco, iniciamos uma guinada para os estudos patrimoniais e de memória. A partir do início dos anos 2000, na medida em que na UFPel iniciávamos a investir nesta área, encontramos na Sandra sempre uma grande incentivadora. Pudemos contar com a sua parceria na Graduação em História, na Especialização em Memória, Identidade e Cultura Material, criada em 2002, e no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - PPGMP/UFPel, iniciado em 2007, sendo ela a responsável pela primeira Aula Inaugural deste curso. Lembro, no jantar após esta aula, das suas palavras, pronunciando de modo convicto, em alto e bom tom, que Pelotas era a cidade certa para a criação de um tal programa, pois ali se respirava

patrimônio. Ela via uma singularidade, na forma como a cidade estava impregnada pelas temáticas do patrimônio e da memória, singularidade que justificava a vocação local para sediar este curso.

No final de 2008, a CAPES publica edital para projetos em associação entre programas. Nosso curso decidiu convidar a professora Sandra para participar desse projeto, como uma das coordenadores, por meio do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR/UFRGS. Coube a mim, único aluno seu no grupo, fazer o contato. Para acertar os detalhes, fui ao apartamento da Venâncio Aires. Após trabalharmos por algum tempo, fez-se noite, noite quente, mas agradável. Encerramos nosso encontro com uma pizza no Guion em companhia do Roberto. Poucos meses depois, no final de março de 2009, a querida professora e colega partiu. Foi a última vez que estive com a Sandra. Assim, minha memória final com a Sandra é esta, é festa, é alegria: uma conversa divertida, inteligente, regada a críticas sarcásticas aqui e ali, cheia de ironias nem sempre tão finas e de mil planos, conversa típica de quem amava com igual intensidade a boa pesquisa histórica e as boas amizades e prazeres da vida, mas que estava sempre de prontidão para as lutas que valiam a pena serem lutadas, pronta para uma boa briga.

Voltando ao final de 2008, foi quando publicamos, com razoável atraso, o segundo número do volume de 2005 dos *Cadernos do Lepaarq*, com o artigo intitulado “Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano”. Esse artigo foi uma adaptação da Aula Inaugural do Curso de História da UFPEL, que ela ministrou em 2004. Acredito que se trate de um dos últimos textos de Sandra Pesavento que vieram a público em vida (apesar da data oficial da publicação contar como 2005).

No ano de 2009, no PPGMP/UFPEL, alguns meses após o falecimento da Sandra, realizou-se a segunda edição do projeto Educação Patrimonial em Perspectiva Multidisciplinar, que foi aplicado nas cidades de Bagé, Jaguarão e Rio Grande, à época recém inseridas no programa federal que então se gestava, o PAC - Cidades Históricas. Consistia na apresentação de palestras relacionadas a assuntos variados sobre patrimônio e memória, por parte de alunos e professores do nosso programa. As falas dos mestrandos diziam respeito a seus temas de pesquisa. Os trabalhos foram organizados em eixos temáticos, coordenados por professores do programa. Em sua concepção, o curso se dividia em quatro módulos. Eu coordenava o módulo “Cidade e Patrimônio”. Sobre esse tema, naquele momento, estava muito presente em minha mente o texto da Sandra recém publicado nos *Cadernos do LEPAARQ*, acima mencionado, “Cidade, memória e patrimônio”. O curso resultou em uma publicação em formato de CD-Rom, organizada por mim, pela Maria Letícia M. Ferreira e pela Francisca Michelon, intitulado *Educação para o patrimônio em estudos interdisciplinares*. Naquela época, acreditava-se no potencial

desse formato para circular com mais facilidade. Com o passar do tempo, esse veículo entrou em desuso para publicações e muito do material assim publicado caiu em completo esquecimento, hoje praticamente desconhecido. Uma pena, pois tem ali um material muito interessante, ainda muito útil.

Assim, o módulo “Cidade e Patrimônio” converteu-se em uma seção dessa publicação, em que se discutem aspectos teóricos e legais da preservação do patrimônio nas cidades e se aprofundam alguns estudos específicos, que tratam de lugares e instituições de suma relevância na memória das cidades de Pelotas e Bagé. A seção inicia com um texto de Ester Judite Bendjouya Gutierrez, sobre o Museu do Charque, apresentando algumas ações de educação patrimonial tendo como foco as charqueadas. Nesse texto, descreve o Sítio Charqueador Pelotense e trata do reconhecimento deste patrimônio, aquinhado em 2007 com o honroso Prêmio Rodrigo de Melo Franco, além de contar a história da construção da paisagem cultural das salgas do São Gonçalo.

Seguem-se as contribuições de Andréa da Gama Lima e Ivana Morales Peres, que adentram o campo conceitual e jurídico, a primeira tratando de políticas públicas (ou ausência das mesmas) na preservação patrimonial praticada preteritamente em Jaguarão (realidade hoje bastante modificada), a segunda enfocando a limitação do direito de propriedade em Pelotas pelo interesse do patrimônio.

Este dossiê se encerra com três autores que se dedicam ao estudo de exemplares do patrimônio público da maior importância, instituições centenárias que funcionam como lugares em que se sedimentam e cristalizam memórias e representações sobre a cidade ao longo das décadas: Elaine Maria Tonini Bastianello (*in memoriam*) estuda o Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé, Guilherme Rodrigues Bruno escolhe como tema o Mercado Central de Pelotas – instituições estas que entraram em funcionamento na década de 1850! Janaína da Silva Xavier, por sua vez, se dedica ao saneamento de Pelotas, que nos legou peças reveladoras da excelência estética do passado combinada ao espírito da modernidade e do progresso então vigentes, como a Caixa d’água da praça da Santa Casa e o conjunto de quatro chafarizes (três hoje preservados), que remontam à década de 1870.

Cabia a mim apresentar e discutir esses textos no curso, e, na publicação, redigir a apresentação deste dossiê. Enquanto eu li e revisei o material que os então mestrandos haviam preparado, o texto da Sandra reverberava na minha cabeça, pois havia nitidamente uma conexão muito forte entre as pesquisas que eles desenvolviam e o que a Sandra nos ensinava sobre as camadas do tempo plasmadas nas cidades e sobre a necessidade dos saberes interdisciplinares. Assim, a introdução deste dossiê materializou-se, sob a forma de texto, naquilo que acontecia na minha mente: uma conversa imaginária com a recém falecida historiadora gaúcha, professora e amiga, San-

dra Jatahy Pesavento, que havia elevado o binômio cidade-patrimônio a um lugar de centralidade nos debates contemporâneos das Ciências Sociais no Rio Grande do Sul e no Brasil. Por meio deste diálogo, inventado em minha imaginação, eu, ao conversar com a Sandra, estabeleço um diálogo entre seus ensinamentos, como formulados no texto publicado nos *Cadernos do LE-PAARQ*, e os argumentos e perspectivas trazidos pelos mestrandos autores dos capítulos do dossiê. A forma dessa conversa, vale lembrar, é determinada também pelo seu contexto de escrita, pelo escopo de apresentar o dossiê.

A escrita original desta “conversa”, realizada em 2009, e aqui retomada, no meu íntimo se deu como uma forma de homenagear a colega que havia partido pouco antes, deixando profunda marca em toda uma geração de historiadores formados em nosso estado, mas que tinha também um legado localizado, no Sul do estado do Rio Grande do Sul, não conhecido por muitos fora dali. Portanto, havia nesta homenagem também o agradecimento pelo apoio incondicional e veemente que sempre prestara a todas nossas iniciativas na seara do patrimônio. Retomar esse texto agora, em um contexto de rememoração do contributo da Sandra, funciona para mim como uma renovação dessa homenagem, com uma distância um pouco maior, para poder avaliar sua aposta e legado para o desenvolvimento dos estudos patrimoniais ao Sul do Sul, em Pelotas e seus entornos.

É por este contexto que a escrita deste texto guarda alguma particularidade. Aqui, em vez de Pesavento, o referencial bibliográfico, a conversa é com a Sandra, a pessoa, em minha memória a professora, depois colega e sempre amiga, enfim, interlocutora, com a qual mantinha grande afinidade intelectual. Na apropriação de palavras suas ao longo do texto, para não interromper a cadência deste diálogo imaginário que proponho, os trechos, conceitos, ideias ou palavras serão referenciados apenas pelo prenome Sandra, sem indicação de referência, ficando subentendido que se trata de um extrato do artigo referido acima, publicado em Pelotas em 2008. Somente os trechos citados em parágrafo destacado apresentarão a referência completa. A única citação que não provém desse artigo é a passagem com que inicio a conversa imaginária, extraída do texto original e não publicado da Aula Inaugural proferida na UFPel em 2004.

Como apontado acima, todos os trechos utilizados de Sandra Jatahy Pesavento, para o estabelecimento deste diálogo, foram extraídos do seu artigo citado logo acima, “Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano”.

Introdução à conversa com a Sandra (redigida em 2009)²

2 Este trecho e o trecho Conversando com Sandra, com alguns ajustes, retomam o texto RIHGRGS, Porto Alegre, n. 158 especial, p. 217-241, dezembro de 2020.

Propor-se pensar os temas da memória e do patrimônio para se compreender a cidade, para se ler a cidade, para se idealizar, para se buscar uma cidade desejada, oportuniza uma conversa: um diálogo com algumas ideias da historiadora gaúcha Sandra Jatahy Pesavento, que há poucos meses afastou-se em definitivo do convívio físico da cidade dos vivos, mas deixou contribuições intelectuais – e que a manterão viva por muitos anos – de relevância extrema para compreender esta cidade, para podermos encontrar uma cidade melhor, ancorada no conhecimento e valorização da memória social e do patrimônio cultural.

Bem, e se patrimônio e saudades são coisas, de certo modo, familiares, peço desculpa ao leitor, se for algo abusivo nas remissões a esta historiadora. Encarem por favor como uma forma de sorver as minhas saudades por esta colega e amiga, que deixou um imenso legado intelectual na nossa sociedade, legado que vai muito além das páginas escritas de sua obra, legado que se configura na construção de uma nova forma das cidades se encararem – e de nós nos encararmos dentro delas.

Peço inclusive licença à formalidade técnica, pois, em lugar de Pesavento, pois se costuma referenciar autores pelo sobrenome, me referirei aqui à Sandra, à nossa Sandra, pelo prenome, opção técnica heterodoxa generalizada neste texto, dada a proposta de desenvolver aqui uma conversa imaginária, aos moldes de um diálogo inspirado na tradição inaugurada por Platão e seguida por Ateneu. Desta conversa participarão, além de mim e da Sandra, os autores dos capítulos relativos ao tema da cidade, todos tratados por seus prenomes, Ivana, Andrea, Eliane, Guilherme e Janaína – aqui, em nosso país, em conversas, tratam-se pessoas pelos seus prenomes, e assim faremos. As citações destes incorporadas no corpo de parágrafo referem-se ao seus textos, indicados aqui ao final, publicados no dossiê “Cidade e Patrimônio” na coletânea *Educação para o patrimônio em estudos interdisciplinares*. Para não romper a estrutura textual de conversa, a referência completa é indicada somente nas citações destacadas em parágrafo à parte.

“Nossa Sandra”, assim a chamei logo acima, porque desde a primeira hora foi apoiadora incontestada de nosso projeto de criação de um mestrado dedicado à memória social e ao patrimônio cultural em Pelotas, o qual veio a iniciar mais tarde, no ano de 2007. Na verdade, alguns anos antes, já havia vaticinado o seu advento. Entendia ela que esta cidade era o endereço certo para este mestrado; entendia que este era um mestrado certo para nossa cidade.

Conversando com a Sandra

Começamos a conversa com as palavras abaixo:

[o] espaço urbano contém um tempo, encerra uma história e uma memória e supõe uma leitura, que faz da cidade como que um livro de pedra, como já disse Walter Benjamin. Nesta medida, cada forma, cada materialidade e traçado que marcam a apropriação do espaço, se constituem em um texto, que comporta uma trama e oferece uma intriga a ser desvendada (PESAVENTO, 2004, p. 1).

Portanto, aceitamos aqui a tarefa proposta pela Sandra: desvendar-mos uma intriga. Cinco pesquisadores do passado e do presente, no presente, Guilherme Bruno, Janaína Xavier, Elaine Bastianello, Andréa da Gama Lima e Ivana Morales Peres, propõem-se pensar a cidade a partir dos temas do patrimônio e da memória, e pensá-la sob diferentes ângulos.

Esta tarefa, em nosso país, por via de regra, não é tarefa simples. Entre nós, tornou-se hegemônico o modelo da *cidade genérica*, conforme o qual as cidades foram se delineando, se expandindo, se configurando, se desconfigurando, foram emergindo, numa ausência de efetivo planejamento, à revelia da atenção ao equilíbrio morfológico urbano, sem os devidos cuidados com a articulação entre a volumetria, os recuos, caimentos, coberturas, fachadas; portanto sem um ajuste harmonioso entre as linguagens estéticas e urbanas do passado e do presente. Resultado: violento apagamento de memórias, de seus suportes e até mesmo de seus rastros.

Nestas cidades, predominantes em nosso país, cuja forma se submeteu aos desejos do mercado, fazem-se necessários – como bem lembra Sandra – esforços detetivescos para enxergar o que não se consegue ver por através, para se enxergar os pontos de reminiscência, os lugares evocativos do passado. Lugares que permitam acomodar aspectos da identidade particular desta localidade na preservação da memória enraizada em camadas de tempo pretéritas – esta ideia das camadas de tempo leva Sandra a dizer que o estudioso da memória da cidade é sempre uma espécie de arqueólogo, pois

precisa lidar com estratigrafias de memórias. Como arqueólogo, sinto-me aqui contemplado, pois hoje a arqueologia das cidades, a chamada arqueologia urbana, não se limita mais ao que está debaixo do solo e que pode vir a ser escavado; hoje, ela gera conhecimento arqueológico do edificado, do que está sobre o solo, dos sentidos do espaço urbano compartilhado.

É possível que estas formas – ou *deformações*, poderíamos até dizer – que as cidades assumiram ao longo do século passado, expressem uma visão de progresso que o século dezenove legou às gerações seguintes. Como exemplo deste pensamento, John Ruskin asseverava que o destino das construções do passado é de serem consumidas inexoravelmente pelo tempo³. Assim, o caminho do progresso em nosso país, no século vinte, foi acompanhado pelo avanço das novas edificações, verticalizadas, não somente sobre espaços novos, tomados ao ambiente natural, mas de forma muito mais radical sobre as áreas edificadas e urbanizadas que representavam traços do passado. É como se uma das grandes missões da modernização fosse apagar o passado, ao qual se atribuía *atraso*, *provincianismo*. As palavras da Sandra, em sua precisão ou em sua profundidade, ecoam como definidoras deste quadro: “nos centros urbanos que sofreram uma profunda modernização, esta mudança é de tal forma intensa que impede as evocações espontâneas”.

Ou ainda, como quis Sandra, esta transformação das cidades pode vir a romper quase que por completo as conexões afetivas e sensíveis entre o presente e o passado, rasgando os liames identitários que a memória costura entre as pessoas de hoje e de ontem, entre a cidade de amanhã e de anteontem:

Trata-se não apenas de uma eliminação radical das marcas ou registros do passado que uma cidade pode conter – e, com isso, despertar, de forma automática, a rememoração – mas de um certo bloqueio da sensibilidade, impedindo de reconhecer, sob as formas novas, o passado do urbano, ali escondido. Neste contexto, a busca da temporalidade escoada implica no acionar de uma vontade e mesmo de um aprendizado, que só podem ser despertados pela ativação de um olhar sensível e por um processo que implica ensinar a pensar (PESAVENTO, 2005, p. 12).

Contudo, a Sandra reconhecia que os caminhos foram diferentes nas cidades das quais falamos aqui, posto que Pelotas, Bagé e Jaguarão ofereciam, de uma forma ou de outra, resistência ao estabelecimento aniquilador da *cidade genérica*. Talvez por isso, pensava Sandra, Pelotas seria o endereço

3 RUSKIN, John. *Les sept lampes de l'architecture*. Paris, Les presses d'aujourd'hui, 1980, apud PESAVENTO, 2005, p. 16.

certo para um curso de pós-graduação em memória e patrimônio.

Estas cidades permitem, pois, pela forma com que o passado se faz presente, reflexões particulares sobre o tema. E este é o desafio que se coloca aos nossos autores, que perscrutam o impacto da memória e do patrimônio sobre suas cidades, sob diferentes pontos de vista. Mas esta diversidade de ângulos e perspectivas é inevitável, e inexorável, pois, dando voz à Sandra, “[o] tempo das cidades é múltiplo e está sempre a ser construído, pois a cidade é uma contínua reinvenção do mundo no espaço”. O espaço da cidade é lugar de “múltiplas temporalidades e múltiplos sentidos”.

E já que falamos de nossos autores, vejamos quem são e de que propõem falar, e possibilitemos a eles também participarem desta conversa imaginária com a Sandra.

Os dois primeiros estudos focam-se nas dimensões políticas e jurídicas da questão do patrimônio cultural. Andréa da Gama Lima, com formação em artes visuais, ao estudar as políticas de preservação de patrimônio, nomeadamente no caso de Jaguarão, preocupa-se com o processo de seleção, com a forma pela qual o passado é abordado ao ser recortado e elevado à categoria de patrimônio. Para estudar o caso de sua cidade, discute conceitos e práticas de patrimonialização na contemporaneidade, procurando entender como se constituem os *elencos patrimoniais*, termo escolhido para se referir ao conjunto de elementos previamente selecionados para serem alvo e ponto de convergência de políticas preservacionistas. Ao analisar projetos voltados à salvaguarda e gerenciamento do patrimônio da cidade de Jaguarão, localizada na fronteira com a República Oriental do Uruguai, procura averiguar que passados são silenciados, a que passados se dá voz, como se articulam visões do presente e do passado, na escolha de passados feita no presente, por quem são feitas no presente estas escolhas de passado.

Ora, Andréa, sem dúvida se trata de *questão crucial*, como ressalta Sandra:

Mas, para tanto – e esta é a questão crucial a definir, tanto na Europa quanto na América Latina –, é o tempo do presente, do *aqui* e do *agora*, que preside o tempo das cidades, pois ele se situa no âmago das decisões ou da vontade política da cidade habitar os seus tempos (PESAVENTO, 2005, p. 14).

Ou seja, considero que a questão que Andrea da Gama Lima toma como objeto de estudo está no núcleo de todas as discussões sobre patrimônio, uma vez que o ato de lembrar implica no ato de esquecer. Isto é, os processos de escolha de fragmentos do passado a serem elencados no rol dos bens culturais identificados como patrimônio portador de valores significativos da memória social, em que a identidade coletiva deva e possa se ancorar,

são um momento de natureza política, decisivo para as políticas públicas de salvaguarda do patrimônio e preservação da memória, pois o esquecimento de certos traços do passado – penso – pode associar-se a estratégias de exclusão social de grupos, marginalizados socialmente no presente e aliados da representação de ícones do seu passado como ícones de memória coletiva.

Daí a necessidade de que o processo de patrimonialização conte com mecanismos de escuta não somente daqueles que produzem o espaço, mas necessariamente também daqueles que consomem o espaço. Eu gostaria de ressaltar aqui a necessidade de escuta da população, do público, que é uma das metas de algumas linhas de atuação junto ao patrimônio cultural, como a educação patrimonial e a arqueologia pública.

Sandra, no entanto, confere grande valor à voz de outro *consumidor do espaço*, aquele que é portador de alguma forma de saber técnico sobre as relações que a cidade estabelece entre seu passado e seu presente, entre sua cultura material, edificada, móvel e imóvel, e seus repertórios simbólicos.

Entendemos que esta tarefa, que compete aos chamados *produtores do espaço*, para usar a expressão de Marcel Roncayolo⁴, deveria ser secundada, cada vez mais, pelos *consumidores* do mesmo espaço, em especial por certa categoria de *leitores privilegiados* da cidade (geógrafos, historiadores, antropólogos, sociólogos). Com sua competência técnica específica e olhar sensível, eles precisariam ter maior participação nesta atividade que é a de fazer a cidade habitar os seus tempos, questionando o espaço (PESAVENTO, 2005, p. 14).

Fazendo ecoar o argumento de Sandra, eu gostaria de dizer que as cidades precisam também escutar a Andrea, pois é necessária a competência técnica para julgar os próprios processos de patrimonialização e a sua respectiva capacidade de realizar uma abordagem social abrangente e plural.

4 RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris, Gallimard, 1990, apud PESAVENTO, 2005, p. 16.

Sandra ressalta o potencial papel dos historiadores, com sua competência técnica particular:

Os historiadores são consumidores do espaço e leitores privilegiados da cidade. Os historiadores podem ensinar a criar uma consciência do valor destas temporalidades do passado, mas, nesta tarefa, enfrentam um desafio secular, expresso no enfrentamento da permanência com a mudança (PESAVENTO, 2005, p. 15).

Com o estudo de Ivana Morales Peres, passamos da política ao Direito e aos processos judiciais, mergulhando nos conflitos de interesse entre o privado e o público, de onde o patrimônio emerge como uma categoria vista como qualificadora da vida social.

Bacharel em Direito e especialista em Direito Processual pela Universidade Católica de Pelotas, a pesquisadora, que atua como assistente de Promotoria do Ministério Público Estadual, especificamente na Promotoria da Defesa Comunitária de Pelotas, traz para dentro de sua reflexão a sua experiência profissional, sustentando suas reflexões, portanto, numa mediação entre teoria e práxis.

Escolhendo as limitações ao direito de propriedade e seus efeitos sobre a preservação do patrimônio edificado em Pelotas, Ivana articula, em sua análise, (1) os instrumentos de proteção ao patrimônio cultural, nomeadamente o tombamento e o inventário, (2) a reação às limitações do direito de propriedade, por parte de particulares, face à função social concernente à salvaguarda do patrimônio cultural, e (3) a intervenção do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Ivana conclui que as limitações ao direito de propriedade contribuem para uma conscientização da população pelotense quanto à necessidade de proteção do patrimônio cultural da cidade e quanto à importância da intervenção do judiciário para a efetividade desta proteção. Avança em suas conclusões apontando sua convicção de que “a função social da propriedade alterou o conceito absoluto do direito de propriedade, limitando esse direito, a fim de que, em relação ao patrimônio cultural, tais bens fossem protegidos de maneira eficaz: ou seja, em caso de descumprimento da função social por parte do proprietário, são cabíveis sanções pelo ato indevido”.

Com base em sua experiência judicial, que permite analisar dois casos concretos em Pelotas, aponta-nos que, “além de compreender que os instrumentos de proteção – tombamento e inventário – geram efeitos positivos e negativos para o proprietário, é relevante entender que para a plena efetividade dos seus objetivos, estes sejam acompanhados, principalmente, pela atuação Ministerial e do Poder Judiciário”. Ou seja, por si só, os institutos

do tombamento e do inventário não são suficientes para alcançar os seus objetivos e frear a deterioração e depredação destes bens culturais, sendo indispensável a intervenção judicial.

Ivana finaliza afirmando que a preocupação com a busca da conscientização pela proteção patrimonial deve ser incluída de forma concreta nas relações sociais, assim como a necessidade de atuação conjunta dos órgãos públicos como o Ministério Público, quanto de outros atores que contribuem na luta constante pela preservação do patrimônio cultural edificado.

As reflexões da Sandra sobre o patrimônio e a cidade vão em uma direção convergente a esta apontada pela Ivana, apesar de acrescentar outros componentes. Para Sandra, lidar com o passado é exercer cidadania. E isto diz respeito diretamente ao Direito e aos direitos dos cidadãos.

Renovar e reabilitar, jogando, desde o presente, as dimensões do passado e do futuro de uma cidade, seria uma outra forma de exercer a cidadania, entendendo que habitar a cidade implica dotar seus habitantes deste direito de usufruir vários tempos. O direito à cidade, fundamental na construção do que se pensa como cidadania, é, fundamentalmente, um direito à história, à memória, à identidade (PESAVENTO, 2005, p. 14).

Se a Sandra converge com a preocupação de Ivana, em sinalizar para o papel central do Direito, do Judiciário e do Ministério Público, no jogo que garante a preservação do patrimônio cultural, a pergunta da Sandra, por sua vez, inclui ainda outros anseios, que apontam para a nossa preocupação com a educação patrimonial, perspectiva norteadora da organização desta obra voltada a instrumentalizar professores, gestores de cultura e outros profissionais no ensino, para a avaliação e tomada de decisão em questões atinentes ao patrimônio e à memória.

Qual a estratégia, contudo, a adotar? O caminho talvez seja a *patrimonialização* do passado e a educação do olhar que se inspira na concepção do *monumento*. Falamos, a priori, de uma atitude, que pode e deve ser secundada pelas intervenções práticas, orientadas pelo conhecimento técnico. Mas este, no caso, não se dará isolado, sem levar em conta essa reorientação sensível da questão urbana face ao seu passado (PESAVENTO, 2005, p. 15).

A Sandra nos coloca que a *patrimonialização* do passado da cidade implicaria em assumir a cidade como propriedade cultural partilhada. Isto sem sombra de dúvida nos reporta ao Direito, uma vez que considerar a cidade uma propriedade cultural compartilhada tem implicações diretas sobre o di-

reito, até então considerado absoluto, de propriedade privada, levando-se a sério o conceito de função social da propriedade. A Sandra, no entanto, nos fala que esta questão do compartilhamento da cidade acarreta, sobretudo, a demanda de aprendizagem, que deve resultar de ação coordenada entre imprensa e educação, entre a esfera estatal e a esfera particular.

Reconhecer uma história comum inscrita no espaço da cidade, entender como sua uma memória social, saber ver no traçado das ruas e nos prédios e praças *lugares*, dotados de sentido, endossar um pertencimento, reconhecendo territórios e temporalidades urbanas, é tarefa que deve ser assumida pelas instâncias pelas quais se socializa uma atitude desejada, indo da mídia ao ensino, do governo à iniciativa privada. Isto implicaria em criar responsabilidades, em educar o olhar e as sensibilidades para saber ver e reconhecer a cidade como um *patrimônio* herdado (PESAVENTO, 2005, p. 16).

E, para saber reconhecer a cidade como um patrimônio herdado, para entender o que e o quanto um objeto faz lembrar, se fazem necessários estudos, estudos sobre a memória social, estudos que se imiscuam nas entranhas das várias historicidades e temporalidades que se escondem nas camadas de passado existentes no patrimônio, no *monumento* – o objeto que faz lembrar. Sandra lembra que é necessário decifrar sentidos que, na cidade, nos chegam do passado. Para tanto, ela advogava uma “história cultural do urbano: partindo do entendimento antropológico da cultura como um conjunto de sentidos partilhados”. Queria de nós que abordássemos “a cidade através de um olhar que a contemplasse como uma temporalidade que encontra forma e sentido no espaço, ou como um espaço que abriga múltiplas temporalidades e sentidos”.

Sem dúvida, Sandra valorizava o registro, o inventário, o relato, a celebração, mas, muito mais do que isto, o que ela valorizava nesta tarefa de desvendar as intrigas de sentidos acumulados nas camadas de passado dos bens culturais era outra coisa. O conhecimento e reconhecimento de sentidos que sustentem uma identidade urbana, enraizada tanto no presente quanto no passado e projetada para o futuro.

Recuperar a cidade do passado implica, de uma certa forma, não apenas registrar lembranças, relatar fatos, celebrar personagens, reconstruir, reabilitar ou restaurar prédios, preservar materialmente espaços significativos do contexto urbano. (...) Ao salvaguardar a cidade do passado, importa,

sobretudo, fixar imagens e discursos que possam conferir uma certa identidade urbana, um conjunto de sentidos e de formas de reconhecimento que a individualizem na história (PESAVENTO, 2005, p. 11).

Portanto, ao estudar a memória e o patrimônio de uma cidade, ao buscar a sobreposição de seus sentidos, trata-se de um processo de definição de pertencimento, que se compõe tanto dos suportes de memória do mundo material, quanto daquilo que nos reporta ao imaterial, ao intangível, guardado na memória, nas lembranças, naquilo que Sandra chama o “mundo das coisas ditas”.

Quando a Sandra nos exorta a pensar a memória da cidade do passado, da cidade *perdida*, quando nos convoca a avaliar o sentido da preservação patrimonial, ela não pensa que o que conta é “exatamente a permanência integral das formas antigas, nem a sua capacidade de resistência à passagem do tempo físico, ao desgaste e à transformação, dada pela passagem do tempo social”. Entendo, diante das palavras da mestra, que a preservação material pura e simples, como meta cega de conservação e restauro de bens culturais, não é o que importa para ela: “É preciso descobrir os tempos da história que se acumulam no espaço e que podem e devem ser resgatados pela memória”.

Sandra nos ensina, então, que “todo traço do passado possui em si uma sucessão de temporalidades objetivas acumuladas”, de modo que o grande desafio, ao desvendar a intriga, é “resgatar a capacidade evocativa e de significação que cada fragmento do passado possa oferecer à recriação imaginária de uma cidade. Ou ainda, o quanto de memória, história e sentido ele possa invocar”.

Para se perscrutar os sentidos culturais em camadas de passado subjacentes à aparência atual dos bens culturais, a Sandra nos alerta que “a passagem do tempo modifica o espaço, onde as práticas sociais do consumo e da apropriação do território não só alteram as formas do urbano como também a função e o uso do mesmo espaço, descaracterizando o passado da cidade”.

Penso que, em virtude desta característica de ressignificação dos espaços, das edificações, das paisagens, adquire um caráter especial, para fins de estudo de memória social, a compreensão, bem como registro, inventário e valorização patrimonial, de bens culturais que se mantêm, por várias décadas e gerações, atravessando os séculos, não somente conservando a sua morfologia e integridade física, mas exercendo praticamente as mesmas funções ao longo do tempo, mesmo que reconfiguradas conforme as transformações sociais e tecnológicas. Pergunto-me o que a Sandra pensaria disto.

Não sei agora a resposta dela, mas podemos, de certo modo, conhecer a resposta de três pesquisadores, que se dedicam a estudar bens edificados

que desempenharam e até mesmo desempenham serviço público característico da vida urbana, desde o século dezenove, nas cidades de Bagé e Pelotas.

Em virtude de estas cidades terem, em certa parte, resistido à completa descaracterização de sua morfologia urbana que predominou nas cidades brasileiras na segunda metade do século passado, existem nelas inúmeros bens que, de certo modo, acompanham, ou, poderíamos dizer, são espectadores do desenvolvimento do espaço urbano, da transformação. Mesmo assim, se mantêm, carregando consigo múltiplos sentidos, entre os quais podemos desvelar alguns, desvendando parte da intriga de significados culturais associados.

Mais do que do particularismo da arquitetura civil, das residências, falamos aqui de equipamentos típicos do processo de modernização urbana que o Brasil viveu no século passado, sob a égide da Revolução industrial e mundialização de padrões ocidentais nas áreas que estavam sob sua influência comercial e cultural. Os estudos constantes nesta obra referem-se a mercado público, a saneamento e a cemitério, três equipamentos marcantes na constituição da visão de mundo urbana da época, e, portanto, definidores de um sentido de pertencimento a uma forma particular de vida urbana.

Novamente, me perguntaria o que pensaria a Sandra. Entre tanta transformação da paisagem urbana, dos espaços, por entre tantas sobreposições de temporalidades, nos defrontamos aqui diante de equipamentos, como o mercado público e o cemitério, que mantiveram de forma significativa a sua morfologia e função, mesmo comportando mudanças físicas e adaptações funcionais. Entre suas curvas, suas sombras, suas imagens, mais ou menos frequentadas pelo público, mais ou menos abandonadas ou preservadas, percorreram pessoas, atividades, sentimentos, passaram-se décadas, seis, sete, oito gerações, e vários sentidos culturais, sob forma material e imaterial, foram plasmados nestes equipamentos.

Mas a Sandra tem aí, uma frase curtinha: “Em se tratando da cidade, a subordinação da memória à história implica no resgate de uma série de temporalidades”. Ou seja, o um século e meio do Mercado Público de Pelotas comporta em si múltiplas temporalidades, que se instalaram e atravessaram este espaço, ao longo do tempo. Logo, penso, não se trata de se buscar a memória de uma linha de tempo contínua, única, mas de dar vozes a vários mercados.

Os três estudos, dedicados a estes equipamentos urbanos, dão conta não somente da cidade material, mas da cidade imaginária; da cidade dos vivos, com o mercado e as águas tratadas, e da cidade dos mortos, com o cemitério. O primeiro artigo, que nos chama a atenção, é de autoria de Guilherme Rodrigues Bruno, arquiteto e urbanista, com domínio das técnicas gráficas digitais, que se ocupa da preservação do Mercado Central de Pelo-

tas, um dos mais antigos prédios históricos da cidade, projetado inicialmente em 1846, que continua até hoje como uma das imagens “mais recorrentes entre as representações da cidade, além de ser a construção remanescente do século XIX mais permeável ao uso público”. Ressalta ainda que é um dos equipamentos urbanos onde as relações de apropriação, domínio e controle do espaço estão mais democraticamente compartilhadas entre o Estado, a iniciativa privada e a população.

O segundo artigo, de Janaína Silva Xavier, com formação em artes visuais e especialização em patrimônio cultural, trata do saneamento da cidade de Pelotas na segunda metade do século dezenove, com a instalação, na década de 1870, dos chafarizes franceses e da caixa d’água em ferro. Mostra a “cidade no cenário mundial como importadora das inovações tecnológicas de seu tempo” e, ao mesmo tempo, revelando o desejo de seus moradores em acompanhar o “surto de modernidade que dominava o pensamento da época”.

O outro artigo, de autoria de Elaine Maria Tonini Bastianello, professora de história da Rede Pública Estadual, em Bagé, e especialista em História e Cultura Brasileira Contemporânea, em definitivo nos desloca para outra cidade: não me refiro aqui à cidade de Bagé, mas a cidade dos mortos, à necrópole, onde os vivos, por meio das manifestações culturais concernentes ao cuidado com a morte, projetam valores, crenças, estruturas socioeconômicas e ideologias (HARRY BELLOMO, 2000, p. 15) que dizem respeito à cidade dos vivos, à sociedade bajeense da época de construção do cemitério, bem como de todas as épocas subsequentes em que o cemitério se manteve utilizado, para o enterramento e culto aos mortos. Assim, ao estudar o Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé, analisa de forma sistemática a produção material que perpetua a memória do falecido, evidenciada nas formas de adornar e ritualizar as edificações tumulares e o seu entorno. Aqui se revela um imenso valor patrimonial deste cemitério: a riqueza da arte cemiterial, tanto em seu aspecto escultórico quanto arquitetônico. Entre os aspectos do desenhar-se da cidade, em franco processo de urbanização, que ficaram plasmados no cemitério, foi a presença de algumas etnias que desempenharam papel diferenciado na modernização e crescimento da cidade, destacadamente, a etnia espanhola, que legou à contemporaneidade um dos mais belos monumentos funerários coletivos do estado do Rio Grande do Sul, um mausoléu dedicados aos descendentes de espanhóis, patrocinado pela sociedade espanhola local.

Estes três textos possuem várias convergências em suas temporalidades. Voltam-se tanto para o presente quanto para o passado. O leitor encontrará, nestes autores, a preocupação com avaliar as condições atuais de conservação, bem como a atenção da população, mas sobretudo do poder público, com relação a ações concretas voltadas à valorização e preservação

destes bens. Por exemplo, no estudo sobre o Mercado Central de Pelotas, verifica-se, por parte do autor, um afiado espírito crítico com relação à propagada desatenção que o poder público municipal despende com respeito a este bem.

No que se refere às memórias do passado, os três estudos nos reportam ao processo de urbanização e modernização no século dezenove, e o modo como as camadas subsequentes do tempo foram agregando sentidos a estes equipamentos urbanos ao longo do século vinte até o presente.

O abandono dos enterramentos nas igrejas, bem como a transferência dos cemitérios inseridos no interior do perímetro urbano para cemitérios novos, na época afastados do anel urbano, processo que se efetiva em Bagé em meados do século dezenove, responde à implantação de um discurso de modernidade, do qual fazem parte noções de sanitárias e de higiene que incidem diretamente sobre o uso do espaço, regulamentando, por exemplo, posturas de descarte de lixo.

Estes discursos, a serviço da implantação de uma identidade urbana marcada por noções do que era tido como *moderno* e *civilizado*, incidiram igualmente sobre as práticas sociais e decisões políticas que levaram a cidade de Pelotas a investir, por meio de decisão da Câmara Municipal, na construção do Mercado Central e nas suas instalações hidráulicas. Como bem coloca Janaína, no século dezenove, “vivia-se um intenso processo de modernização nas principais cidades do país. (...) Conceitos de modernidade e progresso (...) estabelecidos durante a Revolução Industrial na Europa, e finalmente como esses pensamentos chegaram a Pelotas, manifestando-se na urbanização da cidade e na importação dos chafarizes franceses e da caixa d’água em ferro” (XAVIER, 2009, p. 90).

Assim, penso que as camadas de memória destes equipamentos urbanos de Bagé e Pelotas, inclusive por serem construídos para desempenharem indispensáveis serviços públicos, e por terem sido implantados, todos, a partir de decisão política pretérita das câmaras locais (investindo para tanto recursos captados nas municipalidades), reportam-nos a sentidos sociais compartilhados por diversas coletividades destas cidades, ao longo de aproximadamente 15 décadas. Penso, ainda – e imagino a amiga Sandra fazendo um firme sinal afirmativo com a cabeça – que é o pulsar destes vários sentidos que se busca auscultar, procurando interpretar estas memórias, construindo assim uma outra memória, fruto da narrativa do portador do conhecimento técnico do passado, memórias que emergem da voz e da escrita do historiador, do arqueólogo, do antropólogo, sociólogo, do geógrafo.

É neste momento de nossa conversa que a Sandra se reportaria ao Joel Candau⁵, ao conceito de meta-memória:

A rigor, todas [aqui ela se refere às áreas de conhecimento, história, antropologia, sociologia, geografia] estariam empenhadas na construção de uma *meta-memória* para a cidade, para usar a expressão de Joel Candau, referindo-se à construção de representações sobre o passado, que reconfiguram lembranças e vivências de um outro tempo, dotando-as de um sentido para o presente (PESAVENTO, 2005, p. 15).

Guilherme, Janaína e Elaine, parece-me, dialogam, em seus propósitos, com as ideias da Sandra, pois, enquanto tentam desvendar as intrigas de sentidos do passado, procuram também dotar estes bens de um sentido para o tempo presente. Esta preocupação com o presente, transparece bastante no trabalho de Guilherme, preocupado com o trato da memória do passado no hoje, a partir das opções a serem tomadas com vistas ao uso contemporâneo combinado ao melhor modo de restauração ou conservação do bem:

Parece necessário, portanto, fazer um levantamento multidisciplinar da situação e apresentar alternativas, analisando os prós e contras de cada uma, e como elas interfeririam na vida de cada agente envolvido e, sobretudo, na memória social de Pelotas, pois está se falando de um dos mais importantes monumentos arquitetônicos da cidade, embora atualmente muitos nem o percebam como tal (BRUNO, 2009, p. 79).

Também na investigação da intriga que buscam desvendar, querendo compreender as memórias evocadas pelo monumento, contemplam a pers-

5 CANDAU, Joel. *Mémoire et identité*. Paris: PUF, 1998, apud PESAVENTO, 2005, p. 15.

pectiva apresentada pela Sandra: para ela, “cada recorte do território, cada forma e cada materialidade encerra temporalidades que remetem a atores, a práticas sociais e a significados”, por isso a busca hermenêutica por decifrar sentidos vindos do passado, tarefa na qual os três autores se jogam. Acredito que Sandra daria seu veredicto, encaminhando nossa conversa para seu fim:

Assim, estaríamos verdadeiramente no campo da história cultural, a lidar com construções imagéticas e discursivas que se colocam no lugar do acontecido, presentificando uma ausência (PESAVENTO, 2005, p. 13).

Palavras finais, ou: conversando de novo com a Sandra, um década depois

Na ocasião de retomada deste texto, minha imaginação se colocou a fabular uma nova conversa com a Sandra, encontrando-a por aí, em algum plano. Imagino que ela quisesse saber, afinal, no que resultaram as iniciativas de Pelotas e da UFPel para o patrimônio. Imagino que ela me perguntaria sobre o doce, afinal, quando estive em Pelotas para a Aula Inaugural de nosso PPGMP, estávamos no meio da fase de campo para municiar o “INRC - Tradição dos Doces de Pelotas”. Ah e como se deliciou com os doces servidos no coquetel!

– Fábio, e aqueles doces deliciosos? Foram reconhecidos patrimônio imaterial?

– Sim Sandra. 15 de maio de 2018 foi uma data histórica para Pelotas e para o Rio Grande do Sul. Veja aqui a notícia no Portal do Iphan, para não dizeres que estou inventando: no turno da tarde, na “88ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, as Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turucu) foram reconhecidas como Patrimônio Cultural do Brasil. A decisão foi tomada, por unanimidade, pelo Conselho Consultivo que se reuniu na sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em Brasília”⁶.

Na sequência da conversa, prevejo que a curiosidade da Sandra se direcionaria para o patrimônio edificado.

– Fábio, e aqueles palacetes da Praça Pedro Osório? Aquele belíssimo casario do centro de Pelotas? Lembro bem dos trabalhos de salvamento arqueológico que tu fizeste, com a tua equipe do Lepaarq. No que resultou?

6 IPHAN. *Tradições Doceiras de Pelotas (RS) são reconhecidas como Patrimônio Imaterial do Brasil*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4653/tradicao-doceira-de-pelotas-rs-e-reconhecida-como-patrimonio-imaterial-brasileiro>. Acesso em 17 jun. 2020.

– Sandra, calma, tu não deixaste eu terminar de falar (observação: ela não deixava mesmo!). Não te disse que o dia 15 de maio foi histórico? Então, presta atenção. Eu te falei que a tradição doceira de Pelotas foi declarada patrimônio imaterial brasileiro de tarde. Mas tu acreditas que no turno da manhã, no mesmo dia, o Conselho Consultivo do Iphan aprovou unanimemente o tombamento do Conjunto Histórico de Pelotas, incluindo a Chácara da Baronesa (com o museu) e a Charqueada São João, além das praças do centro histórico, é claro... a José Bonifácio (a da Catedral), a Coronel Pedro Osório (do chafariz das Nereidas), a Piratinino de Almeida (a da Santa Casa, com a maravilhosa Caixa d'água de ferro), a Cipriano Barcelos (aquela conhecida como Praça dos Enforcados) e a enfim a Dom Antônio Zattera, a praça que os pelotenses chamam de parque (na falta de um!). Incrível não? No mesmo dia! Isto nunca havia ocorrido anteriormente em mais de oito décadas. Com esse tombamento, cerca de 80 prédios foram colocados sob a proteção da lei federal, em gestão compartilhada entre os governos municipal e federal. Não é uma maravilha? Lembrei de ti quando vi as notícias na imprensa. Olha o que disse no G1: “É a primeira vez, na história do Iphan, que a certificação se dá para uma mesma cidade, em ambas categorias ao mesmo tempo – material e imaterial. O projeto foi aprovado por unanimidade”⁷. Olha aí... a questão da identidade, da representação, da autoestima se colocam aqui. Mais que isso, sempre dizias da necessidade, para se agir sobre a cidade, de se ouvir o que têm a dizer sobre as camadas de tempo estes consumidores especiais da cidade que são historiadores, antropólogos, arqueólogos, arquitetos. De fato, sem a pesquisa feita por nossa equipe interdisciplinar da UFPel, não há dúvida de que a cidade não teria conseguido se instrumentalizar para a declaração do seu doce como patrimônio imaterial brasileiro. E dá gosto de ver o impacto econômico na pequena Morro Redondo vizinha a Pelotas. Acreditas que produtores artesanais da zona rural, que haviam abandonado a produção das passas de pêssego e marmeladas brancas, retomaram e inclusive formalizaram a atividade?! Também se nota, desde esta dupla declaração em maio de 2018, que houve um aumento do turismo receptivo.

– Ah... desta não sabes! Lembras daquele Casarão pelo qual eras apaixonada, na frente da Praça Coronel Pedro Osório? A residência do Conde Francisco Antunes Maciel, com seus magníficos estuques, onde realizamos acompanhamento arqueológico em 2002 e encontramos todo aquele material doméstico incrível do século dezenove, material que viste em nosso laboratório e na exposição que montamos quando do Encontro Estadual da ANPUH em Pelotas, em 2004. Então, ali hoje funciona, auspiciosamente, o Museu do Doce, vinculado à UFPel, e o diretor recentemente me relatou

7 G1 RS. *Tradição doceira de Pelotas é declarada patrimônio imaterial do Brasil*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/doces-de-pelotas-sao-declarados-patrimonio-imaterial-do-brasil.ghtml> Acesso em 17 jun. 2020.

como o número de visitantes aumentou notoriamente desde a declaração.

– Fábio, e o mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, curso pelo qual tenho tanto carinho? Lembro da inesquecível noite da minha Aula Inaugural... acho que em 2007 não?

– Ah Sandra, nem sabes como somos gratos. O teu empurrão foi fundamental. Desde 2013, mais que mestrado, é um doutorado também. Somos hoje curso de referência na área em toda América Latina. Para teres uma ideia recebemos anualmente alunos com bolsas da OEA. A tua aposta estava certa!

– Então, Fábio, que bom, me trazes só boas notícias do patrimônio em Pelotas!

– Bem, Sandra, queria muito dizer que sim. Mas, infelizmente, nem tudo são notícias boas. Lembras do Sete de Abril, que muito se orgulhava de ser o mais antigo teatro ininterruptamente em funcionamento no país, sem nunca fechar desde a primeira apresentação em 2 de dezembro de 1833? (data escolhida a dedo... aniversário do futuro imperador!) Então, fico triste em te dizer, mas já se vai uma década que não abre mais suas portas. Seu palco segue mudo e inerte. E o esplendoroso prédio do Clube Comercial, um dia palacete residencial de um rico charqueador. Infelizmente, boa parte do telhado do salão de baile desabou, ruindo os magníficos estuques que decoravam o telhado.

– Sandra, lembras da Cinemateca Guarany? Que cidade do mundo não preservaria o prédio em que foi gravado o primeiro filme do seu país?! O primeiro longa! O primeiro documentário! Pois então, está ali ainda, o imponente casarão eclético na Deodoro com Telles, onde funcionou a antiga “Guarany Fábrica de Fitas Cinematográficas”, criada em 1912 pelo empresário teatral e ator português Francisco Santos (afilhado de Camilo Castelo Branco!) e seu amigo Francisco Xavier. Nesta casa, foi produzido “O Crime dos Banhados”, talvez inaugurando gênero de suspense policial no país, relatando o assassinato de uma família inteira, na Fazenda Passo da Estiva, no interior do município de Rio Grande, em 1912. O *Opinião Pública* assim relata, na edição de 26 de fevereiro de 1914, o sucesso junto ao público local, em experiência urbana de modernidade:

“Enorme concorrência assistiu, ontem, no Coliseu Pelotense, as duas sessões cinematográficas ali realizadas e em que foi exibida pela primeira vez, a emocionante película confecção da Fábrica Guarany e descritiva da horrorosa hecatombe ocorrida no lugar denominado Banhados. A referida fita, já pela nitidez da fotografia, já pela habilidade com que foi apanhada, como ainda pela correção com que portaram-se os artistas que para ela posaram, agradou bastante, sendo gerais os encômios dos assistentes de ontem. Hoje será

novamente focada na tela do Coliseu”.

Sim o prédio está ali. Mas não festejes Sandra... Lastimável, mas está em progressivo estado de abandono, salvo por uma funilaria que funciona em um canto, no subsolo. Seu telhado começou a ruir. Se nada for feito, conhecemos os próximos capítulos. Veja a foto que fiz de casa durante essa malfada epidemia que nos mantém confinados em nossos lares.

Figura 1

Início de desabamento do telhado do prédio da antiga “Guarany Fábrica de Fitas Cinematográficas”, inaugurado em janeiro de 1913. Rua Marechal Osório, 453, Pelotas, Rio Grande do Sul.



Primeira produtora cinematográfica do Brasil, produziu documentários e filmes como “Panorama de Pelotas” e “Crime dos Banhados”. Foto do Autor, abril de 2020.

– E os museus que tive a honra de coordenar por mais de uma década, na colônia de Pelotas. Um dedicado à imigração italiana, outro à francesa. Lembras? Infelizmente, fechados. Falta de um lado o apoio da Prefeitura e de outro da universidade. Mas seguimos trabalhando para reverter.

É fato, porém, que a luta pelo patrimônio é assim mesmo, avança entre perdas e ganhos. Um exemplo positivo é o Castelinho Simões Lopes Neto, abandonado e quase em ruínas quando estive por aqui da última vez; hoje em franca recuperação, prospera por meio de um Parceria Público Privada muito criteriosa. Outro, a estação férrea. Após restauração do prédio, recentemente – agora mesmo enquanto estamos em isolamento social em nossas casas! – revitalizaram seu entorno, um belo largo à espera de que voltemos à vida normal, depois que passe essa longa e terrível praga que nos aterroriza.

Figura 2

Estação férrea de Pelotas (1884), após restauração (2014) e revitalização

do entorno (2020).



Antiga linha Cacequi-Marítima (Bagé - Rio Grande).

Atualmente, sede do Museu Ferroviário e do Instituto Histórico de Geográfico de Pelotas - IHGPel

Foto do Autor, em 18 de junho de 2020.

Lembro bem, Sandra, como insistias que o principal não é a preservação integral da materialidade do passado, por mais importante que seja. Que o esquecimento e as perdas fazem parte. Importa o sentido. O direito ao passado. O acesso às várias camadas do tempo. E que este passado seja fruído como presente (em outro momento, para não me alongar demais, te conto as maravilhas sobre a restauração e revitalização do Mercado Central... até o antigo Mercúrio, desaparecido por décadas, outrora sobre a torre do mercado, hoje voltou ao seu lar!). Bem, um de teus ensinamentos, é que, para tudo isso, é indispensável a escuta do conhecimento dos “consumidores da cidade” portadores de saberes técnicos, acadêmicos e multidisciplinares. E é neste ponto Sandra que quero te dizer o seguinte: deixaste aqui em Pelotas um importante legado! Nosso PPG em Memória e Patrimônio já resultou até o momento em 157 dissertações e 31 teses, com temas locais, regionais, nacionais e internacionais. Mas afirmaria com certeza que o patrimônio cultural local e regional tem sido esmerilhado. Mas não para por aí, Sandra. Depois da última vinda tua a Pelotas, outros cursos que tangenciam o patrimônio, direta ou indiretamente, foram criados. Hoje temos doutorado em História, em Antropologia, em Arqueologia, Mestrado em Geografia, em Arquitetura e em Artes.

Minha sincera opinião, Sandra: a tua aposta sobre a vocação da cidade para o patrimônio e para os saberes patrimoniais se confirmou! Muito obrigado, querida mestre e amiga. Esta conquista também te pertence.

REFERÊNCIAS

BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. O Cemitério da Santa Casa de Carida-

- de de Bagé: cultura, morte e sociedade. In: CERQUEIRA, F. V.; MICHELON, F. F.; FERREIRA, M. L. M. (orgs). *Educação para o patrimônio em estudos interdisciplinares*. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária UFPel, 2009, p. 104-117.
- BELLOMO, Harry R. (org.) *Cemitérios do Rio Grande do Sul. Arte, Sociedade, Ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- BRUNO, Guilherme R. Desafios transversais à preservação de um mercado público: o caso do Mercado Central de Pelotas/RS. In: CERQUEIRA, F. V.; MICHELON, F. F.; FERREIRA, M. L. M. (orgs). *Educação para o patrimônio em estudos interdisciplinares*. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária UFPel, 2009.
- CERQUEIRA, F. V.; MICHELON, F. F.; FERREIRA, M. L. M. (orgs). *Educação para o patrimônio em estudos interdisciplinares*. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária UFPel, 2009.
- CERQUEIRA, F. V. Sobre a cidade, a memória e o patrimônio – conversando com Sandra. In: CERQUEIRA, F. V.; MICHELON, F. F.; FERREIRA, M. L. M. (orgs). *Educação para o patrimônio em estudos interdisciplinares*. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária UFPel, 2009, p. 10-24.
- LIMA, Andréa da Gama. Patrimônio e políticas preservacionistas: os critérios de seleção na abordagem de períodos passados. In: CERQUEIRA, F. V.; MICHELON, F. F.; FERREIRA, M. L. M. (orgs). *Educação para o patrimônio em estudos interdisciplinares*. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária UFPel, 2009, p. 55-64.
- PERES, Ivana Morales. As limitações ao direito de propriedade: reflexos sobre o patrimônio edificado da cidade de Pelotas/RS. In: CERQUEIRA, F. V.; MICHELON, F. F.; FERREIRA, M. L. M. (orgs). *Educação para o patrimônio em estudos interdisciplinares*. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária UFPel, 2009, p. 65-77.
- PESAVENTO, Sandra J. *Cidade e Memória*. Aula Inaugural do Curso de História da UFPel. Pelotas, 2004 (inédito).
- PESAVENTO, Sandra J. Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano. *Cadernos do LEPAARQ. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*, Pelotas: EGUFPEl, vol. II, n. 4, 2005, p. 09-17.
- XAVIER, Janaina S. Saneamento de Pelotas: no compasso da modernidade e do progresso. In: CERQUEIRA, F. V.; MICHELON, F. F.; FERREIRA, M. L. M. (orgs). *Educação para o patrimônio em estudos interdisciplinares*. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária UFPel, 2009, p. 91-103.

ENTREVISTA COM DR. JACQUES LEENHARDT¹

*Elaboração da entrevista (membros da equipe de curadoria do Acervo Sandra Jatahy Pesavento):
Dra. Nádia Maria Weber Santos, Dra. Hilda Jaqueline de Fraga e Dda. Luciana Rodrigues Gransotto.*

Realização e transcrição da entrevista: Luciana Rodrigues Gransotto.

Local e data da entrevista: Paris, 03 de junho de 2020.

Luciana: As parcerias da historiadora Sandra J. Pesavento, através da interlocução com intelectuais franceses, sobretudo com o senhor, foram marcantes para a trajetória da historiadora. Considerando este período, quais aspectos o senhor acredita serem relevantes nas produções historiográficas da pesquisadora?

Jacques: Acho pertinente primeiro voltar à cronologia: Nós nos encontramos, Sandra Pesavento e eu, no ano 1988. Eu estava dando um seminário na PUCRS, em Porto Alegre, sobre a questão da leitura. O trabalho que apresentei na PUC baseava-se sobre o meu livro *Lire la lecture* (1982). Tratava-se da questão da diversidade dos olhares sobre um mesmo documento, caso habitual no processo permanente de re-escritura da história. A minha pesquisa tinha como objeto um documento literário, uma novela. Mesmo sendo uma estrutura fechada, o texto literário, quando circula na sociedade sob o olhar de vários leitores, que já escapará à formatação do ensino escolar, dá lugar a interpretações distintas. Era o resultado de uma pesquisa empírica implicando mais de 600 leitores, o qual confirmava uma tese dupla: tanto a leitura do texto literário quanto a atividade de construção historiográfica dependem de dois tipos de circunstâncias. De um lado, a objetividade textual (ou factual) mas também, de outro, dependem do sujeito que interroga esses documentos e da idiossincrasia dele.

Isso, talvez, tenha sido o gancho a partir do qual nossa colaboração se desenvolveu já que abriu um campo de preocupações comuns sobre a questão da hermenêutica. Esse encontro ocorreu num momento da evolução da disciplina histórica favorável a uma autorreflexão sobre si mesmo. No foco das dis-

¹ Diretor de estudos e pesquisador da EHESS de Paris, para o dossiê “Sandra Jatahy Pesavento: acervo, memórias e trajetórias de pesquisa”, a ser publicado na Revista do IHGRGS, em 2020/2, em comemoração ao centenário da Instituição.

cussões estava a questão de saber como era possível que as nossas disciplinas dessem mais espaço para a compreensão histórica sobre as *representações* que os atores fazem sobre o que experienciam. Em outras palavras, se tratava de achar uma metodologia onde as *representações* mediam a relação entre o pensamento e os fatos, entre o ato e as estruturas. Tal metodologia possibilita dar, necessariamente, uma certa autonomia (sem dúvida frágil, local e sempre provisória) aos processos de construção do sentido pelos atores, o que abre um campo de discursos e de objetos pouco estudados até então.

É bom lembrar que, nos anos setenta, os estudos literários não se preocupavam nem um pouco com a questão do leitor. Existia uma leitura quase oficial, produzida pela instituição acadêmica e ponto. A possibilidade de existir uma significação singular da literatura a partir da *prática* dos leitores comuns, essa hipótese não entrava no campo das questões consideradas pertinentes. Era a questão fundamental do meu trabalho no campo literário. Quando interrogamos a instituição literária pensando através da perspectiva do leitor comum, e não só dos leitores legítimos que são os críticos e os professores de literatura, abrimos um campo novo para a investigação e isso interessa o historiador.

Vale lembrar aqui os trabalhos de Michel de Certeau, publicados sob o título *L'invention du quotidien, arts de faire* (1980), onde ele também sublinha a criatividade do cidadão comum. Essa atenção às margens do sistema literário revelava uma fábrica do sentido diferente, nas suas origens e nos seus funcionamentos, em relação ao que se esperava. Existiam, pois, tensões e contradições entre o horizonte das *representações* legítimas e aquele que se produzia espontaneamente no âmbito da leitura. A conclusão era óbvia: existem várias leituras, dependendo do lugar de onde se produz a leitura, e elas são outras narrativas que se produzem sobre e a partir do texto literário. Esse espaço de tensões havia sido tematizado nos anos 80 no campo dos estudos literários e estava, no momento do nosso encontro, no centro das preocupações dos historiadores. No campo das ciências sociais, a frase de Ricoeur exprime perfeitamente o que se tornou quase um consenso: “Contra a ilusão metodológica conforme à qual o fato histórico existiria num estado latente nos documentos (...) é preciso afirmar que, na história, a iniciativa não vem dos documentos senão da questão colocada pelo historiador”². Só que a ideia de o discurso histórico ser, como pretende a tese “narrativista” formulada em particular por Hayden White uma narrativa, uma simples espécie fazendo parte do gênero “story”, levantava uma resistência muito forte do

2 Paul Ricoeur, *Temps et récit I*, 1983, p. 142

“Contre l'illusion méthodologique selon laquelle le fait historique existerait à l'état latent dans les documents (...) il faut affirmer que l'initiative en histoire n'appartient pas aux documents mais à la question posée par l'historien.”

lado dos historiadores, olhando sempre para o horizonte da verdade histórica. Mas cuidado! Enquanto historiadora, Sandra Pesavento nunca abandona, nem as exigências documentais, nem os conhecimentos e os aportes das metodologias fundadas sobre a análise das estruturas e das funções. Para ela, tratava-se de entender melhor como as estruturas se transformam e qual é o papel das representações nesse processo de transformação, pois se elas se mantivessem na sua rigidez teórica, nunca se entenderia como elas se transformam. Existem, pois, vários tempos das estruturas. O seu ápice é onde tudo parece imóvel na sua eternidade estrutural. Nesse momento, os modelos explicativos estruturalista e funcionalista trabalham de maneira quase perfeita. Mas vem o tempo dos mal funcionamentos. Transformações locais ocorrem e depois se estendem, fazendo com que, finalmente, ficasse evidente que o modelo estrutural entrava em crise, tomado pelo seu próprio declínio. Os marxistas heterodoxos como Georg Lukács e Lucien Goldmann – que foi o meu mestre no final dos anos 60 – foram aqueles teóricos que orientaram o olhar para esses processos e para as modificações dos estados de consciência dos atores sociais. Atentos aos efeitos simbólicos das contradições do sistema capitalista, seja ele mercantil ou industrial, agrário ou financeiro, orientavam a pesquisa sobre os ajustes, os desesperos, as reflexões que modificam as formas da consciência social, abrindo novos horizontes e fechando outros. O movimento social da espontaneidade deu lugar a essas modificações, criando atores que vão participar das novas orientações. Isso implica que uma certa autonomia seja outorgada ao campo da consciência, ao campo político e ao imaginário na gestão das contradições do sistema pelos atores. Implica também que o ser social só pertence parcialmente ou de maneira descontínua ao campo de consciência dominante ou hegemônica. Essa *fractalidade* do tempo da consciência aparece como uma possibilidade de desvio e origem das transformações. Ainda era preciso que o pesquisador estivesse atento a essas modificações, nem sempre óbvias.

Em vista de um aprofundamento dessas questões, foi organizado uma sessão do 46º Congresso Internacional dos Americanistas em Estocolmo (junho de 1994). Depois Sandra e eu publicamos um volume de ensaios sobre o tema: *Discurso histórico e narrativa literária*.³ A abordagem “narrativista” da ficção já tinha uma aproximação com a história, destacando muitas semelhanças entre os dois campos e superando o enfoque sobre o texto literário como uma estrutura fechada, produzindo um sentido único. Mas, como escrevemos na *Introdução* desse referido livro, “uma contextualização do discurso literário vinha sendo amplamente usada, mas sem que a aproximação partisse de um mesmo patamar conceitual. Em outras palavras, que encarasse as narrativas

3 *Discurso histórico e narrativa literária*, Jacques Leenhardt e Sandra Jatahy Pesavento (orgs), Editora da UNICAMP, Campinas, 1998.

literárias e históricas como *representações* do real.”⁴ Com referência à essa temática, nos parecia, à Sandra e a mim, que o trabalho de Ricœur constituía uma abordagem da questão da narratividade muito instigante para a reformulação das exigências epistemológicas no campo da história. Ricœur havia sido o meu professor de filosofia durante a minha formação na Sorbonne e, assim, Sandra propôs organizarmos um seminário no Programa de Pós-graduação em História dedicado à obra do filósofo, o que aconteceu em 1998⁵. O que nos parecia muito esclarecedor no livro seminal de Ricœur: *Tempo e narrativa* (1983-1985) era a centralidade que ele deu à noção de “compreensão narrativa”. A construção do sentido para o ator passa pela mediação da linguagem, pela formação de um narrado que constrói usando diversos recursos semióticos do discurso. Toda ação está retomada num discurso que estabelece o seu sentido nas categorias da linguagem. Correlativamente, a leitura fornece um paradigma central ao insistir sobre a importância da mediação textual na construção dos atores e das ações no processo histórico-social. Assim, na concepção de Ricœur, o paradigma da leitura vem como uma solução do paradoxo clássico das ciências humanas, o famoso “círculo hermenêutico” entre compreensão e explicação, formulado por W. Dilthey, e à oposição entre a *doxa* e a *ilusão*, na teoria de Bourdieu. Isso implica, por parte do filósofo, uma certa confiança no fato de o processo de leitura ser, ao mesmo momento, esclarecimento dos textos (documentos) e construção do sujeito leitor.

Pois bem, este conjunto problemático representa um momento chave da evolução da problemática na obra historiográfica de Sandra. Os seus primeiros trabalhos foram desenvolvidos dentro de uma concepção de cunho mais fortemente econômico. Com a crise do *causalismo*, por promover uma confiança excessiva no poder explicativo dos documentos e deixar fora o sentido da ação tal como vivido pelos próprios atores, Sandra estava buscando uma maneira de aproximar-se das *representações* dos atores. Nesse caminho, o texto literário revelava-se uma fonte de primeira importância. Diz ela: “Ora, o discurso literário dá uma nova existência à coisa narrada. Se é o olhar que qualifica o mundo, a narrativa literária ordena o real e lhe confere um valor, exercendo uma espécie de “pedagogia da imaginação”. A retórica, o estilo, os registros de linguagem que selecionam palavras e fazem uso de metáforas são responsáveis pela formação do museu imaginário de cada um.”⁶

Foi como parte dessa reflexão que novos objetos entraram no seu campo de visão, em particular a cidade. Trabalhando as representações literárias, San-

4 *Discurso histórico e narrativa literária*, op. cit, p.11.

5 “*Tempo e narrativa: uma leitura de Paul Ricœur*”. UFRGS, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, outubro 1998.

6 Sandra Jatahy Pesavento, *O imaginário da cidade, Visões literárias do urbano, Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*, Porto Alegre, Editora da Universidade, UFRGS, 1999, p. 14

dra encontrou a possibilidade de aprofundar os aspetos propriamente formais do discurso sobre a cidade e o poder de significação da forma literária. A cidade é um espaço onde se imprimem as dinâmicas demográficas, económicas e sociais, mas que, ao mesmo tempo, é fonte de experiências sensíveis dos cidadãos, dos passeantes, dos observadores caminhando nas ruas e nos becos. O cidadão é, ao mesmo tempo, pai, trabalhador ou passeante, rico ou pobre, do lugar ou forasteiro e cada um dos aspectos da sua existência constrói a cidade de um modo distinto. Essas experiências tanto como os textos que as formalizam “não são da mesma natureza, mas fazem parte, ambos, do que chamamos referencial de contingência, que é socialmente construído e, como tal, histórico. Mais do que isso, entendemos que o discurso urbanístico, o texto literário, os artigos de jornais, e outros tantos registros de linguagem são todos representações que falam do real e, no caso, recriam a cidade.”⁷ E é essa diversidade que interessa a historiadora na medida em que abre caminho para uma visão mais complexa da realidade urbana.

Muitas vezes, discutindo no meu seminário de Paris sobre a paisagem urbana, nos referíamos à maneira como os *situacionistas*, e entre eles o poeta e crítico Guy Debord, influenciados por Walter Benjamin et Aragon, valorizavam a experiência do choque entre diversos lugares e diversas populações na cidade. Eles haviam criado uma maneira de metodologia da caminhada urbana que fazia ressaltar os contrastes, às vezes vertiginosos, aos quais quem anda nas ruas está exposto. O projeto de Sandra na sua pesquisa sobre *Uma outra cidade*⁸ trabalha com essa matéria da heterogeneidade social no contexto urbano. Lugares como os becos, com a sua sociabilidade marginal, mulheres forçadas a prostituir-se e exploradas por “gente de bem”, populações de emigrantes, abandonando o campo para empilhar-se sem moradia na cidade: tantas vidas que a imprensa e a literatura retratam e às quais dão existência nos diferentes códigos do jornalismo ou do romance.

Às vezes, o historiador encontra na imprensa reportagens, ou mesmo fotos, onde estão cristalizadas experiências e memórias singulares da cidade que até então não tinham lugar no discurso histórico. São fotografias de pessoas ou da paisagem, urbana ou rural, que ficam muitas vezes na zona fronteira entre o espaço público e privado. Lembro, a propósito, de uma pesquisa que Sandra estava desenvolvendo com os seus estudantes da UFRGS, a partir de documentos fotográficos que cheguei a compartilhar. Emergia nas imagens, um mundo de convenções sociais, estilos de comportar-se e de vestir-se na virada do século XIX para o XX. Lembrando destas trocas todas, acho que houve, nesse momento, uma ruptura profunda no trabalho da Sandra: foi uma ten-

7 idem p. 391.

8 Sandra Jatahy Pesavento, *Uma outra cidade, O Mundo dos Excluídos no final do Século XIX*, São Paulo, Companhia editora nacional, 2001.

tativa de enriquecer a tradição historiográfica da qual ela vinha, a partir de novos objetos, abrindo novos horizontes. É esse movimento do pensamento que nos aproximou e que foi a origem do grupo Clíope, que a gente criou com um amplo grupo de pesquisadores um pouco mais tarde, em 1994.

Luciana - Partindo destas considerações, como o senhor avalia os resultados destas parcerias estrangeiras com Sandra J. Pesavento para o campo da história do Brasil, tanto aquela narrada/discutida em espaço estrangeiro como no próprio Brasil?

Jacques: As parcerias da Sandra com as historiadoras e os historiadores franceses foram numerosas e diversas. É importante distinguir aqui a dimensão de gênero, pois durante esses anos foram as do desenvolvimento poderoso da visão feminina na historiografia. Deste ponto de vista, Sandra estabeleceu relações privilegiadas com algumas das historiadoras francesas, como Michelle Perrot, Arlette Farge e Frédérique Langue. A questão do gênero, nessa geração, não tinha nada de exclusivo senão que afirmava um interesse novo para questões ligadas ao papel das mulheres nas transformações sociais, que até então havia frequentemente ficado fora do enfoque. Nisso se pode perceber a influência a longo prazo da atenção que Michel Foucault dedicava aos marginais da história. Essa reorientação do olhar era, na época, como o sintoma da necessidade de pensar além das grandes estruturas há séculos estabelecidas no discurso histórico. Os pormenores, as margens, as microestruturas apareciam de repente como sintomas da complexidade dos processos históricos que foram, senão propriamente *redescobertas*, pelo menos radicalmente levadas em conta. Nesse marco, as mulheres ocupavam um lugar particularmente importante. Esteja ou não relacionado a essa nova preocupação, um novo campo com novos objetos apareceu nesses anos: as emoções, as sensibilidades. Essa parte fundamental do comportamento humano escapava muitas vezes ao olhar histórico por frequentemente não deixar rastros e documentos de tipo tradicional. Muitas vezes, no entanto, permaneciam na memória pessoal, subjetiva e sensível dos atores. Também existiam narrados nos jornais íntimos, fotos perdidas nas gavetas podiam de repente testemunhar tradições orais que haviam sido transmitidas de geração em geração nas famílias. Todo esse material se transformava de repente em novas fontes, e finalmente, uma nova historiografia se encontrava nutrida por documentos inéditos disponíveis para uma história sensível.

Vale lembrar que Sandra participou em 2006, junto a Frédérique Langue, ao colóquio *L'Histoire des sensibilités. Non-dit, mal dire ou envers de l'histoire*⁹, onde

9 Frédérique Langue, « L'histoire des sensibilités. Non-dit, mal dire ou envers de l'histoire? Regards croisés France - Amérique latine », Nuevo Mundo Mundos Nuevos Coloquios, 2006,

esses novos aspectos da historiografia foram discutidos. A propósito dessas novas orientações, Sandra sempre lembrava de que maneira, na cultura grega, *Mnemosunè*, a deusa da Memória, se mantinha afastada das pretensões à verdade de Clio, a Deusa da História, por estar menos ‘amarrada’ à verdade do passado do que à capacidade muito útil para os homens de saber distinguir entre o que tem que ser lembrado e o que tem que ser esquecido.

Também me parece importante as trocas que Sandra teve com Arlette Farge, do CNRS, uma historiadora com uma sensibilidade particular para o documento de arquivo, a sua natureza de rastro e a sua fragilidade também. Nem sempre o documento fala por si mesmo: tem, portanto, uma maneira sutil de aproximar-se dele o qual condiciona a sua capacidade a se tornar revelador dos segredos do passado. Acho que esse encontro foi particularmente produtivo para o trabalho que Sandra desenvolveu sobre a população dos cárceres. A metodologia já experimentada por Foucault na *Arqueologia do saber* (1971) e a maneira como Farge busca o elemento pertinente por detrás da desordem aparente dos discursos e da fragmentação dos documentos deixados pela Justiça, tudo isso me parece ter nutrido bastante um trabalho da Sandra, *Visões do Cárcere* (Zouc, 2009). Sandra também manteve vários contatos na EHESS, além da sua presença frequente no meu seminário. Mantinha uma interlocução com Roger Chartier e com Serge Grusinski. Com Grusinski, junto à Juan Carlos Garavaglia e Anne-Marie Thiesse houve, em 2006, um projeto (que não chegou a se realizar) de um workshop sobre *As fronteiras do Brasil* com participação de pesquisadores de vários países que dividiam fronteiras com Brasil. O tema já havia sido tratado num encontro dedicado à obra literária de Ciro Martins, onde se enfatizou as questões das fronteiras com o Rio de la Plata.¹⁰

Luciana – Falando a respeito do grupo Clíope, pensando na importância das aproximações teóricas e nos diálogos entre os dois campos do conhecimento – a Literatura e a História - quais as principais produções científicas em que Pesavento esteve envolvida e quais referenciais teóricos do Brasil foram relevantes para os diálogos do grupo?

Jacques - Bem, o resultado de toda essa emoção epistemológica da época, foi, para nós, a criação desse grupo para que as trocas fossem, além de interrogações individuais, um espaço normativo de trocas que levassem a um trabalho coletivo. Então o grupo Clíope foi criado na ocasião do 48º Congresso dos Americanistas, em Estocolmo, onde havíamos organizado com Sandra um

[En línea], URL: <http://nuevomundo.revues.org/2031>

10 Maria Helena Martins, (org), *Fronteiras Culturais - Brasil - Uruguai - Argentina*, São Paulo, Ateliê Editorial, 2002.

Simpósio sobre o tema: “O discurso histórico e a narrativa literária na América Latina”. Clíope existiu em duas fases, como você sabe. Na primeira, nosso grupo era relativamente amplo, entre 20 e 25 pesquisadores. Eram pessoas que compartilhavam questionamentos metodológicos e um interesse forte para as diversas formas de literatura. Ela deu lugar a três pesquisas sobre Érico Veríssimo¹¹, Sérgio Buarque de Holanda¹² e Gilberto Freyre¹³ enquanto “redescobridores do Brasil”, tema geral do nosso trabalho. Publicamos também um volume sobre *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos¹⁴. Com o tempo, no entanto, nos demos conta de que o grupo era disperso demais para oferecer uma coerência teórica forte. A nossa colaboração ficava, de uma certa maneira, “à la carte” e não permitia uma troca intelectual exigente como esperávamos. Por essa razão, uns três anos depois, em 2001, em Roma, decidimos Sandra, Chiara Vangelista, Roberto Vecchi, Ettore Finazzi Agrò e eu, de criar um subgrupo dentro do grupo Clíope. Logo, houve uma divisão em mais ou menos quatro grupos, só que apenas um, o nosso, sobreviveu. Para darmos mais coerência ao nosso trabalho comum, a nova regra era que todos tomassem o mesmo objeto, que não fosse o objeto de estudos de nenhum dos participantes, senão mais ou menos alheio e novo a todos, o que criaria uma igualdade entre nós e melhoraria a qualidade das discussões. Cada um de nós, equipado com a sua experiência, com o seu saber disciplinar e a sua metodologia, se aproximava desse objeto comum para revelar a faceta dele que lhe parecia pertinente. O ritmo previsto era de dois anos durante os quais havia encontros, apresentações de “papers” e, finalmente, após discussões, a publicação de um livro coletivo. Jean-Baptiste Debret foi o último projeto ao qual Sandra participou até a publicação¹⁵. Com o tema da *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, Debret fazia parte do nosso tema dos descobridores do Brasil, mas além disso, abria novas questões metodológicas como aquela da imagem. Essa nova experiência teve continuidade mais tarde com a reorganização do grupo Clíope após a morte de Sandra e a escolha da figura de Hercule Florence.

O último objeto de pesquisa escolhido com Sandra foi a obra celebríssima de Jorge Amado: Gabriela. Nos reunimos uma vez antes do falecimento de Sandra, trocando as nossas leituras, mas esse último projeto ficou inconcluso

11 *Érico Veríssimo. O romance da História*, Sandra Jatahy Pesavento, Jacques Leenhardt, Ligia Chiappini e Flávio Aguiar (orgs), São Paulo, Nova Alexandria, 2001.

12 *Um historiador nas fronteiras: O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*, Sandra J. Pesavento (org), Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

13 *Reinventar o Brasil. Gilberto Freyre entre história e ficção*, Antonio Dimas, Jacques Leenhardt e Sandra Jatahy Pesavento, (orgs), Porto Alegre, Editora da UFRGS/Editora da USP, 2006.

14 *Pelas Margens. Outros caminhos da história e da literatura*, Edgar Salvadori de Decca e Ria Lemaire (orgs), Porto Alegre/São Paulo, Editora da Universidade/Editora Unicamp, 2000.

15 *A construção francesa do Brasil*, Jacques Leenhardt, (org), São Paulo, Alderado & Rothschild, Editora Hucitec, 2008

e nada se publicou. A morte da Sandra desorganizou o grupo, que tentou sobreviver com novos colegas, Antônio Dimas, que havia participado à pesquisa sobre Freyre, Mônica Velloso e Antônio Herculano, da Casa de Ruy Barbosa (Rio de Janeiro). Hoje, na sua última forma, o grupo Clíope envolve Chiara Vangelista, Maria de Fatima Costa, Antônio Herculano e Jacques Leenhardt, que coletivamente trabalham sobre Hercule Florence.

Luciana: O senhor acredita que podemos vincular o trabalho metodológico do grupo Clíope ao conceito ou à ideia de uma circulação transnacional e/ou transdisciplinar?

Jacques: Sim. A transdisciplinaridade vem hoje como um dos resultados da tomada de consciência da unicidade da terra, (fenômeno ecológico), por consequência das culturas e sociedades que a ocupam (fenômeno sócio-político) e, finalmente, da complexidade dos fenômenos que dela decorre (fenômeno epistemológico).¹⁶ Todo objeto, nas ciências humanas, desafia os limites de cada disciplina particular. Esse alargamento disciplinar reflete também a nova consciência de que os horizontes de espera e a organização do sentido nas diversas disciplinas variam conforme o lugar geográfico, social e político onde o sentido está produzido. A mundialização tem imposto a questão de onde se pergunta e, portanto, de uma nova geografia das tensões e contradições do pensamento.

Luciana – Aproveitando, sobre a questão dos desafios intelectuais contemporâneos, a exemplo do grupo Clíope, o que o senhor pensa a respeito do fortalecimento das redes, considerando a atual crise sanitária global? Como o processo de manutenção das sociabilidades do conhecimento vai ser continuado se os encontros presenciais forem consideravelmente reduzidos daqui para frente?

Neste período de confinamento, surge a ilusão de que, através das ferramentas tecnológicas como *Skype* ou *Zoom* podemos continuar a pensar sem que seja mantido o contato direto entre os pesquisadores. Como se existisse uma utopia do saber e que o confronto físico não seja necessário. Não acredito nessa utopia de alta tecnologia! Isso nos levaria um século atrás quando os etnólogos estudavam as tribos exóticas sem deixar o seu gabinete de Paris ou de Londres. Viajar para encontros científicos não significa só encontrar

16 Jacques Leenhardt, “ Globalização e transdisciplinaridade: a segunda revolução identitária”, in *Fronteiras do Milênio* Sandra Jatahy Pesavento (org.), Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

colegas: representa também entrar em contato com a cidade, com a maneira de falar, do confronto com o cotidiano no metrô através dos jornais. Essa descentralização do corpo, mas também da mente está intimamente ligada à possibilidade de compreender o contexto estudado. A sociabilidade intelectual precisa de contato direto porque a presença do outro constitui, em si mesmo, um aspeto essencial da compreensão.

Luciana - Os focos preferenciais de pesquisa da historiadora, quando ela rumou para a História Cultural, como já foi bem refletido pelo senhor até aqui e como ela mesma indicava, foram a cidade, a literatura, as sensibilidades, mas também a imagem e, uma das últimas reflexões, o estudo das paisagens. O senhor poderia comentar um pouco a respeito dessas duas temáticas, imagem e paisagem, no percurso historiográfico de Pesavento?

Jacques – Poderia dizer que isso é mesmo o efeito da colaboração que Sandra e eu desenvolvemos ao longo dos anos. É preciso dizer que, à parte de sociólogo, também sempre fui crítico de arte. Nos anos 70 comecei a me interessar para o meio ambiente e a paisagem. Isso porque criei um centro de arte, no sul da França, onde artistas trabalhavam fora, ao ar livre e na floresta, de maneira que pouco a pouco também comecei a trabalhar com paisagistas sendo que, nos anos 90, realizei, na Alemanha do Leste, um parque para a cidade de Bitterfeld para a recuperação de uma mina de carvão a céu aberto. Tudo isso me levou a trabalhar também com Roberto Burle Marx, publiquei um livro sobre ele e a problemática ecológica do paisagismo. Essas atividades todas entraram nas minhas conversas com a Sandra quando ela começou a se interessar pela cidade. Desde o famoso afresco do *Bom governo*, de Lorenzetti (1338), os historiadores sabem que “cidade” e “campo”, “intramuros” e “extramuros”, “artifício” e “natureza” “cidadão” e “estrangeiro” são conceitos que evoluem juntos e seria absurdo tratar de um aspecto descuidando do outro. Do mesmo modo que eu me formei, pouco a pouco e com muitas lacunas, ao pensamento e à história brasileira, Sandra se familiarizou com temáticas ligadas ao paisagismo e às questões do uso da imagem na reflexão histórica. Sobre a questão da imagem, é claro que a leitura de Walter Benjamin exerceu uma influência importante. O pensamento benjaminiano se encontrava, de fato, no cruzamento dos vários interesses de Sandra: cidade, imagem, memória.

Como uma historiadora não se interessaria por quem revelou com tanta força o papel das técnicas na mutação de sentido da imagem nas nossas sociedades? Como ela não se interessaria por quem falava da remanência das imagens, o que Aby Warburg tem chamado de “Nachleben” o “sobreviver” das imagens na memória pessoal e social? Como, na comparação que ela ela-

borou entre Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre, a obra *Paris capital do século XIX*, de Benjamin, não fosse uma fonte essencial e, além disso, a reflexão quase metodológica sobre as Passagens¹⁷ não tivesse forte inspiração para a historiadora dos becos?

Lembro também como, na época do trabalho coletivo de Clíope sobre Gilberto Freyre, as representações gráficas que o sócio-antrópologo de Recife integrava nas suas demonstrações sobre a casa grande e o patriarcalismo nordestino. Nos interrogávamos sobre como usar desses documentos e Sandra insistia sobre a noção de “paisagem social”, na qual percebia a essência da paisagem: a distância entre o humano e o natural. O desenho, dizia ela, tematiza essa distância, faz com que cada coisa tenha o seu lugar, que não é aquele do outro! Ao mesmo tempo, a noção de “paisagem social” remete à uma certa historicidade da natureza quando trabalhada pelos homens. Como bem havia mostrado Guido Sereni no seu livro sobre a paisagem rural italiana, a paisagem é um conceito sócio-histórico, e isso constituía uma porta de entrada na obra de Freyre.

Esse também foi um ponto de reflexão no nosso trabalho sobre Gilberto Freyre, pois ele usa muito da paisagem como metáfora da situação patriarcal e econômica da sociedade escravista, em particular quando comenta as pinturas de Cícero Dias, a quem ele dedicou o seu livro *Nordeste*. Ele mostra como a produção açucareira molda a configuração da fazenda e a estrutura da paisagem. Então esse foi um dos pontos muito discutidos.

Luciana - Para finalizar, uma vez que o senhor frequenta os meios intelectuais de historiadores/as no Brasil e de outras áreas (como da Literatura e das Artes em geral), no que se refere ao reconhecimento/legado de Sandra para outros/as intelectuais, qual seria o seu depoimento?

Jacques - Bom, na verdade, o reconhecimento da Sandra aqui na França, isso não tem muito sentido, porque ela não publicou livros aqui. Se trata fundamentalmente de um reconhecimento entre pesquisadores, dentro do mundo acadêmico, que gostava muito da energia intelectual da Sandra. Esse reconhecimento se vê através das trocas, dos eventos organizados conjuntamente com vários pesquisadores franceses. Então, acho que o reconhecimento da obra da Sandra Pesavento entre os intelectuais e historiadores da França é óbvio, mas não vai muito além do grupo de pessoas que trabalham sobre as questões metodológicas, da História Cultural em particular, ou dos historiadores que trabalham sobre a matéria brasileira. Por outro lado, apreciei a forte influência intelectual de Sandra sobre os jovens historiadores brasilei-

17 Walter Benjamin, *Passagens*, Belo Horizonte, UFMG, 2007.

ros e sobre os doutorandos das várias disciplinas que convergem na história cultural.